

OS DISCURSOS DE UM BRASIL EFERVESCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA: 2020

CONCEIÇÃO MARIA ALVES DE ARAÚJO GUIARDI
LUCAS ARAUJO CHAGAS
ANÍSIO BATISTA PEREIRA
(ORGS)



SYNTAGMA

Capa > Jéssica Evelyn Reis
Diagramação > Jéssica Evelyn Reis
Coordenação Editorial > Celso Moreira Mattos
Revisão > Luana Zacharias Karan
Produção Eletrônica > Syntagma Editores

Avaliação > Textos avaliados às cegas e aos pares

Conselho Científico Editorial:

Dr. Antonio Lemes Guerra Junior (UNOPAR)
Dr. Aryovaldo de Castro Azevedo Junior (UFPR)
Dra. Beatriz Helena Dal Molin (UNIOESTE)
Dr. José Ângelo Ferreira (UTFPR-Londrina)
Dr. José de Arimatheia Custódio (UEL)
Dra. Pollyana Mustaro (Mackenzie)
Dra. Vanina Belén Canavire (UNJU-Argentina)
Dra. Elza Kioko Nakayama Murata (UFG)
Dr. Ricardo Desidério da Silva (UNESPAR-Apucarana)
Dra. Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP-Bauru)
Dra. Denise Machado Cardoso (UFPA)
Dr. Marcio Macedo (UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

081 Os discursos de um Brasil efervescente em tempos de pandemia: 2020 / Organizado por Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi, Lucas Araujo Chagas e Anísio Batista Pereira – Londrina : Syntagma Editores, 2020.
306 p.

ISBN: 978-65-88724-06-4

1. Discurso. 2. Pandemia. 3. Análise do Discurso. 4. Linguagem. I. Título. II. Guisardi, Conceição Maria Alves de Araújo. III. Chagas, Lucas Araujo. IV. Pereira, Anísio Batista.

CDD: 400
CDU: 82-5



SYNTAGMA

SUMÁRIO



Prefácio / 8

1 Pandemia Linguística: um ensaio às bordas da Psicanálise, Análise do Discurso e Patologias da Linguagem / 20

Lucas Araujo Chagas

2 Vidas negras importam: uma análise discursiva crítica de abordagem sociocognitiva / 36

Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi

3 O governo de si e dos outros na quarentena: análise discursiva de memes circulados na internet / 50

Anísio Batista Pereira

4 Análisis de discursos presidenciales en contexto de pandemia: los casos de Brasil y Argentina / 76

*Hertz Wendell de Camargo
Vanina Belén Canavire*

5 **As avaliações do ensino remoto implementado em Minas Gerais construídas por diferentes atores sociais em uma reportagem / 101**

*Maria José da Silva Fernandes
Maria Aparecida Resende Ottoni*

6 **ENGAJAMENTO à luz da Linguística Sistêmico-Funcional em uma notícia de jornal / 130**

Yohanna Tamal Hernández Consoro

7 **Avaliação de atitude, em charges, do ator social professor e da educação remota em tempos de pandemia / 148**

Caroline Schwarzbold

8 **A (des)construção de sentidos: a subjetividade e o processo de (des)identificação do sujeito professor no cenário escolar em pandemia / 166**

*Icléia Caires Moreira
Michelle de Sousa Mussato*

9 **A pandemia das sombras: discurso, corpo e violência doméstica a partir do enunciado #fiqueemcasa / 191**

*Denise Gabriel Witzel
Célia Bassuma Fernandes*

10 **A disseminação do discurso de ódio nas redes sociais: reflexões sobre o golpe de 11 de novembro na Bolívia / 211**

Ana Carla Barros Sobreira

11 **Análise de discurso crítica, interdisciplinaridade e políticas socioambientais / 242**

Antonio Nilson Alves Cavalcante

12 **A imagem bolsonarista diante da pandemia: uma análise discursiva de charges / 271**

*Suzanne Silva Rodrigues de Morais
Renata Pinheiro Loyola*

Organizadores / 292

Autores / 296

PREFÁCIO



Discurso e sociedade: facetas de questões sociais sob a lupa de diferentes vertentes de análise de discurso

Maria Aparecida Resende Ottoni¹

Como ex-aluna de graduação e de mestrado e como professora do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), recebi com grande satisfação a chamada para a publicação deste *e-book*, organizado por três doutorandos de um dos programas de pós-graduação do qual faço parte: o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL). Com igual satisfação, recebi também o convite para a produção deste texto de abertura da obra.

Sou incentivadora do protagonismo discente e apaixonada pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão. Vejo, na iniciativa discente que resultou neste *e-book*, uma ação que articula o ensino, a pesquisa e a extensão, uma vez que os organizadores são docentes da Educação Básica, estão engajados no desenvolvimento de pesquisas e preocupados com o debate sobre temáticas efervescentes na contemporaneidade, com as contribuições que os estudos do discurso, em suas diferentes vertentes, podem fornecer a esse debate e com o compartilhamento, com a sociedade, dos conhecimentos construídos na esfera acadêmica.

Nesse sentido, os organizadores conseguiram reunir pesquisadores mestres, doutorandos, doutores e professores de diferentes níveis de ensino do Brasil, da Argentina e da República Dominicana. No tocante ao Brasil, essa reunião contemplou as regiões Centro-oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Sem dúvida, isso constitui uma representação da diversidade, a qual também é materializada, nesta

¹ Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

obra, nas perspectivas teórico-metodológicas articuladas, nos dados analisados e nas temáticas contempladas.

No que concerne às perspectivas teórico-metodológicas, o livro apresenta capítulos construídos com base nos aportes da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente nos estudos de Michel Foucault, Michel Pêcheux e Patrick Charaudeau, e da Análise de Discurso Crítica, especialmente da abordagem dialético-relacional de Norman Fairclough e da sociocognitiva de Teun A. van Dijk. Os autores trazem também para o diálogo contribuições da Psicanálise, da Ciência Social Crítica, da Linguística Sistêmico-Funcional, do Sistema da Avaliatividade, da Semântica Argumentativa e dos estudos decoloniais, evidenciando o caráter transdisciplinar das pesquisas.

No que diz respeito aos dados, são variados os materiais analisados nesta coletânea: um artigo de opinião; uma reportagem; uma notícia; charges; memes; dois vídeos publicados na internet, sendo um com a gravação de um pronunciamento do presidente do Brasil e o outro com a gravação de uma entrevista coletiva dada pelo presidente argentino; respostas de diferentes profissionais da educação, de uma cidade do Mato Grosso do Sul (MS), dadas às perguntas de um questionário; postagens feitas no Facebook; uma *hashtag*; e o discurso oficial de abertura da conferência Rio+20, proferido pela então presidenta da República, Dilma Rousseff.

Quanto às temáticas, em todos os textos parte-se de um problema social, que é abordado a partir de sua faceta semiótica na sua inter-relação com outros elementos sociais, o que evidencia a relação dialética entre linguagem e sociedade. É consabido que inúmeros problemas têm afetado sobremaneira nosso país e o mundo nos últimos anos e este *e-book* joga luz aos efeitos de um grave problema que acometeu o mundo neste ano de 2020: a pandemia de COVID-19. Assim, a diversidade em relação às temáticas é contemplada na abordagem dessa pandemia e de seus efeitos na educação; na vida das pessoas negras, de alunos, de professores e das famílias; no aumento da violência doméstica e “no governo de si e dos outros”; na abordagem do que é designado como “pandemia linguística”, da inclusão digi-

tal de estudantes que apresentam alguma condição de deficiência, da disseminação do discurso de ódio e de políticas socioambientais.

No tocante à pandemia, de acordo com Davis (2020, p. 5-6), “A Caixa de Pandora está aberta” e o “Coronavírus é o velho filme que temos visto repetidamente desde que o livro de Richard Preston, *The Hot Zone*, de 1995, nos apresentou ao demônio exterminador, nascido em uma misteriosa caverna de morcegos na África Central, conhecida como Ebola”. Desse modo, o vírus “entra pela porta da frente como um monstro familiar” (DAVIS, 2020, p. 6), afetando a vida da população mundial em todos os aspectos. Conforme Van Hoof (2020, tradução nossa), o confinamento imposto pela COVID-19 pode ser descrito como o “maior experimento psicológico do mundo”² e “vem colocando à prova a capacidade humana de extrair sentido do sofrimento e desafiando indivíduos e sociedade, no Brasil e em todo o planeta, a promoverem formas de coesão que amortecem o impacto de experiências-limite na vida mental” (LIMA, 2020, p. 6).

Sem dúvida, este ano de 2020 marcará profundamente a história com os registros de uma série de acontecimentos decorrentes dessa pandemia e marcará também a vida de inúmeras pessoas, de mais de 130 (cento e trinta) países. Neste momento em que escrevo este texto de abertura do *e-book*, são 1.134.090 (um milhão, cento e trinta e quatro mil e noventa) mortos no mundo e 156.066 (cento e cinquenta e seis mil e sessenta e seis) mortos no Brasil devido à COVID-19, onde também se registram mais de 13 (treze) mil desempregados, um aumento assustador de casos de violência doméstica e o fechamento de várias empresas. Além desses problemas, neste contexto pandêmico, vivenciamos o isolamento social, o fechamento de fronteiras, crises políticas e econômicas, sobrecarga nos sistemas de saúde, a suspensão dos calendários nas instituições de ensino, a implementação da educação remota, embates entre política e ciência e muito mais.

Em decorrência de tudo isso, “o efeito imaginário de liberdade e individualidade do homem são efervescidos (re)produzindo

² No original: “world’s biggest psychological experiment”.

diferentes sujeitos que, em ‘estádio de alerta’ violam as certezas e desconstroem as verdades sobre suas subjetividades e sobre o que é ser brasileiro”, gerando muito mais que uma crise identitária, como defende Lucas Araujo Chagas (UFU), no primeiro capítulo desta obra. O autor, pautando-se em estudos em Análise do Discurso afetados pela Psicanálise, argumenta que não podemos desprezar a possibilidade de considerar que também estamos vivendo uma “Pandemia Linguística”. Ele aponta os sintomas desta pandemia e propõe que se investigue isso para se pensar em tratamentos para combater tais sintomas.

No segundo capítulo, “Vidas negras importam: uma análise discursiva crítica de abordagem sociocognitiva”, Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi (UFU) analisa um artigo de opinião que aborda as consequências da pandemia da COVID-19 na vida dos negros e como o racismo tem sido mais evidenciado. Pautando-se na abordagem sociocognitiva de Análise de Discurso Crítica, a autora investiga o tópico, as macroproposições e as estratégias argumentativas que constituem o artigo de opinião. O artigo analisado e o capítulo constituem uma voz de denúncia, que desvela várias questões associadas ao racismo e como as desigualdades sociais e raciais estão sendo escancaradas na pandemia, e que se contrapõe à negação do racismo existente e à naturalização das mortes do povo negro evidenciada não só no Brasil.

Também associado à temática da pandemia e seus efeitos, Anísio Batista Pereira (UFU), no terceiro capítulo, intitulado “O governo de si e dos outros na quarentena: análise discursiva de memes circulados na internet”, aciona formulações de Michel Foucault sobre as condutas, ética e estética da existência, práticas de liberdade e governo de si e do outro. Ao analisar memes, discute os efeitos do virtual nos laços afetivos e na docência, o isolamento social como um mecanismo de governo e o auxílio emergencial como uma forma de governar uma fatia da sociedade. Ademais, reflete sobre o cuidado de si e dos outros neste contexto pandêmico.

Hertz Wendel de Camargo (UFPR) e Vanina Belén Canavire (UNJU), no quarto capítulo, “Análisis de discursos presidenciales

en contexto de pandemia: los casos de Brasil y Argentina”, considerando o papel da comunicação do governo com os cidadãos neste momento de crise histórica, analisam as estratégias discursivas utilizadas pelo presidente do Brasil, em um pronunciamento, e pelo presidente argentino, em uma entrevista coletiva; ambos transmitidos em Cadeia de Rádio e Televisão, no primeiro semestre de 2020, e publicados na internet. Na sequência, comparam os resultados, demonstrando posições distintas dos dois dirigentes no tocante ao enfrentamento da pandemia da COVID-19. De acordo com os autores, os dois presidentes procuram “justificar a legitimidade” de suas propostas e utilizam o “nós inclusivo”, com uma representação “positiva” do nós (o endogrupo) e “negativa” do outro (o exogrupo). Contudo, revelam que, na voz do representante argentino, as pessoas que se recusam a cumprir a quarentena e negam ou minimizam os efeitos da pandemia são representadas como o outro e, contrariamente a isso, o líder brasileiro representa-as como o nós, evidenciando sua negação em relação às orientações das autoridades da área da saúde e à gravidade da pandemia.

Devido a essa pandemia, como se sabe, foi necessário o isolamento social, decretado a partir de março de 2020, na tentativa de minimizar a propagação da COVID-19 e de evitar o colapso no sistema de saúde. Em virtude disso, como já mencionado, as escolas e universidades foram fechadas e, no Brasil, como estratégia para retomada das aulas, boa parte das secretarias estaduais e municipais de educação determinou que as atividades da educação básica deveriam ser retomadas de forma remota. Tal decisão foi tomada sem que os docentes e discentes fossem ouvidos e a implementação desse formato na educação descortinou e tem cada vez mais escancarado inúmeros problemas como a falta de preparação de docentes, de discentes e das famílias, a falta de estrutura física nas suas residências para participação nessa modalidade remota de educação, e a desigualdade social. É para essa temática da educação remota no contexto da pandemia que os capítulos cinco, sete e oito se voltam.

Em “As avaliações do ensino remoto implementado em Minas Gerais construídas por diferentes atores sociais em uma reportagem”,

Maria José da Silva Fernandes (UFU) e Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU) investigam como o ensino remoto implementado no estado de Minas Gerais é avaliado por alunos, professores e outros representantes de diferentes segmentos da sociedade. Para isso, concentram-se na análise da categoria avaliação relacionada ao significado identificacional (FAIRCLOUGH, 2003) e recorrem ao Sistema da Avaliatividade, desenvolvido a partir dos estudos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), especificamente a partir da metafunção interpessoal, por Martin e White (2005). As autoras mostram que há uma relação polêmica na reportagem, uma vez que o ensino remoto é representado e identificado de modo positivo somente por meio da voz governamental. As vozes dos que estão vivenciando a experiência desse ensino avaliam-no negativamente e ressaltam as inúmeras dificuldades as quais têm enfrentado.

No sétimo capítulo, “Avaliação de atitude, em charges, do ator social professor e da educação remota em tempos de pandemia”, Caroline Schwarzbold (Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul-RS), por sua vez, investiga, em charges, como a educação remota e o professor são avaliados e representados. Para isso, a autora aciona o mesmo referencial teórico-metodológico utilizado por Fernandes e Ottoni, no capítulo anterior. Schwarzbold destaca a ruptura dos limites entre o público e o privado, em um contexto em que o lar dos professores passou a ser o que antes era o espaço da escola e as pressões que eles têm enfrentado em decorrência dessa situação. Na mesma direção, no oitavo capítulo, Icléia Caires Moreira e Michelle de Sousa Mussato (UFMS), por meio da análise de respostas de professores obtidas, quando da aplicação de um questionário, abordam a exclusão e a subalternização às quais o professor vem sendo submetido “ao cumprir o que lhe imputam, ao custo do apagamento de sua vida privada para ‘servir’ ao outro (aluno, família, gestão escolar), bem como ao ente Estatal que o objetifica como instrumento de intervenção e satisfação das necessidades da população”.

Nestes três capítulos, as autoras denunciam a insegurança dos atores sociais envolvidos nesse modelo de educação, o esgotamento

físico e mental gerado pela carga de trabalho a que têm sido submetidos os professores e as dificuldades estruturais enfrentadas. Como salientam Moreira e Mussato, baseando-se em Foucault (1997), “há uma trama microcapilar de poderes sobre o trabalho docente” que leva o professor à exaustão, que ofusca a sua agência, que o subalterna e desvaloriza e que demanda dele o domínio de muito do que é fruto “de um processo de colonização do saber”. Esse ator social, fortemente impactado pela implementação da educação remota, não teve direito à escuta e à participação na construção desse modo emergencial de se (tentar) ensinar e aprender. Dessa forma, esses três estudos evidenciam que a educação remota, como configurada nestes tempos de pandemia, está distante de atender a todos os envolvidos, de contemplar as suas necessidades e especificidades e de valorizar o docente.

No sexto capítulo, “ENGAJAMENTO à luz da Linguística Sistêmico-Funcional em uma notícia de jornal”, Yohanna Tamal Hernández Consoro, da República Dominicana, aborda também uma questão relacionada à educação, mais especificamente à integração das tecnologias digitais na educação no seu país e à inclusão de pessoas com deficiência. Ela se volta para a análise de uma notícia de um dos jornais de maior circulação com o objetivo de investigar as vozes articuladas na notícia, como são articuladas, apoiando-se, para isso, em pressupostos do Sistema da Avaliatividade, especificamente no subsistema ENGAJAMENTO. Na notícia analisada, as marcas de engajamento por Atribuição são prevalentes, o que revela um distanciamento da voz autoral em relação às vozes incluídas e um não comprometimento com o dizer do outro.

Em “A pandemia das sombras: discurso, corpo e violência doméstica a partir do enunciado #fiqueemcasa”, nono capítulo, outro efeito da pandemia é focalizado por Denise Gabriel Witzel e Célia Bassuma Fernandes (UNICENTRO-PR): o crescente aumento da violência doméstica. Nesse cenário em que a *hashtag* #fiqueemcasa ganhou grande relevo, construindo uma representação da casa como o lugar da segurança e da proteção, as famílias estão ficando confinadas em suas casas com o intuito de se cuidar e de cuidar dos

outros. Entretanto, o espaço do lar tem se revelado “um epicentro do fenômeno de violência contra as mulheres”, considerado pelas autoras como outro tipo de pandemia que acontece nas teias e sombras das casas, onde mulheres são agredidas e assassinadas. Como se acredita, a produção de uma vacina pode garantir o controle da pandemia da COVID-19, mas o que pode garantir o combate dessa pandemia das sombras que acomete o mundo há décadas? É um problema social que se arrasta há muito tempo e que, urgentemente, precisa ser solucionado no mundo, sobretudo no Brasil.

Outro problema social mirado neste *e-book* é a propagação do discurso de ódio nas redes sociais. Para Meyer-Pflug (2009, p. 97 *apud* SCHÄFER; LEIVAS; SANTOS, 2015, p. 145), o discurso de ódio consiste na “manifestação de ideias que incitem a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias”. Ana Carla Barros Sobreira (UFU), no décimo capítulo, intitulado “A disseminação do discurso de ódio nas redes sociais: reflexões sobre o golpe de 11 de novembro na Bolívia”, explora o contexto do Golpe de Estado de 11 de novembro de 2019, contra o Presidente Evo Morales, a dominação dos povos indígenas pela minoria branca, na Bolívia, e analisa como mensagens publicadas no Facebook disseminaram o ódio nas redes sociais, nesse período, contra esses indígenas. O estudo é baseado em pressupostos do Letramento Crítico, da Análise de Discurso Crítica e da Ciência Social Crítica e contribui para o debate sobre o que tem acontecido com os índios também no Brasil e para os efeitos do discurso de ódio cada vez mais propalado nos diferentes meios de comunicação no mundo. Esse discurso de ódio tem contribuído sobremaneira para a fragmentação de grupos e para o expurgo do outro, acentuando vários problemas já existentes, fortalecendo muitos dos que estão no poder e enfraquecendo mais ainda as minorias. O combate a esse discurso de ódio é também urgente, assim como é o enfrentamento ao que tem sido feito com o meio ambiente.

Preocupado com a questão do meio ambiente, outro problema que assola o mundo, Antonio Nilson Alves Cavalcante (SEDUC-CE) analisa o discurso oficial de abertura da Conferência das Nações

Unidas sobre Desenvolvimento Natural (Rio+20), no décimo primeiro capítulo, designado como “Análise de discurso crítica, interdisciplinaridade e políticas socioambientais”. Assumindo a perspectiva da Linguística Aplicada (LA) e pressupostos da Análise de Discurso Crítica, o autor discute a interdisciplinaridade no campo da LA e analisa como o discurso de abertura da Rio+20 pode contribuir com uma perspectiva de sustentabilidade, “principalmente no que toca à formulação de políticas socioambientais que coloquem a população menos favorecida como base das reflexões ecológicas, comprometidas tanto com a justiça ecológica quanto socioambiental”. O autor vislumbra possibilidades de transformação e de implementação de políticas socioambientais inclusivas. Para isso, o que foi defendido nesse discurso de abertura deve ser transformado em ação imediata, o que requer um engajamento e um comprometimento de todos, principalmente dos líderes das nações. Todavia, infelizmente, não é o que temos visto em relação aos problemas olhados, nesta obra, sob as lentes de diversas abordagens de análise do discurso.

No capítulo que encerra o *e-book*, “A imagem bolsonarista diante da pandemia: uma análise discursiva de charges”, Suzanne Silva Rodrigues de Moraes e Renata Pinheiro Loyola (CEFET-MG) mostram o descompromisso do presidente do Brasil no tocante à pandemia. Elas analisam, a partir dos pressupostos teóricos da Semiologia, de Patrick Charaudeau, três charges do cartunista Renato Aroeira, nas quais o presidente Jair Bolsonaro é representado. Como salientam as autoras, essas charges materializam uma crítica à indiferença e à ignorância do presidente, em relação à COVID-19, e à sua atitude de desrespeito às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e à população que governa.

Concordo com Žižek (2020, p. 44), quando diz que a pandemia “É um sinal de que não podemos continuar no caminho em que temos estado até agora, de que é necessária uma mudança radical”. Essa mudança envolve o combate das “vastas epidemias de vírus ideológicos que ficaram adormecidos em nossas sociedades: falsas notícias, teorias de conspiração paranoicas, explosões de racismo,

etc.” (ŽIŽEK, 2020, p. 43) e de muitas outras que nunca foram adormecidas, mas que foram, na verdade, mais acentuadas e escancaradas, como a epidemia do ódio, do desrespeito, da violência contra as mulheres, da exploração desenfreada e irresponsável do meio ambiente, do preconceito e da desvalorização da educação, da ciência e da saúde.

Para finalizar este texto de abertura, destaco, ainda citando Žižek (2020, p. 43-45), que é triste o “fato de que precisamos de uma catástrofe para podermos repensar as características básicas da sociedade em que vivemos”. Não podemos continuar agindo assim. É importante acreditar que “talvez outro vírus ideológico, muito mais benéfico, se espalhe e nos contagie: o vírus do pensamento em termos de uma sociedade alternativa, uma sociedade para além do Estado-nação, uma sociedade que se atualiza sob a forma de solidariedade e cooperação global”; uma sociedade em que impere o amor e o respeito. E mais importante ainda que acreditar nisso é agir para que as mudanças necessárias se concretizem. Como cidadãos e como analistas de discurso, temos de nos comprometer com essa agenda de mudança urgente e imprescindível para o bem-estar mundial.

Outubro de 2020

Referências

DAVIS, M. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, Mike *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. [S. l.]: Terra sem Amos, 2020. p. 5-12.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução e organização: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIMA, R. C. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v30n2/0103-7331-physis-30-02-e300214.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2020.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation**: appraisal in English. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

SCHÄFER, G.; LEIVAS, P. G. C.; SANTOS, R. H. dos. Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 52, n. 207, p. 153-178, jul./set. 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/207/ril_v52_n207_p143.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

VAN HOOFF, E. Lockdown is the world's biggest psychological experiment - and we will pay the price. **World Economic Forum**, 9 Apr. 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2020/04/this-is-the-psychological-side-of-the-covid-19-pandemic-that-were-ignoring/>. Acesso em: 25 out. 2020.

ŽIŽEK, S. Um golpe como “Kill Bill” no capitalismo. In: DAVIS, M. *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. [S. l.]: Terra sem Amos, 2020. p. 43-47.



Pandemia Linguística: um ensaio às bordas da Psicanálise, Análise do Discurso e Patologias da Linguagem

Lucas Araujo Chagas¹

É na e pela linguagem que o ser se constitui Eu e se insere na humanidade (LACAN, 1998a, 1998b; TAVARES, 2013; CORACINI, 2007). Como propõe Lacan (1998a, 1998b), ao nascer, o ser advém ao mundo como um pedaço de carne e é na medida em que ele é exposto à e na linguagem que se funde Eu conectando-se ao outro e estabelecendo processos identificatórios e de construção identitária. É na relação dialógica com o (O)outro que o homem se constitui na história, bem como é na e a partir da língua(gem) que ele tece seus registros de memória e situa-se nas diferentes esferas discursivas que o asseguram um lugar nas memórias discursivas que constituem a humanidade.

Os estudos em Análise do Discurso afetados pela Psicanálise oferecem uma abordagem preciosa para pensar o Eu na contemporaneidade, afinal, assimilam no homem e no seu processo de constituição identitária uma dimensão de sujeito (do inconsciente). De acordo com Tavares (2013, p. 145), “o sujeito é constituído como uma resultante de duas instâncias: uma instância imaginária, que confere o efeito ilusório de um sujeito homogêneo e coerente; e uma instância simbólica, registro da linguagem, atravessada pelo Real”. O Real corresponde, na teoria psicanalítica, sobretudo a de base lacaniana, ao inconsciente e ao desejo.

¹ Doutorando em Estudos Linguísticos (PPGEL/ILEEL/UFU); Estagiário Docente no Curso de Letras Inglês da UFU; Bolsista Pesquisador da CAPES; Especialista em Português para Estrangeiros e Cultura Brasileira (UFU); Capacitação em Neurolinguística e Psicolinguística (L'Université de Lorraine); Graduado em Letras e Licenciado em Letras Português, Inglês e Espanhol (UFU/UNIFRAN). E-mail: chagas.luca@gmail.com.

Pensar no homem enquanto ser atravessado por instâncias imaginárias e simbólicas nos permite considerar que há em sua constituição identitária um lugar de sujeição, ou seja, um lugar de falta e de desejo provocado pela incompletude de si. É essa falta resultante do desejo que permite ao homem novas identificações, significações, tomada de lugar e sujeitar-se à “lei da cultura, à linguagem e aos dispositivos discursivos que ela proporciona e os mecanismos representativos que ela instaura” (TAVARES, 2013, p. 144). É pela falta que o homem advém sujeito e é na e pela incompletude da linguagem que ele se instaura e é instaurado sujeito do inconsciente.

A partir da noção de sujeito, podemos tecer um construto de reflexões que nos permitam entender o homem como ser “historicamente determinado pelo interdiscurso” (ORLANDI, 2005, p. 84). Sendo assim, ao enunciar, o sujeito mobiliza sentidos advindos de um dizer já dito, ancorado em alguma instância imaginária já cristalizada na história e no Real (CORACINI, 2007). Diante disso, é admissível que o homem é um construto de entremeios situado na noção de sujeito, imaginário e simbólico e operacionalizado pelas práticas interdiscursivas que o posicionam na história e permitem que ele se constitua identitariamente.

Situar o homem na contemporaneidade, sob a ótica dos Estudos do Discurso afetados pela Psicanálise, não parece uma questão fácil, pois demanda, antes de qualquer coisa, compreender as memórias discursivas e os interdiscursos que o sujeito mobiliza para constituir-se identitariamente. No contexto de pandemia de COVID-19, particularmente na realidade brasileira, situar o homem contemporâneo é uma questão ainda mais precipitada, já que o Real coloca o sujeito em uma conflitância de dissoluções em que imaginário e simbólico, consciente e inconsciente se confundem instaurando alertas e sintomas patológicos de linguagem.

Atravessamos hoje uma pandemia viral ocasionada pela COVID-19. Mas, será que paralelo a ela não lidamos também com uma “Pandemia Linguística”? Essa é uma questão de análise que intriga tanto Patologistas da Linguagem quanto Psicanalistas e Analistas do Discurso afetados pela Psicanálise. Se de um lado,

falar em “Pandemia Linguística” é possível, tendo em vista o caráter obscuro e opaco da linguagem de outro exige vislumbrar (im) possibilidades e (in)certezas nas instâncias do Real, imaginário e simbólico que configurem sintomas que sustentem uma Patologia da Linguagem que lidará com esse tipo de pandemia (LACAN, 1998a, 2003, 2007).

Construímos este ensaio com o intuito de problematizar os sintomas do que pode ser a vir denominado como Pandemia Linguística. Diferente dos padrões e arcabouços teórico-metodológicos bastante recorrentes dos ensaios em Psicanálise e Análise do Discurso afetadas pela Psicanálise, não nos debruçaremos no exercício de conceituação e articulação de conceitos psicanalíticos. A constante revisita e rememoração dos conceitos de sujeito, língua, linguagem, inconsciente, Real, imaginário, simbólico, (O)outro, memória, inconsciente e discurso é reconhecidamente válida para demarcar o lugar do pesquisador em um campo de estudos, entretanto, por este texto se tratar de um ensaio, transgrediremos minuciosidades.

Como afirma Nasio (1999), esses são conceitos cruciais em Psicanálise, mas ela, enquanto ciência em si, não se restringe a eles (PORGE, 2006). Devemos apontar, ainda, que os Estudos Psicanalíticos constituem um campo em expansão e que, por isso, têm sido afetados pelos Estudos Linguísticos e pelas Ciências Humanas. A Análise do Discurso configura-se como uma base teórico-metodológica que compreende essas afetações (JORDÃO; PETRI, 2018) e, na medida em que é afetada pela Psicanálise, permite desdobramentos e conceituações teórico-metodológicas que geram condições para o aprimoramento da compreensão do sujeito enquanto lugar de história, memória, inconsciente, discurso e tempo.

A Análise do Discurso afetada pela Psicanálise também tem sido uma base teórico-metodológica importante para a compreensão das diferentes Patologias da Linguagem, como afasia, ecolalia, autismo, dentre outras. Além disso, tem permitido avanços em estudos que lidam com patologias de base psiquiátrica e neurológica como o Alzheimer, Depressão e Transtornos de Comportamento. O fato de Análise do Discurso afetada pela Psicanálise fazer uso da enunciação

para compreender os mecanismos linguísticos requisitados pelo sujeito para demarcar lugar no mundo e construir processos de significação (além de compreender a língua enquanto objeto de saber) tem permitido unir análises e interpretações entre a dimensão racional (cognitiva) e irracional (inconsciente) humana.

Com efeito, esse campo de estudos tem possibilitado aprofundamentos na compreensão dos efeitos da linguagem na constituição humana, bem como na operacionalização das constituições das memórias discursivas e sociais. Tendo em vista que o mundo é uma construção linguística, afinal é na e pela linguagem que o homem se constitui e constrói a história e as coisas, a base teórico-metodológica da Análise do Discurso permite a diferentes pesquisadores das mais variadas áreas prover um exercício de (re)interpretação das verdades que constituem e orientam seus estudos, bem como confrontar as certezas.

É partindo desse pressuposto que fazemos uso da Análise do Discurso, na medida em que ela se apropria de conceitos da Psicanálise, para analisarmos a atual efervescência histórica no contexto brasileiro em decorrência da pandemia de COVID-19. Definimos efervescência histórica como um movimento de (des)rupturas ocorridas na e pela linguagem que impactam (n)os mais variados processos de significação e produção de sentido. Clivam-se nesse contexto as noções diversas relacionadas ao conceito de tempo, afinal, ele é produto e efeito das construções históricas.

Na efervescência histórica ocorrida na contemporaneidade brasileira, chama-nos atenção alguns sintomas de linguagem que operacionalizam efeitos subjetivos ora de ordem individual, ora de ordem coletiva. O fato é que, independentemente das intensidades dessas operacionalizações, elas têm (re)desconfigurado possibilidades de estabelecer interdiscursos e (re)posicionamentos subjetivos, interditando o sujeito de suas relações dialógicas e de operacionalizar as instâncias do desejo.

Ora, se ligarmos a televisão, lermos os jornais ou mesmo acompanharmos as postagens e mensagens que nos chegam através das redes sociais é possível perceber indícios de operacionalizações

linguísticas de referência dicotômica que não permitem um entremeio nos processos de significação (para além do sim, não; direita, esquerda; verdade, mentira; dentre outros). A ausência de um entremeio nas instâncias imaginárias dos discursos mobilizados na atualidade brasileira parecem ser efeito de algo maior operacionalizado na e pela linguagem que impede ao sujeito desejar.

A ausência de projeções, inclusive sobre o que pode acontecer amanhã, tem impedido o sujeito de estabelecer pontes entre o real, imaginário e simbólico. A falta de projeções é resultado, entretanto, de (des)rupturas nas operações da linguagem que sustentam a memória discursiva de Brasil. Afetada por uma espécie de pulsão de morte (FREUD, 1996c), a memória discursiva de Brasil (que constitui o Outro), parece afetada por algum traço patológico visível linguisticamente, porém, imperceptível organicamente. O aumento da violência e do extremismo verbal, entretanto, são sintomas de alerta.

Pandemia Linguística em Pandemia de COVID-19: eminências em Psicanálise e Patologias da Linguagem

O ano de 2020 será para a história um marco temporal que cataloga em suas diferentes redes de significação uma série de acontecimentos decorrentes da pandemia de COVID-19, iniciada na cidade de Wuhan, na China e que, em poucos meses, chegou a mais de 132 países, incluindo o Brasil, ocasionando mortes, isolamento social, crises políticas e sobrecarga nos sistemas de saúde. Especificamente no contexto brasileiro, 2020 marca a efervescência da (des)cristalização e (dis)solução de discursos que trazem eminências de alerta para as diversas questões de linguagem.

Sob a ótica de uma análise discursiva, a COVID-19 afetou os diferentes imaginários e simbólicos da economia, indústria, sociedade(s) e capital ao redor mundo. Bolsas de valores como Nasdaq, São Paulo e Frankfurt tiveram grandes quedas nas operações e decretos governamentais estabeleceram quarentena e isolamento social convocando a população a ficar em casa, desdobrando novas formas de ver e se ver o mundo. As repercussões mundiais do coronavírus,

evidentemente, também reconfiguraram a realidade brasileira nos mais variados aspectos. O comércio, instituições de ensino e empresas diversas foram fechadas, ao passo que instituições de saúde, indústrias e laboratórios de pesquisa foram rapidamente (re)inventadas para atuarem no combate ao coronavírus, marcando um tempo de inversões, invenções e contradições.

Se até 2020 tinha-se a sensação de que os brasileiros viviam em um Estado globalizado conectado economicamente e socialmente à outras nações, a partir de então não se sabe mais até que ponto esse discurso se sustenta. O fechamento de fronteiras municipais, estaduais e nacionais ocorrido de maneira imposta sob decretos de lei (des)cristaliza o discurso de união, ordem, progresso e integração (inter)nacional. Rapidamente, o efeito imaginário de liberdade e individualidade do homem são efervescidos (re)produzindo diferentes sujeitos que, em “estádio de alerta”, violam as certezas e desconstroem as verdades sobre suas subjetividades e sobre o que é ser brasileiro.

A loucura instaurada nos (dis)sensos das falas de autoridades de saúde, representantes políticos, pesquisadores, cidadãos e instituições jornalísticas em poucas horas nos dá marca de um sintoma (LACAN, 2007). Está a sociedade brasileira vivendo um desequilíbrio (a)temporal em meio ao Real ou está o sujeito imerso na memória discursiva de Brasil afetado linguisticamente, ao ponto de não conseguir imaginar/simbolizar-se? Ora, ambas questões nos permitem sugerir análises que evocam a e na linguagem problematizações com o intuito de bordejar, ou mesmo significar *a coisa (das ding)* (LACAN, 1997) que desencadeou efervescências e (des)cristalizações na (da) memória discursiva de Brasil em decorrência da pandemia de COVID-19.

Parece haver um traço significante (ou a ausência dele) que mobiliza desequilíbrio/interdição no sujeito contemporâneo brasileiro deixando-o em um “estágio” sintomático variante entre esquizofrenia, autismo e luto. Enquanto Analistas do Discurso afetados pela Psicanálise, não nos interessa pensar somente na cura para esses sintomas, mas naquilo que potencializa a compreensão das operações da linguagem que nos permitam entendê-lo.

Em uma paráfrase a Shakespeare podemos dizer que “há algo de podre no imaginário/simbólico da República Federativa do Brasil” (SHAKESPEARE, 1987). Esse “podre”, embora ainda não seja possível delimitá-lo com tanta clareza, configura a eminência de indícios sintomáticos que operacionalizam na e pela linguagem instâncias que mobilizam novas formas de identificação, percepção e desejo (ou mesmo a descontinuidade desses). A questão aqui é que o “podre” não está situado apenas na constituição una, mas coletiva. Quem sabe assim não seja possível trabalhar em formulações que permeiam Psicanálise e Patologias da Linguagem em busca de instrumentos para pensar eminências contemporâneas de problemas de (na) língua(gem) que se orientam para uma visão derradeira ao sujeito. Afinal, enquanto tal, ele é efeito de instâncias (O)outras que também se dão pela língua(gem).

Como acontece quando um vírus invade a memória de um computador, poderíamos metaforicamente pensar que operações de linguagem (ou a falta delas) ocorridas em decorrência da pandemia de COVID-19 colocaram a sociedade brasileira no Real. Há uma *coisa (das ding)* (LACAN, 1997) que parece roubar qualquer alternativa de desejo ao mesmo tempo em que confunde as operações do simbólico e imaginário que situam o sujeito em um tempo presente. O sujeito inserido no contexto brasileiro parece estar em angústia mobilizando signos, imaginando (ir)realidades e enlutando perdas que sequer viveu. Seriam esses sintomas efeitos do sujeito para com o outro ou das relações advindas entre o sujeito e o imaginário/simbólico?

A sociedade brasileira parece viver, juntamente com a pandemia de COVID-19, mais do que uma crise de identidade (HALL, 2013). Como em uma invasão cibernética há algo que confunde, rouba, desestabiliza, atrasa, trava e interdita as possibilidades de movência do sujeito entre o imaginário e simbólico na tentativa de bordejar o Real. A não linearidade entre os discursos mobilizados por representantes políticos, autoridades, população, lideranças sociais, cientistas, figuras nacionais e internacionais, parece afetar diretamente a estrutura linguística que permite ao brasileiro enunciar, se dizer,

situar-se interdiscursivamente e representar-se subjetivamente (no e) em relação ao (O)outro (LACAN, 1998a; 1998b).

Revisitamos o que Lacan (1998b) concebeu como sendo o “estádio do espelho” para sugerir a existência de um “estádio de alerta” na memória discursiva que compõe imaginário/simbólico da República Federativa do Brasil. O “estádio de alerta” ao qual nos referimos parece colocar o sujeito em um lugar de tensões, relações especulares, crises, esquizofrenia, autismo e luto. O termo “estádio” coloca em foco a representação de um jogo subjetivo que, além de desestabilizar as relações entre consciente e inconsciente, enseja a (na) interdição de operações imaginárias e simbólicas por parte do sujeito.

O aumento na eminência de discursos que desvelam casos de feminicídio, abusos sexuais, suicídio, estupro, violência e assédio no contexto brasileiro durante a pandemia de COVID-19 parece-nos representar um “mal-estar” (FREUD, 1996a), não só na dimensão do sujeito, mas nos inter(intra)discursos que constituem a memória social brasileira (PÊCHEUX, 1999). Esse “mal-estar” na memória social brasileira parece mais evidente a partir das enunciações obscuras de um pai (ou mãe) maior, caduco(a) muitas vezes, representado(a) especularmente pelo sujeito na(s) figura(s) de seu(s) representante(s) político(s) (FREUD, 1996a).

A indissociação do sujeito entre o pai (interdição) e a mãe (gozo), muito característica do (O)outro que perfaz o imaginário de Brasil, também é mais um sintoma emergente de indícios de um “estádio de alerta”. As relações especulares advindas dessas indissociações parecem ser tantas que o sujeito se vê posto diante de sombras e incertezas que o (des)subjetivam tirando-o qualquer (im)possibilidade de se ver diante do reflexo de si (LACAN, 1998b). Chegam a situá-lo em um estágio primário de *infans* ou de barbárie (LAJONQUIÈRE, 1992), o que acende um “alerta”: a predominância de uma pulsão de morte (FREUD, 1996c) nas instâncias de desejo.

Outro fato que carece ser abordado é que mediante as interdições (ou gozos) provocadas pelo isolamento social, o sujeito parece inconsciente quanto à sua maior potencialidade subjetiva: o dialogismo. A impossibilidade de estar em alteridade com outro parece criar

barreiras para o sujeito operacionalizar movências interdiscursivas impedindo deslocamentos (intra)intersubjetivos e a realização de percursos que permitam-no bordejar o Real na tentativa de (res) significar-se e (res)significar o (O)outro. A conjuntura de acirramentos vividos pelo sujeito nesse contexto o situa em um(a) lugar indivisível. Ao mesmo tempo em que ele se projeta subjetivamente, a exposição intensa a diferentes realidades imaginárias, sob uma ótica inconsciente, deixa-o na angústia quanto a identificar (e identificar-se) e estabelecer processos identificatórios (LACAN, 2003).

A pandemia de COVID-19 parece trazer à tona indícios de desordem nas operações linguísticas que regem o imaginário/simbólico que compõem a memória discursiva de Brasil evidenciando um “Brasil Pandêmico”, ou seja, um país em alerta. Diante disso, os sintomas de uma falta de linearidade interdiscursiva na memória discursiva de Brasil e as ausências de instâncias imaginárias que permitam ao brasileiro tecer sua subjetividade sinalizam sintomas de Patologias da Linguagem situadas não apenas no sujeito, mas nas instâncias de linguagem em que ele se constitui e existe.

Sob a ótica da Análise do Discurso afetada pela Psicanálise, é possível dizer que o sintoma de “estádio de alerta” nos direciona a pensar as Patologias da Linguagem para além do conceito de sujeito. O que estamos denominando de um sintoma de “estádio de alerta” nos orienta para uma forma de pensar as Patologias da Linguagem no campo do (O)outro. Os instrumentos de análise nesse contexto seriam direcionados para o que constitui e sustenta o (O)outro de forma imaginária/simbólica. Entender essas operações é imprescindível para tratar as Patologias da Linguagem no âmbito do sujeito.

“Pandemia Linguística” talvez fosse a sugestão de um nome para aprofundarmos na descrição dos sintomas que compreendam as diferentes anomalias da linguagem que configuram uma Patologia nas desordens da memória discursiva que compõem (demarcam) o (O)outro e as relações do sujeito para com ele. A “Pandemia Linguística” está para além de um “mal-estar” (FREUD, 1996a), e envolve pensar questões amplas que sugerem uma dificuldade de o sujeito constituir-se enquanto Eu e demarcar-se frente ao (O)outro. Essa

dificuldade é resultante de não linearidades linguísticas que permitem ao sujeito estabelecer relações dialógicas e processos subjetivos.

Assim como há pandemias virais e bacterianas, não podemos desprezar a possibilidade de considerar uma pandemia nas operações de linguagem. Ora, se o homem é resultado de uma face orgânica e outra social, justifica-se, portanto, compreender que possamos ter alertas nas operações linguísticas que regem a sociedade. O fato de ninguém ter sugerido resquícios de uma Pandemia Linguística antes não significa que ela não possa existir. É nesse sentido que propomos uma investigação para tal, já que, a partir do momento em que reconhecemos os sintomas, há possibilidades também para vislumbrarmos tratamentos.

Como afirma Hawking (2015) qualquer teoria é sempre provisória, tendo em vista que ela é apenas uma hipótese de compreender o mundo e as coisas que nele estão. As dissoluções, rupturas e (re)significações que a pandemia de COVID-19 desvelou, sem dúvida trazem possibilidades de teorizar a respeito da relação língua(gem)-sujeito-homem-(O)outro. Um indício que enseja caminhos para isso é o fato de estar, cada vez mais possível, pensar o sujeito para além de relações fixas entre consciente e inconsciente; vítima e agente; produto ou produzido, subjetivo ou subjetivado. Caminhamos para teorizações que nos sugerem que o sujeito também é um complexo entremeio circunscrito nas relações de tempo e espaço (HAWKING, 2015) que permeiam o (O)outro (na acepção de humanidade).

A noção de “Pandemia Linguística” enquanto Patologia da Linguagem poderia nos ajudar a compreender melhor, por exemplo, como culminam os movimentos fascistas, autocráticos e antidemocráticos e/ou o que operacionaliza linguisticamente a formulação, robustez e solidez desses movimentos. Sugeriria, também, uma nova visão sobre as guerras, conflitos, depressões, “mal-estares” e o quanto uma visão do uno (Eu) nos permite aprofundar na saúde do todo ((O)outro). Compreender uma “Pandemia Linguística” enquanto patologia contribuiria, ainda, para uma noção intervencionista ou de saúde no âmbito da língua(gem).

A Psicanálise, em certa medida, de Freud a Jung permitiu à ciência avançar bastante na compreensão da humanidade, entretanto, lida agora com a necessidade de aprofundar nas questões de linguagem que operacionalizam o Real, imaginário e simbólico em uma dimensão social e ampla. A noção de sujeito como entremeio circunscrito nas relações de tempo e espaço nos permite investir com mais precisão na operacionalização da linguagem que cliva as instâncias de subjetividade, portanto a saúde do sujeito. É importante lembrar que é no tempo e no espaço que o sujeito se constitui na história, ou seja, na dimensão da humanidade. Os acontecimentos da ordem do tempo e do espaço são da instância do Real, mas é a estrutura verbal simbólica que operacionaliza o imaginário e o simbólico é que permite ao sujeito desejar e livrar-se da pulsão de morte.

Considerações para um devir

As problematizações que tecemos a partir deste ensaio visam construir reflexões a respeito dos diferentes aspectos da linguagem que englobam as instâncias sociais, bem como impactam na estabilidade dos processos linguísticos e de significação, estruturação social, subjetivação e construção linguística. Na contemporaneidade, os projetos de história são (e)feitos de construções linguísticas, sendo assim, é preciso compreender a língua em suas diferentes dimensões para pensar complexamente processos de significação e constituição do sujeito para que ele tenha condições de ser inserido e inserir-se na trajetória desejante e de produção de sentido da vida.

Sendo o homem constituído na e pela língua(gem), é possível dizer que as questões de linguagem também são questões de saúde. Na medida em que os Estudos Linguísticos permitem compreender o homem tanto como resultado de um processo de constituição, representação, demarcação e localização no tempo quanto nas suas relações com a humanidade e a história, é possível concebê-lo como orientado e situado na e pela linguagem. É pela linguagem, portanto que se pode ter dimensão e compreender o homem em seu estado de equilíbrio (e saúde) na contemporaneidade.

Um olhar para as questões de linguagem passadas no uno nos norteiam para a acepção e construção de hipóteses que se desdobram de forma coletiva. Assim como aconteceu com a pandemia de COVID-19, em que os sintomas da doença foram sendo mapeados do individual para o coletivo, gerando inúmeras reformulações e hipóteses a respeito da doença, acontece também com a iniciativa de trazer questões de linguagem para qualquer ciência. Há uma falsa ideia de que o sucesso humano parte do geral para o singular, mas esquecemos, entretanto, de que essa acepção surge de uma lógica comercial de humanidade.

A pandemia de COVID-19 e as efervescências históricas que repercutiram a sua contemporaneidade nas construções históricas da humanidade serviram, entre tantas outras coisas, para orientar a ciência para a o exercício da observação, despindo-a da constante busca pela constatação. Queremos reafirmar com isso que as verdades são construídas (FOUCAULT, 2005) e que é pela observação do uno para o todo que elas se mobilizam. Tendo em vista que é na e pela linguagem que o homem estrutura o seu pensamento, compreender analítica e discursivamente os processos de formulação das ideias e das coisas é um passo adiante para todos aqueles que pretendem perseverar no caminho das ciências no mundo que está por vir.

Fazemos essas reflexões para propor que um olhar crítico sobre a efervescência histórica que vivemos hoje no Brasil traz à tona diversas questões de linguagem que sinalizam a existência de diferentes sintomas de linguagem. A compreensão desses sintomas exige um olhar científico, bem como minucioso em diversas áreas de pesquisa, já que todas as ciências são importantes para a compreensão do homem no tempo e no espaço, conseqüentemente na história. Será preciso, de 2020 em diante, (re)inventar o homem e as lógicas que ele (re)constitui(rá).

Especificamente no que diz respeito ao contexto brasileiro, tentamos demarcar, a partir deste ensaio, que o Brasil parece vivenciar um “estádio de alerta”. Sob uma ótica da Análise do Discurso afetada pela Psicanálise, é notável que há algo de “podre” na memória constitutiva da República Federativa do Brasil. Esse “podre” (ou

essa *coisa*), entretanto, não é da ordem material (ou pessoal), mas de instâncias na e da língua(gem) relacionadas ao Real, imaginário e simbólico que operacionalizam a estruturação, identificação e significação dos signos compartilhados por aqueles que se situam, posicionam e ocupam lugar na memória discursiva brasileira.

A “Pandemia Linguística” é lançada por nós, aqui, como uma tentativa de bordejar os sintomas de um “estágio de alerta” que nos leve a compreender o jogo e lógicas que envolvem diferentes sujeitos desestabilizando as possibilidades de formular interdiscursos e movimentos dialógicos na sustentação de uma memória discursiva, é uma tentativa de significar a angústia vivida na efervescência histórica brasileira na contemporaneidade. Mais do que isso, é uma tentativa de trazer para os estudos em Patologias da Linguagem um olhar para as dimensões coletivas da linguagem como alerta e tentativa para futuras doenças e “pandemias” que se relacionem com a língua(gem).

É preciso considerar que, ao longo das diferentes civilizações e contextos históricos vivenciados até 2020, as efervescências históricas culminaram em movimentos de violência e barbárie que trouxeram danos muitas vezes irreparáveis para o homem. Desdobraram, também, grandes inovações e (re)contornaram os percursos da evolução humana. A apropriação, entendimento e valorização de questões linguísticas para a proposição de inovações precisa começar a ser levada mais a sério da pandemia de COVID-19 em diante. Hoje as diferentes tratativas da língua(gem) são permeadas de questões de bem-estar social. Nessa perspectiva, a língua(gem) (e o conhecimento aprofundado dela) é uma arma, ou, veículo para manter a saúde das diferentes memórias discursivas nas quais o sujeito se ancora para constituir-se.

“Brasil Pandêmico” é sinônimo de uma memória constitutiva de país adoentado linguisticamente. Se vivemos uma “Pandemia Linguística” oriunda de agora ou de algum outro lugar na nossa história (o que pouco importa) não sabemos. O fato é que estamos tomados de sintomas unos que coletivamente têm, na e pela linguagem, representado traços de Patologias da Linguagem característicos das memórias discursivas que constroem a nossa

sociedade. Esses sintomas têm acirrado violência, impotência, preconceito, incapacidades, racismo, autodestruição e automutilação de (em) inúmeros seres humanos e causado a morbidade de inúmeros outros tornando-os meros pedaços de carne. Não é possível ser saudável e nem ser humano posicionando-se em memórias discursivas que se articulam ao entorno dessas (destruí) ações regidas na e pela linguagem.

Referências

CORACINI, Maria. José. Identidade e O monolinguismo do outro. *In*: CORACINI, M. J. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 3. ed. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. XXI.

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Tradução: J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 189-199. v. 19.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v. 18.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HAWKING. Stephen. **Uma breve história do tempo**. Tradução: Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

JORDÃO, Aline Bedin; PETRI, Verli. No entremeio da análise de discurso e da psicanálise: as bordas do real. **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, Santa Maria, v. 16, jan./jun. 2018.

LACAN, Jacques. **O Seminário**: livro 7: A ética da psicanálise. Tradução: Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador das funções do eu. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 96-103.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. p. 238-324.

LACAN, Jacques. **A identificação**: Seminário 1961-1962. Tradução: Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

LACAN, Jacques. **O Seminário**: Livro 23: O sintoma (1975-1976). Tradução: Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. Desenvolvimento ou constituição do sujeito (do desejo). *In*: LAJONQUIÈRE, Leandro de. **De Piaget a Freud**: para repensar as aprendizagens. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 150-162.

NASIO, Juan-David. **Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005. (Original publicado em 1999).

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* (org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PORGE, Erick. **Jacques Lacan um psicanalista**: percurso de um ensino. Tradução: Cláudia Thereza Guimarães de Lemos, Nina Virginia de Araújo Leite e Viviane Veras. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

TAVARES, Carla Nunes Vieira. Fronteiras litorâneas no conceito de sujeito em pesquisas sobre a subjetividade em jogo no ensino-aprendizagem de línguas. **Revista Linguagem e (dis)curso**, online, v. 13, n. 2, p. 299-316, 2013.

2



Vidas negras importam: uma análise discursiva crítica de abordagem sociocognitiva

Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi¹

O presente capítulo tem por objetivo apresentar uma análise de um artigo de opinião publicado no site #susconeta. Para isso, pautei-me nos estudos da Análise de Discurso Crítica (ADC) ou Estudos Críticos do Discurso (ECD), teoria/método que surgiu em um Simpósio realizado em Amsterdã, em janeiro de 1991. Nesse Simpósio, estiveram reunidos: Gunther Kress, Theo van Leeuwen, Ruth Wodak, Norman Fairclough e Teun Adrianus van Dijk. Esses teóricos apresentam diferentes abordagens da ADC, tais como: atores sociais, histórico-discursiva, dialético-relacional e sociocognitiva.

Como pesquisadora da ADC, tenho focado meus estudos nessas duas últimas abordagens. E, para esse capítulo, centrei-me na abordagem sociocognitiva de van Dijk (1977, 1983, 2012, 2015, 2017, 2018a, 2018b). Optei por usar apenas uma das abordagens, a sociocognitiva, por uma questão de dimensão espacial e pelo fato de seu teórico ser também um grande estudioso do racismo (há mais de 40 anos), que é um tema que faz parte deste estudo e da minha tese de doutorado que está em construção. Escolhi analisar um artigo de opinião que versa sobre as consequências da pandemia da COVID-19 na vida dos negros e como o racismo tem sido mais evidenciado.

Quanto às categorias de análise, segui o que o *corpus* guiou. Isso é recomendado pelos estudos em ADC/ECD: não escolher as

¹ Doutoranda em Estudos linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Integra o Grupo de Pesquisas e estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional, da UFU, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Bolsista Capes. Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Brasil – Capes – Código do financiamento 001. E-mail: cvguisardi@gmail.com.

categorias *a priori*. O *corpus* direcionou, principalmente, para as categorias de argumentação (o que não é nenhuma surpresa, por se tratar de um artigo de opinião) e para categorias de significado do discurso (tópico, metáforas e polarização). Para apresentar os pressupostos teórico-metodológicos, bem como a análise do *corpus*, dividi o capítulo em 3 seções e 1 subseção, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, faço uma breve apresentação da ADC/ECD e explico a abordagem sociocognitiva. Na subseção, é feita uma explicação das categorias que mais tiveram ocorrências no *corpus*. Na segunda seção, faço uma breve abordagem do racismo, e a última seção é destinada à apresentação do *corpus* e à sua análise.

A análise de discurso crítica e a abordagem sociocognitiva

A ADC/ECD tem uma base multidisciplinar que busca relacionar estruturas discursivas com estruturas sociais. Para van Dijk (2015, p. 15), os estudiosos de ADC/ECD não são “neutros”, “mas se comprometem com um engajamento em favor dos grupos dominados na sociedade. Eles assumem uma posição e fazem isso de modo explícito”. Quanto à abordagem sociocognitiva, sua maior contribuição é “explicar como estruturas de poder e abuso de poder são discursivamente apresentadas e reproduzidas” (VAN DIJK, 2016, p. 8). Esse estudioso explica que “uma abordagem sociocognitiva supõe que as estruturas sociais precisam ser interpretadas e representadas cognitivamente e que tais representações mentais afetam os processos envolvidos na produção e interpretação do discurso” (VAN DIJK, 2016, p. 8).

De acordo com van Dijk, a teoria sociocognitiva “relaciona estruturas do discurso com interação social e estrutura social por meio de uma interface cognitiva. Uma teoria cognitiva não apenas tem regras e conceitos, mas também estratégias e esquemas, isto é, recursos para um processamento rápido e funcional da informação” (VAN DIJK, 2015, p. 81). Conforme van Dijk e Kintsch (1982 *apud* VAN DIJK 2015, p. 81), “um dos mais óbvios exemplos de tais recursos de processamento cognitivo baseia-se na típica estrutura

da sentença: se é dada uma estrutura interrogativa, nós podemos, provisoriamente, concluir que se trata de uma pergunta ou pedido”.

Assim sendo, apresento, pautando-me nos estudos de van Dijk (1998, 2015, 2016, 2017, 2018a, 2018b), um resumo dessa abordagem: uma teoria sociocognitiva preocupa-se com: a) a dimensão pessoal de modelos mentais pessoais dos eventos sobre os quais falamos ou escrevemos; b) os eventos sobre os quais falamos ou escrevemos; c) a situação comunicativa (modelos contextuais); d) a dimensão social que envolve crenças, conhecimentos, atitudes e ideologias socialmente compartilhadas (que controlam os modelos pessoais e de forma indireta, o discurso); e) o meio de descrição e explicação de aspectos do próprio discurso, tais como as estruturas discursivas que são baseadas no conhecimento (como por exemplo, as evidências, a coerência semântica local e global, dentre outros) e na ideologia (as estruturas discursivas relacionadas à polarização entre Nós (endogrupo) e Eles (exogrupo) (VAN DIJK, 2016, 2017).

A abordagem sociocognitiva apresenta uma série de categorias. Para este capítulo, abordarei, na subseção a seguir, apenas aquelas que aparecem com mais frequência no *corpus*.

QUADRO 1 – CATEGORIAS ANALÍTICAS

ARGUMENTAÇÃO	SIGNIFICADO DO DISCURSO
<p>“A argumentação é um domínio maior em que podem ser expressos pontos de vista ideológicos. O estudo de inúmeras falácias argumentativas tem mostrado que os arguentes poderosos podem manipular as suas audiências tornando mais explícitos ou proeminentes os argumentos que servem os seus auto-interesses, enquanto que os outros argumentos permanecem implícitos (VAN DIJK, 2017, p. 129). A argumentação reflete posições, crenças, relações entre os participantes, tendo por essa razão, uma base contextual. Ela pode ser usada para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. “defender ou atacar ‘posições’ como as opiniões ou atitudes acerca de problemas sociais relevantes”. 2. “apresentar, de maneira implícita ou explícita, passagens cognitivas que sugerem (ou forçam as pessoas a tirar) conclusões de argumentos que são aceitos na interação racional e na comunicação” (VAN DIJK, 2018b, p. 268). <p>Alguns tipos de argumentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Autoridade: uso de autoridades no assunto discutido, a fim de convencer e persuadir o interlocutor. 2. Jogo de números: uso de números para reforçar a credibilidade em movimentos que possuem foco na objetividade. 3. Exemplificação/ilustração: uso de argumentos para exemplificar, normalmente em forma de vinheta ou estória pequena, ilustrando o que é defendido pelo orador. 4. Contrafactuais: uso de estratégia argumentativa de persuasão relacionada à atitude de pedir empatia. 5. Evidencialidade: uso de alguma evidência ou prova para seu conhecimento ou opinião. Isso pode acontecer por meio de referências a figuras de autoridades. 6. Generalização: uso de generalizações para tentar convencer e persuadir. 	<p>O significado do discurso é uma noção vastamente complexa, resumido da seguinte forma por van Dijk (2012, 2017):</p> <ul style="list-style-type: none"> → conceitos expressos por palavras; → proposições expressas por orações ou sentenças; → sequências coerentes de proposições expressas por sequências de sentenças; → significados gerais (tópicos, macroestruturas) dos fragmentos discursivos; → episódios de tipos variados e discursos inteiros. <p>Alguns tipos de significados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Tópicos: Os tópicos não são propriedades do contexto (como se assume na maioria dos estudos linguísticos baseados na sentença), mas sim uma propriedade do ‘próprio’ texto ou da ‘própria fala’. 2. Metáfora: As metáforas conceituais oferecem uma rica fonte para a construção discursiva do mundo como uma forma de condicionamentos contextuais. Por exemplo, “estudos sobre o racismo da imprensa ‘branca’ da Europa Ocidental encontram repetidamente o uso das mesmas metáforas nos tratamentos dados à imigração: a imigração é uma invasão, ou uma quantidade formidável de água ou neve em que corremos o risco de afogar-nos; os imigrantes são costumeiramente descritos como chegando em ‘ondas’ ou ‘avalanches’, usos que se tornaram absolutamente normais e acabaram sendo dicionarizados[...]” (VAN DIJK, 2018b, p. 249). 3. Polarização, categorização do NÓSxELES Uso de estratégias semânticas em que prevalecem as expressões de cognição polarizadas e a divisão categórica de pessoas em endogrupo (Nós) e exogrupo (Eles).

FONTE: Quadro elaborado pela autora com base em van Dijk (2012, 2017, p. 249-270, 2018b)

Conforme o que está no quadro 1, é possível notar que a **argumentação** está a serviço de convencer e persuadir; no caso do

racismo, por exemplo, ninguém nasce racista, mas pode aprender a ser, sendo persuadido ou convencido pelo outro. Quanto aos significados do discurso, são apresentados, no quadro 1, os seguintes: a) **Os tópicos**, que “são macroestruturas semânticas de estruturas locais. Eles representam aquilo ‘sobre o que versa’ o discurso. São expressos frequentemente pelos títulos, manchetes de notícias, sumários, resumos, orações temáticas” (GUISARDI; OTTONI, 2020, no prelo)²; b) **metáforas**, que são também uma forma de significado, cujo objetivo não é simplesmente deixar um texto mais elegante; elas representam maneiras de pensar, de conceituar (VAN DIJK, 2020³); c) a polarização, que pode ser analisada por meio do quadrado ideológico: “ênfatar NOSSAS coisas boas; ênfatar as coisas ruins DELES; Não ênfatar NOSSAS coisas ruins; não ênfatar as coisas boas DELES” (VAN DIJK, 2012, p. 32). Há outras possibilidades de os significados serem manifestados, no entanto, só foram apresentados aqueles que tiveram maior ocorrência no *corpus* escolhido para análise, que traz como tópico, o racismo, sobre o qual discorro a seguir.

O racismo e o discurso

O racismo está relacionado ao discurso, uma vez que é por meio deste – principalmente o discurso das elites simbólicas⁴ – que as pessoas podem ser influenciadas e aprender a ser racistas. De acordo com van Dijk:

O discurso também desempenha um papel fundamental para essa dimensão cognitiva do racismo. As ideologias e os preconceitos étnicos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos e aprendidos, e isso normal-

² Com base nos estudos de van Dijk (2017).

³ Todas as citações que se referem a van Dijk (2020) são anotações feitas por mim a partir de apontamentos feitos por ele na videoconferência “Cátedra de inauguración de comunicación y discurso”, realizada no dia 7 de setembro de 2020, da qual participei como ouvinte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MAI3Ns2hDps&feature=youtu.be>. Acesso em: 7 set. 2020.

⁴ Elites simbólicas são aquelas que têm o controle do discurso público.

mente ocorre através da comunicação, ou seja, através da escrita e da fala. Essas representações mentais do racismo são tipicamente expressas, formuladas, defendidas e legitimadas no discurso e podem assim ser reproduzidas e compartilhadas dentro do grupo dominante. Esse é essencialmente o modo como o racismo é ‘aprendido’ na sociedade (VAN DIJK, 2015, p. 135).

Assim, é possível afirmar que o discurso é usado como uma forma de dominação e reprodução do racismo e, para van Dijk (2015, p. 134), “[...] especialmente nas sociedades contemporâneas da informação, o discurso reside no coração do racismo”. Van Dijk (2012) assevera que o racismo pode ser descrito como um sistema composto por dois subsistemas: o das práticas sociais cotidianas e o cognitivo. O primeiro subsistema, o das práticas sociais, envolve discriminação, opressão, exclusão, por exemplo. Já o segundo envolve cognição (valores, atitudes, ideologias, crenças) (VAN DIJK, 2012, 2020).

Segundo van Dijk (2016, p. 18), “fundamental para a reprodução do sistema é a reprodução de representações sociais nas quais ele se baseia”. Esse pesquisador defende que “embora todos os membros do grupo dominante possam ter acesso a práticas discriminatórias e discursos específicos na interação cotidiana, os mais influentes são os discursos discriminatórios públicos das elites simbólicas” (VAN DIJK, 2016, p. 18). Isso pode ocorrer na universidade, na política, na educação, na mídia; são as elites que controlam os tópicos, o léxico, os argumentos, as imagens, as metáforas (VAN DIJK, 2016, 2020).

Por fim, levando em consideração o objetivo que os analistas críticos de discurso têm, que é de contribuir para uma transformação/minimização (OTTONI, 2019⁵; GUIARDI; OTTONI, 2020a, 2020b) dos problemas sociais, posicionando-se a favor dos grupos dominados e oprimidos, é que apresento a análise do *corpus*, com o desejo de que ela possa contribuir para um pensar e agir antirracista.

⁵ O uso do termo transformação/minimização foi adotado a partir de discussão realizada em aula da disciplina ministrada pela professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni (2019, UFU): “Tópicos em Estudos Linguísticos”: introdução à Análise de Discurso Crítica”. A pesquisadora supracitada motivou uma discussão em que esse termo transformação/minimização de um problema social seria mais adequado, em vez de superação de um problema social, tal como defendem alguns pesquisadores. A escolha se justifica pelo fato de muitas vezes não ser possível superar totalmente um problema social, mas transformá-lo ou minimizá-lo.

Apresentação e análise do corpus

1 Pandemia é grave, mas o racismo segue derrubando corpos negros há 500 anos no Brasil e o Estado pouco
2 se importa

3
4 por Altamira Simões*
5 conselheira nacional de Saúde

6 Vidas Negras importam, mas a bestialidade do racismo, do preconceito que estrutura a sociedade brasileira,
7 acha que não. A sociedade racista acha que nossos corpos são "matáveis", que cada vida negra ceifada
8 encontrou seu caminho natural. A morte do povo preto não gera comoção nacional, talvez uma ou outra
9 nota de repúdio, um "meus sentimentos"; um "que absurdo"; "que falta de humanidade". A pandemia do
10 Novo Coronavírus já matou mais de 30 mil pessoas no Brasil. E o povo preto segue sendo assassinado pelo
11 Estado diariamente, seja pelas políticas genocidas disfarçadas de Segurança Pública, seja pela negação de
12 direitos às populações mais vulnerabilizadas. Morremos de Covid-19 e das balas da polícia. Estudo do
13 Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-Rio revelou que 71,31% de pessoas pretas e pardas,
14 com baixa escolaridade, chegam a óbito; enquanto o óbito de pessoas com nível superior é de 22%. Segundo
15 a pesquisa, esse fenômeno é decorrente da desigualdade social que as populações preta e parda estão
16 submetidas, dificultando o acesso às políticas públicas. No caso do acesso à Saúde, negros e negras, por
17 vários fatores, só procuram a assistência quando já estão com os sintomas agravados. Os pesquisadores
18 associam a falta de escolaridade como um dos fatores que retardam a busca por assistência médica. Os
19 Mapas da Violência, atualmente, mostram números alarmantes da morte de jovens pretos periféricos, além
20 de termos uma das polícias mais violentas e assassinas do mundo. Após a morte do garoto João Pedro, 14,
21 no Rio de Janeiro, após a morte do ativista George Floyd, nos Estados Unidos, vemos uma revolução preta
22 se aproximar. Violência e racismo são questões urgentes de Saúde Pública, que devastam nosso emocional
23 e nosso físico por toda a vida. No Brasil, durante o último final de semana, assistimos à branquitude
24 defendendo o fascismo, legitimada pelo Estado, pela polícia, com alusões criminosas e abertas até mesmo
25 à Klu Klux Klan que matou milhares de negros e negras de 1920 até aqui. Não dá pra falar em Direitos
26 Humanos se todos não contestarem os privilégios. A luta contra o racismo deve ser base perene de qualquer
27 outra luta. O racismo estruturou nosso país. Se não rompermos essa estrutura, estaremos sempre
28 empurrando a poeira para debaixo do tapete. Logo mais, outro João Pedro, Agatha, Mariella, Cláudia,
29 Amarildo e tantos outros vão morrer. Em meio à pandemia, em luta por leitos, respiradores, protocolos
30 mais rígidos no uso de medicamentos, a população negra continua padecendo nas favelas, nas comunidades
31 periféricas do Brasil. O coronavírus é só mais um inimigo que se soma aos inúmeros inimigos que matam
32 todos os dias jovens, mulheres, idosos negros e negras nesse país governados por pessoas brancas, em todas
33 as esferas, inclusive na Saúde. Fala-se dos efeitos da pandemia na saúde mental da população. De que
34 população estão falando? Das que alimentam as filas das lotéricas e da Caixa Econômica em busca do
35 auxílio emergencial? Das que buscam auxílio por cestas básicas, vale-gás, sopa, agasalhos? Das que sabem
36 que serão mortas por falta de ar, na rua, nas favelas, sem acesso à assistência, tornando-se subnotificação?
37 Das que são invisíveis para a sociedade racista, desumana? Das que têm suas vozes silenciadas? De que
38 pessoas a branquitude está falando? Só no último mês soubemos de dois jovens negros, sem crime algum,
39 assassinados pelo Estado, no Rio de Janeiro. Famílias e comunidades seguem sendo dizimadas, expostas à
40 Covid-19 e às balas da polícia, tendo seu isolamento social negado porque o povo preto não pode parar de
41 trabalhar na rua para se dar o privilégio de ficar em casa. A cloroquina pode matar se usada sem respaldo
42 médico e científico, mas muitos de nós já estamos mortos e mortas pelo racismo, pela falta de solidariedade,
43 pela falta de acolhimento de nossas dores. O Brasil segue em defesa das vidas brancas? Todas as vidas
44 pretas importam. Parem de nos matar! Não somos bobos, mesmo com decretos de fila única para leitos,
45 sabemos que nossos corpos ainda tombarão na porta das unidades de Saúde, porque vidas pretas não
46 importam numa sociedade racista, seja em tempos de pandemia ou não. Mas a chama que arde em nossos
47 peitos não será apagada, seguiremos com nosso ímpeto revolucionário, pregando a transformação social. A
48 luta antirracista é dever não só do Conselho Nacional de Saúde (CNS), mas de todos e todas

49 *Altamira Simões é psicóloga, conselheira nacional de saúde, representante da Rede LaiLai Apejo e
coordenadora da Comissão Intersetorial de Políticas de Promoção da Equidade (Cippe) do CNS.

FONTE: Disponível em: <https://cutt.ly/chi6RXC>

O artigo de opinião foi publicado no #susconeta e produzido por Altamira Simões (2020), conselheira nacional de saúde, representante da Rede LaiLai Apejo e coordenadora da Comissão Intersetorial de Políticas de Promoção da Equidade (Cippe) do CNS (Conselho Nacional de Saúde) (cf. linhas 3, 4, 48 e 49).

O **tópico** é sobre a gravidade do racismo no Brasil (“Pandemia é grave, mas o racismo segue derrubando corpos negros há 500 anos no Brasil e o Estado pouco se importa”), se considerarmos o título do artigo de opinião. A fim de favorecer a compreensão do leitor, segue uma sumarização do artigo por meio de macroproposições⁶, conforme orienta van Dijk (2013, 2017):

M1: Vidas negras importam.

M2: A bestialidade do racismo acha que as vidas negras não importam.

M3: A sociedade acha que nossos corpos são matáveis.

M4: A pandemia do novo coronavírus já matou mais de 30 mil pessoas no Brasil⁷.

M5: O povo negro continua sendo assassinado pelo Estado Diariamente.

M6: 71, 31% de pessoas pretas e pardas, com baixa escolaridade, chegam à óbito.

M7: O fenômeno é decorrente da desigualdade social que as populações pretas e pardas são submetidas.

M8: Em meio à pandemia, a população negra continua padecendo nas favelas, nas comunidades periféricas.

M9: A cloroquina pode matar se usada sem respaldo médico e científico, mas muitos de nós já estamos mortos pelo racismo.

Podemos também apresentar uma macroproposição global do artigo de opinião:

As vidas negras importam, apesar de pessoas racistas acharem que não. O povo negro está sendo assassinado pelas políticas públicas genocidas disfarçadas de segurança pública, ainda, que muitas vezes, seja pela negação de direitos às populações mais vulnerabilizadas. Morremos de COVID-19 e de balas de polícia. A luta contra o racismo deve ser base perene de qualquer outra luta.

⁶ “A noção de macroproposição é relativa, definida em relação a uma sequência de proposições (locais ou globais) da qual é derivada” (VAN DIJK; KINTSCH, 1983, p. 190). Para se construir macroproposições, são aplicadas às proposições transformações semânticas chamadas de macrorregras (VAN DIJK, 1977), que têm a função de transformar as proposições de um texto num conjunto de macroproposições que o representem.

⁷ Até a data de produção deste artigo (10 de setembro de 2020) são mais de 120 mil vítimas da COVID-19 no Brasil.

Sabemos que essas macroposições têm como objetivo orientar o leitor para que ele tenha uma noção do que se trata o texto, mas isso requer também que seja utilizado seu conhecimento prévio, no caso sobre COVID-19 e racismo, para que compreenda o que foi dito.

Localizamos algumas estratégias de argumentação e o uso de metáforas no artigo de opinião, as quais exemplificamos no quadro a seguir.

QUADRO 2 – ANÁLISE DOS TRECHOS DO ARTIGO

ESCOLHAS LINGÜÍSTICAS (METÁFORAS) LIGADAS AO SIGNIFICADO	ESCOLHAS LINGÜÍSTICAS LIGADAS À ARGUMENTAÇÃO
<p>1) Vidas negras importam, mas a bestialidade do racismo, do preconceito que estrutura a sociedade brasileira, acha que não. A sociedade acha que ossos corpos são matáveis, que cada vida ceifada encontrou seu caminho natural. (linhas 5 e 6)</p> <p>2) Após a morte do garoto João Pedro, 14, no Rio de Janeiro, após a morte do ativista George Floyd, nos Estados Unidos, vemos uma revolução preta se aproximar. (linhas 19 a 21)</p> <p>3) No Brasil, durante o último final de semana, assistimos à branquitude defendendo o fascismo. (linhas 22 a 23)</p> <p>4) O racismo estruturou nosso país. Se não rompermos essa estrutura, estaremos sempre empurrando a poeira para debaixo do tapete (linhas 26 a 27)</p> <p>5) O coronavírus é só mais um inimigo que se soma aos inúmeros inimigos que matam todos os dias jovens, mulheres, idosos negros e negras nesse país. (linhas 30 a 31)</p> <p>6) Fala-se dos efeitos da pandemia na saúde mental da população. De que população estão falando? Das que alimentam as filas das lotéricas e da Caixa Econômica em busca do auxílio emergencial? Das que são invisíveis para a sociedade racista, desumana? Das que têm suas vozes silenciadas? De que pessoas a branquitude está falando? [...] Só no último mês soubemos de dois jovens negros, sem crime algum, assassinados pelo Estado, no Rio de Janeiro. (linhas 32 a 38)</p> <p>7) A cloroquina pode matar se usada sem respaldo médico e científico, mas muitos de nós já estamos mortos e mortas pelo racismo, pela falta de solidariedade, pela falta de acolhimento de nossas dores. (linhas 40 a 42)</p> <p>8) Mas a chama que arde em nossos peitos não será apagada, seguiremos com nosso ímpeto revolucionário, pregando a transformação social. (linhas 43 a 46)</p>	<p>Jogo de números:</p> <p>Estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-Rio revelou que 71,31% de pessoas pretas e pardas, com baixa escolaridade, chegam a óbito; enquanto o óbito de pessoas com nível superior é de 22%. (linhas 12 a 13)</p> <p>Evidencialidade:</p> <p>Segundo a pesquisa, esse fenômeno é decorrente da desigualdade social que as populações preta e parda estão submetidas, dificultando o acesso às políticas públicas. (linhas 14 e 15)</p> <p>Autoridade:</p> <p>Os Mapas da Violência, anualmente, mostram números alarmantes da morte de jovens pretos periféricos, além de termos uma das polícias mais violentas e assassinas do mundo. (linhas 17 a 19)</p> <p>Exemplificação/ilustração:</p> <p>Após a morte do garoto João Pedro, 14, no Rio de Janeiro, após a morte do ativista George Floyd, nos Estados Unidos, vemos uma revolução preta se aproximar. (linhas 19 a 21)</p> <p>Contrafactuais:</p> <p>O Brasil segue em defesa das vidas brancas? Todas as vidas pretas importam. Parem de nos matar! Não somos bobos, mesmo com decretos de fila única para leitos, sabemos que nossos corpos ainda tombarão na porta das unidades de Saúde, porque vidas pretas não importam numa sociedade racista, seja em tempos de pandemia ou não. Mas a chama que arde em nossos peitos não será apagada, seguiremos com nosso ímpeto revolucionário, pregando a transformação social. (linhas 42 a 47)</p>

FONTE: Quadro elaborado pela autora.

É possível perceber que as metáforas, de fato, não são inocentes, como algumas pessoas podem pensar. Elas estão a favor da ideologia, dos interesses de um determinado grupo social, que no caso deste artigo de opinião, é a representação de grupos que lutam por práticas antirracistas, por uma reparação história de 500 anos de escravidão. Para isso, a produtora do texto faz escolhas semânticas tais como: 1) *bestialidade*, a fim de evidenciar o quanto o racismo é uma coisa tosca; 2) *encontrou seu caminho natural*, para dar destaque à naturalização que vem ocorrendo das mortes do povo negro; 3) *assistimos à branquitude*, a fim de fazer com que o leitor recorra à sua memória e lembre o que um movimento pró-governo, constituído por brancos, fez há alguns meses atrás, em Brasília (DF): alusões à Klu Klux Kan, que matou milhares de negros e negras; 4) *O racismo estruturou nosso país*, com o intuito de afirmar que o Brasil pós-abolição não deu oportunidade aos negros de serem inseridos no mercado de trabalho, de terem acesso à educação e à saúde, dentre outros direitos, e fez com que o Brasil fosse sendo construído tendo em sua estrutura o racismo; 5) *empurrando a poeira para debaixo do tapete*, para mostrar a negação que há tanto do racismo existente no país, quanto da reparação histórica que os negros merecem; 6) *O coronavírus é só mais um inimigo*, oração usada pela articulista, a fim de reforçar que não é somente a COVID-19 que mata o povo negro, mas que outros fatores têm sido causa dessas mortes, tais como a violência policial praticada contra os negros, a própria impossibilidade de se unir a grupos que lutam contra práticas racistas, por não terem acesso ao discurso público; a falta de acesso à saúde, mesmo sem ser em tempos de pandemia; Tudo isso é reforçado por meio da argumentação de **evidencialidade, de jogos de números, de exemplificação/ilustração**, conforme é possível perceber no quadro 2.

Tem-se também o excerto 7) *Das que alimentam as filas das lotéricas e da Caixa Econômica? Das que são invisíveis para a sociedade racista, desumana? Das que têm suas vozes silenciadas? De que pessoas a branquitude está falando? [...]*. O uso das metáforas reforça a polarização existente entre o endogrupo e o exogrupo. É preciso destacar

que a polarização existe tanto em relação à elite X minorias, quanto minorias X elite. De qualquer forma, a polarização é uma forma de situar esses atores em algum grupo social com interesses comuns. Quando a produtora questiona sobre de que pessoas a branquitude está falando, cria claramente uma oposição entre negros e aqueles que se assumem como brancos. É possível perceber que a articulista não destaca o lado ruim dos negros, somente dos brancos. Não foi apresentado nenhum **argumento** para dar voz aos brancos que lutam por práticas antirracistas; o que ocorreu foi o uso de argumento de **generalização**, como se nenhum branco estivesse engajado na luta antirracista. Essa polarização é comum, se formos pensar em termos de ideologia, já que temos a prática de ressaltar o lado negativo DELES, e o positivo NOSSO. Assim, mesmo que a produtora do texto não tenha apresentado, em seu artigo de opinião, argumentação sobre ações feitas por brancos em combate ao racismo, não quer dizer que, por sua luta ser favorável às minorias, não haja polarização. Mesmo porque o discurso antirracista é também uma forma de polarização (VAN DIJK, 2020); é possível comprovar isso observando o próprio título do artigo (tópico), quando há uma retomada ao passado histórico da escravidão para culpar os brancos pelas mortes dos negros: *Pandemia é grave, mas o racismo segue derrubando corpos negros há 500 anos no Brasil e o Estado pouco se importa*. Do mesmo modo, pode ocorrer de a elite culpar os negros por terem sido escravizados e não ver questões de reparação históricas como necessárias; 7) [...] *muitos de nós já estamos mortos e mortos pelo racismo*, com o uso da metáfora com o intuito de explicar como as práticas racistas prejudica as suas vítimas e revela como o Brasil continua preso ao contexto colonizador; 8) **chama que arde em nossos peitos não será apagada**, uma metáfora que marca o sofrimento e ao mesmo tempo a luta e força do povo negro.

O artigo de opinião é finalizado com o uso de metáforas e com argumentos contrafactuais, em uma tentativa da produtora do texto

de buscar a empatia para uma luta antirracista com o apelo: *parem de nos matar!*

Considerações finais

Como é conhecido, o estudo do discurso precisa ser multidisciplinar. Muitos podem considerar que essa análise tem um caráter puramente político, mas ela comprova o quanto é importante não desvincular a linguagem das questões sociais, e tudo isso, conforme explica van Dijk (2016), vai envolver uma relação dialética entre atos linguísticos, cognitivos, socioculturais e políticos.

A produtora do artigo de opinião propõe discutir sobre o racismo, dando destaque não só para as mortes do negros, ocasionadas pela COVID-19, mas também, por outras causas decorrentes de vários problemas sociais, tais como falta de acesso à saúde, à educação, o grande número de negros que estão sendo agredidos pelo mundo por policiais – como foi o caso de George Floyd, nos Estados Unidos, e João Pedro, no Brasil, mais especificamente em uma favela do Rio de Janeiro.

Apesar de se tratar de uma breve análise de um exemplar de artigo de opinião, é possível perceber o quanto uma análise sociocognitiva está relacionada com as estruturas do discurso e com as estruturas sociais. O intuito maior é que esse estudo, somado a outros, possa contribuir para análises críticas de discurso, bem como para um pensar e agir acerca da importância de uma luta por práticas antirracistas, partindo tanto do povo negro quanto do branco.

Referências

GUISARDI, Conceição Maria Alves de Araújo; OTTONI, Maria Aparecida Resende. Representação discursiva da desigualdade social: limitações da educação remota em tempos de pandemia. *In*: PEREIRA, Anísio Batista; CAMPOS, Jefferson. **Discursos, culturas e memória na América Latina entre análises e práticas na contemporaneidade**. Catu: Bordô-Grená, 2020. No prelo.

GUIARDI, Conceição Maria Alves de Araújo; OTTONI, Maria Aparecida Resende. **O escancarar da desigualdade social em tempos de pandemia**: uma análise discursiva crítica de abordagem sociocognitiva. 2020b. No prelo.

SIMÕES, Altamira. Pandemia é grave, mas o racismo segue derrubando corpos negros há 500 anos no Brasil e o Estado pouco se importa. **Conselho Nacional de Saúde**, 29 maio 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1209-artigo-pandemia-e-grave-mas-o-racismo-segue-derrubando-corpos-negros-ha-500-anos-no-brasil-e-o-estado-pouco-se-importa>. Acesso em: 6 nov. 2020.

VAN DIJK, Teun A. **Text and context**. London: Longman, 1977.

VAN DIJK, Teun A. **Ideology**: A Multidisciplinary Approach. London: Sage Publications, 1998.

VAN DIJK, Teun A. Política, ideologia e discurso. *In*: MELO, Iran Ferreira (org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso**: teoria e prática. Campinas: Pontes, 2012. p. 15-49.

VAN DIJK, Teun A. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. Tradução: Breno Wilson Leite Medeiros. **Linha D'água**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 351-381, 2013.

VAN DIJK, Teun A. Discurso das elites e racismo institucional. Tradução: Gláucia Lara e Regina Vieira. *In*: LARA, Gláucia P.; LIMBERTI, Rita P. (org.). **Discurso e (de)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 31-48.

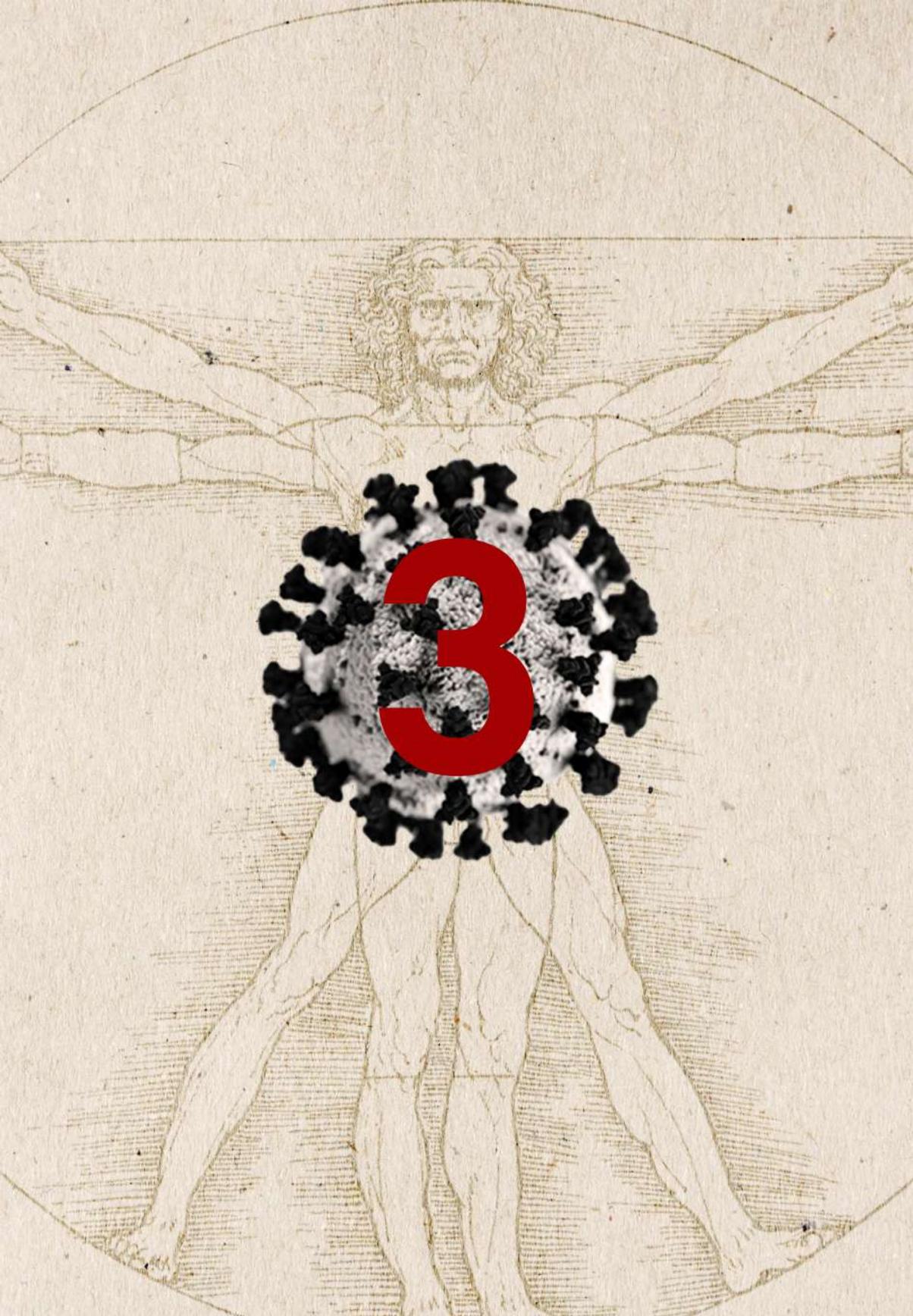
VAN DIJK, Teun A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. Tradução: Pedro Theobald. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 9, n. supl., p. 8-29, 9 dez. 2016.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, notícia e ideologia**: Estudos na Análise Crítica do Discurso. Tradução: Zara Pinto-Coelho. Portugal: Húmus, 2017.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2018a.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2018b.

VAN DIJK, Teun A.; KINTSCH, Walter. **Strategies of discourse comprehension**. New Jersey: Academic Press, 1983.



O governo de si e dos outros na quarentena: análise discursiva de memes circulados na internet

Anísio Batista Pereira¹

A problemática do sujeito tem sido objeto de estudos em vários campos científicos, em especial na Análise do Discurso em suas variadas vertentes. No bojo dessas investigações, na denominada AD francesa não é diferente, com destaque para as contribuições foucaultianas que problematizam a constituição do sujeito por vias das relações de saber e de poder que permeiam as práticas sociais. Sendo histórico, o sujeito perpassa pelos processos de subjetivação a cada época, de acordo com os jogos de verdade que culminam na sua constituição, de forma contínua e sempre em processo de transformação.

Pensando nesses pressupostos a partir do momento atual, em que se vive a quarentena, por meio deste trabalho objetiva-se descrever/interpretar e refletir sobre o governo de si e dos outros em situações cotidianas, a relação consigo mesmo e as práticas que interferem na conduta do outro nesses tempos de isolamento social. Vale destacar que a pandemia tem influenciado vários segmentos, tais como o econômico, o cultural e o social, de forma a alterar as relações de poder e as práticas discursivas dos sujeitos a nível mundial.

Na contemporaneidade, as novas tecnologias de comunicação têm servido de base para a circulação de enunciados, se configurando como veículos de trocas de informações, isto é, de práticas discursivas que se traduzem em uma identidade da sociedade atual. A mídia é um veículo de dispersão dos discursos e um dispositivo de controle dos sujeitos, em que as relações de poder e as vontades

¹ Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU/FAPEMIG). Membro pesquisador do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq). E-mail: pereira.anisiobatista@ufu.br.

de verdade se dão pela rede. “Assim, os discursos veiculados, sustentados, descartados, ou mesmo silenciados pela mídia, constituem o arquivo que define [...] o sistema de enunciabilidade, de formação e transformação dos enunciados, bem como a lei do que pode ser dito” (SOUSA, 2012, p. 42).

No contexto de cada acontecimento, discursos emergentes de várias modalidades são colocados à vista na internet, compartilhados e comentados de forma a dar visibilidade às questões cotidianas dos sujeitos, seja de modo mais realista ou irônico, trazendo o humor como forma de dar leveza às situações contingenciais. Vinculado ao momento do presente, como recorte para o *corpus* foram colhidos memes que viralizaram na internet, cujas materialidades discursivas representam modos de subjetivação e de conduzir as condutas, cujos efeitos de humor que eles provocam nos sujeitos leitores os colocam frente à realidade que os marcam pela sua constituição em tempos de pandemia.

Os estudos sobre meme vêm avançando com produtividade, tendo em vista que se trata de um gênero utilizado com frequência na internet. O conceito desse formato de discurso, utilizado com mais intensidade na rede social Facebook, é formado a partir dos estudos genéticos, cujo termo aparece pela primeira vez, segundo Souza (2013), em 1976, nos estudos de Richards Dawkins. Lima Neto (2014) destaca que a natureza propagadora do gene é tomada para a definição peculiar da replicação dos memes no ciberespaço, em que o termo se populariza com a acessibilidade da rede social supracitada a partir de 2009. Trata-se então de uma unidade de transmissão cultural (ou imitação), em que sua produção se comporta “como um recorte que resulta dos eventos e das dinâmicas que lhe produziram, constituindo-se enquanto mensagem a partir das correlações que estabelece com outros fragmentos, sejam eles concretos ou simbólicos” (SÉKULA, 2016, p. 89). Esses fragmentos, compostos por linguagem multimídia, geralmente resultam do contexto da realidade social, política, cultural e econômica, cujos sentidos são compartilhados, desestabilizados e até concorridos, e com um teor humorístico. Dessa forma, essas linguagens materializam discursos

como cenário de conflitos entre atores sociais, em que as relações de saber e de poder que daí advêm, partindo das correlações espaço-temporais, se traduzem em práticas discursivas constitutivas de sujeitos conectados à rede.

Para as análises foram acionadas formulações do teórico Michel Foucault sobre as condutas, ética e estética da existência, práticas de liberdade e governo de si e do outro. Considera-se que esse recorte teórico-metodológico se constitui em um terreno fértil para se pensar nas condutas subjetivas na história do presente, por possibilitar uma reflexão sobre as condutas em uma sociedade do controle. Além disso, essas materialidades recuperam discursos midiáticos de grande dispersão, criando efeitos de memória que recheiam o imaginário coletivo pelas construções ali presentes. Nesse contexto, discorreremos sobre a teoria, inicialmente; posteriormente, sobre os procedimentos metodológicos e, por fim, adentramos nas análises, direcionando os resultados para as considerações finais.

O governo de si e do outro na perspectiva de Michel Foucault

Refletir sobre aspectos vinculados à história do presente é mergulhar em questões subjetivas e as práticas contemporâneas, em que as efervescências discursivas produzem modos de subjetivação em rede, pelos veículos de comunicação que os sustentam. As interações sociais e a circulação de enunciados são presenciadas a todo o momento e de vários tipos e as condutas são controladas até mesmo por meio das tecnologias, como uma extensão das práticas reais propriamente ditas.

Na dimensão da dispersão discursiva, vale destacar o momento atual sob a condição de uma sociedade do controle, em que observar e conduzir o outro faz parte das vivências cotidianas, ainda mais quando se tem um veículo que intermedeia essas práticas. Controlar o outro se tornou fácil no presente e as várias formas de governo sinalizam também as técnicas de si pelas práticas de liberdade. É esse cenário teórico-metodológico que se sustenta nas concepções foucaultianas, que em seu projeto arqueogenalógico aborda essas concepções que norteiam o sujeito.

Como sustento para suas explicações, o teórico supracitado faz um rebuscado de referências filosóficas tradicionais e destaca fenômenos e escritos como exemplos, no sentido de atribuir mais clareza a suas elaborações. Vivências de sociedades passadas, em outros modos de determinações no campo sociopolítico, ilustram suas formulações. Em seus cursos no Collège de France, encontra-se um aparato amplo dessas teorias sobre governo de si e dos outros, que pode se destacar o dizer a verdade, na *parresía*, como manifestação de si e de conduzir a conduta do outro.

A denominação de ser cínico traz consigo alguns modos de conduta que Foucault (2011) classifica em diferentes formas da coragem da verdade, como a **ousadia política**, em que o sujeito se diferencia por dizer o oposto do que pensam os demais; a **bravura política**, denominada também de ironia socrática, que conduz as pessoas a reconhecerem que não sabem sobre algo que pensam saber; e **escândalo cínico**, em que colocam as pessoas na condição de perceber o que elas valorizam em pensamento, mas que é contrariado na prática, o que o teórico sinaliza de enfrentamento da cólera desses sujeitos.

O termo “cínico” pode apresentar de imediato um significado desvirtuado dessa teoria, como o de um sujeito falso, que na sociedade contemporânea é bastante difundido esse sentido de fingimento, como se observa na denominação do terceiro tipo da coragem da verdade destacado. Ao contrário, esse comportamento cínico foucaultiano encontra-se na linha do sujeito verdadeiro, autêntico, cujas práticas de si levam ao conhecimento de si e também do outro, por dizer a verdade e descortinar aspectos de conduta que o caracterizam como tal. “O cínico se reconhece a si mesmo, e ele está de certo modo sozinho consigo mesmo para se reconhecer na prova que faz da vida cínica, da vida cínica em sua verdade, vida não dissimulada, vida sem dependência, vida que refaz, desfaz, a distinção entre o bem e o mal” (FOUCAULT, 2011, p. 263).

A coragem da verdade apresenta dupla função: o conhecimento da verdade sobre si e também sobre o outro. A vida cínica provoca um efeito sobre si e esse aspecto reflete também nos outros à sua volta:

Mas essa relação com a verdade de si mesmo, aquilo de que somos capazes e do fluxo das representações deve se acompanhar de outra, que é uma relação de vigilância com respeito aos outros. É preciso que o cínico, Argos de si mesmo, fixe não só os mil olhos de que é dotado em si mesmo mas também aos outros. Ele deve olhar o que estes fazem, o que pensam, e estar, com respeito aos outros, numa situação de inspeção perpétua (FOUCAULT, 2011, p. 275).

Quando o estudioso destaca o exemplo da ousadia política, em que o sujeito se posiciona de forma contrária à Assembleia ou ao Príncipe, bem como nos outros dois exemplos, a postura cínica reflete sobre os demais. Portanto, o discurso denominado verdadeiro apresenta-se como condição de se subjetivar de acordo com uma conduta que é legitimada no sujeito e que serve como engrenagem para a condução dos outros.

Essa forma de condução por meio do dizer a verdade pode ser observada também em *Do governo dos vivos*, em que Foucault (2014) destaca o exemplo do poder pastoral como forma de levar os sujeitos ao conhecimento da verdade e, conseqüentemente, o conhecer-te a ti mesmo. Nesse exercício de governo, é esboçada a relação entre verdade e poder, como dispositivos responsáveis por conduzir as condutas nas sociedades.

O funcionamento do poder é abordado pelo referido teórico em vários de seus livros, em que essa genealogia pode ser observada com bastante recorrência na sua escrita, em especial na sua denominada segunda fase. Trata-se de uma realização que se dá por meio de técnicas que acionam recursos verbais e não verbais, que norteiam as práticas cotidianas e são mutáveis ao longo da história. Nesse percurso, “o exercício do poder supõe, nos que [governam] algo como [...] um conhecimento útil e utilizável. Diria que o exercício do poder se faz acompanhar com bastante constância de uma manifestação de verdade entendida nesse sentido bem lato (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Essa relação entre exercício do poder e verdade retifica a vida cínica pautada pela coragem da verdade, possibilitando afirmar que:

Exercício do poder e manifestação da verdade são muito mais antigamente vinculados, num nível muito mais profundo, e eu gostaria de procurar lhes mostrar – tomando um exemplo muito particular, muito preciso, que nem pertence à política – que não se pode dirigir os homens sem fazer operações na ordem do verdadeiro, operações sempre excedentárias em relação ao que é útil e necessário para governar de uma maneira eficaz. É sempre além da finalidade do governo e dos meios eficazes para alcançá-la que a manifestação da verdade é requerida por, ou é implicada por, ou está vinculada à atividade de governar e de exercer o poder. (FOUCAULT, 2014, p. 17)

A relação entre poder e verdade é mencionada em vários livros/cursos do teórico supracitado. Não se trata de uma verdade cristalizada, mas uma vontade de verdade que se manifesta a cada momento histórico, cujos discursos são controlados e classificados como verdadeiros e falsos, aquilo que entra no jogo do dizível ou não em cada época. Nesse sentido, essa prática discursiva que prima pela verdade apresenta seu vínculo nas relações de poder que criam esse efeito de verdade.

Esse exercício de conduzir o outro se dá a partir das práticas de poder que regem a sociedade. A terceira fase da teoria foucaultiana sublinha a genealogia da ética de si, em que os modos de subjetivação emergem pelas relações de saber e de poder, cujas técnicas de si possibilitam também governar o outro. A relação de si consigo mesmo é denominada pelo estudioso francês de práticas de liberdade, que seguem na esteira da ética e estética da existência, vinculadas a uma moral vigente. Ressalta-se que as relações de poder operam entre sujeitos livres que possibilitam a resistência, o que se traduz em um governar o outro a partir dessa condição.

Por outro lado, as práticas de liberdade estão no eixo de ações que libertam de amarras morais que interdita certas manifestações, como é o caso da sexualidade, que ao longo da história é controlada de forma mais rígida. Esses poderes controladores historicamente construídos bloqueiam as práticas de liberdade, que necessitam de liberações de instâncias superiores para o exercício da liberdade. Não significa que a liberação se trata de uma permissão em que o sujeito é livre sem limite para um cuidado de si, mas que “abre um

campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade” (FOUCAULT, 2004, p. 267).

Para embasar essa teoria sobre a ética do cuidado de si o estudioso apresenta como pano de fundo as convenções gregas, destacando a liberdade individual que era um aspecto de importância naquela sociedade. A manifestação dessa liberdade era validada pela racionalidade, destacando-se a ética como elemento considerável nesse processo. E o cuidado de si, nesse sentido, implica um conhecimento de si mesmo, que esse teórico denomina como o aspecto socrático-platônico. Esse conhecimento de si mesmo implica também conhecer as verdades, os jogos de verdade que se convertem em normas e prescrições que imperam historicamente em uma dada sociedade, como é o caso da grega destacada pelo estudioso.

Tomando essas considerações referenciais dos gregos para essa problematização, afirma-se que a ética e a estética da existência nada mais são do que o modo do sujeito se conduzir, de se tornar visível para os outros. “O *éthos* de alguém se traduz pelos seus hábitos, por seu porte, por sua maneira de caminhar, pela calma com que responde a todos os acontecimentos etc.” (FOUCAULT, 2004, p. 270). Esse trabalho de si sobre si exige um trabalho de si sobre si mesmo, para um modo de vida admirável que os demais sujeitos tomem como exemplo. Assim como as relações de poder, embora haja certo padrão mais universal dos modos de vida de determinada sociedade, as práticas de liberdade se caracterizam de forma particular de cada sujeito, no limite do que lhe é permitido sob a ética.

As práticas do cuidado de si, embora sejam individuais e exijam um conhecimento sobre si mesmo, não significa serem éticas pelas relações com os outros, mas também consigo mesmo:

O cuidado de si é ético em si mesmo; porém implica relações complexas com os outros, uma vez que esse *éthos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros; por isso é importante, para um homem livre que se conduz adequadamente, saber governar sua mulher, seus filhos, sua casa. Nisso também reside a arte de governar. O *éthos* também implica uma relação com os outros, já que o cuidado de si permite ocupar na cidade, na comunidade ou nas relações interindividuais o lugar conveniente

[...]. Além disso, o cuidado de si implica também a relação com um outro, uma vez que, para cuidar bem de si, é preciso ouvir as lições de um mestre (FOUCAULT, 2004, p. 270-271).

O lugar da ética deve ser considerado nas práticas discursivas como sendo não simplesmente da ordem do individual nem apenas na relação com os outros. As práticas de liberdade se constituem em uma complexa instância nesse processo de subjetivação, em que as relações intersubjetivas e consigo mesmo norteiam as condutas, com destaque para as relações microfísicas do poder e os regimes de verdade que influenciam essas constituições. Ao mesmo tempo em que o conhecer a si mesmo proporciona modos de se conduzir, a relação com o outro também apresenta seu papel nesse contexto, assim como um líder exerce papel de influenciador nesse cuidado de si pelo outro.

A condução dessas práticas de liberdade, com destaque para a ética e considerando também a vida cínica abordada são modos de governo de si e dos outros, retomando também as relações de poder nas considerações foucaultianas. Esses modos de se conduzir e de conduzir o outro são denominados de governamentalidade, conceito elaborado com base em vivências de sociedades do século XVI, como suporte para a formulação conceitual desse estudioso. Quanto à arte de governar, embora possa parecer à primeira vista como sendo atribuída ao governo de Estado, há outras instâncias a serem consideradas, como um pai em relação à casa e à família, por exemplo.

A função de se governar é discorrida como da ordem de três tipos em sua classificação, o que foge da ideia cristalizada de remeter automaticamente à função de um político, a saber: a condução de si mesmo, pautada na moral; o governo da família que se vincula à economia; e por fim o governo do Estado (FOUCAULT, 2006). Essas três formas de governo se entrelaçam, tendo em vista que o poder do Estado influencia as demais instâncias sob seu controle.

Considerando essas três instâncias de governo, cabe observar a influência de uma sobre outra, dada pela continuidade ascendente, “no sentido de que aquele que quer poder governar o Estado deve, primeiro, saber governar a si próprio; depois, em outro nível,

governar sua família, seus bens, seu domínio e, finalmente, ele chegará a governar o Estado” (FOUCAULT, 2006, p. 287). No sentido inverso, a continuidade descendente é a influência que o Estado, quando bem governado, exerce sobre os pais de família que a governam e a condução de si mesmo pelos indivíduos. Portanto, trata-se de um processo de hierarquização de se conduzir a conduta dos outros, por meio de uma administração que requer, anteriormente a essa influência sobre o outro, saber governar a si próprio.

O governo dos outros, especialmente quando se trata de um líder que desempenha o papel de influenciar os demais sujeitos, coloca em evidência uma espécie de poder: o da persuasão. Na maioria das vezes, o governante (que não se trata apenas do político, como já mencionado), utiliza o recurso da sedução, uma vez percebidas as vontades da multidão (quando se trata de um líder) ou mesmo de sujeito para sujeito no processo de condução.

Essas manifestações de exercício do poder ocorrem de maneira concreta por meio dos discursos, em que a linguagem idealiza/materializa essa influência, fator que aciona a importância da persuasão nesse processo de guia. Servindo-se das palavras de Foucault (2010), esse destaca o papel dos chefes e do Príncipe como sendo exemplos dessa forma de condução, uma vez que esses líderes lançam mão da influência em seus governos. Nesse processo, aquele que conduz os outros muitas vezes recorre a discursos para agradar, por saber exatamente o que o outro quer ouvir.

Como exemplo claro de persuasão elencado pelo referido estudioso é a influência do médico sobre o paciente. Não basta diagnosticar a doença e emitir receituário, mas usar a palavra para seguir corretamente as regras que o direcionam ao bem-estar, à vida saudável, mudança da forma de vida, adesão a regime e a dieta. Esse exemplo configura uma restauração do teórico de conselhos de Platão para Dionísio. Essa capacidade de liderança e de agir sobre o outro é uma forma de governo, uma prática discursiva que envolve o exercício de poder, uma vez que o sujeito procura interferir na conduta de outrem.

A configuração dos tipos de poder abordados por Michel Foucault se desenha a partir de vários campos do saber, como a sexualidade, a loucura, a clínica, enfim, em todas as suas formulações teóricas o poder é restaurado. No entanto, o exercício do poder não se comporta de maneira estática, mas de acordo com as condições de possibilidade que o possibilita em cada época. Da mesma forma que o sujeito é definido historicamente, os tipos de poder que imperam nas sociedades vão sofrendo alterações nessa engrenagem de rupturas e descontinuidades.

A exemplo dessas instabilidades em relação às formas de poder, destaca-se o poder punitivo com as prisões; posteriormente emergiu o poder disciplinar, este denominado pelo teórico de uma espécie de economia do poder, pois é mais vantajoso financeiramente prevenir do que remediar. E, em tempos mais recentes, destaca-se o poder que se caracteriza pela sociedade de controle:

[...] sociedade de controle que começa a se desenhar no século XVIII, com o aparecimento de um poder que é ao mesmo tempo disciplinador e normalizador e não se exerce mais sobre os corpos individualizados, mas se concentra na figura do Estado, em que é exercido com pretensões de administrar a vida e o corpo da população (SOUSA, 2012, p. 42-43).

Vale destacar que vários dispositivos influenciam essa sociedade do controle, como por exemplo quando se parte para a contemporaneidade, em que as novas tecnologias digitais acabam por influenciar esse controle de forma maciça. Trata-se de um veículo de produção e de circulação discursiva que parte tanto da figura do Estado que procura controlar a população quanto de indivíduos que controlam os outros e a si mesmos. Dessa maneira, vale salientar que os discursos são regulados e ninguém é autorizado a dizer tudo (FOUCAULT, 1996), considerando os processos de interdição e de controle de acordo com os regimes de verdade e a moral vigente.

Nesse processo constante de controle, as práticas discursivas são realizadas na esfera do que pode ser dito e a persuasão acontece de forma acentuada, conduzindo a si mesmo e os outros por meio desses dispositivos tecnológicos. Nessa circulação de enunciados,

outros são resgatados, formando-se entrecruzados que se traduzem em memória, temática a ser discorrida na próxima seção.

Breves apontamentos sobre memória discursiva

As práticas discursivas possibilitam a circulação de uma gama de materialidades sendo que, a nível de análise, como é o caso do nosso *corpus*, uma sequência que porta uma regularidade é tomada para estudos. No entanto, à primeira vista pode parecer simples sua definição, apesar de não ser. Por meio de uma linguagem verbal e não verbal (imagética), os enunciados materializam as práticas discursivas e configuram a constituição dos saberes em uma dada sociedade.

Na esteira do que se entende por discurso, consideramos válidas as palavras de Sousa que nos direcionam para essa questão:

[...] o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos enquanto enunciados, isto é, enquanto se lhes possam atribuir modalidades particulares de existência por terem sido efetivamente produzidos. O enunciado se refere ao que realmente pôde ser dito; é constituído por uma materialidade que lhe dá substância, suporte, lugar e uma temporalidade que lhe asseguram uma identidade. Soma-se a isso o fato de que o enunciado porta uma exterioridade paradoxal e formas de acúmulo que garantem os jogos da memória e do esquecimento (SOUSA, 2012, p. 41).

Ao longo dos tempos em que se deram os estudos na área da Análise do Discurso, esse suporte teórico-metodológico foi se complexificando e a ideia de um discurso homogêneo foi superada pela noção de heterogeneidade. Nesse contexto, os teóricos classificam dois aspectos constitutivos do discurso: o intradiscurso, que se encontra na sua superfície, isto é, a sua materialidade; e o interdiscurso, este sendo o elemento histórico, considerando que a cada época são produzidos discursos condizentes com as vontades de verdade.

A evolução dos estudos nesse campo disciplinar possibilitou que as análises discursivas pautassem nos sentidos que estão vinculados ao momento histórico. O interdiscurso então se trata da relação entre um discurso e outro, e essa relação entre a linguagem e

história se funde nesse contexto da enunciação pela materialidade (GREGOLIN, 2006). Além disso, a Nova História é tomada para os estudos discursivos, pela qual se considera os pequenos acontecimentos e não apenas os grandes fatos históricos e grandes líderes como a história convencional.

Essa ideia de uma história vista por baixo é da ordem da descontinuidade e dispersão, bem como assevera Foucault (2008) na sua fase arqueológica, considerando, sobretudo, a ideia de arquivo e acontecimento ligados às práticas discursivas. O arquivo se constitui pelo conjunto de enunciados produzidos em dada época, com ênfase para as condições de possibilidades que o fazem emergir (fenômenos sócio-históricos que provocam essa irrupção histórica dos discursos).

Em sua arqueologia, Foucault (2008) problematiza o enunciado, assevera que sua margem é povoada de outros enunciados, fator que aponta para a natureza descontínua da história nesse campo do saber. Essa relação de coexistência entre os enunciados se vincula na esteira do que esse teórico denomina de campo associado ou domínio associado. Não se trata de uma simples repetição de algo que foi dito, mas que funciona pela ordem do novo, pela historicidade de sempre muda seu funcionamento no contexto da enunciação. Há regularidades que desconstroem sua estabilidade no interior de uma sequência enunciativa.

Essa consideração que envolve o enunciado como povoado de outros e as condições de sua existência toma essa relação subjacente como acontecimento. Destacam-se os fatos que efetivam certos sentidos na cultura das sociedades, o que está em jogo no processo de reconstrução ulterior dessas formulações enunciativas. “O acontecimento é pensado como a emergência de enunciados que se inter-relacionam e produzem efeitos de sentido” (GREGOLIN, 2006, p. 27).

Na linha desse empreendimento teórico foucaultiano, esse autor não menciona memória discursiva em suas formulações, ficando essa tarefa a cargo de outros teóricos, como Courtine, que lança mão do conceito de formação discursiva de Foucault como elemento chave para seus estudos. A formação discursiva (FD), como aquilo que

entra na condição do dizível em determinada época, se traduz em práticas discursivas dentro das quais os enunciados se relacionam.

Introduzimos assim a noção de *memória discursiva* na problemática da análise do discurso político. Essa noção nos parece subjacente à análise das FD que a *Arqueologia do saber* efetua: toda formulação apresenta em seu “domínio associado” outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos; mas toda formulação mantém igualmente com formulações com as quais coexiste (seu “campo de concomitância”, diria Foucault) ou que lhe sucedem (seu “campo de antecipação”) relações cuja análise inscreve necessariamente a questão da *duração* e da *pluralidade dos tempos históricos* no interior dos problemas que a utilização do conceito de FD levanta (COURTINE, 2009, p. 104, grifos do autor).

O campo associado então é reformulado como memória, cujos discursos em consonância coexistem na materialidade das formulações, tomando por base a ideia de um elemento estrutural (a língua) e do acontecimento (histórico). Os efeitos de sentido se transformam historicamente no interior das formações discursivas, tendo em vista as singularidades históricas pela Nova História que considera os microacontecimentos que resultam em deslizamentos de sentidos.

A interdiscursividade é entendida como a memória, uma vez que um enunciado tido como origem é trazido para a atualidade pela enunciação, que existe na superfície de uma materialidade linguística. No entanto, os acontecimentos à sua volta inviabilizam sua repetibilidade, visto que o novo entra em cena condicionando essa adesão como efeito de memória.

No contexto das práticas discursivas, a materialidade se constitui em um elemento relevante do ponto de vista de ser uma produtora de memória, isto é, por possibilitar a emergência do visível da enunciação. Essas materialidades são povoadas de subjetividades, “considerando que a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social” (ACHARD, 1999, p. 11).

Essa noção de memória discursiva responsável pela constituição dos sentidos a cada momento é relevante para as análises do nosso objeto, tendo em vista o momento histórico da pandemia que

influencia os sujeitos tanto na vida real quanto na virtual. Nesse sentido, antes de adentrarmos as análises, segue um breve esboço sobre os procedimentos metodológicos, tomando por base o método da Análise do Discurso de linha francesa empregado nas pesquisas.

Procedimentos metodológicos

Para este trabalho, adotou-se o suporte teórico-metodológico da Análise do Discurso foucaultiana, a qual vincula-se à AD francesa. Trata-se de um método que toma por base a descrição e a interpretação no processo de análise. “Nas práticas de análise de discurso, a descrição e a interpretação devem ser simultâneas, uma espécie de batimento: Todo discurso é fundamentalmente heterogêneo e está exposto ao equívoco porque se relaciona sempre com um discurso-outro” (GREGOLIN, 2006, p. 31).

Esse método é denominado arqueogenealógico, tendo em vista que se procura realizar uma escavação acerca dos fatores responsáveis pelo aparecimento do discurso em dada época, além das relações de poder que se apresentam na materialidade linguística. No contexto dessa teoria, o método de análise busca compreender o enunciado a partir de suas condições de possibilidade, aspecto que lhe atribui uma singularidade, bem como a relação com outros enunciados em dado momento histórico.

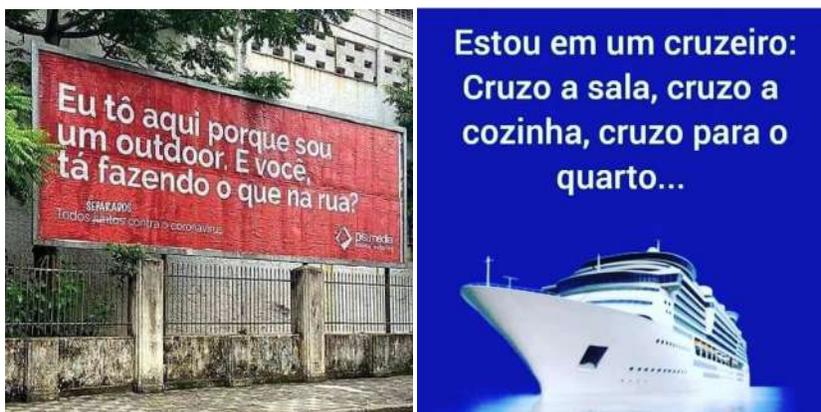
O recorte para análise é constituído por cinco memes que viralizaram na internet, principalmente em redes sociais. As manifestações dos usuários acabam por legitimá-los pelo humor e por estarem em consonância com a realidade atual que “mexe” com a vida de todos. A escolha se deu também pela regularidade desse arquivo no contexto da pandemia, em que as análises se direcionam para a constituição do governo de si e dos outros nessas materialidades.

O governo de si e dos outros nos memes circulados na internet

O que se observa em relação aos memes circulados na internet, em especial nas redes sociais, considerando que seu acesso é mais

aberto pela possibilidade de curtidas e compartilhamentos, é que eles sempre são criados a partir de outros enunciados viralizados anteriormente. Personagens de televisão e situações que tenham se popularizado se constituem em terreno fértil para essas construções, e o momento histórico coloca esses sujeitos internautas em sintonia em relação às vontades de verdades.

IMAGENS 1 E 2 – MEMES SOBRE ISOLAMENTO SOCIAL E RECLUSÃO RESIDENCIAL



FONTE: Eponine (2020)

A quarentena vincula-se a um momento histórico marcado por consideráveis mudanças nos modos de se relacionar consigo mesmo e com o outro. A proibição de se transitar na rua vai para além dos sujeitos como posição individual, mas também social e como determinação do Estado, como mecanismo de governo. Essa realidade da pandemia tem influenciado na criação de decretos em relação ao fechamento de grande parte dos comércios e interferido no trabalho, obrigando os sujeitos a permanecerem em suas residências.

Considerando essas medidas governamentais e o cuidado de si e do outro, dois espaços merecem uma atenção no que diz respeito às práticas discursivas. Os memes 1 e 2 foram dispostos um ao lado do outro exatamente pelo fato de se constituírem por espaços que refletem nos modos de relações de poder. A rua e o interior de uma residência determinam modos de comportamentos e de

como a ética deve prevalecer sobre os corpos. A grande distinção entre ambos é que enquanto a rua é percebida como espaço público para a circulação de sujeitos, a residência é propriedade particular, portanto, espaço de recolhimento.

O enunciado do meme 1 personifica o outdoor como o que se encaixa naquilo que pode e deve permanecer na rua, uma vez sendo material e tendo como função informar e persuadir os sujeitos da realidade cotidiana. Enfim, traduz-se em um suporte material para a circulação de enunciados públicos que objetivam atingir a popularidade, como se observa pela linguagem verbal e não verbal, estando disposto em um espaço urbano público. Pela estratégia da personificação, o sujeito enunciador é o próprio outdoor que passa a desempenhar o papel de um sujeito humano, em que a persuasão se faz presente “E você, tá fazendo o que na rua?”. Esse espaço público é então transformado em local de perigo, que se traduz em lugar de contaminação pela doença que circula. O outdoor passa a ser um dispositivo de controle, que interfere na conduta do outro, não importando a identidade do sujeito enunciador, mas a função do enunciado, tendo em vista a sociedade de controle.

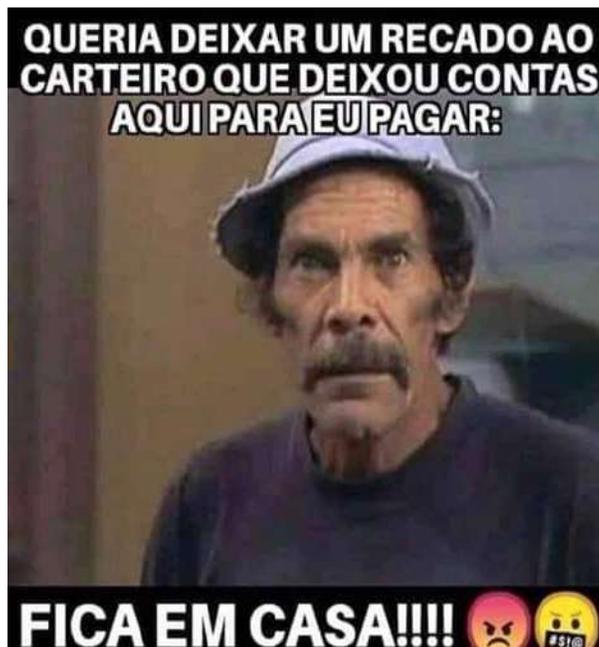
A sequência contida no meme 1, destacada no parágrafo anterior, aponta também para o escândalo cínico, pois o discurso apela para um conhecimento prévio da realidade pandêmica pelos sujeitos aos quais o discurso é dirigido, apesar de estes sujeitos acabarem ignorando-a, como é possível observar pelo descuido deles ao se locomoverem pelas ruas. Dessa forma, há um enfrentamento da cólera desses sujeitos na medida em que são contrariados sobre um aspecto do qual eles têm consciência, mas não seguem essa ética na prática, considerando a formulação dessa problemática por Foucault (2011).

O meme 2 apresenta a voz do sujeito em primeira pessoa, que também representa toda a população recolhida em suas residências devido à pandemia. O governo de si nesse espaço é marcado pelo autoconhecimento (conhecer-te a ti mesmo), uma relação consigo mesmo, em que não sair para o trabalho ou para passeio, na rua, pode ascender no sujeito o desejo desse movimento, bem como é marcado pela figura de um navio se locomovendo sobre as águas.

“Estou em um cruzeiro” metaforiza o espaço do lar, restrito, em um espaço sem fronteiras, em que as práticas de liberdade do sujeito pautadas por locomoção são suprimidas no seu aconchego, direcionando seu discurso para essa alusão à vida cotidiana de liberdade de se locomover nos espaços que não são a própria casa. Esse contexto de resguardo no próprio lar configura a ética do cuidado de si, o *ethos* da liberdade que implica também o cuidado com os outros (FOUCAULT, 2004).

A ética do cuidado de si e do outro então funciona na lógica de uma nova ordem, em que estarem “SEPARADOS”, recolhidos nas residências, é a determinação para estarem “Todos juntos contra o coronavírus”. Distantes fisicamente, mas unidos pela ética do cuidado de si e dos outros. A materialidade do meme 1 comporta uma antítese, na qual “separados” e “todos juntos” configuram a nova lógica para esses cuidados, como regime de verdade guiado sobretudo pelo saber sanitário que, por sua vez, vincula-se ao Estado. Nessa direção, vejamos o meme 3:

FIGURA 3 – MEME SOBRE CRISE FINANCEIRA



FONTE: (QUARENTENA..., 2020)

O enunciado faz alusão à crise econômica causada pela pandemia, já que as rotinas de trabalho foram interrompidas pela ordem do isolamento social. Essa crise pode ser percebida também pelo enunciado recorrente de “trabalho *home office*” nas redes sociais. Na direção do que prega o capitalismo, o discurso aponta para o poder do Estado, cujo auxílio emergencial de R\$ 600,00 constitui uma forma de governar uma fatia da sociedade. Essa contribuição provoca uma reação de miséria nos sujeitos, pelo valor reduzido que recebem. Tomando as sinalizações de Foucault (2006), instâncias dos tipos de governo podem ser observadas nessa materialidade, em que uma influencia as outras.

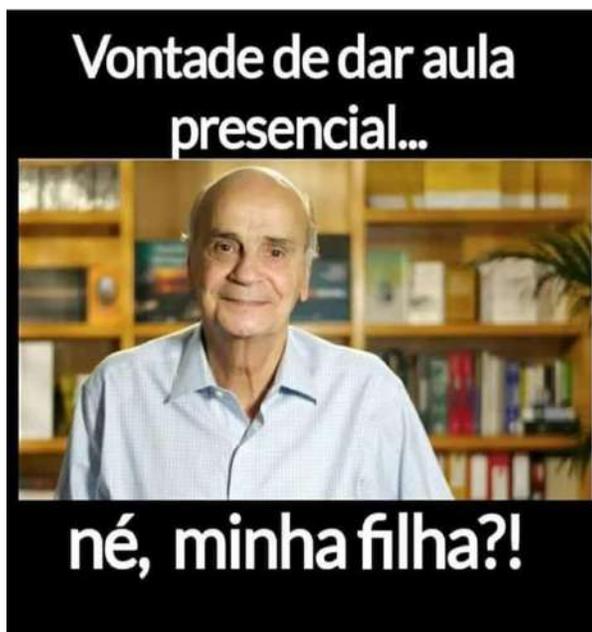
Nesse contexto pandêmico e de ajuda de custo para se manter na sociedade capitalista, o personagem Seu Madruga, do seriado Chaves, é referido como representante da classe menos abastada. O discurso de repulsa em relação às contas a pagar, na atualidade da crise, é metaforizado pela cobrança de aluguel do personagem, convidando o leitor a estabelecer esse vínculo condicional em que se encontra o sujeito de classe baixa, em alusão ao governo da família. O enunciado é construído a partir de outro: encontro da memória com o presente da enunciação provoca um acontecimento (GREGOLIN, 2006). O sentido do enunciado adjacente é desestabilizado, passa por um processo de ressignificação pelas condições de possibilidade conferidas pelo momento de quarentena. Além disso, essa elaboração enunciativa tomando outro enunciado como base, personagem de um programa humorístico como pano de fundo para a definição do sujeito de classe baixa da realidade pandêmica, assinala uma história descontínua em que se observam outras temporalidades agregadas à enunciação do presente.

É possível deduzir pelo menos dois sujeitos no enunciado: o cobrador e o devedor (que representa toda a sociedade baixa). Este recorre ao discurso do momento, “Fica em casa”, que remete ao sentido de se proteger e de proteger os outros, isto é, evitar circular na rua como medida de proteção. No entanto, o enunciado sugere que o sentido seja outro: “Fica em casa para não cobrar de mim”. O governo de si (recusa de recebimento de contas/ficar em casa, não

trabalhar e, por isso, não ganhar dinheiro) é dirigido para o outro, em alusão aos cuidados com a saúde.

No enunciado dois discursos se fundem e constituem dois regimes de verdade: o financeiro e o sanitário, sendo que se trata de dois dispositivos de governo de si e dos outros nesse momento histórico. O discurso recorre a um em função de outro, cuja materialidade explicita o resguardo sanitário enquanto o efeito econômico é construído, ficando nas entrelinhas, mas ao mesmo tempo nítido pela memória do personagem em questão, o qual vivia recebendo cobrança do aluguel em sua residência. A ética do cuidado de si e do outro é então construída nesse contexto: é preciso ficar em casa e não ter contas para pagar. Essa forma de governo sob o enunciado de se ficar em casa pode ser observado no meme 4.

MEME 4 – MEME SOBRE EDUCAÇÃO REMOTA



FONTE: (MEMES..., 2020)

A quarentena influencia todos os aspectos da vida cotidiana do sujeito, inclusive o educacional, no qual professores e alunos se veem diante de uma situação atípica que esse momento histórico

propicia: aulas remotas. Dessa forma, essa prática discursiva pode se tornar um temor para alguns, inclusive no Ensino Fundamental cujos resultados dessa forma de aulas são discutíveis. Nesse cenário, como dispositivo de segurança, o isolamento educacional é consequência da prevenção sanitária, como um tipo de ética que emerge nesse contexto.

O enunciado é atravessado por outro, baseado em uma fala do médico Dr. Drauzio Varella, exibida recentemente em uma reportagem do Fantástico sobre a vida carcerária da população trans, em que a pergunta “Solidão, né, minha filha?” virou alvo de criações nas mais variadas formações discursivas. “Vontade de dar aula presencial...” sugere o governo de si em relação aos professores, que cumprem a ética do isolamento para proteção de si e dos outros no âmbito escolar devido à não liberação para encontros presenciais.

No contexto dos discursos da educação a distância no Brasil um tabu paira no ar. As práticas a distância são alvo de posições duvidosas, levando em conta também as relações de poder que daí advêm, diferenciadas das práticas presenciais. A condução do outro por meio das tecnologias digitais apresenta maior dificuldade de provocar efeitos esperados e, com isso, o suporte institucional é apagado, pois os sujeitos se mantêm nos espaços de suas residências. Dessa forma, esse tipo de governo virtual enfraquece os laços afetivos, os corpos são percebidos a partir da tela do computador. Daí a metaforização do enunciado que sugere esse desejo de retorno ao sistema convencional como prática educacional normalizada e condição efetiva para a produção de sujeitos.

Por outro lado, essa referência ao desejo de retorno dirigido ao sujeito professora (aqui o feminino indica que se trata de Ensino Fundamental, pela memória de que educação escolar, em especial a primeira fase, é conduzida por mulheres) sugere um tom irônico. Pelas dificuldades enfrentadas na educação pública brasileira, em especial à disciplina como forma de condução do outro (professora - aluno(a)) o sistema *online* torna-se um dispositivo facilitador do processo. Nesse ponto de vista, nem todas as professoras apresentam esse desejo de aulas presenciais e, nesse caso, o enunciado pode ser

observado como efeito contrário, também pela campanha nas redes sociais, pelos professores, de retorno às aulas somente após a criação da vacina para a COVID-19.

No enunciado, dois campos do saber se entrecruzam nesse cenário pandêmico, em que um depende do outro. É o discurso da medicina influenciando o educacional e se vinculando também à Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o isolamento social como medida de prevenção. O dizer do médico, pelo saber da medicina, cria um efeito de verdade e de convencimento (persuasão), como quem sugere o desejo da professora de retorno às aulas, que não é permitido pela instituição sanitária. A persuasão pela linguagem, considerando as palavras de Foucault (2010), acaba por interferir na conduta do outro, pela relação entre saber e poder que daí advém, aspecto materializado também no meme 5:

FIGURA 5 – MEME SOBRE A RELAÇÃO COM O OUTRO



FONTE: (MEMES..., 2020)

O isolamento social nesta pandemia se constitui em um aspecto vinculado à saúde que influencia diretamente na forma de governo de si e dos outros, pelos tipos de relação humana que se afloram nesse momento histórico. No interior dessas medidas, vários são os modos de práticas discursivas reguladas institucionalmente pela Saúde. A adesão ao distanciamento do outro se tornou paradoxal: manterem-se distanciados como forma de se manterem unidos.

A nova ordem do afastamento entre sujeitos remete ao discurso vinculado a uma nova ordem. Trata-se de uma nova emergência no âmbito dos preceitos da ética, colocando os corpos fora de contato como novas formas de relações de poder. Aperto de mão, abraço e beijo como cuidado do outro são revestidos do perigo, da ameaça, vinculando-se também ao poder do Estado que os obriga às novas práticas nesse contexto. Um dos fatores desse resguardo corporal é o uso de máscaras, pois manter parte do rosto coberta assegura a proteção de si e dos outros ao redor. Trata-se de uma regulação, uma forma de controle vinculada a essa nova ordem do discurso, trazendo para a análise as formulações de Foucault (1996).

O enunciado marcado por uma linguagem verbal e não verbal sinaliza uma contraposição discursiva em relação ao sentido desse isolamento. Manter-se distante do outro pode significar descuido, solidão ou desapareço, mas a imagem de um rei produz um efeito contrário, em consonância com “Favor apenas curvar-se diante de mim”. Curvar-se diante do outro é sublinhar sua grandiosidade, e o momento histórico atual atribui a condição de rei aos sujeitos, revertendo uma realidade sanitária crítica que glorifica essa dimensão subjetiva.

A persuasão como forma de condução do outro assinala o próprio conhecimento de si, em especial pelo sentido com que a figura de rei é percebida na sociedade. No âmbito dessa condição social de isolamento, todos se transformam em reis e rainhas, pois a ausência do contato físico cede lugar à reverência moral do outro. O sentido metafórico construído pela memória é elencado nesse contexto, em que se afastar do outro pode ser penoso, mas recompensado pela importância do novo papel que o sujeito assume frente a esse outro.

Não aceitar o contato físico e apelar pelo curvamento diante de si instaura novas formas de relação de poder vinculadas ao saber que envolve tanto a proteção sanitária quanto a ética de relação com os outros sujeitos.

Para um efeito de conclusão

Pela presente investigação objetivou-se refletir sobre o cuidado de si e dos outros em discursos de memes circulados na internet, no âmbito da história do presente. Para tanto, considerou-se o momento da pandemia da COVID-19 como condição para a quarentena e a emergência desses discursos, bem como sua viralização nas redes sociais. As análises foram realizadas por meio do suporte teórico-metodológico de Michel Foucault, o qual vincula-se à Análise do Discurso francesa.

De modo humorado e às vezes irônico, os memes assinalam alterações de conduta dos sujeitos na quarentena, em que o cuidado de si e do outro se dá por meio do isolamento social. Os discursos se inscrevem, portanto, em regimes de verdade que ganham sustento na memória. No campo disciplinar da saúde, os sujeitos resgatam esse cuidado como dispositivo de segurança, ainda que de forma dissimulada, trazendo outros discursos, o como financeiro, que se encontra fragilizado. Além disso, entraves sobre a educação presencial em meio a essa pandemia são materializados, em que insinuações direcionadas aos professores, por um possível desejo de retorno às aulas, assinalam um cuidado de si e dos outros pela negação à aglomeração no âmbito escolar.

Nessas circunstâncias em torno de vontades de verdades normalizadas na sociedade, outros discursos vêm ao seu encontro, construindo uma nova ética nessa atualidade dos enunciados. Efeitos de memória atualizam e regulam esses discursos do presente, constituindo os sujeitos pelas tomadas de posição no presente, em que a vida cínica se faz presente nesses enunciados. Nesse processo de isolamento social, instâncias superiores, como o Estado, influenciam nas formas de governo de ordem micro, em

que a vigilância sanitária instaurada age sobre os sujeitos e novas formas de relações de poder entram em cena. Espaços como a rua e o lar são fatores definitivos nessas formas de conduta, de conhecer a si mesmo e o outro, cuja ordem é estarem separados significando uma união, pelos cuidados de si e dos outros nesses tempos atuais.

Referências

ACHARD, P. Memória e Produção discursiva de sentido. Tradução: José Horta Nunes. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-21.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução: Christina de Campos Velho Birck *et al.* São Carlos: EdUFSCar, 2009.

EPONINE, C. Quarentena por coronavírus: os memes mostram que ficar só à toa em casa não é tão bom quanto parece. **Hoje em Dia**, 28 mar. 2020. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/almanaque/quarentena-por-coronav%C3%ADrus-os-memes-mostrar-que-ficar-s%C3%B3-%C3%A0-toa-em-casa-n%C3%A3o-%C3%A9-t%C3%A3o-bom-quanto-parece-1.780303>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos V** – Ética, Sexualidade, Política. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos IV** – Estratégia, poder-saber. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 281-305.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros** – curso no Collège de France (1982-1983). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II - curso no Collège de France (1983-1984). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos** - curso no Collège de France (1979-1980). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GREGOLIN, M. R. AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (org.). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 19-34.

LIMA NETO, V. de. **Um estudo da emergência de gêneros no Facebook**. 2014. 313 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MEMES professores quarentena. **Ensino Joia**, 2020. Disponível em: <https://ensinoja.com.br/memes-professores-quarentena/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

QUARENTENA pelo coronavírus rende enxurrada de memes. **Poder360**, 17 maio 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/quarentena-pelo-coronavirus-rende-enxurrada-de-memes/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SÉKULA, R. J. **Os memes como exercício de contrapoder a discursos político-midiáticos**: uma reflexão a partir dos debates eleitorais de 2014. 2016. 238 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SOUSA, K. M. Discurso e biopolítica na sociedade do controle. In: NAVARRO, P.; TASSO, I. (org.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012. p. 41-55.

SOUZA, C. F. Formações discursivas que ecoam no ciberespaço. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 15, n. 1, p. 127-148, jan./abr. 2013.



Análisis de discursos presidenciales en contexto de pandemia: los casos de Brasil y Argentina

Hertz Wendell de Camargo¹

Vanina Belén Canavire²

En medio de la pandemia que azota al mundo contemporáneo, la función del Estado Nacional se visibiliza de múltiples maneras. La comunicación de los gobiernos para sus ciudadanos debe llevarse a cabo en el contexto de una crisis histórica. Esta tarea recae primordialmente sobre los líderes políticos cuya misión es adelantar interpretaciones de las circunstancias presentes y hacer propuestas para el futuro.

A partir de ello, en este artículo tomaremos como casos de estudio a los discursos televisivos de dos presidentes latinoamericanos emitidos entre marzo y abril del 2020: Jair Bolsonaro y Alberto Fernández. Teniendo en cuenta que el análisis del discurso procura conocer y explicar los contenidos del mismo, mostrando sus estrategias de aislamiento y “reconstrucción” parcial, sobre la base del presupuesto de que el sentido de cada hecho resulta de su múltiple inserción en el todo, en este trabajo, se analizarán las estrategias y funciones del discurso, así como la situación y componentes del mismo.

Los objetos seleccionados para este estudio son dos discursos, el primero, del presidente argentino, un video publicado en internet,

¹ Doctor en Estudios del Lenguaje por la Universidad Estatal de Londrina (Brasil); Magister en Educación, Conocimiento, Lenguaje y Arte, por la Universidad Estatal de Campinas (Brasil); Publicista y periodista; Profesor adjunto de la Universidad Federal del Paraná (UFPR), departamento de Comunicación Social. E-mail: hertzwendel@gmail.com.

² Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina (CONICET). Doctora en Estudios Sociales de América Latina y Especialista en Investigación de la Comunicación (Universidad Nacional de Córdoba). Lic. en Comunicación Social (Universidad Nacional de Jujuy). Docente e investigadora de la UNJU, Argentina. E-mail: belcanavire@hotmail.com.

una reproducción de la conferencia de prensa televisada, es decir, se trata de la grabación de una transmisión en vivo. El segundo discurso es del presidente brasilero, transmitido por cadena nacional de televisión, como producción audiovisual. Nos interesan los diferentes contrastes entre los discursos, porque el primero, a pesar de ser planeado, es pasible de imprevistos, improvisaciones e incoherencias; y el segundo es escrito (como un guión) y editado, evitando así los riesgos de un discurso en directo. Asimismo, los mandatarios pertenecen a culturas e idiomas distintos. Se justifica la comparación por la búsqueda de elementos semánticos, estéticos y discursivos universales, en relación a la pandemia, que se encuentran como estructura significativa discursiva, independientemente de los contextos culturales.

Por tratarse de productos audiovisuales, la primera metodología empleada es el análisis filmico conceptualizado por Vanoye y Goliot-Lété (1994). Según ese método, pretendemos extraer elementos que no son percibidos a “simple vista”, estudiarlos aisladamente y, luego, establecer lazos entre esos elementos para comprender cómo se relacionan y “[...] se tornan cómplices para hacer surgir un todo significativo”, considerando que “los límites de la ‘creatividad analítica’ son los del propio objeto de análisis” (Vanoye; Goliot-Lété, 1994, p. 15).

Después de aislar elementos de los discursos (frases o párrafos), recorreremos la Semántica Argumentativa (o Teoría de la Argumentación de la Lengua – TAL) para interpretar cómo determinados operadores argumentativos tejen sentidos en los discursos. Según Fiorin (1996, p. 15), para entender el proceso de discursividad, es necesario comprender los mecanismos que definen al sujeto, tiempo y espacio en el discurso –común a todas las lenguas naturales. Para los estudios de la semántica argumentativa, los déicticos son signos exclusivamente lingüísticos del discurso y no refieren a un objeto de la realidad, lo que amplía la abstracción atribuida a las categorías de actores, espacialidades y temporalidades del discurso. De esta manera, se abre espacio para que la creación discursiva inserte operadores argumentativos que, retóricamente, componen senti-

dos además de la lengua, exactamente como apunta Ducrot (1987). Para el autor, los sentidos despiertos por una entidad lingüística no ocurren por medio de creencias o conceptos extralingüísticos, sino por medio de los discursos provocados por esa misma entidad.

La Teoría de la Argumentación en la Lengua tiene sus raíces en la propuesta estructuralista saussuriana para el estudio de la lengua de la cual toma algunos conceptos, modificándolos o ampliándolos; se vincula también a una perspectiva enunciativa: la enunciación es la actividad lingüística, o acontecimiento histórico, o surgimiento del enunciado y del discurso. Así el *texto*, entidad abstracta y compleja, es una secuencia de *frase*, y el *discurso* es la secuencia de enunciados relacionados entre sí, entidad concreta, empírica, objeto de análisis (FREITAS, 2008, p. 111, cursivas del autor y traducción de los autores)³.

En el caso de los videos en análisis, esa abstracción del conjunto formado por los deícticos (marcadores de tiempo, espacio e interlocutores) y operadores argumentativos permite contribuir a situar a los interlocutores en relación con la pandemia y a los papeles políticos de los actores, además de llamar la atención de la audiencia y persuadirla, pues la forma como los presidentes interpelan a los espectadores funciona como mapa del comportamiento, orientando posturas y posicionamientos de la sociedad frente a la pandemia. En otras palabras: lo que dicen los presidentes en sus discursos influye en el comportamiento social.

Para esta tarea, se hará foco en dimensiones tales como el plano del código verbal, posición relativa de los interlocutores, forma y sentido de las estrategias, entre otras, para el análisis de cada discurso en particular. La comparación de los casos permitirá ofrecer como conclusión una fotografía del posicionamiento de sujetos enunciatarios que proponen modelos de países diferentes.

³ No original: "A Teoria da Argumentação na Língua tem suas raízes na proposta estruturalista saussuriana para o estudo da linguagem da qual retira alguns conceitos, modificando-os ou ampliando-os; vincula-se também a uma perspectiva enunciativa: a enunciação é a atividade linguística, o acontecimento histórico, o surgimento do enunciado e do discurso. Assim o texto, entidade abstrata e complexa, é uma sequência de frases, e o discurso é a sequência de enunciados relacionados entre si, entidade concreta, empírica, objeto de análise".

Según Izurieta (2003), el principal recurso de comunicación de los gobiernos es el presidente. Y el mejor recurso de comunicación del presidente es acudir directamente al público. Los presidentes deben ser grandes relacionadores públicos. Es difícil saber si su labor se medirá por su capacidad retórica (o de relaciones públicas) o por su gestión. La clave del éxito en las relaciones públicas para un gobierno es su apertura a los medios: “los presidentes modernos no se ocupan de los medios simplemente por razones de ego, búsqueda de popularidad o agrado, se ocupan porque es parte del trabajo de un presidente en tiempos modernos. De ahí que el éxito o el fracaso de un presidente está mucho más en función de sus habilidades y dedicación a los medios, que en su capacidad misma para gobernar” (Izurieta, 2003, p. 217).

Un mensaje efectivo debe ser: apropiado, recordable, entendible, creíble y tener sentido o significado. El mensaje son también los símbolos, las expresiones y el tono de voz. Es necesario visualizar y utilizar estos elementos del mensaje a los cuales la gente responde y recuerda con mayor facilidad. En los mensajes presidenciales, muchas veces es más importante ver desde dónde el presidente está hablando y a quiénes.

En este sentido, señala Robles Ridi:

ante un escenario de mediatizaciones cada vez más complejo y diverso, los políticos que se expresan en los medios de comunicación masiva (diarios, radios, televisión y webs) y en los llamados nuevos medios (Facebook, Twitter, YouTube e Instagram) deben tener en claro una regla de juego fundamental de estos dispositivos: es más importante la imagen que la palabra (RIDI, 2020b).

Entendemos que las expresiones contenidas en un discurso específico deben analizarse teniendo en cuenta los roles de hablante/escribiente y oyente/lector, que intervienen en un acto comunicativo, así como la situación particular donde se manifiestan, las normas que regulan el orden social en ese momento específico y las circunstancias culturales e ideológicas que determinan su desarrollo. Al respecto, Van Dijk plantea:

[...] los analistas del discurso pretenden incluir componentes al concepto de discurso, a saber, quién utiliza el lenguaje, cómo lo utiliza, por qué y cuándo lo hace. Decir que el discurso es un suceso de comunicación es una caracterización que incorpora algunos de estos aspectos funcionales. Independientemente de cualquier cosa que ocurra en esos sucesos de comunicación, los participantes hacen algo que va más allá de usar el lenguaje o comunicar ideas o creencias: interactúan (VAN DIJK, 1999, p. 23).

De esta manera, el discurso es constituido por las estructuras sociales y, al mismo tiempo, hace su contribución a la reproducción y/o transformación. En el análisis que presentamos a continuación, haremos foco en las estrategias discursivas que emplea el presidente de la Nación Argentina Alberto Fernández para comunicar su mensaje, intentando comprender qué figura (mediatizada) construye frente al público, y cuáles son los tópicos principales que aborda en su discurso.

El discurso argentino

Frente a la pandemia del COVID-19, el presidente argentino había declarado, en una primera instancia, el Aislamiento Social Obligatorio (ASPO) para todo el país desde el 20 hasta el 31 de marzo de 2020. Esta situación se extendió en el tiempo, por lo que tomaremos como caso de análisis el segundo discurso pronunciado por el mandatario que tuvo lugar el 10 de abril (con una duración de 52 '45"). Los discursos presidenciales son emitidos en directo por Cadena Nacional para todas las estaciones televisivas repetidoras del territorio argentino, y vía *streaming* por redes sociales.

En esta oportunidad, el primer mandatario comienza su discurso destacando la gravedad de la situación,

Quiero que entendamos que estamos enfrentando una pandemia de alcance inusitado, que seguimos sin conocer ni el remedio ni la vacuna que la evite, y que el único remedio que todos los infectólogos y epidemiólogos sostienen que tiene sentido es resguardarse en las casas de cada uno y que, por lo tanto, tenemos que recurrir a eso para lograr el objetivo que nos marcamos el primer día que es aletargar la velocidad de contagio y garantizar que el sistema de salud pueda dar respuesta [...] (CASA..., 2020).

En principio, advertimos el uso del “nosotros inclusivo” (Kerbrat-Orecchioni, 1986), un “nosotros” que busca implicar al receptor haciéndolo partícipe del pensamiento por exponer. Este recurso le permite al presidente dirigirse a los ciudadanos no como una audiencia separada, abstracta, sino como una audiencia comprometida con él, es decir, permite la construcción de un diálogo entre iguales. De este modo, se manifiesta la intención de establecer una relación solidaria entre el enunciatario y el receptor, lo que genera confianza en este último, ya que se percibe tomado en cuenta dentro del discurso, se asume participante de un diálogo y no sólo espectador de un monólogo. Es una clara señal de acercamiento suplementaria, para superar la barrera jerárquica y conseguir un grado suficiente de aproximación y complicidad con la audiencia. Cabe destacar que el empleo del “nosotros inclusivo” se reitera a lo largo de todo el discurso.

Asimismo, reconocemos el recurso estratégico de “apelación a la autoridad”, vale decir, “para hacer aceptar su propuesta por el receptor, el enunciador procura investirse de un fuerte valor de saber que le confiere autoridad” (Verdugo, 1994, p. 207). Esta estrategia se manifiesta cuando el presidente alude al conocimiento de profesionales de la salud (infectólogos y epidemiólogos), quienes indican que el aislamiento social es el único método conocido hasta el momento para frenar la diseminación de la pandemia. De esta manera, apoyado en el saber científico, el emisor otorga legitimidad a su razonamiento.

En cuanto al contenido, además de señalar la gravedad de la situación sanitaria que conlleva una pandemia mundial, el primer mandatario también destaca que las medidas y acciones llevadas adelante por la gestión de gobierno desde el inicio de la crisis, son parte de una planificación a mediano plazo. El anuncio de que existe un “plan” con etapas, pretende llevar tranquilidad a la sociedad y atenuar el caos. En el manejo de una crisis, desde la mirada comunicacional, una de las consignas iniciales es dar información oficial al público, porque cuando ésta se difunde, los rumores se paran y la gente tiende a calmarse. La sensación que produce en

el público el estar emitiendo información oficial es que, a pesar de que el problema continúa, alguien sabe lo que pasa, y alguien se está encargando de solucionarlo.

IMAGEN 1 – PRESIDENTE ARGENTINO ALBERTO FERNÁNDEZ EN LA CONFERENCIA DE PRENSA



FUENTE: video frame, YouTube (CASA..., 2020)

Luego, el presidente se pone de pie y utiliza una pantalla para continuar con sus explicaciones. Allí presenta distintas filminas que contienen cuadros de indicadores y gráficos de barras, todos ellos dan cuenta del efecto positivo que tuvo adoptar la cuarentena nacional: “achatar la curva de contagios”. De esta manera, identificamos el recurso del “uso de cifras”. Siguiendo a Martín Rojo y Whittaker (1998), mencionar muchas cifras o estadísticas no sólo cumple una función de precisión semántica, sino que también sugiere la veracidad de la representación y, por lo tanto, asegura la credibilidad del hablante. Por tanto, el empleo de estas figuras retóricas tendría el propósito de conceder legitimidad y autenticidad al discurso.

El presidente también recurre a la estrategia de “comparación”. Así, presenta un cuadro donde se reflejan las cifras de contagios y muertes ocasionados por la pandemia en el continente (Argentina, Brasil y Chile) y en el mundo (Estados Unidos, Italia y España). Esto le permite al mandatario mostrar la situación “favorable” en la que

se ubica el país a nivel regional y mundial. Y acompaña su exposición con la siguiente expresión: “la cuarentena tiene sentido, hemos acotado mucho la velocidad de contagio”. De esta forma, refuerza la idea de que las medidas adoptadas por el gobierno nacional fueron acertadas, y la continuidad de su cumplimiento por parte de la ciudadanía permitiría alcanzar las metas propuestas.

El “uso de cifras” y la “comparación”, forman parte de una estrategia discursiva mayor que consiste en “aducir pruebas”, un recurso que le permite sostener la veracidad del discurso y al mismo tiempo legitimar sus argumentos frente a los oyentes. El presidente cierra su idea, apelando a la idea de “victoria” en el marco de una batalla diaria contra el virus, y subrayando el protagonismo de los ciudadanos: “esto es un logro nuestro, de cada argentino [...] me parece necesario que todos entendamos que tanto esfuerzo no es en vano”.

Cabe destacar que la lógica discursiva manifiesta, se condice con la trayectoria profesional del mandatario. Alberto Fernández, hace muchos años ejerce como profesor en la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires (UBA), lo que se vincula a la construcción de su figura como “profesor”. En este sentido, Robles Ridi plantea,

[...] en relación a los periodistas que estaban compartiendo la misma sala, por el sólo hecho de pararse, desplazarse con seguridad y explicar las filminas, los ubicó (al menos por un tiempo) en el lugar de alumnos que antes de preguntar, debían escuchar atentos y aprender de quien emergía como enunciador pedagógico, el profesor que sabía, explicaba, comparaba y ordenaba. Esta relación asimétrica en el intercambio entre quien detenta el saber y quienes no, fue fortalecida por las preguntas que reenvían a una clase, “¿se entiende?”, “¿me siguen?”, “¿de acuerdo?” (RIDI, 2020a).

**IMAGEN 2 – CONFERENCIA DE PRENSA DEL PRESIDENTE
ALBERTO FERNÁNDEZ**



FUENTE: video frame, YouTube (CASA..., 2020)

A continuación en su discurso, el enunciario discurre acerca de los “casos importados”. En esta expresión, observamos que se apela a la estrategia de “homogeneización”, que consiste en reducir elementos diversos y complejos, colocando a todos en una misma categoría, sin tomar en cuenta diferencias psicológicas, culturales, sociales, económicas. De este modo, dentro de la categoría de “casos importados”, se incluye a todas las personas que ingresaron al país provenientes de distintos destinos, y eran portadores del virus COVID-19, sin distinción de sexo, edad, lugar de procedencia, etc. Más adelante, el presidente contrapone esta categoría a la de “casos autóctonos”, ésta última haciendo referencia a casos generados dentro del país a partir de la circulación local de la enfermedad.

Por otra parte, el primer mandatario explicita que mantuvo reuniones por teleconferencia con “todos los gobernadores” de las provincias. Allí tampoco se realizan distinciones de pertenencia política, ideología, o regiones geográficas. En este caso, emplear la “homogeneización” permitiría generar una idea de “consenso nacional”, lo que además de otorgar legitimidad a las medidas adoptadas para hacer frente a la pandemia, también deja mostrar una gestión de gobierno inclusiva y dispuesta a aunar esfuerzos más que a profundizar brechas ideológicas entre las distintas fuerzas políticas del país.

Más adelante, el presidente retoma las palabras de un reconocido infectólogo argentino, “como señaló el Dr. Pedro Cahn, el virus no nos busca a nosotros, nosotros vamos a buscar el virus”. La estrategia de “citar” – repetición o copia de una frase o fragmento de un texto perteneciente a un determinado hablante, que se inserta en la comunicación de otro hablante – la opinión de un médico especialista en la materia le permite al mandatario brindar objetividad a sus argumentos, en tanto estos últimos son confirmados por las acciones o reacciones de otros sujetos sociales, cuyos intereses son independientes de los propios.

Al respecto, cabe destacar que el presidente argentino no emite consejos médicos, es decir, no se posiciona como un experto en salud u otras materias, sino que se limita a discurrir acerca de su campo de acción: las medidas y políticas públicas que se desarrollarán para enfrentar la crisis. Si bien mantiene su figura de líder de un plan estratégico, será cada uno de los especialistas que integran su gabinete quienes asuman la responsabilidad de informar lo concerniente a cada área específica de gobierno (salud, educación, seguridad, economía, etc.). Esta estrategia de comunicación diferencia a Fernández de otros líderes políticos, tales como el estadounidense Donald Trump quien en una conferencia de prensa sugirió que las inyecciones con desinfectante serían una forma de combatir el coronavirus, provocando serias consecuencias sanitarias en la población.

Más adelante, el presidente enuncia “seguimos peleando contra un enemigo invisible que se mete en nuestros cuerpos”. Aquí reconocemos que se emplea el recurso de “personificación”, en tanto se atribuye vitalidad a una entidad abstracta (el virus). Con esta maniobra, se pretende implicar emocionalmente a los receptores del mensaje, haciéndolos protagonistas de una especie de batalla contra un “enemigo” en común: la pandemia.

A continuación, señala que se dictará un decreto para “administrar” la cuarentena. Con esto refiere a permitir la reapertura de determinados lugares y actividades, entre los que menciona “talleres mecánicos que son necesarios para reparar ambulancias, también

que puedan salir a pasear personas con discapacidad”. Aquí, el recurso de “enumeración”, figura retórica que consiste en la adición o presentación sucesiva de realidades vinculadas entre sí como elementos integrantes de un conjunto (Calderón, 2001), viene a reforzar el tópico principal del discurso: el cuidado de la salud. Es decir, todos los elementos incluidos en la lista mencionada por el presidente argentino, están vinculados de una u otra forma con el ámbito de la salud. Esto remite a la figura de un Estado fuerte y presente, encarnado en un líder que desde el inicio de la pandemia anunció la defensa de la salud pública y la vida, dejando en un segundo plano el tratamiento, por ejemplo, de cuestiones económicas.

El primer mandatario cierra su discurso agradeciendo a los argentinos: “les doy las gracias a todos los que cumplieron la cuarentena y también a todos los que fueron exceptuados [...] trabajadores de supermercados, recolectores de basura, personal de salud”. El uso del verbo en primera persona es un deíctico que sirve para expresar sinceridad y sugiere que el enunciador da fe de la veracidad de su discurso con su integridad personal. De esta manera se combina la responsabilidad formal con la responsabilidad personal en el discurso. Así, se configura la imagen de un presidente ejecutivo, pragmático y responsable.

Finalmente anuncia que la cuarentena se extenderá hasta el 26 de abril, y abre el espacio para las preguntas de los asistentes a la conferencia de prensa.

Según plantea Verdugo (1994), sobre la base de su función general, pueden distinguirse dos grandes tipos de discurso: el “demonstrativo” y el “argumentativo”. La demostración presenta de modo pretendidamente objetivo fundamentos – hechos – que dieron lugar a la conclusión ofrecida. La argumentación orienta la interpretación, la propone como necesaria dentro de determinados fines, y es preponderantemente persuasiva. En función de esto, podemos decir que en el caso analizado se presentan ambas modalidades, configurando un discurso demostrativo/argumentativo, en tanto la demostración tiene al mismo tiempo fuerza de argumentación por vía de convicción racional. En vinculación, las estrategias discursi-

vas que identificamos, cumplen las funciones principales de información (selección de temas y datos, demostración, evaluación), comunicación (comprensión, proyección en el otro, convencimiento, confiabilidad, esclarecimiento), y persuasión (motivar, argumentar, conmovir). Por último, cabe señalar que en el discurso observamos una hibridación de distintos órdenes, es así que el orden científico se manifiesta cuando se exponen argumentaciones racionales basadas en estudios empíricos del campo de la ciencia, en tanto el orden de la vida cotidiana, aparece por ejemplo con las estrategias de persuasión emocional.

A continuación, haremos foco en las estrategias discursivas que emplea el presidente de Brasil, Jair Messias Bolsonaro, para comunicar su mensaje en un discurso producido previamente (gravado), intentando comprender la aplicación de los deícticos y los operadores argumentativos en su discurso.

Discurso del presidente brasileiro: elecciones lexicales

Todo discurso político funciona como un nuevo mundo fundado, por dos razones. Primero, posee un *storytelling*, o sea, además de utilizar la lengua y su naturaleza argumentativa, una historia es dibujada. En el escenario pandémico, esa narrativa (que posee un enemigo en común, héroes, reyes y magos protectores del pueblo) se proyecta en el cotidiano de las personas y objetiva cambiar comportamientos. Y, una segunda razón, esa historia no pretende servir para ser sólo observada como fenómeno mediático, sino que será más que escenificada por el público, será vivenciada, literalmente, como realidad.

En el texto de los discursos, los presidentes utilizan los efectos de sentido de la enunciación para posicionarse políticamente, pues, “[...] la enunciación es el lugar de instauración del sujeto y este es el punto de referencia de las relaciones espacio-temporales [...]” (FIORIN, 1996, p. 42, traducción de los autores). A partir del Yo (el presidente), son definidos el Tú (el público), el tiempo y las acciones en el espacio que sugieren como deberá ser direccionado el comportamiento de la nación.

FIGURA 1 – RELACIÓN ENTRE LENGUA Y HABLA



FUENTE: Los autores.

Vale recordar que los deícticos y operadores argumentativos no son los únicos recursos retóricos que auxilian en la argumentación de los discursos, también existen los marcadores actitudinales, así como la dicotomía entre lengua y habla defendida por Saussure (2002), Benveniste (1988) planteó la relación entre forma y sentido de la enunciación. Verificamos claramente esa relación en el discurso del presidente brasileiro, en dos frentes que sedimentan sentidos a la enunciación: una semántica audiovisual relacionada al tratamiento de la edición; y el tono de voz (una mezcla de tono personal y tono estadista). Ambas representan la forma de la enunciación y agregarán elementos que sutilmente, por medio de no-dichos, direccionan el discurso, ajustándolo de estadista hacia un discurso provocativo de los opositores políticos, resultando en una confusión interpretativa. Al final, con el objetivo de reconfortar, el discurso generó más discrepancias políticas al amenizar o negar la gravedad de la pandemia, contrariando las actitudes de otros estadistas del mundo. Los verbos, al ser subordinados al sujeto “nos”, por sí solos configuran la articulación entre gobiernos y nación contra un enemigo común, la pandemia.

Sin embargo, las elecciones lexicales reflejan ideologías y posturas del gobierno que contrarían los sentidos de unión nacional, pues, claramente, el discurso posee un tono electoral y tiene como público-meta a los electores conquistados durante la última campaña electoral. Por lo tanto, hay divergencias entre lo dicho y los efectos discursivos del caso en cuestión.

El análisis requiere una mirada atenta a la forma del discurso que posee dos lenguajes que confunden: la pronunciación (el texto hablado) intrínseca al texto audiovisual (la forma). Para ello observamos encuadramientos, movimientos de cámara y escenario, pues todos componen un mensaje, son la moldura de la enunciación. Identificamos que el video posee sólo un plano (común en discursos oficiales) que es el Primer Plano (también conocido como plano próximo, *close-up* o *close*). Su elección no es aleatoria, pues “[...] allí el personaje es encuadrado del busto para arriba, dando mayor evidencia al actor, sirviendo para mostrar características, intenciones y actitudes del personaje” (RODRIGUES, 2002, p. 29, traducción de los autores).

El plano es el mismo desde el comienzo al fin del video, sin embargo, éste se abre o cierra (*zoom* divididos por cortes secos) conforme el énfasis deseado relacionado al texto. Son dos encuadramientos diferentes para el mismo plano –uno que permite el encuadramiento en los codos del presidente (que llamaremos de Cuadro 1); y otro que lo aproxima al espectador, en un encuadramiento a la altura del pecho/hombros (Cuadro 2). El juego entre esos dos encuadramientos permite enfatizar determinadas partes del texto.

IMÁGENES 2 Y 3 – ENCUADRAMIENTO 1 (CUADRO 1) Y ENCUADRAMIENTO 2 (CUADRO 2)



FUENTE: videoframe, YouTube (PLANALTO, 2020)

Presentamos, a continuación, la transcripción del discurso del presidente brasilero para después observar sus detalles.

Desde que rescatamos a nuestros hermanos en Wuhan, en China, en una operación coordinada por los Ministerios de Defensa y de Relaciones Exteriores, se encendió para nosotros una alerta amarilla. Comenzamos a prepararnos para enfrentar al coronavirus, porque sabíamos que tarde o temprano llegaría a Brasil. Nuestro ministro de Salud se reunió con casi todos los secretarios de Salud de los Estados para que el planeamiento estratégico de combate contra el virus fuese elaborado y, desde entonces, el doctor Henrique Mandetta viene desempeñando un excelente trabajo de formación y preparación del SUS para atender a las posibles víctimas. Sin embargo, lo que teníamos que contener en aquel momento era el pánico, la histeria y, al mismo tiempo, trazar la estrategia para salvar vidas y evitar el desempleo en masa. Eso hicimos, casi contra todo y contra todos.

Gran parte de los medios de comunicación estuvieron en contra. Difundieron exactamente la sensación de pavor, teniendo como insignia el anuncio de un gran número de víctimas en Italia, un país con gran número de ancianos y con un clima totalmente diferente del nuestro. Un escenario perfecto, potenciado por los medios, para que una verdadera histeria se propague por nuestro país. Con todo, se percibe que, de ayer para hoy, parte de la prensa cambió su editorial. Piden calma y tranquilidad. Eso está muy bien. Felicidades, prensa brasilera. Es esencial que el equilibrio y la verdad prevalezcan, entre nosotros. El virus llegó, lo estamos enfrentando y en breve pasará. Nuestra vida tiene que continuar. Los empleos deben mantenerse. El sustento de las familias debe ser preservado. Debemos, si, volver a la normalidad.

Algunas pocas autoridades estatales y municipales deben abandonar el concepto de tierra arrasada, como prohibición de transporte, cierre de comercio y confinamiento en masa. Lo que pasa en el mundo ha mostrado que el grupo de riesgo es el de las personas por encima de los 60 años. Entonces, ¿por qué cerrar escuelas? Son raros los casos fatales de personas saludables, con menos de 40 años de edad. El noventa por ciento de nosotros no tendremos ningún síntoma en caso de infectarnos. Debemos, si, tener extrema precaución en no transmitir el virus a otros, en especial a nuestros queridos abuelos y abuelas. Respetando las orientaciones del Ministerio de Salud. En mi caso particular, por mi trayectoria de atleta, en caso de que fuese contagiado por el virus, no debería preocuparme, no sentiría nada, cuando mucho, afectado por una gripecita o resfriadito, como bien dice aquel conocido médico de aquella conocida televisión.

En tanto estoy hablando, el mundo busca un tratamiento para la enfermedad. El FDA americano y el Hospital Albert Einstein,

en São Paulo, buscan comprobar la eficacia de la cloroquina en el tratamiento de Covid-19. Nuestro gobierno ha recibido noticias positivas sobre este remedio fabricado en Brasil y ampliamente utilizado en el combate contra la malaria, lupus y artritis. Confío en que Dios, capacitará a científicos e investigadores de Brasil y del mundo en la cura de esta enfermedad.

Aprovecho para rendir mi homenaje a todos los profesionales de la salud. Médicos, enfermeros, técnicos y colaboradores que, en la primera línea nos reciben en los hospitales, nos tratan y nos reconfortan. Sin pánico o histeria, como vengo diciendo desde el principio, venceremos al virus y nos enorgullecemos de estar viviendo en este nuevo Brasil, que tiene todo, si, para ser una gran Nación. Estamos juntos, cada vez más unidos, Dios bendice nuestra patria querida (PLANALTO, 2020, traducción de los autores).

Fue posible dividir el discurso en cinco partes, pues cada una de ellas funciona como bloques argumentativos, esto es, poseen abordajes distintos, pero, al mismo tiempo, se complementan y contribuyen para el efecto de sentido general del discurso. Las cinco partes fueron identificadas y recortadas del video de la siguiente manera: 1- Exordio; 2- Medios de comunicación; 3- Virus; 4- Ciencia; y 5-Perorata.

TABLA 1 – DIVISIÓN DEL TEXTO DEL DISCURSO Y MARCACIÓN DEL CAMBIO DE ENCUADRAMIENTO

Parte	Tramo del texto	Video
Exordio	Desde que rescatamos a nuestros hermanos en Wuhan, en China , en una operación coordinada por los Ministerios de Defensa y de Relaciones Exteriores, se encendió para nosotros una alerta amarilla . Comenzamos a prepararnos para enfrentar al coronavirus, porque sabíamos que tarde o temprano llegaría a Brasil.	Cuadro 1
	Nuestro ministro de Salud se reunió con casi todos los secretarios de Salud de los Estados para que el planeamiento estratégico de combate contra el virus fuese elaborado y, desde entonces, el doctor Henrique Mandetta viene desempeñando un excelente trabajo de formación y preparación del SUS para atender a las posibles víctimas.	Cuadro 2
	Sin embargo, lo que teníamos que contener en aquel momento era el pánico, la histeria y, al mismo tiempo, trazar la estrategia para salvar vidas y evitar el desempleo en masa. Eso hicimos, casi contra todo y contra todos .	Cuadro 1
Parte	Tramo del texto	Video

(continua)

(conclusão)

Medios	<p>Gran parte de los medios de comunicación estuvieron en contra. Difundieron exactamente la sensación de pavor, teniendo como insignia el anuncio de un gran número de víctimas en Italia, un país con gran número de ancianos y con un clima totalmente diferente del nuestro.</p>	Cuadro 2
	<p>Un escenario perfecto, potenciado por los medios, para que una verdadera histeria se propague por nuestro país. Con todo, se percibe que, de ayer para hoy, parte de la prensa cambió su editorial. Piden calma y tranquilidad. Eso está muy bien. Felicidades, prensa brasilera. Es esencial que el equilibrio y la verdad prevalezcan, entre nosotros.</p>	Cuadro 1
Virus	<p>El virus llegó, lo estamos enfrentando y en breve pasará. Nuestra vida tiene que continuar. Los empleos deben mantenerse. El sustento de las familias debe ser preservado. Debemos, si, volver a la normalidad. Algunas pocas autoridades estatales y municipales deben abandonar el concepto de tierra arrasada, como prohibición de transporte, cierre de comercio y confinamiento en masa. Lo que pasa en el mundo ha mostrado que el grupo de riesgo es el de las personas por encima de los 60 años. Entonces, ¿por qué cerrar escuelas?</p>	Cuadro 1
	<p>Son raros los casos fatales de personas saludables, con menos de 40 años de edad. El noventa por ciento de nosotros no tendremos ningún síntoma en caso de infectarnos. Debemos, si, tener extrema precaución en no transmitir el virus a otros, en especial a nuestros queridos abuelos y abuelas. Respetando las orientaciones del Ministerio de Salud. En mi caso particular, por mi trayectoria de atleta, en caso de que fuese contagiado por el virus, no debería preocuparme, no sentiría nada, cuando mucho, afectado por una gripecita o resfriadito, como bien dice aquel conocido médico de aquella conocida televisión.</p>	Cuadro 2
Ciencia	<p>En tanto estoy hablando, el mundo busca un tratamiento para la enfermedad. El FDA americano y el Hospital Albert Einstein, en São Paulo, buscan comprobar la eficacia de la cloroquina en el tratamiento de Covid-19. Nuestro gobierno ha recibido noticias positivas sobre este remedio fabricado en Brasil y ampliamente utilizado en el combate contra la malaria, lupus y artritis. Confío en que Dios, capacitará a científicos e investigadores de Brasil y del mundo en la cura de esta enfermedad.</p>	Cuadro 1
Perorata	<p>Aprovecho para rendir mi homenaje a todos los profesionales de la salud. Médicos, enfermeros, técnicos y colaboradores que, en la primera línea nos reciben en los hospitales, nos tratan y nos reconfortan.</p>	Cuadro 2
	<p>Sin pánico o histeria, como vengo diciendo desde el principio, venceremos al virus y nos enorgulleceremos de estar viviendo en este nuevo Brasil, que tiene todo, si, para ser una gran Nación. Estamos juntos, cada vez más unidos, Dios bendice nuestra patria querida.</p>	Cuadro 1

FUENTE: Los autores.

(Parte 1) Exordio: en el exordio lo destacado es el texto que indica el rescate en China y la expresión *alerta amarilla*, refiriendo a una señal de alerta, sin embargo, también asocia al coronavirus a un origen asiático. La expresión *contra todo* y *contra todos* posee función potencializadora, aumentando las reales dificultades enfrentadas y,

al mismo tiempo, opera con el conocimiento previo del espectador, ya que se trata de una frase bastante común, conocida. Hay un recurso de repetición que genera sonoridad y, más adelante, se junta a la expresión *en contra*.

(Parte 2) Medios: en la segunda parte del discurso, el recurso argumentativo de la repetición es utilizado por medio de las siguientes expresiones: *Gran parte / gran número / gran número*. La función de esa repetición es exagerar el sentido, crea una escala de contraste y se junta al adverbio *totalmente*, acentuando esa exageración. En esa parte del discurso, se verifican otras elecciones lexicales que contribuyen al ataque a los medios de comunicación como las palabras *potencializado, esencial y verdad*; y la expresión *verdadera histeria*. La expresión deíctica *entre nosotros*, posee doble sentido: ella genera conexión e inclusión del público a la situación, y posee subtexto, un aviso o direccionamiento a los medios de comunicación.

(Parte 3) Virus: ésta es la parte más controvertida del discurso, donde el tema es el virus. Se destaca el empleo de marcadores actitudinales, los verbos *tener* y *deber*, en las siguientes inflexiones: *tiene, deben, debe, debemos*. El tono, en este punto, se torna más duro, impositivo, irritado, cuestionador (ver tabla de análisis del video). En cuanto impone lo que “debe ser hecho”, con tono autoritario, él inserta la única pregunta del discurso –*Entonces, ¿por qué cerrar escuelas?*– como recurso argumentativo, la pregunta interpela al espectador y lo invita a reflexionar y adherir a los argumentos, buscando crear empatía con los datos que acaban de ser presentados (como que el riesgo mayor es para las personas con más de 60 años). En esa parte del texto, el presidente utiliza de forma enfática los deícticos representados por los pronombres *mi, me* y *yo* (sujeto oculto): En *mi* caso particular / por *mi* trayectoria de atleta / caso (*yo*) fuese contaminado por el virus / (*yo*) no precisaría preocuparme, nada (*yo*) sentiría o (*yo*) sería. En ese tramo del discurso, el uso de esos pronombres hace clara referencia al episodio de publicación de los resultados para los exámenes de COVID-19 y del cuestionamiento por la prensa del “no contagio” del presidente después de viajar a los Estados Unidos en que casi todos los miembros de la comisión dieran positivo en el testeo para la infección. Y, por fin, el uso en

diminutivo de las palabras *gripe* o *resfriado* se torna una marca del discurso, justamente por el tono de ironía, provocación y negación de la gravedad de la pandemia.

(Parte 4) Ciencia: en esta parte se trata de una clara propaganda del medicamento cloroquina. No haremos foco en ese asunto.

(Parte 5) Perorata: la última parte del discurso está marcada por los deícticos que poseen función de crear la idea de integración entre gobierno y público, sentido de pertenencia. El pronombre *nosotros* surge tres veces acompañado de verbos (operadores actitudinales) tales como: *nos reciben* en los hospitales / *nos tratan* / *nos confortan* / (*nosotros*) *venceremos* / *nos enorgulleceremos* / *Estamos juntos* / Dios bendice *nuestra patria querida*.

Discurso del presidente brasileiro: marcadores audiovisuales

Sobre el video del discurso del presidente brasileiro, de forma general, es posible destacar la ausencia de gestos, las manos no aparecen en el video, la expresión facial no se altera en la mayor parte del tiempo. No obstante, en cuatro momentos hay un movimiento diferenciado de la cabeza y alteración de la expresión facial, son estos:

- 1) Cuando felicita a la prensa brasileira por cambiar su editorial (1'57");
- 2) Cuando ruega que prevalezcan el equilibrio y la verdad, cejas arqueadas y con leve sonrisa (2'03");
- 3) En la única pregunta que él hace en el video presenta un leve movimiento de cabeza para el lado izquierdo del video (2'48");
- 4) Al usar las palabras "gripecita o resfriadito", los ojos se cierran, como diciendo que no es relevante. Este es el punto donde la expresión facial es más acentuada. La expresión revela desprecio en relación a los enemigos.

Pausas y tonalidades de la voz funcionan como operadores argumentativos no dichos. Eso es pasible de análisis por el hecho de que el discurso en cuestión ha sido producido, grabado, editado. Esto revela una preocupación con los efectos de sentidos del discurso, la necesidad de control del mensaje y, principalmente, que hay diferentes intencionalidades. De forma general, el mismo tono fue

mantenido en todo el video, sin embargo, algunos énfasis surgen en los siguientes puntos:

TABLA 2 – OPERADORES ARGUMENTATIVOS NO DICHS

Parte	Tramo del texto	Operadores en los dichos
Exordio	[...]Nuestro ministro de Salud se reunió con casi todos los secretarios de Salud de los Estados [...].	En la expresión “casi todos” el énfasis se pone en <i>todos</i> , pues hay interés en desviar el foco de <i>casi</i> y marcar la eficiencia del Ministerio de Salud.
	Sin embargo, lo que teníamos que contener en aquel momento era el pánico, la histeria[...].	Se destaca con breve pausa cuando se precisa contener, dejando margen a los cambios futuros, pues a cada momento todo puede cambiar.
Medios	Gran parte de los medios de comunicación estuvieron en contra. Difundieron exactamente la sensación de pavor, teniendo como insignia el anuncio de un gran número de víctimas en Italia, un país con gran número de ancianos y con un clima totalmente diferente del nuestro.	Esta es la parte del discurso con que el tono de voz es irritado, el subtexto revela autoritarismo anteriores con la prensa, siendo como advertencia y tono autoritario.
	[...] parte de la prensa cambió su editorial. Piden calma y tranquilidad . Eso está muy bien. Felicidades, prensa brasilera . [...]	Cuando el asunto pasa a la <i>calma</i> y <i>tranquilidad</i> , el tono se transforma, queda más ameno, gentil.
Virus	El virus llegó [...] Nuestra vida tiene que continuar . Los empleos deben mantenerse. El sustento de las familias debe ser preservado . Debemos, si , volver a la normalidad. Algunas pocas autoridades estatales y municipales deben abandonar el concepto de tierra arrasada [...]. Entonces, ¿por qué cerrar escuelas?	Com este trecho el tono se altera hacia com imposición, un deseo de que su voluntad sea atendida de inmediato. Los marcadores actitudinales son preferidos con fuerza, acentuados com pausas breves y tono más alto que el de la voz.
	[...] por mi trayectoria de atleta, [...] no debería preocupar me, [...] resfriadito , como bien dice aquel conocido médico de aquel la conocida televisión.	El no dichoassume, com este tramo, com tono sarcástico.
Ciencia	[...] Nuestro gobierno ha recibido noticias positivas sobre este remedio fabricado en Brasil y ampliamente utilizado en el combate contra la malaria, lupus y artritis. [...]	El único énfasis, com tono más contundente, es para la palabra <i>positiva</i> .
Perorata	Aprovecho para rendir mi homenaje a todos los profesionales de la salud. [...]	El énfasis en la palabra <i>todos</i> tiene la intención de englobar, dar sentido de abarcar realmente a todos los profesionales citados, indicando com preocupación verdadera del presidente.
	Sin pánico o histeria, como vengo diciendo desde el principio , [...].	Com pausa breve, esta expresión sirve para reafirmar su ciencia, su certeza de que está ocurriendo.

FUENTE: Los autores.

Consideraciones finales

A través de la ilusión de los medios, los ciudadanos sienten que hablan directamente con el presidente, y no sienten la necesidad de que un partido, personas influyentes, otros dirigentes intermedios les den ideas acerca de lo que es un candidato o un gobierno, es decir, tienen sus propias opiniones formadas directamente en su relación con los mandatarios a través de la pantalla. En los casos analizados, ambos gobiernos adoptaron una comunicación reactiva, en tanto debieron accionar frente a una crisis mundial y se vieron obligados a comunicar los hechos que se sucedían. Ahora bien, el mensaje es todo lo que comunica el gobierno con sus acciones y omisiones, con lo que dice y con lo que deja de decir. En virtud de ello, aquí hemos pretendido interactuar con los argumentos inherentes a lo que dijeron los presidentes y, usando herramientas principalmente del análisis del discurso, la semántica argumentativa y el análisis filmico, sacar a la luz todo aquello que no está explicitado en sus discursos.

Aristóteles habló ya de *ethos* (credibilidad), *logos* (argumentación lógica) y *pathos* (la emoción). Esto es, desde los orígenes del concepto persuasión, se habló más allá de las palabras y los argumentos. Se habló de las emociones (*pathos*). No hay que despreciar el valor ni el poder de las emociones en el mensaje. La emoción, las sensaciones y los sentimientos son tan válidos como las palabras y mucho más poderosos que la razón. Destacamos este aspecto porque la exposición de las emociones, en los casos estudiados, es una de las grandes diferencias que encontramos. Esto se vincula al formato elegido para transmitir el mensaje, en el caso argentino se trata de una conferencia de prensa en vivo – con los imprevistos que esa situación conlleva-, mientras que el gobierno brasilero emitió un discurso grabado – una puesta en escena.

En el discurso de Fernández, y como quedó señalado más arriba, la apelación a las emociones y la emocionalidad que expone el primer mandatario, son una estrategia que se visibiliza en distintos momentos a lo largo de la conferencia. La intención del presidente

de escuchar al “pueblo” también se expresa cuando acepta responder preguntas de los periodistas – tanto de medios afines como opositores al gobierno – presentes en la conferencia. En el caso brasileiro, el discurso planificado y grabado (un guión preestablecido) le quita emocionalidad a la enunciación de Bolsonaro. En el texto que sigue el mandatario, tampoco se observan elementos que apelen a la emoción de la audiencia, es un discurso más bien de tipo informativo. Por su condición de mensaje grabado, tampoco hay ningún tipo de interacción con el público.

A pesar de las distintas condiciones de producción y transmisión, deseamos subrayar tres aspectos que comparten ambos discursos. El primero, el “estilo léxico”, en tanto herramienta discursiva, se revela poderoso para expresar, transmitir e influir en los modelos y opiniones. Hemos visto, cómo las palabras empleadas para describir acciones y protagonistas han sido escogidas con sumo cuidado.

Elsegundo, en ambos casos ocupa un lugar central la estrategia del uso del “nosotros inclusivo”. La presentación “positiva” de Nosotros. La existencia de este endogrupo supone la de unexogrupo (otro negativo). Ese “Otro” sería el grupo conformado por los detractores de las políticas oficiales. Para el caso argentino, serían los denominados “anticuarentenas”, aquellas personas que niegan o minimizan los efectos de la pandemia, y se niegan a cumplir con la cuarentena decretada por la Nación. Para el caso brasileiro, ocurre lo contrario, el presidente incentiva a sus seguidores a “continuar con sus vidas” minimizando la gravedad de la enfermedad, es decir, lidera el grupo de los que se revelan a la cuarentena.

El tercero, se hizo evidente en ambos discursos la intención de “justificar la legitimidad” de sus propuestas. De allí que se conceda importancia a algunos aspectos y que se le reste a otros, mediante maniobras estilísticas o retóricas. Las funciones pragmáticas y persuasivas de justificación solo tienen éxito cuando están basadas en una semántica de representación eficaz: el hablante tiene que presentarse como portavoz de la verdad. Es decir, el discurso debe ser persuasivo, no sólo en el terreno macro sintáctico (en los temas), sino también en el nivel estilístico de expresión retórica.

Referencias

BENVENISTE, Èmile. **Problemas de lingüística geral I**. 2. ed. Tradução: Maria da Glória Novak e Luiza Neri. Campinas: Pontes, 1988. (Original publicado em 1966).

CASA Rosada República Argentina. Conferencia de Prensa del Presidente Alberto Fernández desde Olivos. **YouTube**, 10 abr. 2020. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=X-lhQ4-PD8o&t=1924s>. Último acceso: 22 de agosto de 2020.

CALDERÓN, Demetrio Estebanez. **Diccionario de términos literarios**. Madrid: Alianza, 2001.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. Argumentação Retórica e Argumentação Linguística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FREITAS, Ernani Cesar de. Blocos semânticos, o movimento argumentativo na construção do sentido do discurso. **Revista do GEL**, S. J. do Rio Preto, v. 5, n. 1, p. 109-128, 2008.

IZURIETA, Roberto. La comunicación política en la era del entretenimiento. En: IZURIETA *et al.* **Estrategias de Comunicación para Gobiernos**. Bs. As.: La Crujía, 2003.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **La enunciación de la subjetividad en el lenguaje**. Buenos Aires: Hachette, 1986.

MARTÍN ROJO, Luisa; WHITTAKER, Rachel. **Poder-decir o el poder de los discursos**. Madrid: Arrecife Producciones, 1998.

PLANALTO. Pronunciamento do presidente da República, Jair Bolsonaro (24/03/2020). **YouTube**, 24 mar. 2020). Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=VL_DYb-XaAE. Último acceso: 9 set. 2020.

ROBLES RIDI, Julián. El “profe” Fernández: estrategias del Presidente para construir confianza y credibilidad. **La Gaceta Digital**, 24 de mayo de 2020a. Disponible en: <https://lagacetadigital.com.ar/el-profe-fernandez-estrategias-del-presidente-para-construir-confianza-y-credibilidad/>. Último acceso: 20 de agosto de 2020.

ROBLES RIDI, Julián. Las estrategias de comunicación del presidente Alberto Fernández en tiempos de coronavirus. **La Gaceta Digital**, 17 de mayo de 2020b. Disponible en: <http://lagaceta-digital.com.ar/las-estrategias-de-comunicacion-del-presidente-alberto-fernandez-en-tiempos-de-coronavirus/>. Último acceso: 20 de agosto de 2020.

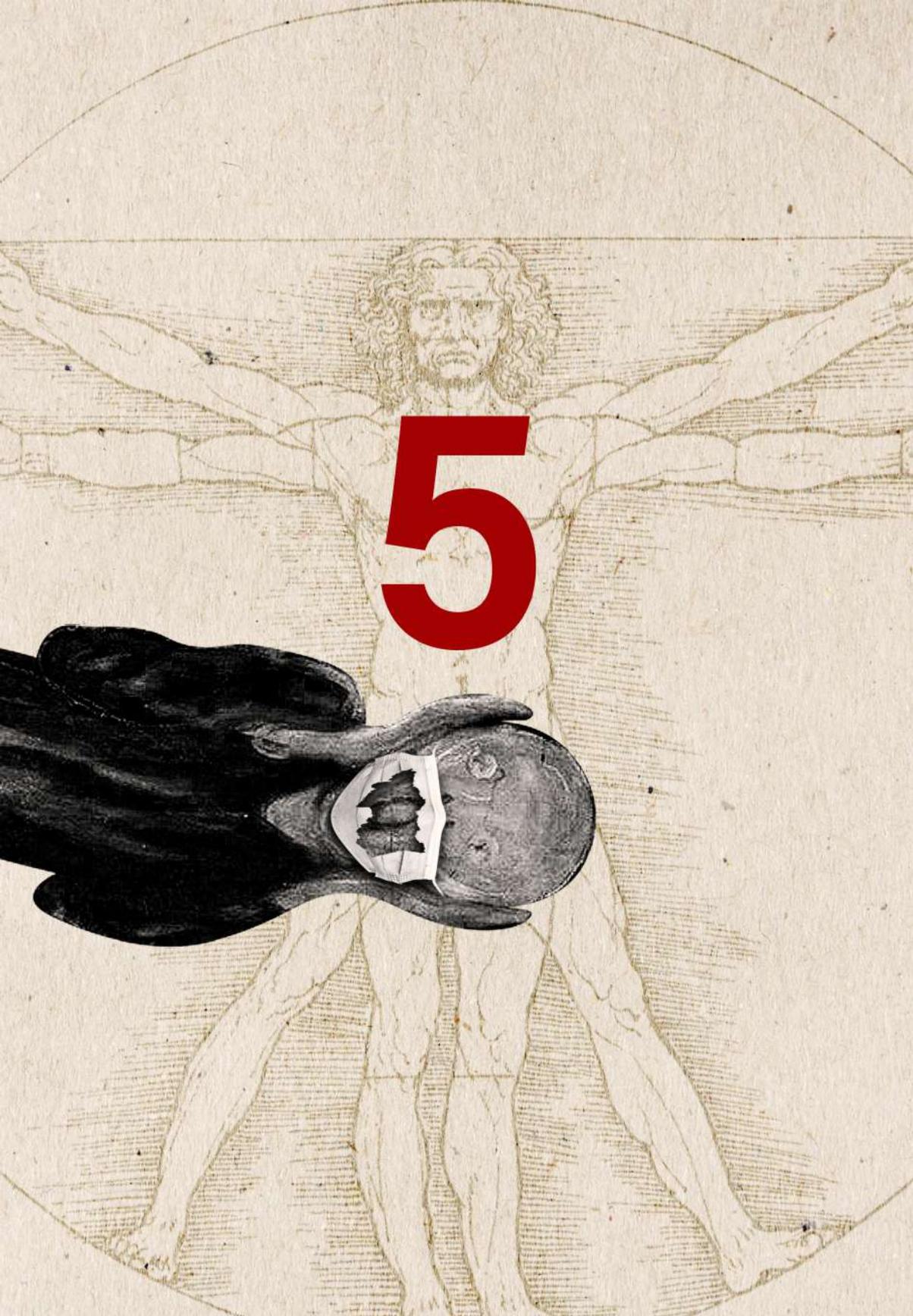
RODRIGUES, Chris. **O cinema e a produção**: Para quem gosta, faz ou quer fazer cinema. Rio de Janeiro: DR&A, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein.. São Paulo: Cultrix, 2002.

VAN DIJK, Teun. **Ideología, un enfoque multidisciplinario**. Barcelona: Gedisa, 1999.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise filmica**. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1994.

VERDUGO, Iber. **Estrategias del discurso**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1994.



As avaliações do ensino remoto implementado em Minas Gerais construídas por diferentes atores sociais em uma reportagem

Maria José da Silva Fernandes¹
Maria Aparecida Resende Ottoni²

Neste capítulo, objetivamos analisar as avaliações materializadas nas vozes dos atores sociais incluídos em uma reportagem publicada no site *Brasil de Fato*, em 23 de junho de 2020, intitulada “Alunos e professores relatam dificuldades no ensino à distância em Minas Gerais” (MENTA, 2020). Nosso intuito é investigar com o ensino remoto implementado no Estado de Minas Gerais, desde 18 de maio de 2020, é avaliado por aluno(a)s, professore(a)s e outro(a)s representantes de diferentes segmentos da sociedade.

Nós partimos das seguintes questões de pesquisa: como o(a)s estudantes e professore(a)s incluído(a)s na reportagem avaliam o ensino remoto? Como o(s)s demais representantes da sociedade avaliam o modelo de ensino oferecido pela SEE? De que tipo são as avaliações materializadas nas vozes incluídas? Para responder a essas questões e atingir o objetivo do estudo, baseamo-nos em pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC), especialmente da abordagem dialético-relacional de Norman Fairclough (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003) e nos estudos sobre o Sistema da Avaliatividade (SA) (MARTIN; WHITE, 2005), principalmente no Subsistema ATITUDE.

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e professora da rede estadual de Minas Gerais. E-mail: mjfernandes485@gmail.com.

² Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Professora associada do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: cidottoni@gmail.com.

Considerando o exposto, organizamos este capítulo em três seções, além destas considerações iniciais, das considerações finais e das referências. Primeiramente, fazemos uma breve explanação sobre a implementação do ensino remoto em Minas Gerais. Em seguida, discutiremos sobre a ADC e o SA. Após a apresentação do aporte teórico-metodológico, procedemos à análise, com a discussão dos resultados.

Contextualização: a implementação do ensino remoto nas escolas estaduais de Minas Gerais

No início deste ano, 2020, tivemos o primeiro caso do novo coronavírus no Brasil³ e, para evitar a disseminação da COVID, as aulas presenciais foram suspensas em praticamente todo o território brasileiro. Primeiramente foi feita a suspensão por alguns dias, mas, com o avanço da doença, essa suspensão tem sido prorrogada.

No estado de Minas Gerais, as aulas foram suspensas em 18 de março de 2020 e em 18 de maio de 2020 iniciou-se o regime de teletrabalho, para a oferta do ensino remoto em todas as escolas estaduais e municipais. O Regime de Estudo não Presencial implantado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG)⁴ contempla a disponibilização de um aplicativo (*Conexão Escola*), do Programa *Se Liga na Educação* e do *Plano de Estudo Tutorado* (PET).

O *Conexão Escola* é uma ferramenta a que o(a)s estudantes e professor(a)s têm acesso por meio de seu número de matrícula e senha e podem trocar mensagens entre si por meio do *chat*. Também podem acessar as teleaulas e *slides* utilizados nessas aulas. O aplicativo está disponível para aparelhos celulares e para computadores.

O Programa *Se Liga na Educação*, exibido na Rede Minas, consiste em uma programação específica de gravação e disponibilização de teleaulas, de segunda a sexta-feira. Cada ano escolar, do 1º ano do

³ O Ministério da Saúde confirmou em 26/02/2020 o primeiro caso do novo coronavírus no Brasil. Trata-se de um homem de 61 anos, no estado de São Paulo, que tinha viajado para a Itália.

⁴ No site www.estudememcasa.educacao.mg.gov.br, o(a)s leitor(a)s podem ter acesso às informações mais detalhadas.

Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, tem um horário de 20 minutos de aula por dia. Na segunda-feira, são teleaulas da área de Linguagens (Língua Portuguesa, Literatura, Inglês, Arte e Educação Física); na terça-feira, de Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia); na quarta-feira, são da área de Matemática; na quinta-feira, da área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), na sexta-feira, as teleaulas são voltadas para a preparação do(a)s aluno(a)s para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O(A)s estudantes também podem acessar essas teleaulas no canal do YouTube. A grade de horários é disponibilizada semanalmente para o(a)s discentes. A seguir apresentamos uma captura de tela de parte da grade da semana 15:

FIGURA 1 – PRIMEIRA PARTE DA GRADE DE HORÁRIOS DO ENSINO REMOTO

SEMANA 15	24/06 - SEGUNDA-FEIRA	25/06 - TERÇA-FEIRA	26/06 - QUARTA-FEIRA	27/06 - QUINTA-FEIRA	28/06 - SEXTA-FEIRA
	LINGUAGENS	CIÊNCIAS HUMANAS	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS DA NATUREZA	ENEM
07h	EF - ED.FÍSICA - 8 ANO - ESPORTES DE BEEDE	EF - 8 ANO - HIST. INDEPENDÊNCIAS AMÉRICA ESPANHOLA	EF - 8 ANO - QUADRO LATEROS	EF - 8 ANO - CB - SISTEMA EXOMETRO	LÍNGUA PORTUGUESA - CONHECIMENTO DE SI MESMO (11) (2) (3) (4)
07h20	EF - ED.FÍSICA - 7 ANO - TIRO COM ARCO	EF - 7 ANO - HIST. AS SOCIEDADES PRÉ-COLÔMBIANAS	EF - 7 ANO - SITUAÇÕES (PROBLEMAS) III	EF - 7 ANO - GE - BIOMASSA E IMPACTOS AMBIENTAIS II	MATEMÁTICA - FUNÇÕES II
07h40	EF - INC - 5 ANO - ODIOS E AMIZIZES CRIAN	EF - 5 ANO - HIST - POVOS DA AMÉRICA INDÍGENA (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13) (14) (15) (16) (17) (18) (19) (20) (21) (22) (23) (24) (25) (26) (27) (28) (29) (30) (31) (32) (33) (34) (35) (36) (37) (38) (39) (40) (41) (42) (43) (44) (45) (46) (47) (48) (49) (50) (51) (52) (53) (54) (55) (56) (57) (58) (59) (60) (61) (62) (63) (64) (65) (66) (67) (68) (69) (70) (71) (72) (73) (74) (75) (76) (77) (78) (79) (80) (81) (82) (83) (84) (85) (86) (87) (88) (89) (90) (91) (92) (93) (94) (95) (96) (97) (98) (99) (100)	EF - 5 ANO - CRITÉRIOS DE DIVISIBILIDADE	EF - 6 ANO - GE - TRANSFORMAÇÕES FÍSICAS E QUÍMICAS	INGLÊS - 6 (GRAMÁTICA E COMUNICAÇÃO)
08h	EF - ED.FÍSICA - 4 ANO - FRINGUE-PONGUE	EF - 4 ANO - GEO - REGIONALIZAÇÃO BRASILEIRA	EF - 4 ANO - SISTEMA MONETÁRIO BRASILEIRO	EF - 4 ANO - GE - TRANSFORMAÇÕES BIOLÓGICAS E SOCIOECONÔMICAS	SOCIEDADE - FÍSICA E POPULAÇÃO JOVENS
08h20	EF - ED.FÍSICA - 5 ANO - BRINCADEIRAS INDÍGENAS E AFRICANAS	EF - 5 ANO - GEO - POPULAÇÃO BRASILEIRA	EF - 5 ANO - OPERAÇÕES INVERSA	EF - 5 ANO - GE - PROPRIEDADES DOS MATERIAIS IV	BIOLOGIA - EMERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA

FONTE: Captura de tela de publicação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.⁵

Em relação às videoaulas, convém observarmos que são apenas 20 (vinte) minutos diariamente, para cada ano escolar, como podemos verificar na grade. Além disso, como na semana são apenas cinco dias letivos, há semanas em que o(a)s estudantes ficam sem a

teleaula de algum componente curricular, pois há mais que 5 (cinco) disciplinas na grade curricular. No Ensino Médio, por exemplo, a grade curricular contém, geralmente, 12 (doze) componentes e, no Ensino Fundamental, 9 (nove).

Quanto aos PETs, eles são os arquivos com os conteúdos de cada componente curricular. Eles são organizados por nível de escolaridade: Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais), Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio. Esse material é disponibilizado para o(a)s estudantes por meio das plataformas digitais, mas as escolas podem providenciar a impressão para alguns(mas) aluno(a)s, caso seja necessário. Geralmente, são feitas essas impressões para o(a)s que moram em zona rural, por não terem acesso fácil à internet. Cada PET é planejado para o trabalho em 4 semanas de aulas.

É possível observar que há um descompasso em relação às videoaulas e os PETs, pois é comum o conteúdo da videoaula não coincidir com o conteúdo que está sendo estudado no PET na semana.

É sobre esse processo de implantação e execução do ensino remoto em Minas Gerais que a reportagem ora analisada se debruça e nós intentamos analisá-la, identificando como os atores sociais avaliam discursivamente esse ensino remoto que vem sendo desenvolvido no estado.

Essa ação da SEE/MG tem despertado o interesse de muitas pessoas, principalmente das que estão mais diretamente nela envolvidas, como o(a)s profissionais da educação, estudantes e seus familiares. Como professoras da rede pública de ensino, também nos interessamos por essa questão e por seus desdobramentos. Por isso, optamos por analisar uma reportagem que trata dessa temática, especificamente no Estado mineiro.

A seguir, apresentamos o aporte teórico-metodológico no qual nos pautamos, a Análise de Discurso Crítica (ADC) e o Sistema de Avaliatividade (SA).

A Análise de Discurso Crítica (ADC)

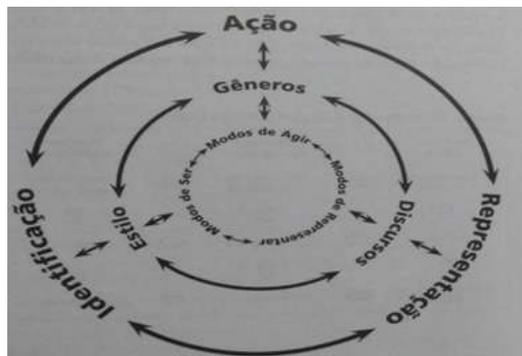
A ADC é uma abordagem teórico-metodológica para os estudos da linguagem, desenvolvida a partir dos anos 80, pelo(a)s pesquisadore(a)s Teun van Dijk, Gunther Kress, Ruth Wodak, Theo van Leeuwen e Norman Fairclough. Esses pesquisadores e pesquisadora adotaram diferentes abordagens, no entanto, todas elas buscam uma minimização/transformação de problemas sociais (OTTONI, 2019⁶; GUIARDI; OTTONI, 2020, no prelo). Neste capítulo, baseamo-nos em pressupostos da abordagem dialético-relacional, de Norman Fairclough, que concebe a linguagem como um componente irreduzível da vida social dialeticamente interligada a outros elementos das práticas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003). Esses estudiosos compreendem que as práticas são constituídas de vários elementos – pessoas (com suas crenças, atitudes, histórias etc.), ação e interação, relações sociais, mundo material e pelo discurso – e que esses elementos estabelecem entre si uma relação de articulação e de internalização.

Assim, de acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), as práticas sociais têm uma faceta discursiva e o discurso pode figurar de três modos nessas práticas: como modos de (inter) agir, de representar e de identificar, que correspondem, respectivamente, aos gêneros, discursos e estilos (elementos das ordens do discurso). Associados respectivamente a esses três modos, há três significados que são realizados pelos textos: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional (FAIRCLOUGH, 2003).

É importante frisar que todos os três significados estão dialeticamente relacionados, como representado na Figura 2 a seguir:

⁶ O uso do termo transformação/minimização foi adotado a partir de discussão realizada em aula da disciplina ministrada pela professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni em 2019: "Tópicos em Estudos Linguísticos: introdução à Análise de Discurso Crítica". A pesquisadora supracitada motivou uma discussão em que esse termo transformação/minimização de um problema social seria mais adequado, em vez de superação de um problema social, tal como defendem alguns pesquisadores. A escolha se justifica pelo fato de muitas vezes não ser possível superar totalmente um problema social, mas transformá-lo ou minimizá-lo.

FIGURA 2 – TRIPÉ DA OBRA DE FAIRCLOUGH (2003)



FONTE: Ottoni (2014, p. 33)

Conforme Ottoni (2014, p. 32) assevera, para Fairclough (2003), “focalizar a análise de textos na interação da ação, representação e da identificação traz uma perspectiva social para o ‘coração do texto’”. Todavia, por uma questão de recorte, centramo-nos apenas no significado identificacional, tendo em vista que nosso objetivo é analisar as avaliações feitas pelo(a)s produtor(e)s do texto acerca do ensino remoto implementado em Minas Gerais.

Considerando esse recorte, é necessário ressaltar que, mesmo o foco deste capítulo estando em apenas um dos significados propostos por Fairclough (2003), é possível, com essa análise, compreendermos que os textos podem contribuir para o entendimento das relações estabelecidas socialmente e para a transformação de crenças e representações que são disseminadas pelos diferentes atores sociais, em diferentes práticas sociais.

No que diz respeito especificamente ao significado identificacional, ele está diretamente relacionado ao conceito de estilos que, de acordo com Fairclough (2003, p. 159, tradução nossa), “são o aspecto discursivo de maneiras de ser, identidades. Quem é você é parcialmente uma questão de como você fala, de como você escreve, assim como uma questão de personificação – como você parece, se posiciona, se movimenta, e assim por diante”⁷. Esse autor

⁷ No original: “Styles are the discursual aspect of ways of being identities. Who you are is partly a matter of how you speak, how you write, as well as a matter of embodiment – how you look, how you hold yourself, how you move, and so forth”.

argumenta que os “Estilos estão ligados à identificação” e que “usar a nominalização em vez do nome ‘identidades’ enfatiza o processo de identificação, como as pessoas se identificam e são identificadas por outras” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159, tradução nossa)⁸.

Dentre as categorias elencadas por Fairclough (2003), para a análise do significado identificacional, está a avaliação, com a qual trabalharemos neste capítulo. Para a análise das avaliações materializadas no nosso *corpus*, recorreremos ao Sistema da Avaliatividade (SA) de Martin e White (2005), sobre o qual discorreremos na próxima seção.

O Sistema de Avaliatividade

O SA, proposto pelos pesquisadores James R. Martin e Peter R. White (2005), foi desenvolvido a partir dos estudos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de Halliday e Matthiessen (2014), mais especificamente, centrando na metafunção interpessoal (não desconsiderando o diálogo com as outras metafunções⁹).

O SA é composto por três subsistemas: de ATITUDE, de ENGAJAMENTO e de GRADAÇÃO. Para os propósitos deste capítulo, consideraremos, principalmente, o Subsistema de ATITUDE, que está relacionado a “nossos sentimentos, incluindo reações emocionais, juízos de comportamento e avaliação das coisas”¹⁰ (MARTIN; WHITE, 2005, p. 35). Destacamos o termo “principalmente” porque

⁸ No original: “Styles are linked to identification using the nominalization rather than the noun ‘identities’ emphasizes the process of identifying, how people identify themselves and are identified by others”.

⁹ De acordo com a LSF, a linguagem articula diferentes significados e realiza diferentes funções. Para analisar esses significados, são propostas três metafunções da linguagem: a metafunção ideacional, a metafunção interpessoal e a metafunção textual. Conforme Scherer e Motta-Roth (2015, p. 268), “A metafunção ideacional, em seu sistema de Transitividade, realiza o conteúdo proposicional do texto, possibilitando, ao sujeito representar as experiências do mundo interior e exterior – é o campo do discurso. A metafunção interpessoal, por sua vez, diz respeito ao esclarecimento de relações humanas, ao “processo de interação social” e ao “modo de agir” no mundo social (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 20) – são as relações do discurso. A metafunção textual diz respeito ao papel do texto e às relações internas a este como unidade semântica - é o modo do discurso”.

¹⁰ No original: “Attitude is concerned with our feelings, including emotional reactions, judgements of behaviour and evaluation of things”.

podemos também, em algum momento, tecer alguma consideração na análise sobre os outros subsistemas, se isso se mostrar relevante.

O Subsistema de ATITUDE está dividido em três categorias: AFETO, JULGAMENTO e APRECIÇÃO. Em relação ao AFETO, esses pesquisadores explicam que diz respeito ao registro dos sentimentos positivos ou negativos, como nós nos sentimos felizes ou tristes, confiantes ou ansiosos, interessados ou chateados. (MARTIN; WHITE, 2005, p. 42)¹¹. De acordo com esses autores, esse registro é realizado por meio de diversas estruturas gramaticais e compreendem modificação de participantes e processos, comportamentais e mentais afetivos, e adjuntos modais (MARTIN; WHITE, 2005, p. 45): afeto como qualidade (descrevendo participantes, atribuída aos participantes ou modo de processos; afeto como processo (mental afetivo ou comportamental afetivo) e afeto como comentário (*desiderative*). Nessa categoria, podemos agrupar as emoções em três variáveis: (in)felicidade; (in)satisfação e (in)segurança.

Martin e White (2005) explicam que essas variáveis tratam

do que é tradicionalmente visto sob o título de ‘afeto’ – os meios pelos quais os escritores/falantes avaliam positiva ou negativamente as entidades, acontecimentos e estados de coisas com as quais seus textos estão relacionados. Nossa abordagem nos leva além de muitos relatos tradicionais de afeto na medida em que aborda não somente os meios pelos quais os escritores/falantes codificam abertamente o que eles apresentam como suas próprias atitudes, mas também aqueles meios pelos quais eles ativam mais indiretamente as instâncias avaliativas e posicionam leitores/ouvintes para fornecer suas próprias avaliações. Estas avaliações atitudinais são de interesse não apenas porque elas revelam os sentimentos e valores de falantes/ escritores, mas também porque sua expressão pode estar relacionada ao status ou autoridade do falante/escritor conforme interpretado pelo texto e porque elas operam retoricamente para construir relações de alinhamento e conexão entre o escritor/falante e os respondentes reais ou potenciais (MARTIN; WHITE, 2005, p. 2)¹².

¹¹ No original: “Affect is concerned with registering positive and negative feelings: do we feel happy or sad, confident or anxious, interested or bored?”.

¹² No original: “We attend to what has traditionally been dealt with under the heading of ‘affect’ – the means by which writers/speakers positively or negatively evaluate the entities,

A categoria JULGAMENTO está localizada na região do significado que interpreta nossas atitudes em relação às pessoas e o modo como elas se comportam, “lida com as atitudes relacionadas ao comportamento, as que nós admiramos ou criticamos, elogiamos ou condenamos” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 42)¹³. De acordo com esses estudiosos, os escritores/falantes podem julgar o comportamento humano por meio de duas subcategorias, a Estima social e a Sanção social. A Estima social relaciona-se à normalidade (quão incomum alguém é), à capacidade (quão capaz alguém é) e à tenacidade (quão resoluto/decidido/determinado alguém é). A Sanção social relaciona-se com a veracidade (quão verdadeiro alguém é) e a propriedade (quão ético alguém é). A Estima social geralmente é policiada na cultura oral, por meio de bate-papo, fofoca, piadas e diversos tipos de histórias. A Sanção social é mais codificada na escrita, como em decretos, regras, regulamentos e leis sobre como se comportar conforme “fiscalizados” pela igreja e pelo estado – com penalidades e punições para as pessoas que não cumprem o código (MARTIN; WHITE, 2005, p. 52). Além de observarmos se os julgamentos são relacionados à Estima ou Sanção social e se podem ser referentes à normalidade, capacidade ou tenacidade, podemos averiguar se eles são positivos ou negativos.

Na categoria APRECIÇÃO, nós observamos os significados que interpretam nossas avaliações das coisas, especialmente as coisas que nós fazemos ou nossos desempenhos, mas também incluem os fenômenos naturais. Martin e White (2005, p. 56) apresentam três divisões para a categoria APRECIÇÃO: a Reação (refere-se às nossas reações às coisas, como elas chamam nossa atenção, se elas nos agradam); a Composição (refere-se ao equilíbrio e complexidade

happenings and states-of-affairs with which their texts are concerned. Our approach take us beyond many traditional accounts of ‘affect’ in that it addresses not only the means by which speakers/writers overtly encode what they present as their own attitudes but also those means by which they more indirectly activate evaluative stances and position readers/listeners to supply their own assessments. The attitudinal evaluations are of interest not only because they reveal the speaker’s/writer’s feelings and values but also because their expression can be related to the speaker’s/writer’s status or authority as construed by the text, and because they operate rhetorically to construct relations of alignment and rapport between the writer/speaker and actual or potential respondents”.

¹³ No original: “deals with attitudes towards behaviour, which we admire or criticise, praise or condemn”.

das coisas) e a Valoração (quão inovadoras, autênticas, oportunas são as coisas). Assim, a subcategoria Reação pode ser subdividida em Impacto e Qualidade e a subcategoria Composição, em Equilíbrio e Complexidade. Martin e White (2005) sugerem que façamos algumas perguntas para identificarmos se são positivas ou negativas:

QUADRO 1 – SUBDIVISÃO DA CATEGORIA APRECIACÃO

Apreciação	Subcategorias	Positiva (exemplos)	Negativa (exemplos)
Reação	Impacto: me chamou a atenção?	Impressionante, empolgante, extraordinário, interessante	Chato, tedioso, sem graça, comum, desinteressante
	Qualidade: eu gostei?	Bom, esplêndido, interessante	Ruim, desagradável, revoltante
Composição	Equilíbrio: foi consistente?	Harmonioso, unificado, consistente, bem-feito	Desequilibrado, falho, irregular, imperfeito, inconsistente
	Complexidade: foi difícil acompanhar?	Claro, preciso, detalhado, valioso	Confuso, incerto, não valioso
Valoração: valeu a pena?		Inovador, criativo, excepcional, valioso, útil, que vale a pena	Superficial, ineficaz, insignificante, de má qualidade, inútil

FONTE: Adaptado de Martin e White (2005, p. 56)

Tendo em vista que focalizamos o Subsistema ATITUDE para a análise da reportagem, como já explicamos anteriormente, não detalharemos os Subsistemas ENGAJAMENTO e GRADAÇÃO.

As avaliações materializadas na reportagem

Antes de darmos início à análise, é relevante destacar que, segundo Köche e Marinello (2012, p. 140-141), o gênero reportagem “informa sobre determinado fato atual de interesse do leitor a que se destina o jornal ou a revista, impressos ou on-line, e acresce diferentes opiniões e versões”. Além disso, pode enfocar um assunto que não é novo e seu produtor “pode fazer uso de depoimentos, pontos de vista, entrevistas, boxes e dados estatísticos. Ele “não só narra o que ocorreu, mas também se envolve nesse ato, apresentando sua própria observação dos eventos; mostra as causas e a origem dos fatos e oferece uma explicação para sua ocorrência”.

A reportagem selecionada articula temas importantes do momento que estamos vivendo – a pandemia do novo coronavírus e o ensino remoto – e desperta o interesse de muito(a)s leitor(a)s, podendo ter efeitos, inclusive, na própria estruturação desse modelo de ensino.

Como já afirmamos anteriormente, a reportagem que ora analisamos foi publicada no site do jornal *Brasil de fato* (BdF). De acordo com as informações publicadas na coluna *Quem somos*, o jornal foi lançado em 25 de janeiro de 2003 e é tanto um site de notícias quanto uma radioagência. Possui regionais no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Pernambuco. No site, porém, consta ainda Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Informam também que foi criado por movimentos populares com o intuito de contribuir “nos debates de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país” (QUEM..., 2014, não p.). As versões regionais foram criadas a partir de maio de 2013 “para promover uma aproximação com os leitores e leitoras, além de dialogar com as realidades locais” (QUEM..., 2014, não p.). Além do site, da radioagência e das edições impressas, também circula no Facebook, Twitter, YouTube, Flickr e SoundCloud.

Na regional de Minas Gerais, na coluna *Quem somos*, localizamos as seguintes informações:

O jornal impresso Brasil de Fato MG nasceu em agosto de 2013 com o objetivo de trazer notícias e análises do ponto de vista dos trabalhadores de Minas Gerais. Além de um jornal impresso, com tiragem de 40 mil exemplares semanais com distribuição gratuita em 46 cidades do estado, o BdF MG participa do programa de rádio Roda de Conversa, em parceria com a CUT e com o Sind/UTE-MG, além de ter um programa semanal na Rádio Favela Autêntica (106, 7 FM). Também estamos no Facebook, Twitter, SoundCloud e YouTube (QUEM..., 2014, não p.).

A reportagem em foco foi organizada em oito partes, sendo identificadas por intertítulos que se destacam no corpo do texto. A primeira parte, desenvolvida a partir do título “Alunos e professores relatam dificuldades no ensino à distância em Minas Gerais” e da linha fina “Processo não incluiu comunidade escolar e muitos não têm acesso adequado à internet”, traz uma imagem em que aparecem

atividades escolares sendo desenvolvidas por estudantes e a legenda “Segundo IBGE, 54% das famílias mineiras não possuem computador e 24,7% não têm acesso à internet” (QUEM..., 2014, não p.). A seguir, reproduzimos parte da primeira página da reportagem.

FIGURA 3 – CAPTURA DE TELA DA PARTE DA PRIMEIRA PÁGINA DA REPORTAGEM



FONTE: Menta (2020)

Podemos perceber, já a partir do título da reportagem, que serão destacados aspectos negativos do ensino remoto em Minas Gerais, sinalizados pela escolha lexical “dificuldades”. Na linha fina, ressalta-se que a comunidade escolar não foi incluída nesse processo e que muitos estudantes não têm acesso adequado à internet, o que é complementado pela legenda que aparece abaixo da primeira imagem da reportagem, apresentando um dado do IBGE que comprova o que foi afirmado na linha fina.

Nessa reportagem, ao se referirem a essa forma de ensino implementada no estado, as pessoas entrevistadas utilizam as expressões: “ensino a distância”, “ensino remoto”, “novo modelo de ensino”, “Regime de Estudo não Presencial”, “Regime de Estudo a Distância”, “modelo de destaque nacional”, “EAD”, “método EAD”. Esclarecemos que temos conhecimento das controvérsias relacionadas ao uso das expressões “ensino remoto” e “Educação a Distância (EAD)”, mas optamos por utilizar a expressão “ensino remoto”, tendo em vista as características específicas do ensino ministrado neste momento.

Na reportagem, é apresentado aos leitores o funcionamento do ensino remoto, a forma como foi criado e implementado no estado.

Para a análise das avaliações presentes na reportagem, primeiramente fizemos a leitura atenta do texto, marcando todas as ocorrências avaliativas relacionadas ao ensino remoto. Ressaltamos que foram encontradas mais de 70 ocorrências de avaliações apreciativas. Depois, fizemos um agrupamento, separando-as de acordo com o segmento a que pertencem o(a)s entrevistado(a)s que construíram as avaliações, a saber: estudantes; professore(a)s; representantes do governo e da Comissão da Educação; membros do grupo de Estudos de África Pré-Colonial (GEAP-UFGM), do grupo de Pesquisas Áfricas (UFGM). Desse modo, analisamos como o ensino remoto é avaliado pelos atores sociais incluídos e pela jornalista. Para isso, mobilizamos o Subsistema ATITUDE para classificar as ocorrências encontradas, especialmente a categoria APRECIÇÃO¹⁴, já que é por meio dessa categoria que atribuímos “valor social a objetos, artefatos, textos, estados de coisas, ou seja, por referência à estética e a outros sistemas de avaliação social”¹⁵ (WHITE, 2009, p. 39-49, tradução nossa).

A seguir, apresentamos as ocorrências avaliativas encontradas nos dizeres do(a)s aluno(a)s e, em seguida, a análise desses registros.

**QUADRO 2 – AVALIAÇÕES DO ENSINO REMOTO
CONSTRUÍDAS PELO(A)S ESTUDANTES**

Avaliações construídas pelo(a)s estudantes
(01) “É um pouco <u>difícil</u> entender a matéria, pois os professores <u>falam rápido e não é igual à aula presencial, que tem o tempo para tirar dúvidas e pra anotar as coisas</u> . On-line <u>você se concentra em anotar e não em entender direito a matéria</u> (Débora)
(02) Ela acrescenta que pesquisar na internet <u>não ajuda</u> no processo de aprendizagem. (Débora)
(03) “Eu estou achando <u>péssimo</u> , um amigo meu vem aqui pra minha casa estudar porque não tem wi-fi em casa” (Samuel Alves)
(04) “Aqui em casa tomamos todo cuidado possível, evitamos sair, mas ele (J.G) trabalha e tudo mais, ele vem de máscara e eu faço isso <u>que por mais que seja arriscado e irresponsável</u> , ele tem potencial, ele é um cara incrível” (Samuel Alves)
(05) “Era pra escola distribuir, mas pela <u>demora</u> que ia ser e por ser melhor pra gente, resolvemos imprimir, <u>estou gastando muito</u> com cartucho, mas eu prefiro” (Samuel Alves)
(06) “Os alunos que ficam sem entender o conteúdo <u>têm que buscar tirar as dúvidas por si mesmos, porque não temos respaldo dos professores</u> . <u>Uma aula por dia é muito pouco</u> , e isso torna o EAD muito <u>desinteressante</u> pra muita gente” (Samuel Alves)

FONTE: Elaborado a partir de Menta (2020)

Como podemos perceber, o(a)s estudantes avaliam o ensino remoto negativamente. A aluna Débora faz, inclusive, uma comparação com o ensino presencial, afirmando que nesse contexto é difícil

entender a matéria, pois tem de se preocupar em fazer as anotações, já que os professores falam rápido e consultar na internet “não ajuda”, conforme excertos 1 e 2. Ela constrói uma APRECIÇÃO do tipo Composição-Complexidade negativa, já que aborda questões relacionadas à complexidade da composição do ensino remoto, como o tempo e a atuação dos professores. O aluno Samuel utiliza os atributos “péssimo” e “desinteressante”, excertos 3 e 6, além de avaliar como “muito pouco” o número de aulas por dia, construindo, assim, apreciações do tipo Reação-Qualidade negativas. Ele justifica sua opinião, fazendo outras apreciações negativas do tipo Composição-Complexidade, em relação às dificuldades enfrentadas pelo(a)s estudantes, trazendo a situação do colega J.G, que não tem *wi-fi* em casa e precisa ir à casa do colega para imprimir o material. Além de terem de se encontrar em tempos de pandemia, o que deveria ser evitado, ainda há o gasto financeiro com a impressão do material. De acordo com ele, a escola distribuiria o material, mas por conta da demora, eles preferem imprimir a esperar que a escola o faça. Samuel também destaca outro aspecto negativo, como a falta de respaldo dos professores, conforme excertos 4 e 5.

Percebemos que as apreciações construídas pelos alunos e pela aluna incluído(a)s na reportagem, em relação ao ensino remoto, são apreciações do tipo Reação-Qualidade negativas e do tipo Composição-Complexidade, também negativas, já que seu funcionamento é avaliado em relação às dificuldades que ele(a)s têm enfrentado.

Apresentamos, a seguir, as avaliações construídas pela Secretaria de Educação e por sua secretária, que representam o governo estadual. Vejamos:

**QUADRO 3 – AVALIAÇÕES DO ENSINO REMOTO CONSTRUÍDAS PELA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E POR SUA REPRESENTANTE**

Avaliações construídas pela secretaria/secretária de educação de MG
<p>(07) Na coletiva virtual sobre a implantação do Regime de Estudo não Presencial na rede estadual de ensino, uma semana antes da decisão, a secretária de Estado de Educação, Julia Sant’Anna, declarou que <u>o modelo adotado em Minas foi desenvolvido em sintonia e diálogo com professores, equipe pedagógica e instituições ligadas à educação</u>. De acordo com ela, <u>todos os recursos foram pensados para garantir que seja contemplado o maior número possível de alunos</u>. (Julia Sant’Anna)</p> <p>(08) “Muitos alunos podem não conseguir acompanhar as aulas remotas, <u>mas espero alcançar a maioria dos 1,7 milhão de alunos da rede estadual</u>” (Julia Sant’Anna)</p> <p>(09) Segundo a secretária, <u>o diálogo e o esforço de gestores e professores foram fundamentais para que Minas Gerais elaborasse um modelo de destaque nacional, com os recursos elogiados por instituições ligadas à educação</u>. “Estamos com as melhores ferramentas nacionalmente” [...] <u>Vamos conseguir ter bastante orgulho desse processo</u>” (Julia Sant’Anna)</p> <p>(10) <u>A organização do processo de entrega do PET impresso aos estudantes, segundo a Secretaria de Estado da Educação, deverá ser feita pela escola, em diálogo com as Secretarias Municipais de Educação, por meio do aproveitamento dos trabalhadores em deslocamento das prefeituras, dos segmentos representativos das respectivas comunidades, entre outras possibilidades que sejam adequadas a cada comunidade escolar</u>. (SEE)</p> <p>(11) <u>Em relação à carga horária obrigatória de 800 horas, estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação, a secretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, afirma que está sendo cumprida e considerada no Plano de Estudo Tutorado (PET)</u>. (SDE)</p> <p>(12) Segundo a Secretaria de Estado da Educação, <u>os conteúdos foram baseados no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)</u>. <u>As apostilas são usadas na rede como material de estudo e como um guia para nortear as atividades</u>. Contudo, <u>os PETs não são livros didáticos</u>. (SEE)</p> <p>(13) “Ficamos um pouco surpresos por a situação ter tomado essa proporção toda, pois os ajustes já haviam sido realizados. Então, questionamos: a quem interessa falar mal de <u>conteúdos que foram revistos, que foram construídos por bravos profissionais, e endereçados a alunos pobres, que não teriam condições de seguir estudando?</u> Os ajustes precisam ser feitos, mas um pequeno grupo parece interessado em interromper as atividades da educação em Minas” [...] “Me nego a <u>interromper um modelo que busca maior equidade, que está conseguindo chegar aos lares dos alunos</u>. Se houve 40 erros gramaticais, vamos corrigi-los. Mas não vamos parar por conta disso”. (Julia Sant’Anna)</p> <p>(14) “Durante esse período de isolamento social, a SEE/MG está ofertando o Regime de Estudo não Presencial, <u>com o objetivo apoiar os alunos da rede estadual de ensino de Minas Gerais a manter a continuidade do processo de ensino e aprendizagem</u>. Ele é composto por um conjunto de <u>ferramentas pedagógicas que funcionam de maneira complementar, de forma a atender o maior número possível de alunos: o Plano de Estudo Tutorado (PET), material com conteúdos e atividades divididos por disciplina e ano de escolaridade; o aplicativo Conexão Escola; e o programa de TV “Se Liga na Educação”</u>. <u>O acesso aos PETs, instrumento estruturante e ferramenta principal da iniciativa, é feito pelos meios virtuais (site estudeemcasa.educacao.mg.gov.br, aplicativo Conexão Escola e via e-mail) e também são entregues de forma impressa para os alunos que não têm acesso à internet</u>. O programa “Se Liga na Educação” são teleaulas transmitidas pelo canal aberto da Rede Minas e pelo Youtube da emissora e da Secretaria de Educação. A partir da próxima segunda-feira (22/06), ele também será exibido pela TV Assembleia. Já o aplicativo Conexão Escola, reúne os arquivos dos PETs, as videoaulas e uma sala de chat para interação entre aluno e professor. Vale destacar que a navegação no aplicativo para alunos e professores da rede estadual é custeada pelo Governo de Minas. Todas as informações sobre o Regime de Estudo não Presencial estão reunidas no site estudeemcasa.educacao.mg.gov.br. A SEE/MG ressalta que quando as aulas presenciais retornarem, será aplicada uma avaliação diagnóstica nos estudantes da rede, que servirá para traçar o plano de revisão de conteúdo individualizado para cada estudante. Assim, será possível traçar estratégias de reforço escolar, por exemplo.” (SEE nota no fim da reportagem)</p>

FONTE: Elaborado a partir de Menta (2020)

Nos dizeres da secretária de educação Julia Sant’Anna, identificamos várias ocorrências de apreciações positivas. Lembramos que, tendo em vista o cargo que ela ocupa, Secretária da Educação, é esperado que suas avaliações valorizem as ações do governo estadual.

Nessas ocorrências percebemos apreciações positivas do tipo Composição-Complexidade em que são ressaltadas características relacionadas à elaboração do modelo adotado, como no excerto 07 em que ela afirma que “o modelo adotado em Minas foi desenvolvido em sintonia e diálogo com professores, equipe pedagógica e instituições ligadas à educação”. Dizer que o modelo construído com a participação dos professores, equipe pedagógica e instituições ligadas à educação é uma forma de valorizar o trabalho coletivo dos envolvidos em sua elaboração. Esse tipo de avaliação também ocorre no excerto 13, em que ela comenta a polêmica relacionada ao número de erros encontrados nas apostilas distribuídas pela SEE. Ela afirma que os conteúdos foram revistos e construídos por “bravos profissionais”, ou seja, foram bem elaborados. Ela acrescenta que esses conteúdos foram “endereçados a alunos pobres, que não teriam condições de seguir estudando” e questiona quem teria interesse em falar mal e interromper a educação em Minas. Embora não tenhamos o intuito de analisar todas as ocorrências de avaliações na reportagem, chama nossa atenção como ela avalia professores e alunos da rede. Ela avalia os professores por meio da categoria Julgamento do tipo Estima social-Tenacidade positiva com o atributo “bravos” e o(a)s estudantes com o atributo “pobres”, também por meio da categoria Julgamento do tipo Estima Social-Capacidade negativa, construindo um sentido de que todo(a)s os estudantes da rede pública de Minas são pobres e que não teriam condições de continuar estudando, a não ser por meio do ensino remoto oferecido pela secretaria.

A secretária também constrói apreciações positivas do tipo Reação-Impacto, destacando que esse modelo chama a atenção por atender às expectativas ao afirmar que “todos os recursos foram pensados para garantir que seja contemplado o maior número possível de alunos” (excerto 07), que esse modelo “busca maior

equidade, que está conseguindo chegar aos lares dos alunos” (excerto 13). Ela reconhece que “Muitos alunos podem não conseguir acompanhar as aulas remotas”, mas destaca que espera “alcançar a maioria dos 1,7 milhão de alunos da rede estadual”, ou seja, para ela, o processo vai atingir a maioria do(a)s estudantes e é isso que importa, não é relevante que muito(a)s estudantes deixem de ter acesso às aulas (excerto 08).

No excerto 09, ela faz apreciações positivas do tipo Reação-Qualidade ao destacar que “o diálogo e esforço de gestores e professores foram fundamentais para que Minas Gerais elaborasse um modelo de destaque nacional, com os recursos elogiados por instituições ligadas à educação” e que estão com “as melhores ferramentas nacionalmente” e que vão ter “bastante orgulho desse processo”. As escolhas linguísticas “destaque nacional”, “recursos elogiados por instituições ligadas à educação”, “melhores ferramentas” ressaltam a qualidade desse modelo, especialmente ao utilizar o atributo “nacional”, já que algo que se destaca nacionalmente é algo que tem mesmo qualidade positiva. Também chama nossa atenção como ela intensifica suas avaliações por meio dos termos “bastante” e “melhores”.

Identificamos avaliações atribuídas à Secretaria de Educação, no decorrer da reportagem, relacionadas a várias situações: à organização do processo de entrega dos PETs (excerto 10), ao cumprimento da carga horária obrigatória de 800 horas (excerto 11), à elaboração dos conteúdos com base no CRMG e BNCC (excerto 12) e à descrição do Regime de Estudo não Presencial, que é feita em nota, ao final da reportagem, reproduzida na íntegra, conforme excerto 14. Depois de falar sobre a suspensão das aulas presenciais, a SEE descreve a composição do Regime de Estudo não Presencial, explicitando o objetivo e seu funcionamento. As avaliações construídas pela secretaria são todas positivas, do tipo Composição-complexidade, já que revela como bem planejado é o ensino remoto em Minas Gerais. Esse modelo de ensino é descrito como algo que funciona perfeitamente. O objetivo, de acordo com a secretaria, é “apoiar os alunos da rede estadual”. Quando é feita essa afirmação, entendemos que ela pretende atingir todos o(a)s estudantes da rede e, além disso,

detalha a composição desse regime de estudo, demonstrando que ele é composto por várias ferramentas pedagógicas: o PET (Plano de Estudos Tutorado), que é acessado por meios virtuais ou é impresso pelas escolas e distribuído aos alunos que não têm acesso à internet; o *Conexão Escola*, aplicativo que reúne os PETs, as videoaulas e uma sala de chat para interação de alunos e professores; o Programa “Se liga na educação”, em que são transmitidas as videoaulas e que pode ser acessado pelo canal aberto da Rede Minas, pelo YouTube e seria também exibido pela TV Assembleia. Além dessa descrição, que demonstra a complexidade positiva desse modelo de estudo, ela acrescenta que a navegação no Conexão Escola é custeada pelo governo para alunos e professores da rede e que foi pensado, inclusive, um plano de revisão de conteúdo individualizado para cada estudante da rede, para quando as aulas presenciais retornarem, após aplicação de prova diagnóstica.

Como podemos perceber, as avaliações apreciativas construídas tanto pela secretária quanto pela Secretaria de Educação são todas positivas. As apreciações construídas pela secretária são do tipo Reação-Impacto, Reação-Qualidade e Composição-Complexidade; as apreciações construídas pela SEE são do tipo Composição-Complexidade.

Vejamos, a seguir, as avaliações construídas pela deputada Beatriz Cerqueira acerca do ensino remoto em Minas Gerais:

**QUADRO 4 – AVALIAÇÕES CONSTRUÍDAS PELA
PROFESSORA E DEPUTADA BEATRIZ CERQUEIRA**

Avaliações construídas pela professora e deputada Beatriz Cerqueira
(15) Apesar da declaração da secretária de Estado de Educação, sobre um modelo planejado com diálogo entre gestores, professores e especialistas, a deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT), presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais afirma que <u>nunca existiu diálogo</u> . (deputada Beatriz Cerqueira)
(16) “A proposta <u>não foi construída com a participação de setores importantes que elaboram sobre Educação, como a própria categoria, como os departamentos de educação das universidades federais e o Fórum Estadual de Educação. Profissionais da educação não só não ajudaram na construção, como também não tiveram um processo de formação. Eles estão sendo obrigados a utilizar internet pessoal ou fazer dívidas para aquisição de instrumentos de tecnologia para que consigam dar conta de uma demanda ao qual não é responsabilidade deles</u> ”. (deputada Beatriz Cerqueira)
(17) <u>Para a deputada Beatriz Cerqueira, a proposta feita em Minas Gerais é uma tentativa de transferência de responsabilidade do Estado em garantir um processo de aprendizagem, materializado pela escola e pela professora, para as famílias</u> . (deputada Beatriz Cerqueira)
(18) “À distância, <u>não é possível fazer a intervenção no processo de aprendizagem. Portanto, isso causará mais estresse à família, mais ansiedade à criança ou ao adolescente, uma sensação de exclusão para quem não conseguir pagar apostila, para quem não conseguir assistir à Rede Minas, para quem não tiver os dados de Internet suficientes e para quem não tiver algum celular para baixar o aplicativo. Uma exclusão que poderá, no pós-pandemia, resultar em mais evasão escolar</u> ”. (deputada Beatriz Cerqueira)
(19) “[...] nos ajudar a pensar as ações durante e pós pandemia em relação à educação básica no nosso estado. Vai ser preciso repensar o ambiente escolar, turmas de 40 a 50 alunos não serão mais possíveis”. (deputada Beatriz Cerqueira)

FONTE: Elaborado a partir de Menta (2020)

Nos dizeres da deputada, identificamos várias sequências avaliativas apreciativas, todas negativas, em relação a esse modelo de ensino implantado no estado de Minas Gerais. Identificamos a APRECIÇÃO do tipo Composição-Complexidade, nos excertos 15 e 16, em que a professora e deputada contesta a declaração da secretária de educação do estado. Beatriz Cerqueira afirma que “nunca existiu diálogo”, não houve participação dos setores que elaboram sobre educação, nem dos próprios professores. Além disso, não houve formação para os profissionais da educação. Notamos o grau de intensidade que ela atribui à avaliação, por meio do mecanismo da Força, uma das categorias da Gradação, com a circunstância “nunca”, para reforçar sua APRECIÇÃO negativa em relação ao fato de a proposta não ter tido a participação da categoria dos profissionais da educação. Ela também faz uma denúncia: “eles estão sendo obrigados a utilizar internet pessoal ou fazer dívidas para aquisição de instrumentos de tecnologia”, referindo-se aos profissionais da

educação que, diferentemente do que foi exposto pela secretária de educação, conforme excerto 16, não têm internet custeada pelo governo de Minas. A deputada utiliza a expressão “estão sendo obrigados”, o que revela que eles não têm escolha, mesmo não tendo as condições necessárias para desenvolver a proposta do governo.

Embora não seja nosso objetivo analisar as ocorrências de avaliações por meio do Subsistema do ENGAJAMENTO, chama nossa atenção quando a entrevistada afirma, de forma categórica, que nesse modelo de ensino, à distância, “não é possível fazer a intervenção no processo de aprendizagem”. O uso da expressão monoglóssica “não é possível” não permite questionamentos, não dá margem à dialogia. Em outro momento da entrevista, excerto 19, ela discute o que pode ser feito em relação ao pós-pandemia e, utilizando novamente essa expressão monoglóssica, ela afirma que “turmas de 40 a 50 alunos não serão mais possíveis”. Ou seja, hoje, as turmas nas salas de aulas comuns da rede estadual têm um número muito grande de alunos, o que é também uma avaliação negativa.

Observamos que, para ela, esse modelo causa danos também aos familiares, não somente aos alunos. Para se referir a esses danos, suas escolhas lexicais são estresse, ansiedade, sensação de exclusão e, no pós-pandemia, evasão escolar. Em seu dizer, ela intensifica as avaliações apreciativas negativas do tipo Reação-Impacto, por meio da categoria Força, do Subsistema Gradação, com a repetição dos termos “mais” e “para quem:

[...] isso causará mais estresse à família, mais ansiedade à criança ou ao adolescente, uma sensação de exclusão para quem não conseguir pagar apostila, para quem não conseguir assistir à Rede Minas, para quem não tiver os dados de Internet suficientes e para quem não tiver algum celular para baixar o aplicativo. Uma exclusão que poderá, no pós-pandemia, resultar em mais evasão escolar (MENTA, 2020).

Ela afirma também que, com essa proposta, o Estado tenta transferir sua responsabilidade para as famílias, conforme excerto 17. Como podemos perceber, a professora e deputada Beatriz Cerqueira avalia o ensino remoto negativamente.

A seguir, apresentamos os dizeres do professor e da professora incluído(a)s na reportagem:

**QUADRO 5 – AVALIAÇÕES DO ENSINO REMOTO
CONSTRUÍDAS PELO(A)S PROFESSORE(A)S**

Avaliações construídas pelo(a)s professore(a)s
(20) “ <u>O processo exclui</u> as escolas e os professores porque é a Secretaria que produz o material, que cria as questões, que dá as aulas e que está afirmando que este material será cobrado em algum momento da vida. Na minha escola, por exemplo, não se sabe quantos alunos têm acesso” (Karina Rezende)
(21) <u>A exclusão dos educadores</u> , segundo Karina, <u>está sendo prejudicial</u> , inclusive, em relação aos conteúdos ministrados aos alunos. (Karina Rezende)
(22) “ <u>O conteúdo de História do primeiro ano do ensino médio ignora</u> toda a história da humanidade antes das grandes navegações, o que implica em <u>apagar a história da maior parte da humanidade</u> . Os povos africanos, por exemplo, só aparecem quando se fala de escravidão. [...] <u>Filosofia, Sociologia, Artes são consideradas disciplinas de apoio, agravando mais ainda esse descrédito da categoria e das ciências humanas enquanto forma legítima e necessária para o conhecimento</u> ”. (Karina Rezende)
(23) Devido à <u>exclusão dos professores e das escolas</u> não só na elaboração do modelo, mas também no processo de orientação e solução de dúvidas dos alunos, Karina, assim como outros professores, criou meios alternativos para ajudar os estudantes. (Karina Rezende)
(24) <u>A professora de história não foi a única a buscar outros meios</u> . Na Escola estadual Anita Brina Brandão, no bairro Jaraguá, em Belo Horizonte, onde estuda a Débora, os professores criaram um grupo de whatsapp para tirar dúvidas dos alunos. [...] Todos necessitam de Internet. (outro/as professore/as)
(25) “ <u>Esse método EAD implementado se fez necessário</u> , para não prejudicar o ano letivo, visto que atualmente dispomos de tantas novas tecnologias e agora era o momento de utilizá-las. <u>No início foi meio complicado, pois ainda não dominávamos, mas com o tempo e muita paciência foi possível atender um pouco os anseios dos alunos e principalmente das famílias</u> . Apesar da tecnologia remota criar nos alunos um senso de responsabilidade, pela busca do conhecimento, no protagonismo do próprio aprendizado, <u>a maioria deles relatou que preferem o método presencial</u> ”. (Sérgio Duarte)
(26) Para ele, em matérias como matemática e física nas quais a maioria dos alunos têm mais dificuldade, <u>o acompanhamento é fundamental</u> . (Sérgio Duarte)

FONTE: Elaborado a partir de Menta (2020)

Como já afirmamos anteriormente, foram incluídos na reportagem um professor, Sérgio Duarte, e uma professora, Karina Rezende. A professora avalia negativamente o ensino remoto implementado no estado. Ela afirma que o processo exclui escolas e professores, já que é todo elaborado pela Secretaria de Educação de Minas Gerais, ou seja, não há participação dos profissionais que de fato atuam nas escolas e acrescenta que, em sua escola, não sabem quantos alunos têm acesso a esse ensino. Ao escolher o processo “exclui”, a professora avalia a proposta de ensino como excludente, o que ocorre nos excertos 20, 21 e 22, remetendo à categoria APRECIÇÃO do tipo

Composição-Complexidade negativa. Também identificamos, em seus dizeres, apreciações do tipo Reação-Qualidade negativa, no excerto 22. Ela explica que no conteúdo de História é ignorada toda a história da humanidade antes das grandes navegações e que os componentes de Filosofia, Sociologia e Arte são considerados disciplinas de apoio, o que agrava mais o descrédito da categoria e das ciências humanas. Percebemos que o uso dos processos “ignora” e “apagar” contribui para avaliar negativamente a qualidade do material que é produzido pela secretaria, assim como o uso da expressão “são consideradas disciplinas de apoio” e do processo “agrava” para se referir à forma como determinados componentes curriculares têm sido vistos por nossos governantes, que desconsideram a importância desses conhecimentos na formação dos alunos e alunas de nosso estado e país.

A professora Karina também apontou a necessidade de os professores fazerem complementação ao material que é elaborado pela secretaria, o que também é ressaltado por outros professores da Escola estadual Anita Brina Brandão, no bairro Jaraguá, em Belo Horizonte. Eles criaram, de acordo com a reportagem, grupos de WhatsApp para atender aos alunos e utilizarão plataformas *online* para compartilhar conteúdos e atividades com os alunos e efetuar conferências, além de utilizarem e-mail. Mas a jornalista reforça que, para o uso de toda essa tecnologia, é necessária a internet.

Em relação ao dizer do professor Sérgio Duarte, percebemos que ele faz avaliações positivas e negativas, conforme excertos 25 e 26. É positiva a afirmação que ele faz avaliando essa ação da SEE, de implementação desse método EAD, como necessária para não prejudicar o ano letivo, e também a afirmação de quem foi possível atender um pouco dos anseios dos alunos e famílias. Percebemos essas apreciações como positivas do tipo Reação-Impacto. Ele faz avaliações do tipo Reação-Qualidade negativas referindo-se ao início do processo, afirmando ter sido complicado, pois os professores ainda não o dominavam e precisaram de tempo e paciência; isso ocorreu também ao apresentar a avaliação dos alunos, que afirmam preferir o ensino presencial. Ele acrescenta que “o acompanhamento

é fundamental”, especialmente em conteúdos nos quais os alunos têm mais dificuldades, o que representa uma avaliação negativa do tipo Composição-Complexidade, tendo em vista que nesse tipo de atendimento não há esse acompanhamento.

Como podemos perceber, quase todas as avaliações dos professores que são trazidas pela reportagem são apreciações negativas do ensino remoto implementado em MG. São avaliações do tipo Reação (Impacto e Qualidade) e do tipo Composição-Complexidade.

A seguir apresentamos as avaliações efetuadas por membros do grupo de Estudos de África Pré-Colonial (GEAP-UFGM), do grupo de Pesquisas Áfricas (UFGM).

QUADRO 6 – AVALIAÇÕES DO ENSINO REMOTO CONSTRUÍDAS PELOS MEMBROS DO GEAP

Avaliações construídas pelos membros do GEAP
(27) “A gente se dividiu e analisou todas as apostilas na modalidade de Ensino Regular do Fundamental e Médio. <u>Encontramos atividades copiadas da internet sem fonte e trechos copiados sem fonte. O trabalho pareceu muito mais descuidado que mal-intencionado. O material é ruim em proposta e execução. Não fica claro se ele tem ou qual é o projeto pedagógico dele. A Secretaria diz que a ideia é apenas manter um contato do aluno com o conteúdo e o ambiente escolar. Mas o aprendizado se dá em todas as formas e o tempo todo então é difícil calcular o quanto ele é danoso pros alunos</u> ” (professora Vanicleia Silva Santos)
(28) “Em relação à história da África, <u>esse descuido</u> tem a ver com o fato de professores estarem em sala de aula há muito tempo sem um programa da secretaria de Formação Continuada e reciclagem desses professores. O ensino de história da África além de ser lei desde 2003 ainda é muito deficiente na educação básica no Brasil todo. A secretaria entrou em contato com o GEAP dizendo que os PETs serão reformulados e os erros consertados nas próximas edições. Individualmente. Não sei se resolve porque <u>o problema me parece ser o modelo que a SEE adotou</u> , mas enquanto grupo vamos esperar os próximos volumes para tecer comentários”. (Robert Daylon)
(29) Segundo Robert Daylon, pós-graduando da UFGM, membro do Geap, <u>esse descuido na elaboração do material não é um problema isolado e precisará de maior mobilização</u> . (Robert Daylon)

FONTE: Elaborado a partir de Menta (2020)

Podemos perceber que as avaliações proferidas pelos membros do grupo de pesquisas são todas negativas, do tipo Reação-Qualidade. Eles fazem apreciações relacionadas, principalmente, ao material distribuído pela SEE para o(a)s aluno(a)s, os Planos de Estudo Tutorado (PET), depois de fazerem uma análise de todas as apostilas distribuídas aos alunos do Ensino Regular, do Ensino Fundamental e Médio, na primeira etapa de implantação do ensino remoto, ou seja, as avaliações referem-se ao PET 1. Eles utilizam escolhas

lexicais que caracterizam o material como “descuidado”, “ruim” e “danoso”, conforme os excertos 27, 28 e 29.

Também aparecem na reportagem as avaliações apreciativas materializadas nos dizeres da jornalista. Apresentamos, a seguir, essas ocorrências.

QUADRO 7 – AVALIAÇÕES CONSTRUÍDAS PELA JORNALISTA

Avaliações construídas pela jornalista
(30) Porém, o balanço sobre o modelo não é promissor. Isso porque o ensino à distância não contempla todos os alunos, principalmente aqueles que vivem em realidades mais carentes.
(31) Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que 54% das famílias mineiras não possuem computador e 24,7% não têm acesso à internet. Dentre os 853 municípios de Minas Gerais, a Rede Minas está presente em apenas 20
(32) Na televisão da pequena Débora, por exemplo, que reside no bairro Suzana, zona leste de Belo Horizonte, não tem o canal da Rede Minas e ela acessa as aulas pelo Youtube. Além disso, há situações em que a criança ou o adolescente tem acesso apenas a um dispositivo móvel ou apenas um computador por família.
(33) O estudante do segundo ano do Ensino Médio da rede pública estadual, J.G de 17 anos, que preferiu não se identificar, faz parte dos 700 mil alunos que não tem [sic] acesso às plataformas disponibilizadas pelo governo. Para conseguir estudar, ele vai até a casa de um amigo.
(34) J.G, que pretende cursar administração, estuda pelo Plano de Estudo Tutorado (PET) e as atividades são impressas na casa de Samuel. A distribuição aos alunos é feita prioritariamente pelos meios virtuais como site, e-mail e Whatsapp. Os alunos que não têm acesso à internet receberiam o material impresso, mas em muitas escolas os conteúdos ainda não foram disponibilizados ou estão sendo cobrados pela impressão.
(35) A falta de intervenção de um professor ou um espaço para tirar dúvidas durante as aulas agrava ainda mais esse processo.
(36) Mas, para muitos alunos e professores 20 minutos por dia de vídeoaula é insuficiente.
(37) Os conteúdos de história são os que contêm mais erros.

FONTE: Elaborado a partir de Menta (2020)

Como podemos perceber, as avaliações materializadas na voz da jornalista também são todas negativas. No excerto 30, o comentário é introduzido com o conector “porém”, que estabelece uma relação de oposição com o que foi apresentado anteriormente, ou seja, com a fala da secretaria de educação de Minas Gerais, que havia elogiado o modelo implantado no Estado utilizando as expressões “modelo de destaque nacional” e “Estamos com as melhores ferramentas”. A avaliação apreciativa da jornalista é do tipo Reação-Qualidade, em que afirma que “o balanço sobre o modelo não é promissor”. Embora ela utilize um atributo de sentido positivo, já que “promissor” significa algo esperançoso, próspero, favorável, ela constrói a frase

na negativa, negando o que foi dito pela secretária anteriormente. Logo após essa avaliação, ela explica o porquê: o modelo não contempla todos os alunos e traz um dado do IBGE que comprova sua afirmação, conforme excerto 31. Além disso, como mais uma forma de comprovar sua afirmação, ela apresenta a informação acerca da situação de uma aluna que também foi ouvida na reportagem: ela não tem acesso à Rede Minas, que transmite as videoaulas; depende da disponibilização do YouTube para acessá-las. Assim, há também avaliações apreciativas negativas do tipo Reação-Impacto, já que esse modelo deixa muito(a)s aluno(a)s excluídos, não sendo, portanto, bem recebido por todo(a)s e não atendendo às expectativas. Há, ainda, outra avaliação apreciativa relacionada ao conteúdo de História apresentado pelo PET. A partir do que foi apresentado pelo estudo do grupo de pesquisas, a jornalista afirma que é o que mais contém erros, fazendo, portanto, uma avaliação relacionada à má qualidade do material, conforme excerto 37.

O excerto 33 aparece em parte da reportagem cujo intertítulo é “Um modelo desigual e excludente”, que inclui um aluno que “faz parte dos 700 mil alunos que não tem acesso às plataformas disponibilizadas pelo governo”, caracterizando, mais uma vez, esse modelo como excludente e revelando o impacto negativo que causa na vida dos alunos, mostrando inclusive, que a secretaria de educação falha também na entrega do material impresso aos estudantes.

O excerto 35, que também está na parte da reportagem que qualifica o ensino remoto como desigual e excludente, introduz o dizer da aluna Débora e ocorre depois do dizer da deputada, que falava justamente da impossibilidade de intervenção do professor nesse modelo. Essa APRECIACÃO revela a Complexidade negativa desse modelo. A jornalista utiliza o processo “agrava” no sentido de que ele complica, dificulta, intensifica as dificuldades. Também o excerto 36 aponta para a Complexidade negativa desse modelo ao afirmar que os alunos têm, diariamente, apenas vinte minutos de videoaula e que isso é insuficiente, na opinião dos estudantes e professores. Com o atributo “insuficiente”, ela revela que o modelo é fraco, insatisfatório, que não atende às necessidades do(a)s aluno(a)s. Essa

colocação da jornalista é realizada logo após o dizer da secretária de educação, relacionado à carga horária de 800 horas que, segundo ela, está sendo cumprida.

Como podemos perceber, as avaliações materializadas na voz da jornalista são todas apreciações negativas, do tipo Reação-Impacto, Reação-Qualidade e Composição-Complexidade.

Considerações finais

Com este estudo, objetivamos analisar como o ensino remoto implementado no estado de Minas Gerais é avaliado, em uma reportagem publicada pelo jornal *Brasil de fato*, em sua página na internet.

Os resultados evidenciaram que, na reportagem, o ensino remoto é avaliado negativamente por aluno(a)s, professore(a)s, membros do GEAP e por uma deputada. Ele(a)s fazem avaliações apreciativas negativas dos tipos Reação e Composição. As maiores ocorrências são do tipo Reação-Qualidade negativa, em que são apontados aspectos relacionados às dificuldades enfrentadas pelo(a)s estudantes e professore(a)s, à falta de intervenção dos professores no processo de aprendizagem dos aluno(a)s e à falta de qualidade nos materiais distribuídos aos estudantes. As ocorrências relacionadas à complexidade estão relacionadas à elaboração desse modelo de ensino. São apontadas muitas falhas relacionadas à distribuição dos materiais aos estudantes que não têm acesso à internet, à exclusão do(a)s professore(a)s no processo de elaboração desse modelo, ao tempo de duração das teleaulas disponibilizadas ao(à)s aluno(a)s diariamente, ao fato de o(a)s professore(a)s não terem tido formação para trabalhar com esse modelo de ensino e às dificuldades enfrentadas pelo(a)s professore(a)s para adquirir os aparelhos tecnológicos necessários para o trabalho e ainda terem de arcar com os custos da internet utilizada durante as aulas.

Em relação a esse último aspecto apresentado, esclarecemos que, embora a SEE divulgue em vários meios de comunicação que a internet é custeada pelo governo para estudantes e professores, isso não foi constatado pela reportagem.

As avaliações positivas materializadas na reportagem foram construídas, principalmente, pela Secretaria de Educação e por sua representante, a secretária, o que nos parece bastante significativo. São avaliações apreciativas do tipo Reação (Impacto e Qualidade) e Composição-Complexidade.

Em nosso entendimento, o governo, por meio de seus(suas) representantes, quer construir exatamente esse tipo de significado acerca do ensino remoto em Minas. A análise dessas avaliações revela que há uma tensão, uma vez que o ensino remoto é representado e identificado de modos muito diferentes por meio da voz representativa do governo (quem fez a proposta do ensino remoto) e das vozes do(a)s que estão vivenciando a experiência desse ensino, como o(a) s aluno(a)s e professores(as). É muito importante comparar essas avaliações, observando os segmentos representados, assim como também comparar diferentes textos que tratam dessa temática.

Referências

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**: Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

GUISARDI, Conceição Maria Alves de Araújo; OTTONI, Maria Aparecida Resende. Representação discursiva da desigualdade social: limitações da educação remota em tempos de pandemia. In: PEREIRA, Anísio Batista; CAMPOS, Jefferson. **Discursos, culturas e memória na América Latina entre análises e práticas na contemporaneidade**. Catu: Bordô-Grená, 2020. No prelo.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian Mathias Ingemar Martin. **An Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. London: Routledge, 2014.

KÖCHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali. O gênero textual reportagem e sua aplicação no ensino da leitura e escrita. **Revista Trama**, Marechal Cândido Rondon, v. 8, n. 16, p. 139-152, 2012.

MARTIN, James Robert; WHITE, Peter Robert Rupert. **The Language of Evaluation**: Appraisal in English. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

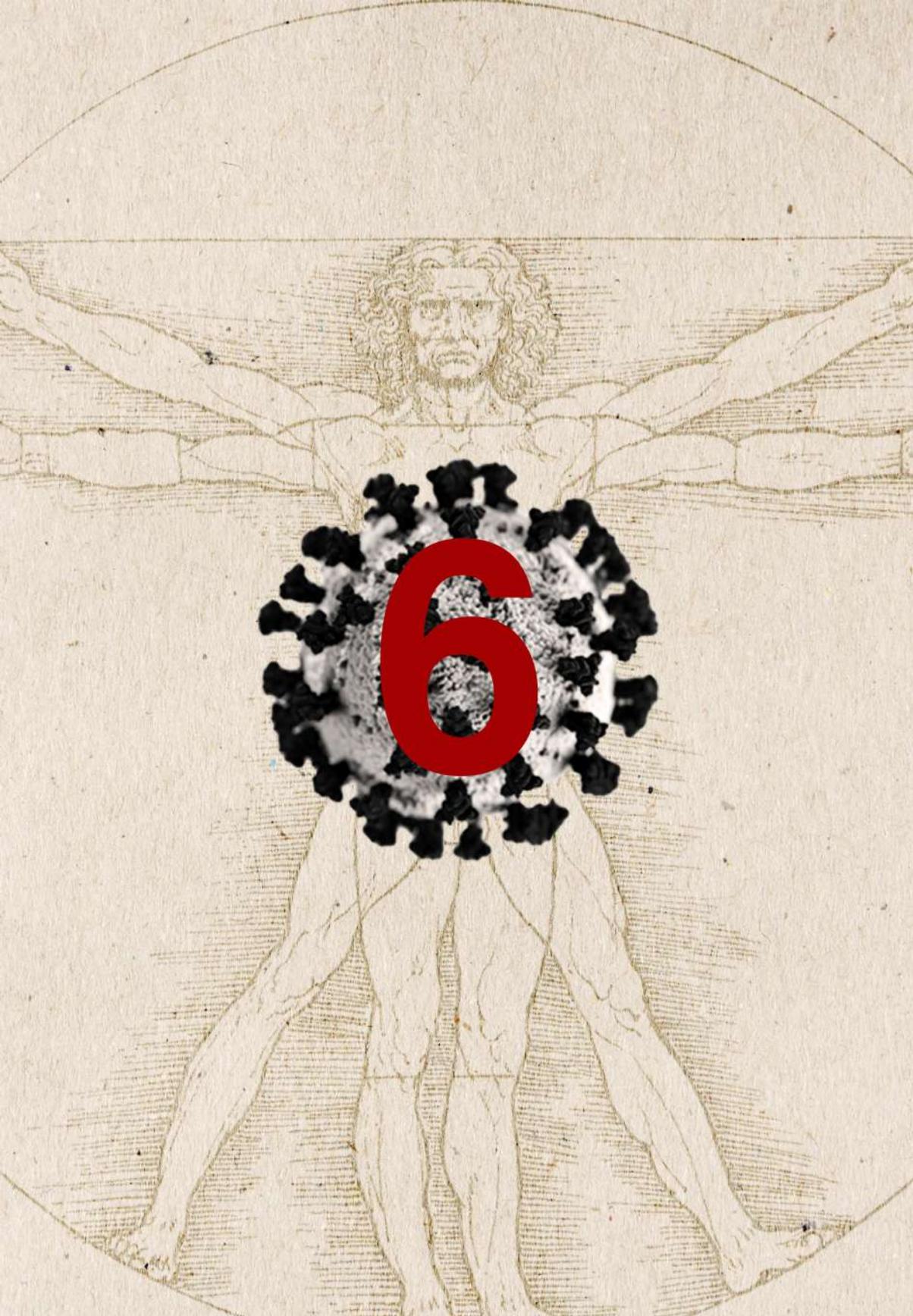
MENTA, Marina. Alunos e professores relatam dificuldades no ensino à distância em Minas Gerais. **Brasil de fato (MG)**, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2020/06/23/alunos-e-professores-relatam-dificuldades-no-ensino-a-distancia-em-minas-gerais>. Acesso em: 2 set. 2020.

OTTONI, Maria Aparecida Resende Ottoni. As representações indidentárias de gênero no humor sexista. In: OTTONI, Maria Aparecida Resende Ottoni; LIMA, Maria Cecília de (org.). **Discursos, identidades e letramentos**: abordagens da análise de discurso crítica. São Paulo: Cortez, 2014.

QUEM somos. **Brasil de fato: uma visão popular do Brasil e do mundo**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos>. Acesso em: 2 set. 2020.

SCHERER, Anelise Scotti; MOTTA-ROTH, Désirée. Engajamento e redução do espaço dialógico no gênero notícia de popularização científica. **Letras**, Santa Maria, v. 25, n. 50, p. 261-302, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/20213/pdf>. Acesso em: 2 set. 2020.

WHITE, Peter. Media power and the rhetorical potential of the “hard news” report: attitudinal mechanisms in journalistic discourse. In: VAKKI SYMPOSIUM, 19., 2009, Vaasa. **Julkaisut...** Vaasa: University of Vaasa, Feb. 2009. p. 30-49. Disponível em: http://www.vakki.net/publications/2009/VAKKI2009_White.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.



ENGAJAMENTO à luz da Linguística Sistêmico-Funcional em uma notícia de jornal

Yohanna Tamal Hernández Consoro¹

A República Dominicana é uma região do Caribe, da América Insular. Essa região tem mostrado um crescimento considerável em termos econômicos, sociais e educativos nos últimos anos. Nesse sentido, foi no ano de 2017 que se iniciou um projeto de caráter digital conhecido como “República Digital”, que permeia vários setores da sociedade, da República, e, de maneira específica, o sistema educativo dominicano. Existe, portanto, um discurso de integração das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos processos de ensino-aprendizagem que tem sido ainda mais fortalecido com a criação e início do projeto mencionado.

As aulas dominicanas não são homogêneas. Estudantes de diferentes estratos sociais, condições físicas, intelectuais, regiões geográficas, cor da pele, entre outros, fazem parte do universo de uma sala de aula da/na República Dominicana. Estudantes com deficiência² também fazem parte desse universo, uma vez que são também sujeitos de direito e, como tal, podem aprender também como todos os alunos com suas potencialidades e limitações, próprias de todo ser humano.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação PPGED/UFU. Bolsista CAPES pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB). E-mail: tamara11.yh@gmail.com.

² Não é o nosso objetivo aqui fazer uma discussão sobre o porquê do uso do termo “deficiência”. Neste capítulo, utilizamos o termo deficiência, utilizado no português do Brasil, para significar o termo “discapacidade”, geralmente utilizado nos países de fala hispana como é o caso da República Dominicana.

Olhando para o projeto “República Digital” e o forte discurso de integração das TIC nos processos educacionais, apontamos a seguinte questão: O que estão falando as autoridades competentes e demais cidadãos sobre a inclusão digital para os estudantes que apresentam alguma condição de deficiência?

É nesse sentido que, no presente capítulo, procuramos identificar e analisar, a partir dos pressupostos teóricos do Sistema da Avaliabilidade (SA), o discurso que está sendo disseminado sobre as TIC para a inclusão das pessoas com deficiência nos centros educacionais da República Dominicana, por meio de uma matéria de jornal.

O estudo que aqui apresentamos é resultado de práticas realizadas no Curso de Extensão “Os recursos linguístico-discursivos para a construção da valoração: subsídios para a pesquisa e para o ensino”, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni e sob a vice-coordenação da Profa. Doutoranda Conceição Guisardi, que foi a ministrante. O curso ocorreu na Universidade Federal de Uberlândia e foi realizado no segundo semestre de 2019.

O Sistema da Avaliabilidade e a Linguística Sistêmico-Funcional

Temos, na nossa “composição social”, nas nossas vidas, conhecimento do mundo que influencia o nosso caráter, as nossas escolhas, a nossa forma de ser e estar no mundo, nossos modos de agir etc. Vale ressaltar que considerando as escolhas que fazemos ao produzir um texto e os aspectos dialógicos que entram em cena, nesse processo, não podemos ser inocentes a tal ponto de acharmos que há uma neutralidade na língua. Nossa forma de nos comunicar sofre influência daquilo que conhecemos e podemos expressar. Trata-se, portanto, de um ato puramente político de todo ser humano.

A linguagem, como faculdade humana, permite ao ser humano expressar suas opiniões, crenças, conhecimentos, dentre outros. Não é diferente com relação à avaliação daquilo que faz parte do cotidiano de quem avalia, seja positiva ou negativamente. Com a língua podemos expressar o que pensamos, acreditamos, vivemos,

com o que estamos ou não de acordo, entre outros aspectos, e tudo isto é passível de estudo.

Para analisar discursos na contemporaneidade, a língua em uso, identificando marcas/traços linguísticos que apontam para a avaliação, Martin e White (2005) têm organizado de maneira sistemática o que em inglês se conhece como *Appraisal System*, ou Avaliatividade, em língua portuguesa. Esse sistema permite realizar uma análise que abrange vários aspectos da avaliação presentes no nosso dia a dia.

As marcas da avaliação entram no espaço do interpessoal, quer dizer, nós seres humanos fazemos avaliações constantemente, que podem ser sobre outras pessoas ou coisas. Encontramos também o sujeito que avalia e, ao mesmo tempo, o sujeito sendo avaliado. Em ambos os casos, estamos frente a situações avaliativas.

Embora o fenômeno da avaliação represente questões interpessoais do sujeito, que avalia sobre o outro sujeito que está sendo avaliado ou sobre alguma coisa ou um objeto em estudo, “muito mais do que servir como recurso de expressão de opinião, é um instrumento de construção e negociação de valores socialmente compartilhados” (OLIVEIRA, 2014, p. 248). Acrescentamos que, nos eventos comunicativos, a língua serve não só para comunicar, mas também para criar significados. Daí a necessidade de lembrar que a língua tem um importante papel na sociedade, uma vez que há uma relação intrínseca entre as duas, influenciando-se uma à outra constantemente.

Avaliatividade é um sistema que é composto por vários subsistemas focados na semântica do discurso. O SA está dividido, por sua vez, em vários subsistemas ou campos de interação:

ATTITUDE, com foco nas emoções e dividido, por sua vez, em três regiões: **AFETO, JULGAMENTO E APRECIÇÃO**.

ENGAJAMENTO tem a ver com a identificação e análises de vozes autorais ou não autorais presentes nos textos.

GRADAÇÃO permite identificar os graus com os quais o discurso é falado, seja mais ou menos intenso.

Cada um dos subsistemas, com suas respectivas categorias, corresponde a aspectos diferentes dentro do âmbito da avaliação. Vale ressaltar que o SA foi criado inspirado na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), proposta por Halliday e Matthiessen (2014), que concebe a língua em uso para além de uma perspectiva formalista. Na concepção funcionalista, todos nós usamos a língua para além de nos comunicar, para estabelecer ou não relações, expressar acordos ou desacordos etc. Das metafunções propostas na LSF, Martin e White (2005) recorrem à metafunção interpessoal para criar o SA. Isso não significa que outras metafunções não corroborem avaliações, tais como a ideacional, em seu sistema da transitividade.

Nos domínios que compõem SA, para este capítulo, direcionamos nossa atenção para o Subsistema ENGAJAMENTO, razão pela qual não detalharemos os outros subsistemas (ATITUDE e GRADAÇÃO). Para Halliday e Matthiessen (2014, p. 31, tradução nossa), “a análise sistêmica mostra que a funcionalidade é intrínseca à linguagem: isto é, toda a arquitetura da linguagem é organizada ao longo de linhas funcionais. A linguagem é como é por causa das funções em que se desenvolveu na espécie humana³.”

Para Santos (2014, p. 165-166), a LSF é uma abordagem ao estudo da linguagem que está centrada na noção de “função”; isso porque considera a gramática em termos de como ela é usada para produzir significados.

A Linguística desenvolvida por Halliday e seus colegas, como indicado mais acima, olha para a língua desde uma perspectiva funcional, quer dizer, como a língua assume uma função real de comunicação em falantes reais. A noção de “função” faz referência, por sua vez, à compreensão de que a língua ocupa uma função nas relações interpessoais para além de simplesmente nos comunicar, produzindo significados.

A LSF comparte a visão de que, com a língua, podemos construir significados, os quais estão influenciados pelo contexto do qual os

³ No original: “[...] the systemic analysis shows that functionality is intrinsic to language: this is to say, the entire architecture of language is arranged along functional lines. Language is as it is because of the functions in which it has evolved in the human species.”

discursos fazem parte, identificando quais as marcas linguísticas a partir dos pressupostos teóricos que ela fornece.

O subsistema de ENGAJAMENTO

Segundo Scherer e Motta-Roth (2015, p. 13), o subsistema de ENGAJAMENTO faz parte do Sistema de Avaliatividade, proposto por Martin e White (2005) juntamente com os subsistemas de ATITUDE e de GRADAÇÃO e destina-se principalmente às relações entre a voz autoral e a(s) voz(es) externa(s) ao texto, as possíveis posições alternativas e o leitor potencial.

Para Scherer e Motta-Roth:

encontramos, na base do Sistema de Avaliatividade e, consequentemente no subsistema de ENGAJAMENTO, o pressuposto bakhtiniano de que todo texto “dialoga” com outros textos produzidos e consumidos no passado e, também, suscita um diálogo com textos que serão produzidos e consumidos no futuro, ocupando, assim, um lugar específico em uma cadeia dinâmica de textos. Esse pressuposto implica, também, uma dimensão axiológica no texto. (SCHERER; MOTTA-ROTH, 2015, p. 13)

Martin e White (2005, p. 99) defendem que todo enunciado é essencialmente dialógico, no entanto, eles argumentam que se pode restringir o espaço dialógico por meio de afirmações categóricas, que suprimem ou silenciam outras vozes alternativas, enfatizando um ponto de vista como o melhor ou o único em vez de expressar uma posição como simplesmente uma entre uma gama de possibilidades. Martin e White (2005, p. 99) chamam esses enunciados categóricos, em termos bakhtinianos, de “monoglóssicos” ou “indialogados” (*undialogised*).

Nesse sentido, no presente exercício de análise, pretendemos expor como esse subsistema é materializado na notícia, *locus* da presente análise, identificando as categorias heteroglóssicas que formam parte dele. A razão pela qual escolhemos o ENGAJAMENTO foi por ser uma categoria de análise bastante produtiva e pelas interessantes possibilidades de avaliação que podemos perceber, ao entender

quais vozes articulamos nos nossos textos e as implicações disso. Na análise que apresentamos, demos o foco nas categorias da *contração dialógica* e na *expansão dialógica*, mas o foco maior está na expansão dialógica na região *atribuição por reconhecimento e distanciamento*.

CrITÉRIOS para escolher a amostra

Para este trabalho, escolhi uma das notícias de um dos jornais de maior concorrência na divulgação de notícias na República Dominicana. Para essa seleção, consideramos os seguintes critérios:

- a) Notícia publicada máximo no ano 2008, para não ter um recorte de anos muito abrangente.
- b) Ser parte, pelo menos, de um dos seguintes jornais de divulgação na República Dominicana: El Nacional, Hoy, Diario Libre, Listín Diario y El Día.
- c) Ter as seguintes palavras-chave no *corpus* da notícia ao fazer a pesquisa no site do jornal: *TIC* [Tecnologias da Informação e Comunicação] y *Discapacidad; Tecnologia y Discapacidad*.
- d) As notícias que não cumpriam esses critérios foram excluídas.

O objetivo por escolher notícias que versassem sobre *TIC y Discapacidad* na República Dominicana é devido ao fato de que isto é parte importante do interesse da pesquisa que estou desenvolvendo. Portanto, este trabalho faz parte de uma pesquisa mais abrangente, com foco no subsistema de ENGAJAMENTO.

Nesse sentido, a notícia escolhida faz parte do repositório do jornal Listín Diario. Foi publicada no ano 2008 na seção Vida. Sua manchete é muito chamativa, uma vez que desperta no leitor o desejo de conhecer como isso está sendo possível ou será possível e o subtítulo enriquece a proposta da manchete, ao colocar as *TIC* como os novos avanços que favorecem principalmente as pessoas cegas.

Análise dos dados e resultados

Para a realização da análise, optamos por fazer várias leituras da notícia, *locus* do presente estudo, com o objetivo de identificar as categorias que conformam o subsistema do ENGAJAMENTO.

Ao fazer várias leituras, procuramos compreender o contexto de produção, para, posteriormente, categorizar as orações, expressões etc., segundo a categoria correspondente à heteroglossia, a partir dos pressupostos da LSF.

Na verdade, procuramos o posicionamento da voz autoral com relação à manchete da notícia e outras vozes externas, utilizando os subsídios que a LSF nos fornece, seja por meio dos diferentes tipos de processos que existem, seja por meio de orações, circunstâncias etc. Parte do interesse ao aplicar o subsistema de ENGAJAMENTO foi também olhar como a voz autoral dialoga com as vozes externas que ele mesmo traz ao texto e, posteriormente, fazer uma análise das possíveis implicações das escolhas verbais materializadas no texto, *locus* do presente estudo.

No que tange à contração dialógica, as regiões que conformam essa subcategoria são a *discordância* e dentro dela a *negação* e a *contra expectativa* e a *proclamação* que se subdivide em três: *concordância* (*afirmar e conceder*), o *pronunciamento* e o *endosso*.

Todas essas regiões fazem parte da subcategoria *contração dialógica*, por serem “formulações em que o espaço para alternativas dialógicas é restrito, contraído, privilegiando uma posição”, (MARTIN; WHITE, 2005); com isso, é possível observar na notícia, *locus* do estudo, três aspectos relacionados à *proclamação*, por meio da *concordância* de afirmação, no momento em que a voz autoral faz escolhas de circunstâncias⁴ de afirmação.

Exemplos de circunstâncias de afirmação na região concordância-afirmar:

- Nuevos avances facilitan **principalmente** a personas ciegas. **[Subtítulo da notícia]**⁵.
- Y **precisamente**, el aspecto del acceso a estas tecnologías es primordial cuando se habla de la discapacidad visual⁶.
- **Concretamente** agregó [...] ⁷.

⁴ Na gramática tradicional, circunstâncias referem-se aos grupos adverbiais.

⁵ “Novos avanços facilitam principalmente as pessoas cegas”. (Tradução nossa).

⁶ “E, precisamente, o aspecto do acesso a essas tecnologias é primordial quando se fala em deficiência visual”. (Tradução nossa).

⁷ “Especificamente adicionou”. (Tradução nossa).

Essas escolhas gramaticais mostram o desejo da voz autoral em provocar nos leitores um comprometimento com o que é falado, procurando seu acolhimento ao compartilhar a mesma posição dialógica que a do autor.

Na região *concordância por concessão*, também encontramos uma das marcas dessa categoria em que, por meio da expressão “así como”, o autor concorda-concedendo aquilo que vem sendo falado por parte da voz externa e que mais para frente iremos expor na categoria da *expansão dialógica*.

Na região *pronunciamento*, é possível perceber formulações em que a voz autoral faz uso de ênfases, intervenções ou interpolações com a finalidade de insistir e isso é marcado ao escolher a palavra “también”. O seguinte exemplo mostra isto com mais clareza: “[...] estas deben ponerse **también** [...]”⁸.

Ao fazer a escolha linguística “también”, o autor se posiciona, colocando como verdadeira a proposição dita anteriormente, ou seja, as TIC *también* devem se pôr à disposição das pessoas com deficiência.

Finalmente, no que tange à região *endosso*, região final apresentada no quadro proposto por Martin e White (2005) sobre o subsistema de ENGAJAMENTO, na categoria da *contração dialógica* foram encontradas três manifestações dessa região, marcadas por escolhas gramaticais que apresentam formulações da voz autoral onde apresenta a proposição como válida, verdadeira e seu alinhamento com a posição da voz externa.

- “Tal planteamiento deja claro el hecho de que [...]”⁹.
- “[...] estas deben ponerse también [...]”¹⁰.
- “La primera conclusión de dicho estudio es que [...]”¹¹.

Todas essas marcas da *contração dialógica* presentes na notícia mostram que o autor tem certo comprometimento com o que escreve, o que é identificado nas escolhas gramaticais.

⁸ “[...] estes también deveriam ser [...]”. (Tradução nossa).

⁹ “Tal abordagem deixa claro o fato de que [...]”. (Tradução nossa).

¹⁰ “[...] estes también devem ser usados [...]”. (Tradução nossa).

¹¹ “A primeira conclusão desse estudo é que [...]”. (Tradução nossa).

A segunda categoria, *expansão dialógica*, trata-se de formulações em que o espaço para alternativas dialógicas é ampliado, expandido, promovendo a coexistência de posições alternativas segundo Martin e White (2005). Nesse sentido, a proposta do sistema de ENGAGEMENTO desses autores apresenta duas subcategorias como partes componentes dela, que são o *Entretenimento* e a *Atribuição*. Essa última se divide em *Atribuição por Reconhecimento* e *Distanciamento*.

O *Entretenimento* tem a ver com todos os recursos usados para indicar o grau de probabilidade, ou posicionar uma proposição ou proposta (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Em tal caso, na notícia, foi identificada uma ocorrência deste tipo ao momento no qual o autor expõe o seguinte trecho:

- “La comprensión de esto ha dado pie a que [...]”¹².

Em outras palavras, o que autor fala, sob nosso ponto de vista, é que a compreensão disso tem dado como resultado que se tenha organizado o evento que motiva a adoção de políticas e estratégias públicas.

Seguindo com a subcategoria da *Atribuição*, apontamos que ela é a mais recorrente na notícia, *locus* do presente estudo, com um total geral de 23 ocorrências. Isso demonstra que o autor não se posiciona explicitamente frente às outras vozes que ele mesmo traz ao texto e se distancia, por outro lado, do dito pelo o outro, ao não querer assumir responsabilidade alguma frente a tais proposições.

No caso da atribuição por Reconhecimento, foi identificado um total geral de 14 ocorrências e, com os subsídios que a LSF nos fornece, percebe-se que os processos utilizados possuem forma neutral “ao não marcar a posição particular (axiológica) da voz autoral em relação à proposição atribuída” (MARTIN; WHITE, 2005).

Para identificar melhor as escolhas gramaticais do autor ao trazer vozes externas, organizamos uma tabela com exemplos de orações verbais que projetam relatos. Isso foi feito assim pois por meio de Relatos atribui-se o conteúdo do dizer a vozes externas, porém não necessariamente com as mesmas palavras ou estrutura. Muitas vezes, o Relato é resultado de uma síntese do dizer de

¹² “A compreensão disso levou a [...]”. (Tradução nossa).

outrem a partir do entendimento manifestado pelo produtor do texto (FUZER; CABRAL, 2004, p. 75).

No presente exercício analítico, estruturamos o processo verbal “dizer” por meio da citação e do relato. A seguinte tabela mostra isso.

TABELA 1 – EXEMPLOS DE ORAÇÕES VERBAIS QUE PROJETAM RELATOS

Dizente	Processo Verbal	Relato
Gerente de Proyectos de la Fundación Orange de España, Rocío Miranda de Larra	Habló	[...] sobre discapacidad y e-accesibilidad ¹³ .
Miranda	Sostuvo	[...] que las TIC “representan un potencial de utilidades que pueden ayudar a multitud de personas a superar algunas de sus limitaciones” ¹⁴ .
Miranda	Agregó	[...] para las personas con discapacidad, representan un medio fundamental para su integración en el mundo laboral ¹⁵ .
Miranda	Advirtió	[...] sin embargo, estas que mismas tecnologías pueden contribuir también a generar nuevas discriminaciones, crear nuevas barreras y aumentar la exclusión social ¹⁶ .
La experta española	se preguntó	[...] si son las tecnologías de la información “un nuevo factor de exclusión o, por el contrario, son una oportunidad para la normalización” ¹⁷ .
La experta española	Continuó señalando	[...] que estas son, sobre todo, una oportunidad y “una herramienta única de integración y normalización de las personas” ¹⁸ .
La experta española	Indicó	que gracias a las tecnologías las personas con discapacidad tienen a su alcance otra posibilidad de vida ¹⁹ .
La experta española	Puso como ejemplo	las personas con discapacidad auditiva [...] ²⁰

(continua)

¹³ “[...] sobre deficiência e e-acessibilidade”. (Tradução nossa).

¹⁴ “[...] que as TIC “representam um potencial de utilitários que pode ajudar muitas pessoas a superar algumas de suas limitações”. (Tradução nossa).

¹⁵ “[...] para as pessoas com deficiência, representam um meio fundamental para a sua inserção no mundo do trabalho”. (Tradução nossa).

¹⁶ “[...] no entanto, essas mesmas tecnologias também podem contribuir para gerar novas discriminações, criar novas barreiras e aumentar a exclusão social”. (Tradução nossa).

¹⁷ “[...] se as tecnologias de informação são “um novo fator de exclusão ou, pelo contrário, são uma oportunidade de normalização”. (Tradução nossa).

¹⁸ “[...] que se trata, acima de tudo, de uma oportunidade e “uma ferramenta única de integração e normalização das pessoas”. (Tradução nossa).

¹⁹ “que graças às tecnologias, as pessoas com deficiência têm outra possibilidade de vida ao seu alcance. (Tradução nossa).

²⁰ “pessoas com deficiência auditiva [...]”. (Tradução nossa).

(conclusão)

Dizente	Processo Verbal	Relato
La experta española	[según] dijo	[...] pueden, mediante el uso de la videollamada, comunicarse en su lengua natural, la lengua de signos ²¹ .
La experta española	Dijo	que también personas con discapacidad visual pueden “leer” el periódico o hacer compra a través de Internet, algo impensable en el medio físico; mientras que las personas con discapacidad motriz pueden estudiar a distancia desde su hogar y, aquellos que tienen algún déficit en el lenguaje, encuentran en la tecnología una nueva vía de comunicación ²² .
Miranda de Larra	Refirió	que la Fundación Orange realizó una encuesta en España para determinar cuál es el nivel de uso que las personas con discapacidad hacen de las TIC, y la primera conclusión de dicho estudio es que las personas con discapacidad utilizan las TIC en menor medida que el resto de la población ²³ .

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados.

Como se pode observar, ao organizar o relato dessa forma, encontramos que o autor da notícia traz 11 (onze) ocorrências de uma mesma voz externa e isso é mostrado por meio do relato, ao indicar que “fulana falou que”, como uma forma de fugir da responsabilidade do que foi dito. Para Fuzer e Cabral (2004, p. 74):

A citação é uma oração projetada que reproduz a fala introduzida, na escrita, geralmente por aspas ou, especificamente em diálogos, travessão. Por meio de citações, representa-se uma voz externa como a responsável pelo conteúdo, sem interferência do produtor do texto.

²¹ “[...] podem, por meio de videochamadas, se comunicar em sua língua natural, a língua de sinais”. (Tradução nossa).

²² “que também as pessoas com deficiência visual podem “ler” o jornal ou fazer compras pela Internet, algo impensável no ambiente físico; enquanto as pessoas com deficiência motora podem estudar remotamente de casa, e aqueles com déficit de linguagem encontram um novo meio de comunicação na tecnologia”. (Tradução nossa).

²³ “que a Orange Foundation realizou uma pesquisa na Espanha para determinar o nível de uso que as pessoas com deficiência fazem das TICs, e a primeira conclusão deste estudo é que as pessoas com deficiência usam as TICs em menor grau do que o resto da população”. (Tradução nossa).

Também foi organizada a notícia procurando encontrar exemplos de orações verbais com citação, em que também se mostra o distanciamento do autor com aquilo que foi dito no texto ainda trazido por ele mesmo por alguma razão à notícia.

TABELA 2 – EXEMPLOS DE ORAÇÕES VERBAIS COM CITAÇÃO

Citação	Processo Verbal	Dizente
“La clave de la sociedad de la información es el acceso universal [...] y a nadie habría que negar las ventajas potenciales de las nuevas tecnologías alegando su discapacidad” ²⁴ .	Así lo manifiesta	Secretario General de la UIT, Hamadoun Touré.
“Ahora bien, para que las TIC se conviertan en esa oportunidad de integración, en lugar de un nuevo elemento de exclusión, es preciso diseñarlas accesiblemente o, de lo contrario, se convertirán en una barrera insalvable para estos colectivos” ²⁵ .	Advirtió	Miranda de Larra

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados.

No que tange aos processos verbais, “os participantes verbais são, tipicamente, Dizente, Verbiagem, Receptor e Alvo. Dizente é o próprio falante, que pode ser humano ou uma fonte simbólica” (FUZER; CABRAL, 2004, p. 72-73).

A maior frequência de processos que indicam o *reconhecimento* e, por sua vez, o distanciamento do autor, ao trazer determinadas proposições ditas por meio da voz externa, neste caso, a voz da senhora Rocío Miranda de Larra que, segundo o autor é uma *expert* espanhola, gerente de projetos da Fundação Orange da Espanha, são processos “neutros”, todos relacionados com o processo dizer que é o uso que foi dado na notícia e que é evidente ao entender o contexto no qual estão inseridos. A tabela 3 apresenta a frequência dos processos identificados.

²⁴ “A chave para a sociedade da informação é o acesso universal [...] e ninguém deve ter negado as vantagens potenciais das novas tecnologias com base em sua deficiência”. (Tradução nossa).

²⁵ “Agora, para que as TICs se tornem essa oportunidade de integração, em vez de um novo elemento de exclusão, é necessário desenhá-las de forma acessível ou, do contrário, se tornarão uma barreira intransponível para esses grupos”. (Tradução nossa).

TABELA 3 – FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIAS DOS PROCESSOS NA NOTÍCIA

Processo	Ocorrências	Tipologias
Verbal	12	<i>manifiesta; sostuvo; agregó; advirtió; señalando; indicó; dijo²⁶; refirió; habló, puso como ejemplo²⁶.</i>
Mental	1	<i>se preguntó²⁷</i>
Relacional	1	<i>ha asumido²⁸</i>
Material	1	<i>corrió por cuenta de²⁹</i>
Total	15	

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados.

Podemos observar que o processo verbal dizer é expresso por meio de outros verbos que, no contexto no qual estão inseridos, mostram com clareza que dizem respeito ao referido processo pois apresentam a maior quantidade de ocorrências na notícia. Isso nos indica que o autor optou por trazer mais a fala da voz externa para dialogar com a notícia que ele nos traz e fugiu do seu comprometimento Segundo a colocação da voz externa no texto, inferimos que ele traz a *expert* espanhola por ser, segundo ele, uma pessoa que tem propriedade para falar, devido ao seu lugar de trabalho e sua profissão e que, por sua vez, de uma ou de outra maneira diminui a possibilidade ao espaço dialógico o contraindo.

No caso da *Atribuição por Distanciamento*, encontramos a presença de 9 (nove) ocorrências, as quais são marcadas, principalmente, por meio do emprego das aspas, mostrando dessa maneira o distanciamento do autor, que coloca a voz externa como responsável pelo que foi dito.

Apresentamos alguns exemplos desse caso a seguir:

- “La clave de la sociedad de la información es el acceso universal [...] y a nadie habría que negar las ventajas potenciales de las nuevas tecnologías alegando su discapacidad”³⁰.
- [...] **según consta** en la nota suministrada durante el evento³¹.

²⁶ “manifestou; manteve; adicionou; avisou; apontando; indicou; disse; referiu; falou, deu como exemplo”. (Tradução nossa).

²⁷ “se perguntou”. (Tradução nossa).

²⁸ “assumiu”. (Tradução nossa).

²⁹ “correu em nome de”. (Tradução nossa).

³¹ “[...] conforme consta em nota disponibilizada durante o evento”. (Tradução nossa).

- que **según dijo** pueden [...].
- “Ahora bien, para que las TIC se conviertan en esa oportunidade de integração, em lugar de um novo elemento de exclusão, es preciso diseñarlas accesiblemente o, de lo contrario, se convertirán em uma barreira insalvable para estos colectivos”³².

A seguinte tabela mostra o total das ocorrências do subsistema de ENGAJAMENTO segundo os dados na notícia, *locus* do estudo.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DO SUBSISTEMA DO ENGAJAMENTO

ENGAJAMENTO								
Contração dialógica (a)						Expansão dialógica (b)		
Discordância		Proclamação				Atribuição		
Negação	Contra-argumentação	Concordância		Pronunciamento	Endossamento	Entretinimento	Reconhecimento	Distanciamento
		Afirmar	Conceder					
0	0	3	1	1	3	1	14	9
Subtotal 0		Subtotal 4		Subtotal 8		Subtotal 24		
Total geral 36								

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados.

Também foi feita uma tabela que mostra algumas das circunstâncias presentes no texto, com o objetivo de identificá-las, as quais, na gramática tradicional, são marcadas pelo advérbio. Por sua vez, as circunstâncias adicionam significados à oração pela descrição do contexto em que o processo se realiza (FUZER; CABRAL, 2004, p. 53). Na LSF, usamos o termo “circunstâncias”. O mesmo ocorre com os verbos, que chamamos de “processos”, e substantivo, que chamamos de “nome”.

³² “que segundo falaram elas podem [...]”. (Tradução nossa).

TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DOS DIFERENTES TIPOS DE CIRCUNSTÂNCIAS

Circunstâncias					
Localização		Causa	Acompanhamento	Assunto	Ângulo
Tempo (Quando?)	Lugar (Onde?)	Finalidade (Para que?)	Adição (Quem mais?)	Sobre o quê?	Fonte
1	1	2	1	1	2
Total de Frequências 8					

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados.

Considerações finais e possibilidades de diálogo

Por meio deste estudo, buscamos mapear em uma notícia como o subsistema ENGAJAMENTO se apresenta e é materializado por meio das escolhas léxico-gramaticais do autor como isso aponta para o diálogo de suas próprias proposições com as proposições da(s) voz(es) externa(s). Nesse sentido, contribuíram muito na identificação dessas escolhas os subsídios que a LSF nos fornece, por meio do Sistema da Transitividade que, na perspectiva tradicional, refere-se à relação dos verbos com os seus componentes, de maneira que pudéssemos “olhar” para o texto, *locus* do estudo, e dividi-lo em partes que nos permitiram compreender com maior abrangência o que é discutido na notícia.

É importante destacar que o subsistema de ENGAJAMENTO faz parte do SA e, nesse sentido, a forma como uma notícia se constrói repercute, afetando de uma ou outra maneira a sociedade, mostrando a possibilidade de fugir dos argumentos que outros fazem, afastando-se, em alguns dos casos, de falas que eles mesmos trazem a seu texto.

Com esta única notícia não podemos afirmar que seja uma constante; abrimos, portanto, a possibilidade de continuar a fazer outras pesquisas que tenham o interesse em aprofundar e identificar se as marcas de se afastar dos pronunciamentos que outros fazem é algo constante ou não nos jornais nacionais da República Dominicana e o outros circulados no mundo.

Os resultados demonstram que há 36 (trinta e seis) ocorrências, em sentido geral, correspondentes ao ENGAJAMENTO do autor da notícia, oito das quais fazem parte da categoria da *contração dialógica* e 24 (vinte e quatro) ocorrências da *expansão dialógica*, de maneira que o ENGAJAMENTO, nessa segunda categoria, é mais abrangente, especificamente nas escolhas em que a voz autoral reconhece determinadas falas de uma voz externa trazida por ele mesmo, se distanciando muitas vezes. Esse recurso é identificado, em grande medida, por meio do emprego das aspas, segundo o contexto e também em circunstâncias de ângulo, na categoria *fonte*, ao empregar a palavra “*según*”.

A *contração dialógica* é uma categoria da heteroglossia que se privilegia uma posição. Neste sentido, fica evidente na análise feita que a voz autoral concorda com as proposições trazidas por ela mesma na notícia, nas quais afirma por meio da utilização das circunstâncias de afirmação, assim chamada na LSF, e concede pela escolha das palavras “*así como*”, ou seja, além disso que é trazido (*concordância*). Merece ressaltar também o endossamento do autor no texto com 3 (três) ocorrências ao respeito.

Deixamos a possibilidade de realização de outras análises em notícias como a apresentada com o objetivo de continuar uma discussão e divulgação que permita nos posicionarmos criticamente, ao considerar que este gênero é uma fonte de consolidação de práticas sociais.

Referências

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian Mathias Ingemar Martin. **An Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. London: Routledge, 2014.

MARTIN, James Robert; WHITE, Peter. **The Language of Evaluation: appraisal in English**. London: Palgrave: Macmillan, 2005.

OLIVEIRA, Derli Machado de. O Sistema de Avaliatividade: Aspectos teóricos e práticos. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana, v. 15, n. 15, p. 246-264, jan./jun. 2014.

SANTOS, Zaira Bomfante dos. A Linguística Sistêmico-Funcional: algumas considerações. **Soletras**, São Gonçalo, n. 28, p. 164-181, dez. 2014. ISSN 2316-8838. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/12994>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SCHERER, Anelise Scotti; MOTTA-ROTH, Désirée. Engajamento e redução do espaço dialógico no gênero notícia de popularização científica. **Letras**, Santa Maria, v. 25, n. 50, p. 261-302, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/20213/pdf>. Acesso em: 2 ago. 2020.



Avaliação de atitude, em charges, do ator social professor e da educação remota em tempos de pandemia

Caroline Schwaribold¹

O ano de 2020 tem sido atípico em diferentes esferas: na economia e no trabalho, nas relações (inter)pessoais, no modo de ensinar e aprender. A pandemia da COVID-19 obrigou as escolas e os profissionais a repensarem modos de aprender e ensinar de maneira rápida, quase instantânea. De uma hora para outra, as aulas foram suspensas e os impactos estão sendo gigantescos, pois, infelizmente, nem todos são contemplados nessa nova modalidade de ensino, baseada, quase que exclusivamente, em relações e atividades virtuais.

Isso se confirma com pesquisas recentes sobre o acesso à internet e à educação a distância em nosso país. De acordo com a pesquisa TIC Domicílios 2018 (CETIC, 2018), por exemplo, embora 96% dos domicílios possuam acesso a algum equipamento eletrônico, 33% deles não possuem acesso à internet. Ou seja, 1/3 das casas não tem acesso à rede mundial de computadores, o que, obviamente, inviabiliza o modelo de educação remota amplamente adotado no Brasil em meio à pandemia que vivenciamos.

Desse modo, torna-se urgente analisar tal situação e fazemos isso à luz da Análise de Discurso Crítica (ADC), no que tange a aspectos sobre relação de poder como hegemonia e ideologias. A ADC é um campo transdisciplinar que se dedica à análise de textos, eventos e práticas sociais, considerando a importância da linguagem e sua

¹ Professora na rede particular de ensino de Cachoeira do Sul/RS. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel), especialista em Linguística Aplicada (UFPel) e mestra em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia (PROFLETRAS/UFU). E-mail: carol85rs@yahoo.com.br.

relação com a sociedade. Como categoria de análise, consideramos produtivo recorrer ao Sistema da Avaliatividade (SA), de Martin e White (2005), pois acreditamos que o uso do SA favorece uma reflexão acerca do contexto que envolve o ator social professor e a educação remota, em tempos de pandemia, já que estamos o tempo todo avaliando pessoas, coisas e eventos, além de tudo aquilo que envolve as relações interpessoais.

Como recorte, escolhemos quatro exemplares do gênero discursivo charge e tivemos como foco principal analisar as marcas de avaliações presentes neles. Antes, porém, de passar às análises realizadas, cabe uma breve apresentação dos aspectos teóricos que envolvem a análise subsequente.

Breve apresentação da Análise do Discurso Crítica (ADC)

A ADC é uma abordagem transdisciplinar que busca o desvelamento e a transformação de práticas sociais excludentes e desiguais a partir da análise dos usos linguísticos em suas diferentes dimensões e funções, de forma contextualizada, buscando analisar situações de manutenção ou ruptura de práticas de poder.

Historicamente, a ADC é uma abordagem linguística e um método de pesquisa recente, pois sua origem remonta à década de 70, quando a Linguística Crítica (LC) desempenhava forte papel na busca por compreender situações de poder e ideologia.

A LC surge como uma abordagem dentro da linguística funcionalista – de base hallidayana –, já que não se contentava apenas com os aspectos formais da língua, mas reconhecia a ligação existente entre os aspectos linguísticos e sociais, além do papel estruturador da linguagem para as relações de poder que se estabeleciam socialmente, a partir das escolhas lexicais e sintáticas materializadas em textos orais e/ou escritos.

Duas décadas mais tarde, no início dos anos 90, reunidos em Amsterdã (Holanda), um grupo de estudiosos, entre eles Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak, buscou criar um método que desse conta de uma

análise crítica da linguagem, mas com intersecção com as ciências sociais. Já no Brasil, as pesquisas em ADC começaram a partir do trabalho da professora Izabel Magalhães, na Universidade de Brasília (UnB), em 1993, marcando, assim, o ingresso do país no âmbito dos estudos discursivos críticos.

A partir do encontro em Amsterdã, a ADC (nomeada em 1985, em artigo de Fairclough) passou a ser um grupo de estudos heterogêneo que, apesar de ser formado por diferentes vertentes de análise linguística, todas buscavam mudanças sociais a partir do que lhes era comum: “a transdisciplinaridade, o foco no poder mobilizador da linguagem para fins de transformações efetivas nas configurações de redes de poder, o posicionamento combativo dos pesquisadores”, por exemplo (SILVA; SILVA, 2017, p. 57).

Para esse grupo de estudiosos, o discurso era visto como um evento tridimensional, pois era entendido como um texto, uma prática discursiva e também como uma prática social. É, a partir do discurso, portanto, que se moldam identidades, papéis sociais e interpretações, bem como se estruturam as relações entre discurso e sociedade.

A partir de 1999, em obra publicada por Chouliaraki e Fairclough, o discurso deixa de ser considerado toda a prática social e passa a ser um dos momentos dessas práticas. Ou seja, a linguagem deixa de ser um meio para a prática social e passa a ser um elemento constitutivo dela.

As práticas sociais, nessa perspectiva, são materializadas através do discurso, entendido como “momento integrante e irreduzível das práticas sociais que envolve a semiose/linguagem em *articulação* com os demais momentos das práticas: fenômeno mental, relações sociais e mundo material” (VIEIRA; REZENDE, 2016, p. 18, grifo nosso).

A ADC analisa também a linguagem sob o prisma da ideologia que a embasa e que se concretiza nas práticas discursivas. De acordo com Fairclough,

as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Sob essa perspectiva, é possível compreender que, para Fairclough, a luta hegemônica se dá na associação, desmembramento e reorganização dos elementos discursivos, ou seja, os jogos de poder se constituem nas práticas sociais em que a fronteira entre o “eu” e o “outro”, muitas vezes, não é respeitada, já que pode ser violada, cerceada ou silenciada por forças que se materializam nos discursos de desigualdade.

Aqui é possível perceber, então, que, embora a ADC possa ser considerada uma continuação da LC, ela é uma teoria mais aprofundada já que, de acordo com Fairclough (2001), enquanto a LC desenvolveu um método para analisar uma amostra de textos, a ADC desenvolveu um estudo da linguagem como prática social, visando à investigação de transformações na vida social, uma vez que esta estuda testes e eventos em diferentes práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio-histórico. Nesse sentido, “a ADC oferece uma valiosa contribuição de linguistas para o debate de questões ligadas ao racismo, à discriminação baseada no sexo, ao controle e à manipulação institucional, à violência, à identidade nacional, à auto identidade e à identidade de gênero, à exclusão social” (MAGALHÃES, 2005, p. 3).

A partir das questões apresentadas, observamos que analisar a situação do professor e da educação remota em tempos de pandemia, sob o viés da ADC, é perfeitamente possível, considerando as práticas sociais e institucionais que se estabeleceram nos últimos meses em nosso país.

Para tanto, utilizaremos, também, as contribuições da Linguística Sistemico-funcional, doravante LSF, para uma análise multifuncional dos textos selecionados, já que, para Fairclough (2003), os significados do discurso são inspirados nas metafunções propostas por Halliday, as quais apresentarei na próxima seção.

A Linguística Sistêmico-funcional (LSF) e o Sistema da Avaliatividade (SA)

Todo texto que produzimos e que circula socialmente tem uma função. Em outras palavras, não há textos sem motivo para existir, uma vez que “a linguagem é entidade viva, presente em situações, grupos, locais, eventos variados e, como tal, sofre a influência desses e de outros fatores” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 13). Ou seja, um texto sempre traz consigo as marcas e atitudes do contexto em que está inserido, expressando as experiências e valores dos envolvidos na interação.

Por isso, utilizamos conceitos da LSF, para analisar as charges amplamente publicadas e compartilhadas em redes sociais de grande abrangência. Ao utilizarmos a linguagem – entendida aqui como um modo de agir no mundo-, em diferentes textos, estamos fazendo escolhas dentre tantas possibilidades que o sistema linguístico nos possibilita. Compreendemos, portanto, que o texto é a materialização da linguagem e só existe porque faz sentido para alguém, em um determinado contexto e com um propósito comunicativo.

Essas escolhas, acima mencionadas, envolvem dois elementos, a saber: (1) o contexto de situação e (2) o de cultura. O primeiro diz respeito ao entorno imediato da interação linguística, ou seja, “é o ambiente imediato no qual o texto está de fato funcionando” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 27). Já o segundo, o contexto de cultura, refere-se a práticas amplamente difundidas e institucionalizadas em um determinado grupo social, como seus valores, instituições e ideologias.

Exemplificando: podemos afirmar, então, que estamos vivendo uma pandemia da COVID-19, a qual obrigou o fechamento das escolas e o cancelamento das aulas presenciais. Isso é o contexto de situação, ou seja, o que está acontecendo no momento. Já a alternativa de se manter o ano letivo e ter aulas remotamente em todo território nacional refere-se ao contexto de cultura, uma vez que, assumidamente, a Educação é um valor importante para a sociedade, que carrega marcas históricas, sociais e culturais.

A respeito do contexto de situação, Halliday e Mathiessen (2014), propuseram que ele é composto por três variáveis de registro:

- 1) Campo: se refere à atividade que se desenvolve no momento da interação, com objetivo específico.
- 2) Relações: diz respeito aos participantes e à natureza dos papéis que desempenham, à relação existente entre eles e ao grau de formalidade que se estabelece.
- 3) Modo: considera a função da linguagem na interação, o meio e o canal utilizados na interação.

Essas três variáveis estão intrinsecamente relacionadas às metafunções propostas por Halliday e Matthiessen (2014). São elas:

- 1) Metafunção ideacional: refere-se à possibilidade que a linguagem oferece de falar sobre o mundo, representando-o. Ela tem a finalidade de expressar os processos que controlam e denotam a realidade (oração como representação).
- 2) Metafunção interpessoal: estabelece trocas e relações entre falante e ouvinte, ambos com papéis definidos na interação. Aqui, a linguagem é uma maneira de agir no meio social (oração como troca).
- 3) Metafunção textual: organiza estruturalmente as outras duas funções de modo que a mensagem seja reconhecível para o receptor. A metafunção textual se realiza a partir do sistema de Tema e Rema (oração como mensagem).

Inspirado na LSF, mais especificamente na metafunção interpessoal, a partir da qual expressamos opiniões, julgamentos e atitudes, foi criado o Sistema da Avaliatividade (SA) (MARTIN; WHITE, 2005). O SA é uma abordagem utilizada para analisar a avaliação em textos orais ou escritos, embora, originalmente, tenha sido pensado apenas para análise dos textos escritos.

O SA foi criado nos anos 90 por Martin e White, no entanto, só em 2005 houve a publicação da obra *The Language of Evaluation: Appraisal in English*, considerada um marco para o estudo do SA.

De acordo com Vian Jr. (2010, p. 11), o SA “é um conjunto de significados interpessoais que se debruça sobre os mecanismos de

avaliação veiculados pela linguagem, configurados em um sistema que oferece aos usuários possibilidades de utilizar itens em suas interações cotidianas”.

Para tanto, o SA se subdivide em três campos de interação:

- a) ATITUDE: focaliza emoções, sentimentos e reações;
- b) ENGAJAMENTO: focaliza as atitudes e as vozes em relação ao discurso;
- c) GRADAÇÃO: refere-se à intensidade com que os fenômenos discursivos ocorrem.

Embora os textos contemplem os diferentes campos de interação, as análises realizadas, sobre o ator social professor e a educação remota, vão se concentrar no subsistema ATITUDE. Esse subsistema se divide em três categorias, a saber:

- a) AFETO: refere-se às emoções do falante/autor;
- b) JULGAMENTO: focaliza a ética e avaliações de caráter;
- c) APRECIACÃO: focaliza a estética e o valor que se dá aos objetos e eventos.

A partir das três categorias, as análises focaram-se na categoria AFETO, pois diz respeito ao registro, tanto positivo quanto negativo, dos sentimentos. Em nível lexical, esse subsistema é representado por meio de adjetivos, verbos, advérbios e nominalizações.

O AFETO está diretamente ligado às emoções do autor/falante, mostrando o quão emocionalmente envolvido ele está com o objeto, a pessoa ou a situação em questão. Ou seja, como essas emoções afetam diretamente o avaliador, são, portanto, subjetivas.

Dentro da categoria AFETO, sentimentos e emoções são agrupados em três conjuntos, a saber:

- a) In/felicidade: emoções relacionadas ao coração (tristeza, raiva, felicidade, amor, etc.)
- b) In/Segurança: emoções relacionadas ao bem-estar social (medo, ansiedade, des/confiança, etc.)
- c) In/Satisfação: emoções relacionadas aos objetivos realizados (tédio, des/prazer, curiosidade, respeito, etc.).

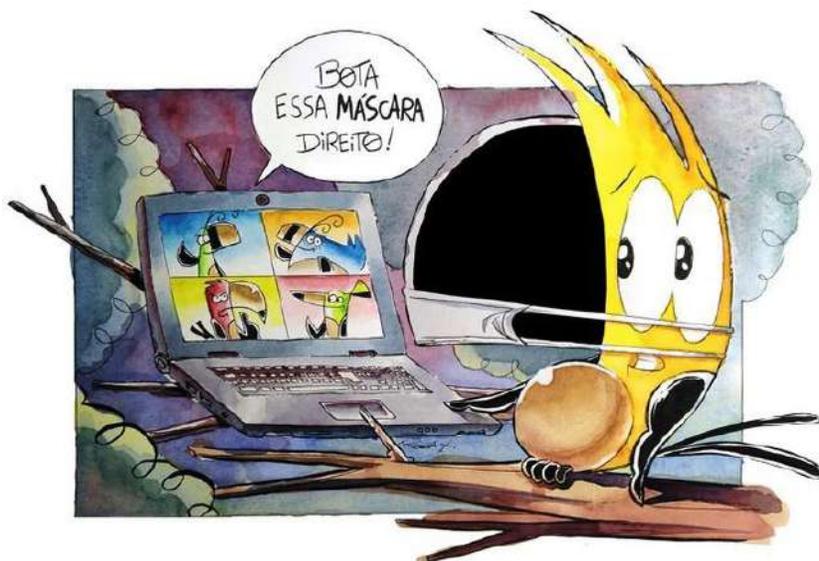
Apresentação e análise do *corpus*

Por uma questão de limitação espacial, analisaremos quatro exemplares do gênero charge. Embora seja uma quantidade limitada, acreditamos que seja suficiente para incitar uma reflexão acerca de como o professor é avaliado no contexto da educação remota.

Cabe esclarecer que as charges foram previamente selecionadas de redes sociais bastante conhecidas e utilizadas pela sociedade brasileira. Além disso, todas foram amplamente compartilhadas pelos usuários dessas mídias.

A seguir, faremos a exposição dos aspectos analisados, os quais julgamos importantes e/ou interessantes abordar sobre o ator social professor e a educação remota, cientes de que as análises empreendidas não contemplam a sua totalidade. Em outras palavras, sabemos que outras análises podem ser feitas a partir das charges escolhidas.

FIGURA 1 – EXEMPLO DE CHARGE 1



FONTE: IFPB (2020)

Nesta primeira charge, é possível observar como tem se dado boa parte da educação remota nesses tempos de pandemia do novo coronavírus. As aulas, embora a distância, são síncronas, ou seja, *online*. E, com isso, a relação entre professor e alunos continua existindo.

É de conhecimento geral que, presencialmente, o professor exerce mais funções do que sua profissão requer, pois precisa se preocupar com a manutenção da disciplina em sua sala de aula, com a merenda/alimentação dos estudantes, com as relações interpessoais entre os alunos e colegas, uma vez que, no ambiente escolar, costumam ocorrer frequentes desentendimentos e até mesmo brigas.

No entanto, como essas relações se dão a distância, em ambiente virtual? Apesar de haver uma relação intermediada pelas tecnologias digitais, a preocupação com os educandos é parte da identidade do professor, pois ele segue buscando interferir positivamente na vida de seus alunos, auxiliando-os para além dos conteúdos a serem ministrados.

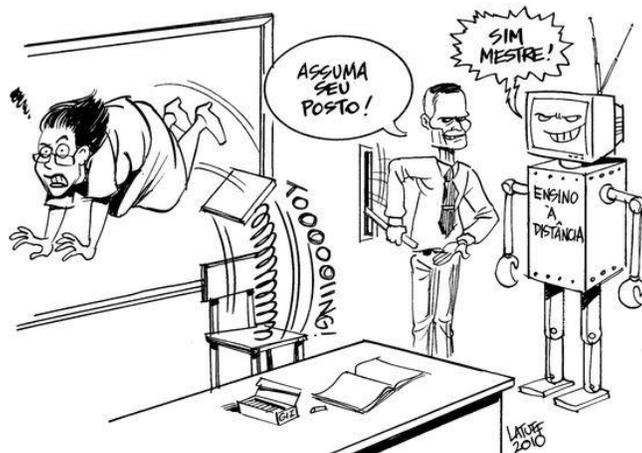
Isso fica evidente na fala “Bota essa máscara direito!”. Representa o momento em que o professor interrompe o andamento de sua aula para fazer uma referência direta à recomendação que temos dos órgãos de saúde sobre utilizar corretamente as máscaras de proteção.

Embora, aparentemente, a charge utilize-se de um tom ríspido, o que pode ser observado pelo uso do ponto de exclamação ao final da oração, indicando uma ordem, a fala também demonstra a preocupação do mestre para que seu aluno fique protegido.

Em outras palavras, é intrínseco do ser professor o cuidado; a preocupação com seus alunos é parte da sua identidade. Mesmo *online*, os alunos não estão livres do olhar do professor. Muito embora esse “cuidado” possa ser registrado de forma negativa, transmitindo um certo medo, insegurança ou constrangimento, o que fica evidenciado pela postura do passarinho-aluno, que se encolhe ao ouvir o pedido do professor.

Nesse texto, é possível observar o AFETO ligado à categoria de *(in)segurança* no agir do professor e na reagir do aluno. O primeiro busca, com sua fala, que o aluno desenvolva uma conduta de bem-estar social (com o uso da máscara) enquanto o segundo reage, aparentemente, demonstrando medo e *insegurança*.

FIGURA 2 – EXEMPLO DE CHARGE 2



FONTE: Latuff (2010)

O texto 2, conquanto não se refira, diretamente, à situação da pandemia que vivemos, uma vez que é de 2010 (de acordo com a assinatura e data presentes na charge), cabe muito bem à situação das aulas remotas advindas da pandemia.

Até pouco tempo atrás, muitos pensavam que os professores seriam substituídos por máquinas que fariam o trabalho de um educador com mais eficiência e menos custos. A imagem representa essa falácia: a professora sumariamente ejetada de seu lugar para dar espaço a um robô representando a “educação à distância” [sic].

Enquanto aciona a alavanca que dispensa a professora, a ordem “Assuma seu posto!”, dada ao robô, demonstra uma avaliação de AFETO, de *satisfação* e *segurança* da parte do gestor (ou representante deste), uma vez que deixa transparecer que ele considera o mais adequado a ser feito. É uma clara atitude de poder. Aqui, não há diálogo ou acordo. A pessoa “professora” é substituída pela máquina, numa clara menção ao que popularmente se pensa a respeito da educação a distância: as máquinas vão substituir os mestres.

Além disso, os rostos, tanto do homem quanto do robô, confirmam que a atitude tomada, embora sendo uma avaliação negativa, é feita de comum acordo, demonstrando satisfação em ejetar a professora. Há algo de perverso no rosto de ambos, como se a atitude

tomada lhes causasse *felicidade/satisfação*. Por outro lado, o rosto da professora demonstra susto, avaliação que é enfatizada pela imagem, como se tivesse sido pega de surpresa pela atitude dos outros dois.

Por fim, quando o robô responde à ordem dada com “Sim, mestre!”, ele compactua com a ação do homem, demonstrando assim que se sente capaz de substituir a professora no processo ensino-aprendizagem, o que, sabemos, é impossível.

Até aqui analisamos charges de cunho geral da Educação. Na primeira charge analisamos a identidade do ator social professor, ou seja, aquilo que o compõe enquanto sujeito do processo educativo. Na segunda charge, buscamos analisar a possibilidade de substituí-lo por um computador (robô) no que popularmente se entende como educação remota. Nas próximas duas charges, faremos uma análise mais específica da situação atual do professor e da educação remota em tempos de pandemia.

FIGURA 3 – EXEMPLO DE CHARGE 3



Fonte: Guimarães (2020)

A charge 3 parece refletir a realidade atual das mulheres que são professoras, mas que também são mães e têm se desdobrado para dar conta das inúmeras atividades e tarefas que o trabalho em casa passou a exigir.

Fica evidente que essa mulher-professora está exausta e, numa avaliação de AFETO, demonstra *infelicidade* e *insatisfação*, pois precisa desempenhar inúmeros papéis ao mesmo tempo, os quais, em tempos normais, seriam desenvolvidos em momentos e ambientes distintos, mas que, devido à pandemia, acabaram todos sendo exercidos, provavelmente, dentro de sua própria casa.

A pandemia e sua educação remota tirou-nos a noção do público e do privado e, provavelmente também, a hora do expediente, já que os profissionais da educação precisam se comunicar por meio de celulares e computadores e suas diferentes redes sociais e grupos de comunicação por aplicativo.

Essa aproximação entre escola, professor e família a partir da educação remota, na qual os planos de aulas e as atividades são enviadas para as casas ou as aulas são síncronas – quando o professor dá sua aula utilizando-se de um aplicativo e de uma reunião *online* – causou uma avaliação positiva de AFETO em muitas famílias, fazendo com que muitas delas se sentissem *seguras* para, inclusive, interferir na proposta de planejamento e de avaliação que o professor pensou.

Essa interferência das famílias e dos alunos, materializada nas orações “O vídeo é muito longo, fessora, dá pra resumir?”, “Fessora, perdi minha senha!” e “Professora, aqui é a mãe de fulano. É sobre a nota dele...”, demonstra o quanto as famílias demonstram *segurança* em questionar o trabalho desenvolvido pelo professor, uma vez que, agora, elas têm participado mais de perto do cotidiano escolar.

Para as famílias também houve grandes mudanças na rotina de estudos e trabalho. Se, anteriormente, pais e mães enviavam/levavam seus filhos à escola para, então, irem trabalhar, agora é preciso que algum adulto se responsabilize pela participação das crianças nas aulas *online*, na realização das atividades e no envio/postagem delas por e-mail ou através de alguma plataforma. Isso tudo demanda tempo, recursos materiais, preparo emocional, o que pode levar algumas famílias a achar que têm o direito de questionar o trabalho desenvolvido pelo professor.

Nesse sentido, nem sempre o profissional da educação conta com o apoio da equipe pedagógica e administrativa da escola em

que trabalha, pois dali também surgem cobranças as quais precisam ser rapidamente sanadas. Isso causa *insegurança* e *insatisfação* (avaliação negativa de AFETO), pois emoções como ansiedade, desconfiança, desprazer são frequentes em quem tem seu trabalho questionado seguidamente.

Essa intervenção mais direta no trabalho do professor, por parte da supervisão escolar, pode ser observada nas seguintes orações: “Professora, poste as vídeo aulas na plataforma e envie os planos por e-mail.” e “É preciso mais atividades diversificadas, professora.”. Ambas as frases podem ser compreendidas como pedidos, mas também como ordens, de acordo com o modo verbal utilizado.

Se normalmente já é difícil conciliar as demandas da escola com os desejos das famílias e dos alunos, levando em conta ainda a vida profissional do professor (no que diz respeito ao que se acredita e se faz), tudo isso fica ainda mais complicado quando ele precisa administrar sua rotina doméstica enquanto trabalha.

Na charge analisada, é possível observar que, enquanto trabalha, sua própria família exige-lhe atenção e tempo. Isso é evidenciado nas orações “Ela sujou minha camisa, mãe!”, “Mãe, o que tem pra comer hoje?”, “Mãe, olha ele puxando meu cabelo!!!” e “Filha, cadê você que nem liga mais pra gente?”. Nas três primeiras falas citadas, há uma cobrança, por parte dos filhos *insatisfeitos*, para que a mãe da família consiga administrar os conflitos e situações cotidianas, como preparar as refeições ou separar brigas dos filhos. Na última fala, observa-se que os pais dessa professora também querem um pouco de sua atenção e o uso da expressão “nem liga mais pra gente” pode ser compreendida de duas maneiras: literalmente, de não usar o telefone para entrar em contato, ou, popularmente, como uma referência a ter deixado os pais de lado, ter parado de procura-los e de se preocupar com eles. De toda forma, todas as falas presentes nessa charge demonstram situações de AFETO negativo, pois evidenciam situações de *infelicidade*, *insegurança* e *insatisfação*, assim como a própria imagem da professora, diante do computador.

É preciso lembrar, ainda, que não há respostas vindas da professora para as solicitações, ou seja, o ator social professor foi calado

diante de tantas demandas. Esta tem sido a postura da sociedade ao longo do tempo (não apenas em tempos de pandemia): calar o educador ou fazer-se surda diante de suas falas e lutas é o comportamento típico em nosso país.

FIGURA 4 – EXEMPLO DE CHARGE 4



FONTE: Captura de tela de publicação do Twitter feita pela própria autora².

A última charge analisada diz respeito, especificamente, à educação remota em tempos de pandemia. Isso fica evidente no uso da máscara pelo aluno e pelo símbolo do *wi-fi*. Como é possível perceber, a charge questiona o acesso à educação remota, pois existe uma clara exclusão de um aluno devido à ausência de conexão com a internet. Para além disso, é possível perceber como a educação remota distancia aqueles que têm condições de acompanhá-la daqueles que não a têm. Isso pode ser observado na oração “Daqui eu não escuto!”.

² Disponível em: <https://twitter.com/michel34vc/status/1253481773792714752>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Por estar longe da zona urbana, o aluno não conta com a rede de internet que vai lhe fornecer o acesso para participar das atividades remotas previstas a partir da suspensão das aulas presenciais. Quando o menino, parado em frente à sua casa, diz “Desculpa, professor... Mas daqui eu não escuto!”, ele representa milhões de estudantes brasileiros que não estão contemplados nesse projeto de educação remota que busca substituir a educação presencial enquanto a pandemia não passa. Numa clara demonstração de AFETO, é possível observar *infelicidade, insegurança e insatisfação*.

Introduzir sua fala com “Desculpa” demonstra humildade, mas também representa o incômodo que isso pode gerar quando se constata que uma parcela significativa dos alunos não está conseguindo acompanhar as aulas, aprender e desenvolver-se por falta de acesso. Isso é um problema de gestão governamental, política de governo, a qual, desde sempre, não prevê o acesso igualitário à educação, mesmo em escolas públicas. Essa falta de acesso e de políticas públicas gera *insegurança* em milhares de alunos que não são contemplados, em suas necessidades, pela educação remota.

Nesse sentido, esse tipo de educação (e de ensino) vem para amplificar as desigualdades sociais e educacionais em nosso país, pois é possível verificar em diferentes meios de comunicação (não apenas nessa charge) como as redes privadas e públicas têm desenvolvido seu trabalho. Enquanto na primeira os estudantes costumam ter acesso à internet e às aulas síncronas, na rede pública essa é uma realidade distante para uma parcela significativa de alunos, os quais acabam *insatisfeitos e infelizes*, além de, mais uma vez, ficarem à margem da aprendizagem.

Considerações finais

A partir das análises realizadas, foi possível perceber que o ator social professor tem lidado com muita pressão de diferentes outros atores: instituição educacional na qual trabalha, família dos alunos, demandas pessoais, exigências burocráticas e governamentais, tudo

isso em um ambiente quase exclusivamente domiciliar, considerando que as escolas estão fechadas e o trabalho está sendo realizado, quase em sua totalidade, de forma remota.

Enfim, partindo da situação atual do professor e de boa parte dos estudantes, é possível observar que o ensino remoto está longe de contemplar suas necessidades, uma vez que, além da ausência do contato físico cotidiano, esse tipo de educação impossibilita que todos sejam atendidos igualmente. Isso se dá porque a maioria das redes de ensino, inclusive as públicas, optaram pela produção e envio de aulas via internet, o que demanda que todos os estudantes tenham equipamentos, programas e rede adequados e isso, infelizmente, não é a realidade brasileira.

Por fim, observamos que as charges apresentam uma avaliação negativa do ator social professor e do ensino remoto em tempos de pandemia. Considerando o subsistema AFETO, em todas ficou claro que as categorias predominantes foram *insegurança, infelicidade e insatisfação*.

Referências

FAIRCLOUGH, N. Abordagens da análise do discurso. *In*: FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Ed. UnB, 2001. p. 46-57.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em Língua Portuguesa**. Campinas: Mercado das Letras, 2014.

GUIMARÃES, J. Pandemia e educação a distância: faz de conta e professores estressados. [Charge]. **Groenland: a vida é crônica**, 14 abr. 2020. Disponível em: <http://grooeland.blogspot.com/2020/04/pandemia-e-educacao-distancia-faz-de.html>. Acesso em: 30 ago. 2020.

HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. London: Routledge, 2014. (Trabalho original publicado em 2004).

- IFPB. Charges. **Instituto Federal da Paraíba**, 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/ead/assuntos/charges>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- LATUFF, C. Charges. Disponível em: <http://ocupaunespmarilia2010.blogspot.com/2010/06/mocao-de-apoio-de-carlos-latuff.html>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- MAGALHÃES, I. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. **D.E.L.T.A**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 1-9, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v21nspe/29248.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- MARTIN, J. R; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation**: appraisal in English. London: Palgrave Macmillan, 2005.
- SILVA, I. L.; SILVA, V. R. da. Breve panorama histórico e introdutório da Análise Crítica do Discurso. **Ao pé da letra**, Pernambuco, v. 19, n. 1, p. 53-77, 2017.
- VIAN JR, O. O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação. *In*: VIAN JR, O.; SOUZA, A. A.; ALMEIDA, F. S. D. P. **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 19-30.
- CETIC. TIC Domicílios. **CETIC**, jul. 2018. Disponível em: <http://data.cetic.br/cetic/explore>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- VIEIRA, V; REZENDE, V. **Análise de discurso (para a) crítica**: O texto como material de pesquisa. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2016.



A (des)construção de sentidos: a subjetividade e o processo de (des)identificação do sujeito professor no cenário escolar em pandemia¹

Icléia Caires Moreira²

Michelle de Sousa Mussato³

Em tempos de Pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19, estratégias pedagógicas se fazem necessárias para a manutenção do ensino-aprendizagem: teletrabalho, aulas remotas em plataformas digitais e videoaulas são utilizadas nessa nova conjuntura. Desta forma, o objetivo geral deste capítulo é problematizar como se instauram as (novas) relações de saber-poder frente à posição-sujeito de professor que emerge nessa (re)configuração sócio-histórica, mediada pela tecnologia e ordenamentos jurídico-administrativos de combate à crise sanitária.

Especificamente, interessa-nos observar como erige-se esta posição-sujeito e suas formas de objetivação/subjetivação, frente à escola e seus órgãos de manutenção/fomento, vinculados ao Estado. Buscamos isso para sondar as Formações Discursivas (FDs) que dialogam ou se digladiam, frente aos (novos) dispositivos disciplinares promotores do agenciamento de condutas decorrentes

¹ Este artigo é fruto de inquietações fomentadas pelo Simpósio temático intitulado *Práticas pedagógicas em tempos de pandemia: um olhar discursivo-desconstrutivo sobre colonialidade do poder e do saber na era digital*, incluso na programação do *II Simpósio de Línguas do IFPB – Cajazeiras (II SILEL)*, ocorrido de 28 a 31 de julho de 2020, sob uma elucubração distinta para esta publicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bolsista FUNDECT. Professora efetiva do ensino básico da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: icamoreiral@hotmail.com.

³ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Tradutora/Intérprete de Libras. E-mail: michellemussato@hotmail.com.

da pandemia, bem como a esta nova colonialidade do poder instaurada face ao caos sanitário global.

Diante disso, temos por hipótese que as FDs pedagógica e tecnológica corroboram a construção de discursos colonizadores do fazer do professor, requerendo dele um domínio de táticas e estratégias digitais por meio das quais acessará a docência.

O *corpus* desta pesquisa organizou-se a partir da aplicação de um questionário semiestruturado de 10 perguntas, no formato formulário do Google, cujo envio foi feito através de WhatsApp e e-mail. A coleta se deu no intervalo de 1º de julho de 2020 a 21 de julho de 2020 e os participantes foram informados acerca da possibilidade de uso dos enunciados disponibilizados, sob o crivo do anonimato. Foi requerida a eles a devida autorização para o uso analítico de seus dizeres, havendo um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, caso fosse necessário para fins institucionais.

Deste instrumento de coleta foram segmentadas (ORLANDI, 1984) algumas questões para análise e produção deste estudo. Algumas perguntas foram eleitas por apresentarem regularidades, cuja teia de sentidos deu corpo e forma à nossa análise. As questões e suas respectivas respostas eleitas foram a 5, a 6, a 8, a 9 e a 10, a saber:

- 5) Como essas mudanças provocadas pelo regime de contenção da contaminação afeta, muda, transforma sua relação com a profissão de professor?
- 6) Como você observa a relação professor x gestão/sistema educacional em que está inserido?
- 8) Como é ser professor diante da pandemia da COVID-19? Como você organiza sua carga horária de trabalho?
- 9) Se você pudesse sugerir algo novo, diferente, para lidar com o processo educacional nesse momento de pandemia, o que você teria feito? Quais medidas adotaria? Quais suportes utilizaria? Como procederia diante desta conjuntura de modo a torná-la mais confortável?
- 10) O que você imagina ser a educação daqui em diante?

Para tanto, valemo-nos, transdisciplinarmente, da Análise do Discurso discursivo-desconstrutiva (CORACINI, 2007), somada ao método arquegenealógico de Foucault (1996, 1997c, 2008), junto às epistemologias do Sul, decoloniais (MIGNOLO, 2003; CASTRO-GÓMES, 2005; SANTOS, 2007), com a finalidade de problematizarmos esta (re)configuração sócio-histórico-cultural e suas marcas outras na constituição identitária e ideológica dos professores diante das abissalidades instauradas pela conjuntura vivida por estes profissionais.

Base teórica transdisciplinar

Diante da premissa de que na linguagem estamos sempre em uma arena de lutas entre simbólico e o político, propomo-nos, neste artigo, desconstruir a ideia de leitura/interpretação fixa e engessada. Aqui trazemos um olhar possível sobre os processos de subjetivação do sujeito professor, para podermos pensar a respeito de como tem se delineado seu fazer e seu existir dentro da posição sujeito que ocupa, em tempos de pandemia.

Iniciamos nossa implementação da base teórica deste estudo salientando que nosso traçado teórico é transdisciplinar, pois parte de uma trama (con)formadora de fios teóricos capazes de abranger o *corpus*, em que a urdidura destes fios possibilita sua problematização (MOREIRA, 2020). Desta forma, nos valemos da Análise do Discurso discursivo-desconstrutiva (CORACINI, 2007) por contribuir para a desconstrução das bases fossilizadas do discurso em um movimento de (des)montagem dos elementos formadores do dizer do professor, para observar as significações e ressignificações possíveis.

A arquegenealogia foucaultiana (FOUCAULT, 1996, 2007) é válida por tratar-se de um conjunto de instrumentos analíticos de escavação dos efeitos de sentido que visa deslocar o estatuto da verdade. Além disso, tem-se as considerações sobre a biopolítica e o biopoder (FOUCAULT, 1997a, 2008), noções preciosas para se pensar a implementação da política sobre a vida dos sujeitos que, microcapilarmente, se instaura por meio de táticas de agenciamento

de condutas e práticas de governamentalidade para tornar os corpos dóceis e manipuláveis aos preceitos e interesses da soberania.

Foucault (1997c, p. 41) é fundamental para este estudo por ajudar a diferenciar as redes poder e os níveis que elas representam, para assim identificarmos os fios que se interseccionam uns aos outros para engendrar estruturas significantes no campo do simbólico. É por meio deste processo que podemos depreender o discurso, isto é, as práticas sociais institucionais, educacionais, políticas e linguísticas que circulam para produzir os objetos e as subjetividades das quais tratam.

Interfaceadas às considerações anteriores, trazemos as Epistemologias do Sul, a partir das quais a colonialidade do poder e do saber (MIGNOLO, 2003) são discutidas para que possamos mostrar as divisões abissais (SANTOS, 2007) que se estabelecem face ao desejo de invenção do outro (CASTRO-GÓMES, 2005) que marca a sua diferença e o subalterniza, a partir de práticas de exploração e responsabilização do domínio de um novo cenário e gestão dos resultados a serem obtidos.

Em síntese, é possível dizer que a malha teórica empreendida se desvela para arrazoar as significações de exclusão e subalternização a que vem sendo acometido o sujeito professor, ao cumprir o que lhe imputam, ao custo do apagamento de sua vida privada para “servir” ao outro (aluno, família, gestão escolar), bem como ao ente estatal que o objetifica como instrumento de intervenção e satisfação das necessidades da população do Mato Grosso do Sul, em detrimento de sua condição humana de (in)existência (ARENDDT, 2014).

O traçado metodológico e as condições de produção do dizer

Diante da suspensão das atividades presenciais iniciadas pela publicação de alguns decretos na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, o professor passou a ter sua prática docente restrita à modalidade de ensino remoto. Essa atividade se concatenou, viabilizada por uma série de decretos publicados no Diário Oficial do Estado, a partir de 16 de março de 2020, estendendo-se até dia 27 de

julho de 2020, data da publicação da última normativa sobre o proceder do trabalho docente em tempos de pandemia da COVID-19. Trazemos abaixo o arsenal de normativas aplicadas ao fazer do professor que mês a mês vem sendo instituído, quando o último ditame legal está prestes a perder a validade (UEMS, 2020). A saber:

- 1) Decreto Normativo de 16 de março de 2020 nº 15.391 - Diário Oficial nº 10.115 - que dispôs sobre as medidas temporárias a serem adotadas para prevenção do contágio do COVID-19;
- 2) Decreto Normativo de 17 de março de 2020 nº 15.393 - Diário Oficial nº 10.117 - modifica o anterior e acrescenta o artigo 2, salientando a suspensão das aulas presenciais nas unidades escolares e nos centros da rede estadual de ensino de 23 de março até 6 de abril de 2020.
- 3) Impulsionado pelo Decreto Normativo de 20 de março de 2020 nº 15.395 - Diário Oficial nº 10.121 - institui o regime de teletrabalho;
- 4) Ampliado pelo Decreto Normativo de 2 de abril de 2020 nº 15.410 - Diário Oficial nº 10.137 - estabelece a prorrogação da medida até o dia 3 de maio de 2020.
- 5) Seguido do Decreto Normativo de 27 de abril de 2020 nº 15.420, publicado no Diário Oficial nº 10.156 que antecipa as férias escolares de 17 de julho a 31 de julho de 2020 para o período de 4 de maio a 18 de maio de 2020.
- 6) Decreto Normativo nº 15.436 de 15 de maio de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.171- suspende as aulas presenciais de 19 de maio a 30 de junho de 2020;
- 7) Decreto 15.463 de 25 de junho de 2020, publicado pelo Diário Oficial nº 10. 205, de 26 de junho de 2020, prorroga as aulas remotas até dia 31 de julho de 2020.
- 8) Prorrogadas, mais uma vez, via Decreto Normativo 15.479 de 27 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.237 de 28 de julho de 2020 - estende o atendimento pedagógico remoto até 7 de setembro de 2020.

Conforme o exposto, as medidas são muitas, pois estão sendo tomadas mês a mês, por vezes, de uma semana para outra. Isso tem

gerado grande desconforto aos profissionais da educação por nunca saberem o que poderá vir frente à data limite decretada. Essa situação desencadeia um medo ainda maior nos educadores diante da possibilidade de que seja decretado retorno das atividades presenciais, sem as condições salubres para tanto.

Diante das circunstâncias e atos legais descritos (até o momento), formulamos um questionário de 10 perguntas via plataforma Google para sondar como está ocorrendo esta prática pedagógica remota em tempos de pandemia da COVID-19. Da coleta de 10 formulários, elegemos para este estudo uma série de recortes extraídos de contribuições de diferentes profissionais da educação, da cidade de Três Lagoas – Mato Grosso do Sul (MS), todos servidores da rede estadual de ensino.

Estes recortes foram eleitos por apresentarem regularidades quanto aos processos biopolíticos, disciplinares e de colonialidade do poder que levam os profissionais à exaustão, no trato de seu ofício, face à pandemia e ao processo de docência remota. Optamos por numerar os questionários e, conforme esta numeração, chamar os informantes de P1 (Professor 1), P2... etc. e os recortes de R1, R2 e assim sucessivamente, de maneira a relacionar os questionários e as respostas segmentadas para análise. No item que segue trazemos nosso gesto de interpretação.

Gesto de interpretação

Iniciamos nosso gesto de interpretação observando que emergem da/na linguagem, sob o efeito de regularidade, as formações discursiva educacional, a tecnológica e a disciplinar. A partir delas, é possível notar que processos de biopoder são instaurados, mediante a biopolítica disciplinadora do trabalho pedagógico, por parte do Estado/instituições, em um processo de colonialidade do fazer e do saber do professor.

Vejamos o primeiro recorte extraído do questionário 1, pergunta 5, coletado do Professor 1 (P1):

Formulário 1

5 - Como essas mudanças provocadas pelo regime de contenção da contaminação afeta, muda, transforma sua relação com a profissão professor?

P1 - R1 - **Me sinto segura** por poder estar em casa mas, ao mesmo tempo, **me sinto sobrecarregada, estressada, cansada com tantas exigências a serem cumpridas.**

A enunciadora de R1 alega se sentir “segura”, em decorrência da viabilização das aulas remotas, pois assim evita-se a contaminação por exposição a aglomerações, visto que a prática docente presencial se erige pelo atendimento coletivo de pessoas. Entretanto, há também em seu dizer o delineamento de um processo de esgotamento físico e mental equacionado pela carga de trabalho a que tem sido submetida.

Ao valer-se dos adjetivos “sobrecarregada”, “estressada” e “cansada”, estabelece uma gradação categórica que permite-nos ver a representação do professor frente ao trabalho remoto decorrente da pandemia da COVID-19. Ao avaliar o significado dicionarizado de “sobrecarregado” temos: “carregar em demasia, aumentar encargos, tomar encargos excessivos” (SOBRECARRREGADO, 2009, p. 744), diante disso, pode-se dizer que a educação remota, em grande medida, está sendo “carregada”, levada a cabo, pelas mãos do sujeito professor que além de sua “carga” habitual, já exacerbada, somou a ela a incumbência de fazer dar certo uma modalidade de ensino que, até então, não era o modelo vigente da educação básica.

É deste processo de cumprimento de “exigências”, advindas dos entes institucionais e da própria falta de traquejo do aluno em lidar com as tecnologias da informação para práticas de aprendizagem, que se salienta o “estresse” e o “cansaço” do professor que, hoje, via táticas de biopoder, é cobrado por uma biopolítica educacional a dar resultados mediante o sistema educativo vigente. Dizemos que há uma trama microcapilar de poderes sobre o trabalho docente (FOUCAULT, 1997c) que o leva a exaustão, pois ele se representa como aquele que é “exigido a cumprir” os ordenamentos administrativos e pedagógicos para efetivação de seu trabalho. Não lhe é concedida autonomia, pois as táticas e práticas que tem de dominar

são fruto de um processo de colonização do saber a partir de fontes outras, a quem ele deve obedecer, “servir”: servir ao ente estatal, institucional, ao aluno e às famílias, em decorrência de sua condição de “servidor” público.

Ao ser questionado sobre como imagina os rumos da educação, de agora em diante, na pergunta 10 do formulário de pesquisa, o enunciador responde:

10 - O que você imagina ser a educação daqui em diante?

P1 - R2: **Desafiadora.**

Vê-se que, para P1, educar, de agora em diante, é e será uma prática “desafiadora”, isto é, um fazer que “propõe duelos e combates”, que “afronta e confronta” (DESAFIADOR, 2009, p. 295). Neste processo, deixa escapar do dito, de forma inconsciente, que se sente posto em uma posição de guerra, de afrontamento das circunstâncias, das dificuldades pessoais/profissionais e de seus alunos, de modo que tenha de “digladar” com o seu entorno para fazer seu trabalho efetivar-se dentro do disciplinamento a que é submetido institucionalmente.

Articuladas com Foucault (2010, p. 5), dizemos que a educação, em específico a escola, enquanto *lócus* físico ou virtual, espaço institucional, é formada por um conjunto de normas que incidem sobre os comportamentos dos sujeitos e que agenciam as suas condutas (profissionais e estudantis). Por esta razão, a escola define os modos de ser e de agir dentro da normalidade e da anormalidade (pandemia). Assim, a escola configura-se como o “lugar” gerador das formas de saber, matriz de comportamentos dos sujeitos que dela fazem parte e da constituição dos modos de ser de cada um. Sob esta égide, é possível asseverar que a escola é o espaço institucional (presencial ou digital), a partir do qual instaura-se, via práticas discursivas e não discursivas, o biopoder sobre vida dos professores e alunos, viabilizado por uma biopolítica agenciadora de práticas de governmentação dos corpos e das subjetividades.

Observamos, a partir de Foucault (1987), que a escola é tida como um local de articulação dos poderes e saberes na produção do sujeito moderno. Na condição de objeto de conhecimento, o ho-

mem é o resultado da configuração epistemológica do saber moderno e um efeito do poder disciplinar, possibilitado por meio da ajuda da pedagogia, da escolarização e das instituições educativas. Disso, denota-se a eficiência da escola como uma instituição produtora de subjetividades, visto que não há dúvida de que a escola, em qualquer sociedade, tende a renovar-se e a ampliar seu âmbito de ação, a reproduzir as condições de existência social, formando pessoas de modo que se tornem aptas a ocupar os lugares que a estrutura social oferece. Ao mesmo tempo, é responsável pela produção de determinados saberes e discursos sobre o indivíduo a partir da extração de certos conhecimentos sobre os sujeitos que se inserem no espaço escolar (MUSSATO, 2017).

Em diálogo com Mignolo (2003, p. 167), asseveramos que este processo promove o apagamento do corpo-político do professor diante das estruturas de poder para convalidar um saber colonial: em detrimento de sua forma de pensar e agir dentro da esfera educativa, ele precisa “cumprir exigências”. Essa verticalização mobilizada pelo Estado, amparado na instituição, acaba por produzir um movimento de imposição que subalterniza o sujeito professor para homogeneizar a educação e calar/silenciar os profissionais, inventando para o outro uma representação cada dia mais desvalorizada e superexplorada (CASTRO-GÓMES, 2005). Essa situação cria a abissalidade entre a função do professor e o que, realmente, ele tem de assumir para si, ao tentar levar a cabo seu fazer pedagógico. As colonizações vão se estabelecendo criando abismos perpassados de exclusão e fronteiridades para estes profissionais.

Assim, observamos também que a modalidade remota do sistema educacional e seus processos de ensino-aprendizagem estruturaram-se na linguagem como acontecimento discursivo, sob a ótica pecheutiana (PÊCHEUX, 1990), pois há uma ruptura na estabilidade dos dispositivos educacionais escolares e inaugura-se uma nova “estabilidade” discursiva, mesmo que não esteja logicamente organizada, devido às diferentes inscrições históricas que esse período pandêmico tem causado na relação entre os sujeitos.

Neste ínterim, há uma reorganização de saberes biopolíticos que (re)configura o “entrecruzar dos caminhos do acontecimento, da estrutura e da tensão entre descrição e interpretação” (PÊ-CHEUX, 1990, p. 17), pois neste espaço educativo do sistema educacional os sujeitos nele envolvidos devem possuir alguns padrões de como comportar-se, sobre quais posições devem estar/ser inscritos, viabilizadas por estratégias, cuja função é delinear o ensino-aprendizagem.

Vemos que a modalidade remota de ensino, via inscrição em tecnologias digitais, é um acontecimento histórico e, por conseguinte, é um inter(intra)discurso. Ela inaugura práticas que se inserem na memória discursiva provocando deslocamentos na constituição subjetiva, identitária e identificatória dos sujeitos e de sua cultura, de modo que a reconfiguração do cenário escolar (meio virtual acessado de casa) também afeta outros territórios subjetivos e suas práticas discursivas. Isso se dá por meio da recategorização de formações discursivas que não conseguem permanecer as mesmas, pois são elas que determinam o que pode e o que não pode ser dito (FOUCAULT, 1996) dentro das relações educativas atuais.

Há, portanto, a necessidade de estratégias outras de disciplinamento e governamentalidade, tendo em vista que o alastramento do coronavírus (COVID-19) é uma situação adversa que exigiu investimento em dispositivos de segurança, estratégias outras de controle e regulação da vida das populações que, conforme Foucault (2008, p. 10), passa a operar toda uma “série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnósticos do que eles [sujeitos] são, de classificação de sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc”. Agora, as inúmeras posições sujeito de inscrição da formação discursiva pedagógica são avaliadas pelo crivo de pertencer ou não ao quadro de risco de contaminação e propagação do vírus. Formações discursivas disciplinares da saúde, do capitalismo, das tecnologias de informação, as socioculturais, se imbricam e se antagonizam frente ao novo quadro social acometido pela pandemia, em uma (in) definição do que pode ou não pode ser dito ou estabelecido para vigilância e proteção da vida coletiva, (n)essa biopolítica.

A representação/subjetivação do sujeito docente se estabelece como “cansada”, “estressada”, “sobrecarregada”, frente às diversas (novas) “exigências” da prática educacional que sofre com as (in)certezas promovidas/provocadas pela constante alteração discursiva do processo educacional. Essa situação faz o enunciador ver a educação como um desafio inimaginável daqui em diante, em decorrência das movências institucionais e processos de tomada de decisão cada vez mais instáveis. No mundo todo, observa-se uma desregulação na maquinaria governamental, na (con) fusão de relações de saber-poder que instituem a governamentalidade; tem-se, neste momento, a instauração do caos sanitário, cujo avanço pede uma biopolítica atravessada por (não) fazeres, por (in)disciplinas, por (a)normalidades novas e incertas estabelecidas de uma hora para a outra. Interpretamos que há um imperativo estatal que tenta normalizar o que nunca esteve normal (a educação de qualidade para todos), via normatizações e decretos.

Por mais que se insista no modelo moderno de educação, o que se observa é a necessidade da reinvenção de si, sobretudo, frente às relações de forças microcapilarizadas no cenário contemporâneo, em que saberes se (re)atualizam, deslocam, se rompem, de modo que o exercício do poder também se (trans)figura e se pulveriza em práticas outras (FOUCAULT, 1997c).

No formulário respondido pelo participante 2 (P2), referente à questão 8: “Como é ser professor diante da pandemia do COVID-19? Como você organiza sua carga horária de trabalho?”, o sujeito enunciador elege a seguinte sequência lexical:

Formulário 2

P2 - R3: O professor deve ser youtuber, carismático, prender a atenção dos alunos durante as “videoaulas” coisa que qualquer um pode fazer, as aulas devem ser dinâmicas sem ser estressantes, pois as crianças precisam ser crianças.

Em R3, o sujeito-enunciador P2, (des)vela um conflito subjetivo que lhe acomete na condição de ser professor (CORACINI, 2007). Sente que uma das “exigências a serem cumpridas”, como exortou

P1 em R1, é reinventar-se um professor *youtuber*, carismático, aquele que prende a atenção dos alunos com aulas dinâmicas que não causem estresse, frente ao novo recurso pedagógico: “videoaulas”. P2 se vê desterritorializado, simbolicamente, no terreno educacional e nas ferramentas pedagógicas que não lhe oportunizaram uma formação antecipada e/ou uma diretriz que lhe confira segurança para sua realização docente.

Seu conflito identitário/identificatório põe em xeque sua experiência docente, sua prática discursivo-pedagógica, sob uma (re)avaliação de sua ação e posição sujeito professor que parece depreciar suas tentativas educacionais escolares, agora em casa, no atendimento virtual remoto. P2 se sente julgado pelo olhar do outro e se representa de modo depreciativo, sem carisma, sem a devida atenção dos discentes, estressado no uso de dinâmicas didáticas que não são alcançadas no ambiente digital. Teme por desconfigurar a posição da criança em ser criança, pois vê a si desconfigurado da posição de ser professor.

P2 deixa emergir de seu dito que a sua identidade docente agora compete com outras posições sujeito que não possuem a mesma formação acadêmica que a sua, *youtuber*, nem a mesma experiência didática. Uma comparação eterna que se constitui do olhar do *Outro* que faz emergir interdiscursos (CORACINI, 2007) que denotam a desvalorização do professor, no cenário escolar, e que agora se evidencia de forma ainda mais pungente.

Ministrar aulas foi categorizado, por P2, como “coisa” e sua profissão relegada à representação de “qualquer um”, uma vez que sua prática pode ser exercida a esmo: “coisa que qualquer um pode fazer”. No fio discursivo pode-se inferir que P2 tem marcas de exclusão, marginalização, subalternização provocadas e reverberadas no discurso político-social, e parece resgatar interdiscursos que, há pouquíssimo tempo, emergiam e se (re)atualizavam na memória discursiva, em que indivíduos de um “notório saber”, não licenciados, poderiam ministrar aulas em determinados conteúdos, sobretudo, aqueles (des)valorizados da/na esfera política partidária/parlamentar, configurando como irrelevante a compreensão da trajetória

acadêmica e profissional para a prática da docência. Isso entrelaça-se aos ditames políticos discursivizados nas mídias sociais, onde representantes governamentais invalidaram e invalidam os saberes científico-acadêmicos de profissionais especializados acerca do quadro pandêmico e seus impactos sociais, econômicos e culturais.

Tal perspectiva de inferioridade, incerteza, desvalorização, pode ser observada na resposta à questão 6 do formulário elaborado, que pergunta: “Como você observa a relação professor x gestão/sistema educacional em que está inserido?” em que P2 (in)confessa (ECKERT-HOFF, 2008) a desatenção das instituições governamentais e escolares frente à instabilidade subjetiva provocada pela reconfiguração do cenário educacional mundial e brasileiro:

P2 - R4: Nesse período de pandemia vimos nosso número de celular pessoal se transformar em ferramenta pedagógica, aguentando pais sem noção às 22 horas da noite e alunos sem responsabilidade pedindo novo envio de material. Vivemos num momento em que o aluno tem sempre razão, mesmo que ele nem saiba o que significa isso. As competências emocionais das crianças são evidenciadas e estudadas e as nossas nesse momento nem sequer existem.

Interpretamos, pela sequência enunciativa, que há um desrespeito à vida privada do docente, o universo particular e o público, aqui entendido como a posição sujeito “servidor”, se (con)fundem, observa-se uma violência (subjetiva, velada) com vestes de orientação para o trabalho. A fronteira entre público e privado se faz ilusória, é um borrão, bem como as relações hierárquicas de saber-poder.

Observa-se o atravessamento do público para o privado, na esfera socioeducacional escolar, onde há um “alargamento do privado” (ARENDR, 2014), de modo que o público se redimensiona e engole a condição humana do professor, que por estar envolto ao imaginário de “missionário do saber”, é visto como aquele que deve estar sempre à disposição dos que precisam aprender ou dar orientações de gestão do trabalho, muito além da sua carga horária delineada pelo edital que prescreve suas incumbências pedagógicas, seu expediente, suas ferramentas de trabalho conferidas pela instituição.

Há uma promoção de relações de poder invasivas, frente à suposta prática do saber e do fazer docente, na pandemia. O espaço público escolar se torna o novo privado e invade as casas, as famílias de alunos e de professores, desconfigurando a vida privada para tornar tudo público, principalmente, ao que corresponde às ferramentas de uso pessoal do professor (seu celular, sinal de internet, seu computador, sua energia elétrica), mas que continuam privadas no momento deste sujeito honrar seus gastos mensais.

P2 (d)enuncia que a gestão escolar corrobora a desvalorização de sua trajetória profissional e acadêmica por permitir e, muitas vezes, cobrar que os docentes extrapolem sua carga horária contratual e/ou de concurso para atender a alunos e seus familiares, nos mais diversos momentos, vilipendiando a mínima qualidade de vida do docente e fazendo-o utilizar-se de seus recursos próprios (telefone, número pessoal, dados de internet, computadores, luz elétrica) para trabalhar e estar à disposição.

Esta nova configuração hierárquica de poder defendida pelo senso comum e pelas práticas institucionais, em benefício da população, já era posta em prática de forma velada nas aulas presenciais, mas escancara-se face às alterações advindas do período pandêmico, de modo que a posição sujeito professor é alocada, em caráter de servidão e exploração, para solucionar as questões pedagógicas do Estado e salvaguardar o lugar e o discurso do aluno e seus familiares, como “aqueles que precisam ser atendidos”.

Diante disso, o professor é representado como aquele que serve, aquele que abnega sua vida para resolver os problemas da educação, dos quais ele não tem plena intervenção, pois é, estrategicamente, agenciado ao processo de “cumpra-se”, sem voz, silenciado pelo sistema. Agora, escancaradamente, sem vida privada. Um corpo que produz, invisível na sua condição humana, mas visível como matrícula geradora de estatísticas a partir da produtividade de outras matrículas que são de interesse do Estado.

Como regularidade enunciativa da/na subjetividade dos professores em face de sua relação com os alunos, da gestão escolar e do trabalho remoto devido ao cenário pandêmico, P3 (d)enuncia os embates

observados e os conflitos gerados frente aos (novos) dispositivos pedagógicos institucionalizados, sem um preparo ou formação precedente que oportunize a todos a acessibilidade necessária para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. Diante da questão 9 do formulário de pesquisa, a saber: “Se você pudesse sugerir algo novo, diferente, para lidar com o processo educacional nesse momento de pandemia o que você teria feito? Quais medidas adotaria? Quais suportes utilizaria? Como procederia diante desta conjuntura de modo a torná-la mais confortável?”, P3 se posiciona da seguinte forma:

Formulário 6:

P3 - R5: Eu sugeriria o cancelamento do calendário. Nossos alunos merecem uma educação de qualidade presencial. Infelizmente não podem ser cobaias nas tentativas de uma educação a distância sem preparação e sem condições.

Observamos que o sujeito-enunciador P3 parece estar farto das atividades educacionais por não se valer das indagações e/ou motivações contidas na questão 9 para pensar alguma saída, diante da circunstância, optando pelo cancelamento do calendário escolar na esperança de que o segundo semestre não aconteça diante do caos intensificado pelo alastre da COVID-19. P3, em R5, não almeja (re) inventar-se, buscar por diferentes e novas medidas, suportes e ou mecanismos que o auxiliem na realização de seu trabalho pedagógico; seu nível de esgotamento para tanto é enorme. Então, converte a sua resposta para uma sugestão enunciada no futuro do pretérito do modo indicativo do verbo sugerir, “sugeriria”, denotando a incerteza, insegurança, surpresa e indignação de uma ação imposta que não depende dele e, por isso, é um futuro almejado, mas que já está no passado, por entender que sua voz não será ouvida. Portanto, ao valer-se do verbo “sugerir”, cuja significação é “propor, mencionar algo que possa ser feito” (SUGERIR, 2009, p. 755), P3 busca dizer o que, ao seu ver, é o mais pertinente; contudo, o faz por meio da inscrição do uso verbal no futuro do pretérito de modo a atestar uma proposição sem força de efetivação: ela não passa de possibilidade remota, dado o silenciamento de sua voz, de seus saberes, de sua posição sujeito professor.

No fio discursivo do dizer, infere-se que a opinião do profissional da educação, em face da conjuntura pandêmica, não é levada em conta; a ele cabe cumprir o indicado pelos decretos estatais. Como elucidado anteriormente, a inconstância nas informações sobre o fazer pedagógico publicadas e republicadas em decretos e mais decretos enaltece o sentimento de desconforto/incerteza sentido por P3, impossibilitando-o de identificar medidas outras de proporcionar aos alunos a educação de qualidade que sempre foi negligenciada na faceta presencial, mas que para ele ainda era melhor que esta oferecida neste período de crise sanitária.

O emprego do advérbio de modo “infelizmente” posiciona P3 diante da circunstância vivida, destaca sua insatisfação diante da sua prática pedagógica, do ensino que chega aos alunos, da posição de experimentação que se tornou a educação desde que fomos acometidos pela pandemia. Ao utilizar-se desse “qualificador de estado e ação” (NEVES, 2011, p. 236), enquanto “modalizador afetivo subjetivo” (NEVES, 2011, p. 253), P3 delinea a condição de “cobaias” relegada tanto aos alunos quanto a ele, como professor, tendo em vista que o processo de “tentativas de uma educação a distância sem preparação e sem condições”, em suas palavras, fere a representação que ele tem sobre o que é educação.

No desespero de que se encontre uma cura/vacina para as enfermidades provocadas pelo vírus, na tentativa de que a “normalidade” se restabeleça e o(s) poder(es) detenha(m) maior controle sobre os corpos, sobre a vida, a produção, bem como sobre os que fomentam e sustentam a hegemonia, medidas irrefletidas são igualmente projetadas no fazer educacional escolar, de modo a testar tudo e qualquer coisa que possa fazer/dar sentido à oferta do ensino. Em R5, P3 (d)enuncia a conjuntura de despreparo e exigências que transformam a educação, neste período, em uma espécie de laboratório pedagógico que usa a sua vida e a vida do outro para testes, colocando em risco a qualidade da formação e o futuro dos sujeitos alunos e deslegitimando a trajetória acadêmico-profissional do docente, com vistas ao acesso à educação que não pode parar de ser fornecido, uma vez que trata-se de direito constitucional.

P3 questiona a qualidade desta oferta e a que preço ela tem sido levada a cabo, por isso salienta que não deveria ser efetivada do modo com que está se estabelecendo, para que, em um futuro próximo, possa ser feita de modo mais efetivo. Educação presencial e educação a distância se antagonizam para P3, não apenas por serem modalidades distintas, mas pela falta de “calor humano” que a presença confere, bem como a falta de recurso que há na rede estadual para levar adiante uma modalidade de ensino que até então não era praticada.

A dinâmica de ter todos reunidos num mesmo ambiente físico, poder olhar nos olhos, fazer a leitura dos gestos de compreensão de cada aluno, foi substituída pela frieza das máquinas e enaltecida pela distância. Pois, hoje, há o temor de uma enfermidade que ceifa vidas, indiscriminadamente, e o estabelecimento de uma crise moral e política que afeta a educação. Toda maquinaria hierárquica acima incide na relação professor e aluno e os vilipendia em sua identidade, subjetividade, alteridade, na construção própria das posições sujeitos em sua essência. Neste entremeio, o professor se vê (des)identificado com a profissão que alegou amar por não conseguir ver resultados em seu desempenho educacional escolar e não conseguir enxergar aprendizagem de seus alunos, tal qual observada na modalidade presencial.

Essa nova ordem disciplinar dos procedimentos escolares está microcapilarizada às redes jurídico-administrativas do Estado e se estabelece para que a soberania possa manter-se como uma ordem majoritária frente ao caos sanitário. Conforme Foucault (1997a), o Estado distribui sua rede de poderes para agir sobre a sociedade, sob a forma difusa de ações para estabelecer uma forma de mando diluída que atenda às questões do capital. Isso faz com que as ações estatais agenciem condutas e lidem com vidas como lidam com números.

Deste modo, há a emergência de resistências frente aos silenciamentos que vão se estabelecendo numa conjuntura assimétrica, causadora de violência psicológica e esgotamento, em face da ideia de que cabe ao servidor ser aquele que se desdobra para atender às demandas a ele impostas. Essa maquinaria social se estabelece nas práticas de gestão, na forma de planejar e nos ordenamentos jurídicos e desemboca no desempenho docente, de modo a gerar um nível de exaustão

que o adoece e tira a esperança de continuar, esmorece a gana e o amor que fez do sujeito um ser docente, um ser que se capacitou, profissionalmente, para contribuir com a construção socioeducacional.

Diante disso, pode-se dizer que, ao mesmo tempo, essa rede de poderes se instaura a partir da maquinaria estatal, exclui, reprime, recalca e censura, mas também produz domínios de objetos e rituais de verdade colocados em prática para apaziguar circunstâncias de caos. É no limiar da mutilação e do aprimoramento que o Estado coloca o poder para agir a fim de disciplinar os corpos, tanto dos servidores quanto das populações atendidas, com vistas a torná-los os sujeitos dóceis politicamente, um tipo de “cidadão” necessário à sociedade (FOUCAULT, 1997c, p. 20). Dessa e nessa docilização do ser, via fabricação do sujeito, P3, responde à questão 10, “O que você imagina ser a educação daqui em diante?”, sob uma espécie de (con)formação e no assujeitamento ao poder hegemônico que impera o fazer educacional, mas não o faz sem um gesto de resistência. Vejamos:

P3 - R6: Imagino se continuar dessa forma remota, uma **(des) educação**. Um **retrocesso** na qualidade de ensino.

Educação: “1. ato ou processo de educar(-se); 2. aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano; pedagogia, didática, ensino”, ou ainda, “3. o conjunto desses métodos; pedagogia, instrução, ensino; 4. desenvolvimento metódico de uma faculdade, de um sentido; 5. conhecimento e observação dos costumes da vida social; civilidade, delicadeza, polidez, cortesia” (EDUCAÇÃO, 2009, p. 334). Da/na polifonia e polissemia convencionadas à representação de educação, vemos, no dizer de P3, a possível (des)ilusão do processo educacional escolar que, no modelo remoto, caminha a duras penas, sem apoio, preparo e condições para a qualidade mínima esperada.

Devido ao isolamento social e ao distanciamento, a “aplicação dos métodos próprios” para o que P3 acredita ser favorável ao “desenvolvimento intelectual e moral de um ser humano” não se enquadra na “forma remota”, mas, sobremaneira, desvela o “retrocesso”. Desvela, porque o sujeito-enunciador, via os não

ditos no fio discursivo, deixa escapar a denegação como efeito de sentido, no que tange à qualidade da educação. Ao se valer do léxico “retrocesso”, após sua locução nominal “(des)educação”, P3 nega e denega a qualidade do ensino, põe em xeque o fazer institucional que dita sobre o pedagógico e busca questionar se o “ato ou processo de educar(-se)”, e ainda, se o “conhecimento e observação dos costumes da vida social; civilidade, delicadeza, polidez, cortesia”, estariam passando por deslocamentos e rupturas, sob uma deseducação.

Segundo o Dicionário Miniaurélio, deseducar significa “educar mal; estragar a educação; dar mau exemplo a; educar de forma deficiente” (DESEDUCAR, 2009, p. 301). Assim, em R6, o sujeito enunciador resiste ao poder hegemônico que intervém com ditames jurídico-administrativos, ditos mantenedores da qualidade da educação. Este fazer mercantiliza a educação, sob a insígnia de produto, de números de alunos, orçamentos, fomentos financeiros e relega à condição subjetiva, identitária e de acesso a dispositivos das novas plataformas de ensino uma condição de marginalização. Essa situação subalterniza o ensino e faz com que professores e alunos pertençam à borda da escória social, sejam um subproduto ignóbil, abjeto da engrenagem capilar do poder que se quer hierárquico e mobilizador de resultados.

Para P3, em R6, o fazer educacional despreparado, sem condições, promove uma ambivalência, a (des)educação, desconstruindo valores fulcrais resultantes de elucubrações de anos e anos para que se instaurasse um ensino de qualidade, com um calendário escolar de acolhimento a todo o alunado, em igualdade de condições de acesso e promoção da educação, pautada no respeito mútuo e na pluralidade de cada sujeito incluso nesse processo. Conforme o exposto, deseduca-se tudo aquilo que fora pensado para um currículo pedagógico dinâmico e assertivo. Deseduca-se ao se valer de um processo de aprendizagem em que os aportes didáticos conflitam.

Deseduca-se quando o Estado tem por intuito deslegitimar o professor e sua trajetória profissional, ao não ouvir suas reflexões acerca das inseguranças instaladas do/no cenário pandêmico. Além de silenciar os docentes, por força de decretos e mais decretos,

abarrotando-os de diretrizes que mandam e desmandam. Assim, o sujeito professor não tem a possibilidade de buscar formas outras de suportes didático-pedagógicos que lhes façam sentir seguros e transmitam, compartilhem essa mesma segurança a seus alunos.

Por fim, deseduca-se quando as relações de poder só produzem mais sofrimentos e angústias aos sujeitos sobre os quais incidem, uma vez que a gestão estatal e escolar vilipendia a representação docente, amparada na ideia de proteção da vida, sob uma visão unilateral de manter matrículas e com elas os dados financeiros da/para a escola. Essa situação delinea uma pseudoempatia que escamoteira a exaustão do professor que mais parece um animal de carga, ou melhor, de “sobrecarga”, atesta P1 em R1, a ensinar a “bonecos de teste”, “cobaias”, a fim de sustentar falácias institucionais vinculadas a interesses político-econômicos.

Considerações finais

O quadro pandêmico de alastre do COVID-19, no cenário mundial, surpreendeu a todos os segmentos sociais, políticos e econômicos, desvelando relações de poder frente a formas de saber na tentativa de controle sanitário e de segurança. Formas distintas de governmentação são colocadas em prática, disciplinamentos vários (re)configuram os traços identificatórios de sujeitos e instituições e a necessidade de (re)invenção do “normal” urge.

Pensamos que a Pandemia não provoca a crise que se instala no mundo todo, mas provoca a exacerbação dos impasses biopolíticos, via biopoderes, que sempre estiveram presentes e que mantiveram a crise escamoteada dentro do construto social. Visto que sua regulação sempre funcionou para o fomento dos espaços sociais e das posições sujeitos (con)formadoras da maquina estatal, os aparelhos ideológicos do Estado e a objetificação/subjetivação dos indivíduos em corpos dóceis, estabelecem disciplinamentos que agenciam a condição humana e a convivência das pessoas dentro de uma conjuntura.

Desse modo, pode-se dizer que a crise na saúde, a crise política, a crise econômica, a crise educacional sempre existiram, mas agora tais crises sofrem de um desvelamento intenso, (in)controlável que traz à tona os furos, os equívocos constitutivos da ação humana ao gerenciar as instituições. O poder que se quer hierárquico perdeu seu controle hegemônico para um vírus (in)visível, e, então, busca formas outras de se manter perante a resistência da população que segue alienada, ainda sob o crivo da dominação e regulação do (sobre) viver. Diante disso, ocorre a produção de subjetividades submissas, subalternas, superexploradas e marginalizadas presentificadas na escola, no/do processo educacional, frutos do processo educacional estabelecido de forma assimétrica e disciplinadora, não apenas para o aluno, mas também sobre a figura do sujeito professor.

Quando a política e a democracia não se efetivam entre os sujeitos, na chance palpável de os indivíduos agirem entre iguais, com equidade, nas diferenças próprias de toda alteridade, as possibilidades de agir, falar, ouvir e ser ouvido, expressar a própria singularidade diante da pluralidade constitutiva são abafadas, silenciadas pela esfera do fazer/produzir. Pois há mecanismos de domínio que prevalecem nas relações humanas, de modo que essa configuração sistêmica da maquinaria estatal acaba por transformar a educação em apenas um produto, um amálgama de dados estatísticos gerados por matrículas de alunos, de professores, de servidores da educação, de modo geral, via prerrogativa econômica entretecida a questões políticas.

Professores, como os sujeitos enunciadore dos recortes elencados, são fruto/produto de uma modernidade em que as outras dimensões da existência humana (estética, emocional, fisiológica, valorização do tempo livre, entre outras) são todas diminuídas para o predomínio mercadológico de atendimento de uma “pseudoeducação”, que deve ser oferecida em qualquer tempo e a qualquer custo. Isso ocorre de modo a sustentar modelos educativos coloniais, (re) atualizados no sistema político vigente, via repetição de normativas educacionais que buscam instituir o novo “normal”, pelo crivo de uma homogeneização forçada que nunca funcionou antes e não funciona agora nesse quadro pandêmico.

Se estamos frente a um cenário que provoca rupturas, deslocamentos, novas formas de relações de saber-poder, questionamos: por que não ouvir o professor que está diretamente ligado ao processo educacional e sente, na pele, as marcas de exclusão de sua identificação/subjetividade? Por que não ouvir aquele que vê no alunado as mesmas formas de segregação do saber dadas pelo sistema educacional? Por que não reorganizar o construto social de modo a fazer emergir a valorização cultural e acadêmica dos profissionais por meio do respeito ao seu papel como educador?

Essa escuta promoveria uma ressignificação tanto na formação discursiva educacional quanto na familiar, pois desconstruiria a conclusão ilusória de que a educação, em grande medida, deve ficar a cargo da/na escola, inclusive no que tange às relações socioemocionais. A ideia de que o ensino-aprendizagem se inicia e se concretiza em casa e nas relações sociointeracionais que o estudante estabelece para além da escola se faz urgente. Pois é preciso que se compreenda que a escola é (co)operadora, colaboradora da formação de um sujeito e não a única responsável por ele. Esta condição de abrangência, cada vez mais alargada, sem estruturação do sistema para que as ações se estabeleçam, tem gerado inúmeros problemas. Assim, afirmamos que o ato de educar não é papel apenas de uma instituição, mas é um caleidoscópio de entes e atitudes que contribuem para construção de identidades no seio de uma cultura.

Temos uma crise sanitária que descortinou a crise moral, social e epistemológica do fazer educacional, a microcapilaridade das relações entre o saber e o poder, de modo que não cabe mais a manutenção de um cânone estruturalista de docência, de perfil didático pedagógico, tendo em vista que nada será como antes, ou “pseudoantes”. Agora, é possível enxergar, de forma desnuda, a (im) possibilidade de manter as verdades fossilizadas escamoteadoras da condição do e sobre o processo educacional escolar e, ainda, refletir sobre a condição do sujeito professor, no entremeio da história.

Com isso buscamos entender por que algumas práticas foram se estabelecendo, para construir as representações que circulam na sociedade a respeito do professor e de seu trabalho, além de incentivar

outros pesquisadores a se juntarem ao escopo de inquietações que levantamos para contribuir com outras maneiras de se avaliar e agir sobre a problemática apontada.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CASTRO-GÓMES, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 169-186.

CORACINI, Maria J. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

DESAFIADOR. *In*: FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2009. p. 295.

DESE EDUCAR. *In*: FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2009. p. 301.

ECKERT-HOFF, Beatriz N. **Escritura de si e identidade**: o sujeito professor em ação. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

EDUCAÇÃO. *In*: FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2009. p. 344.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da Biopolítica 1979-1981. *In*: FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução: Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a. p. 88-97.

FOUCAULT, Michel. Método. *In*: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 1997b. p. 100-112.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997c.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. (Trabalho original publicado em 1969).

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução: Solange Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOREIRA, Icléia C. **O processo de subjetivação do indígena em material didático subsidiado pelas (novas) tecnologias**. Araraquara: Letraria, 2020.

MUSSATO, Michelle S. **O que é ser índio sendo surdo?** Um olhar transdisciplinar. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2017.

NEVES, Maria H. de M. **Gramática de usos do Português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS. Normativas para combate a COVID-19. **Conselho Estadual de Educação (MS)**, 2020. Disponível em: <https://www.cee.ms.gov.br/rol-de-acoes-covid-19/>. Acesso em: 1 ago. 2020.

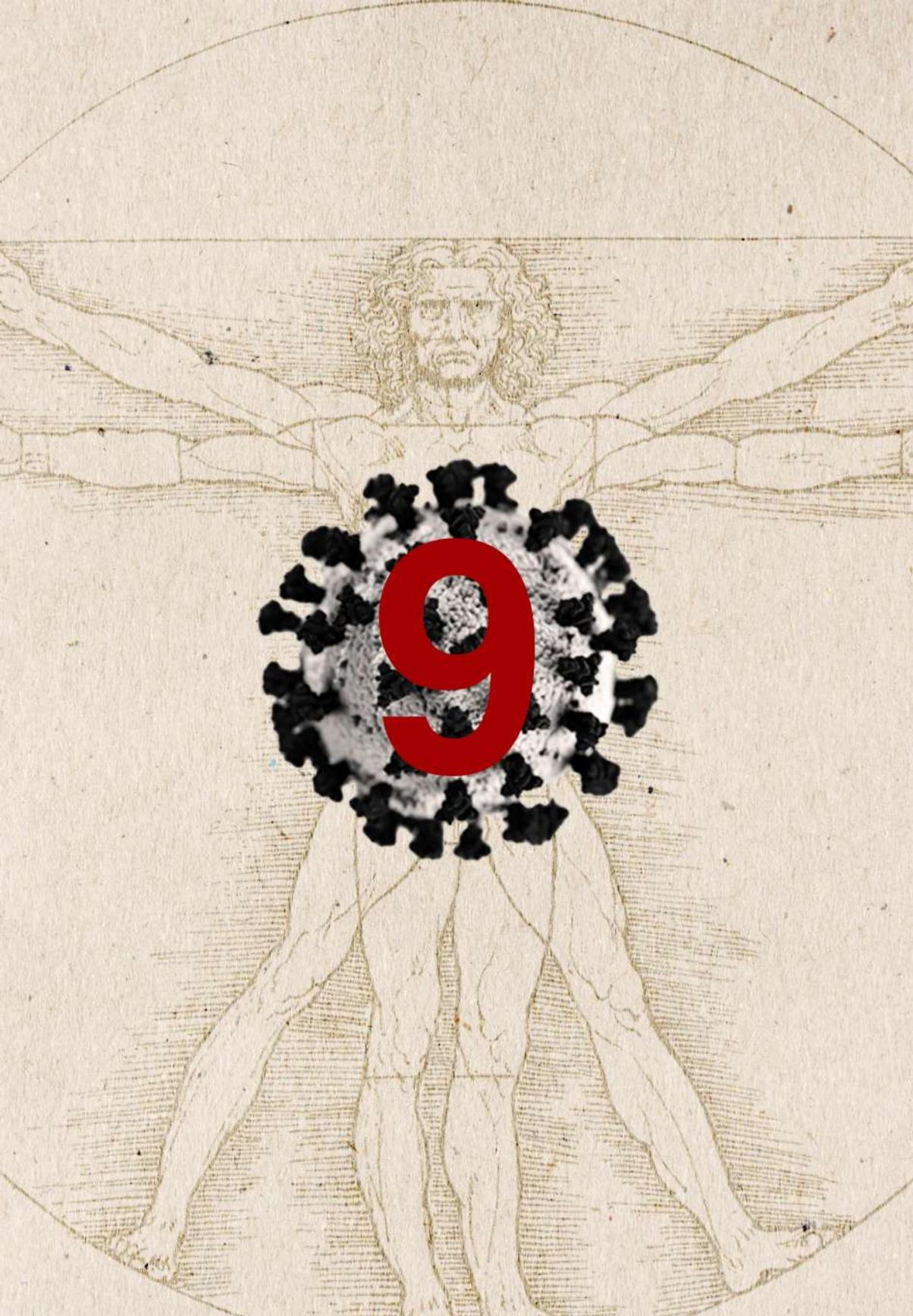
PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar? *In*: **LINGÜÍSTICA: questões e controvérsias**. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 9-26. (Série Estudos, n. 10).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, 2007.

SOBRECARRREGADO. *In*: FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2009. p. 744.

SUGERIR. *In*: FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2009. p. 755.



A pandemia das sombras: discurso, corpo e violência doméstica a partir do enunciado **#fiqueemcasa**

Denise Gabriel Witzel¹

Célia Bassuma Fernandes²

Conhecia também uma violência praticada de forma quase invisível, que é o preconceito contra as mulheres, desrespeito que abre caminho para atos mais severos e graves contra nós. Apesar de nossas conquistas, mesmo não tendo as melhores oportunidades, ainda costumam dizer que somos inferiores, e isso continua a transparecer em comentários públicos, piadas, letras de músicas, filmes ou peças de publicidade. Dizem que somos más motoristas, que gostamos de ser agredidas, que devemos nos restringir à cozinha, à cama ou **às sombras** (MARIA DA PENHA *apud* IMP, 2018, p. 1, grifos nossos).

Um vírus – SARS-CoV-2 – é descoberto em Wuhan, na China, em dezembro de 2019 e, muito rapidamente, o mundo se vê em meio a uma pandemia que, desde o início, provocou medo, quebrou expectativas e economias, confinou os corpos. Ficar em casa foi a determinação da Organização Mundial da Saúde (OMS) como estratégia para proteger vidas e conter a disseminação do novo coronavírus.

Os dados/imagens disponibilizados no site da *Johns Hopkins University*, capturados em 2 de setembro 2020, evidenciam a gravidade desse vírus, notadamente pelo número de pessoas contaminadas (25.816.820) e de mortes (858.381).

¹ Professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, PR. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP-FCLAr, com estágio doutoral na *Université Louis Lumière*, Lyon II, França. E-mail: denise@unicentro.br.

² Professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, PR. Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com estágio pós-doutoral pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: bacelfer@hotmail.com.

FIGURA 1 – PANORAMA MUNDIAL DE CONTAMINADOS E MORTOS PELO NOVO CORONAVÍRUS



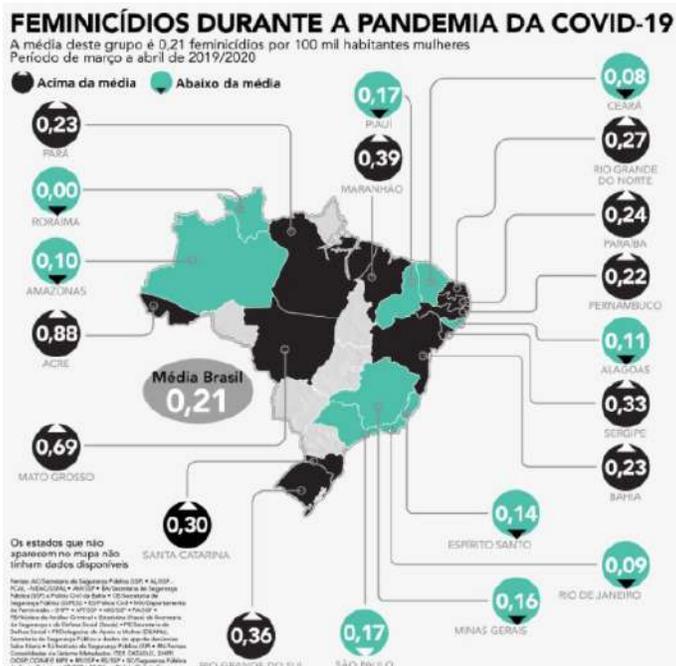
FONTE: CSSE (2020)

Sob essa imagem que dá visibilidade à infecção global sem precedentes do novo coronavírus, há um outro perigo mortal associado a uma pandemia crescente nas sombras, na invisibilidade dos lares: a da violência doméstica. De acordo com a diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka (2020), em artigo publicado em 7 de abril de 2020 no site ONU Mulheres, à medida que os índices alarmantes de contaminação eram divulgados pelos países, também cresciam os registros de violência doméstica, demandando mais linhas de ajuda e abrigos para as vítimas. O confinamento tem sido dramático para muitas mulheres porque a casa, como discutiremos, revela-se um epicentro do fenômeno de violência contra as mulheres.

Sobre esse tipo de violência no Brasil, o Atlas da Violência 2019, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostra que entre 2007 e 2017, 39,2% dos feminicídios foram cometidos dentro das casas das vítimas (VICENTIN, 2020), o que torna esse espaço privado um lugar perigoso para a mulher. Nele, a ausência dos olhares vigilantes da rua sobre os corpos confinados das mulheres as torna mais vulneráveis, já que elas estão sempre escondidas nas teias e sombras das casas.

Também um levantamento feito pelas mídias independentes Amazônia Real (sediada no Amazonas), Agência Eco Nordeste (no Ceará), #Colabora (no Rio de Janeiro), Portal Catarinas (em Santa Catarina) e Ponte Jornalismo, em São Paulo, constatou que houve um aumento de 5% nos casos de feminicídio durante os meses de março e abril desse ano, em relação a igual período de 2019 e que somente nesses dois meses, 195 mulheres foram assassinadas. Foi constatado, também, que entre os 20 estados brasileiros que lideraram dados das secretarias de segurança pública, nove registraram aumento de 54%, outros nove tiveram queda de 34%, e dois mantiveram o mesmo índice (UM VÍRUS..., 2020). Esse levantamento faz parte do monitoramento quadrimestral feito pelo consórcio de mídias independentes e compõe uma série de reportagens intituladas “Um vírus e duas guerras”, as quais serão publicadas ao longo de 2020.

FIGURA 2 – INFOGRÁFICO QUE MOSTRA A PORCENTAGEM DE FEMINICÍDIOS NOS ESTADOS BRASILEIROS NOS MESES DE MARÇO E ABRIL DE 2020



Segundo a Ponte Jornalismo, “organização sem fins lucrativos criada para defender os direitos humanos por meio do jornalismo, com o objetivo de ampliar as vozes marginalizadas pelas opressões de classe, raça e gênero”, de modo a “promover a aproximação entre diferentes atores das áreas de segurança pública e justiça, colaborando na sobrevivência da democracia brasileira” (QUEM..., 2020), há, na nossa sociedade, em curso, “um vírus e duas guerras” (UM VÍRUS..., 2020).

A organização alerta, também, para o fato de que especialistas chamam a atenção para a subnotificação dos casos neste período em que as vítimas encontram dificuldades para acessar os canais de denúncia e até mesmo para chegar fisicamente até eles, por conta do isolamento social.

A partir desse cenário em que crescem as práticas machistas, misóginas que, no seu limite, provocam a violência física e/ou simbólica de mulheres, culminando muitas vezes em feminicídio, como aponta a Figura 2, daremos relevo aos modos de funcionamento do poder que (re)produz práticas de violência doméstica, atentando para o efeitos de sentido do enunciado *#fiqueemcasa*, reverberado e viralizado na mídia, em diferentes línguas, que convocava os sujeitos a se protegerem do novo coronavírus e a protegerem os outros.

Dentre as inúmeras possibilidades para examinarmos o funcionamento do imperativo *#fiqueemcasa* – que congrega diferentes regimes de funcionamento de ordem política, social, histórica, midiática e tecnológica – selecionamos dois trajetos teórico-analíticos. O primeiro se orienta pelos pressupostos arquegenealógicos de Michel Foucault, notadamente com relação ao confinamento dos corpos que responde às estratégias biopolíticas da atualidade, ou seja, nos guiaremos pela ideia foucaultiana de que o biopoder é o que pode se infligir tanto a um corpo que se pretende disciplinar como a uma população que se pretende regulamentar. Nessa direção, daremos relevo ao corpo subjugado e arruinado da mulher – que deve, desde a noite dos tempos, ficar em casa. Um corpo aqui compreendido como matéria significante, (re)produtor de sentidos, imerso na história e fabricado discursivamente.

O segundo trajeto, entrelaçado ao primeiro, vale-se dos pressupostos de Michel Pêcheux e seus seguidores, focalizando o funcionamento discursivo da *hashtag* #fiqueemcasa. Destacaremos o encontro do histórico com o linguístico em uma materialidade hipertextual que aproxima a memória discursiva e a memória da máquina, ou seja, a linguagem artificial e a natural se imbricam na produção de sentidos, em especial, no espaço digital.

O surgimento de uma *hashtag* nos *trending topics* mundiais do Twitter seguramente contribui para o fortalecimento do poder regulador (biopolítica) que visa garantir a vida da população, ao tempo em que também contribui, paradoxalmente, para o aumento do número de mulheres vítimas da violência doméstica, por estarem isoladas dentro de casa, convivendo com o agressor.

Poder, corpo e violência doméstica

Partimos do princípio de que a violência doméstica – tanto física quanto psicológica – é consequência de uma construção histórica (e, por isso, pode ser desconstruída), mediante práticas discursivas que instalaram a mulher, mais precisamente seu corpo, no cerne das relações de poder patriarcal, impondo-lhe lugares, gestos, comportamentos, desejos, trabalhos, limites, etc. Para pensarmos na relação incontornável entre poder, corpo e violência doméstica, orientamo-nos pela visão foucaultiana do poder, mais precisamente pela ideia de que o corpo da mulher foi historicamente produzido por diferentes dispositivos³ de poder que o subjugaram e o prenderam em casa, no espaço privado.

Em seus diferentes modos de analisar os discursos, sempre focalizando a objetivação/subjetivação do sujeito, por meio de jogos de verdade, o filósofo francês Michel Foucault se dedicou, em

³ Dispositivo é um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

muitos momentos, a analisar o funcionamento do poder, sobretudo, em suas obras desenvolvidas nos anos de 1970, como *Vigiar e Punir* (1975) e *A História da Sexualidade: A Vontade de saber* (1976, v. 1), além de seus cursos no *Collège de France*, entre 1974 e 1979.

Foucault dá visibilidade às diferentes formas de exercício do poder, partindo do princípio de que o poder é onipresente, “está em toda parte” (FOUCAULT, 1988, p. 102), circula em todas as instâncias, recobre as instituições e os indivíduos, reproduz-se a cada instante, atinge todos nós e cada um de nós nos diferentes domínios da vida humana. Com efeito, o poder está microfisicamente pulverizado na sociedade, atuando em pequenos enfrentamentos, nas microlutas diárias e seus efeitos atingem a realidade mais concreta dos indivíduos – o corpo.

Disso se conclui que ninguém detém o poder, tampouco seu funcionamento se resume às práticas de repressão ou a contratos jurídicos e políticos. O poder, ao ser exercido em rede/cadeia, produz efeitos de saber e verdade, ambos disseminados discursivamente. Para analisá-lo, é necessário:

captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento (FOUCAULT, 1979, p. 182).

No desenvolvimento dessas reflexões sobre o funcionamento do poder exercido, em seu limite, de modo violento, interessa-nos a biopolítica que, em nossos dias, confinou os corpos nas casas.

Para tratar da biopolítica, Foucault (1988) retoma o antigo poder soberano de um monarca e mostra como ele fora transformado em duas formas modernas de poder: o poder disciplinar e o biopoder. Uma mudança importante que substituiu o direito de morte por um poder sobre a vida, ou seja, o direito da soberania regido pelo *fazer morrer ou deixar viver* passa a um direito de *fazer viver e de deixar morrer*. Se antes um monarca possuía o direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, por fim, da vida de seus súditos, esse

direito passou a ser recoberto pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida, mediante uma série de procedimentos que visavam obter a sujeição dos indivíduos e o controle das populações.

Essa transformação é mais nitidamente percebida a partir do século XVIII, época em que a efervescência do capitalismo industrial mirava na gestão produtiva da vida, gerando mecanismos, técnicas e tecnologias do poder disciplinar, essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Dito de outro modo, o poder disciplinar centra-se no corpo “como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 151). Proliferaram, assim, mecanismos que asseguravam a distribuição espacial dos indivíduos, sua organização por meio das instituições disciplinares (escolas, fábricas, prisões, etc.).

O biopoder, por sua vez, surgiu de modo complementar ao poder disciplinar, por volta da metade do século XVIII. Seu foco, para além do corpo individual, mirava o corpo-espécie, “o corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-las variar” (FOUCAULT, 1988, p. 152). Tem-se, assim, um poder que age de forma positiva, na medida em que age como um desencadeador de forças que não mais se exercem sobre a morte, mas sobre a vida.

Os efeitos do biopoder se fazem sentir, na contemporaneidade, mais precisamente em tempos de pandemia, nas intervenções e nos controles reguladores da população. A *#fiqueemcasa* resulta das estratégias desse dispositivo do poder que não se direciona aos corpos individuais, mas à gestão política da vida de toda a população. O biopoder, portanto, funciona como uma biopolítica, uma grande medicina social, impondo, não sem resistências, modos de existência/sobrevivência normalizados e normatizados por instituições sem muros que alcançam seus objetos com seus tentáculos, em qualquer espaço.

Vimos, até aqui, que o corpo está no centro de toda relação de poder. Contudo, não estamos falando de um corpo material, de carne e osso, mas de um corpo no qual “se encontram os estigmas dos acontecimentos passados assim como dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros”; um corpo, portanto, articulado à história, arruinado por ela (FOUCAULT, 1979, p. 22). Nessa linha de raciocínio, temos o corpo da mulher no centro das relações de poder, fabricado histórica e discursivamente.

Antes, ainda, de ascendermos à discursividade da *hashtag* que contribui com a biopolítica de confinamento dos corpos em casa, promovendo o encontro de um corpo a ser protegido da contaminação do SARS-CoV2 com a violência derivada da tradição do poder patriarcal, lembremo-nos das relações de forças desse poder que delegaram aos homens o direito de disciplinarizar, dominar e até mesmo punir os corpos das mulheres.

Muita coisa mudou ao longo da história nas relações entre os sexos, na medida em que as mulheres, ao mesmo tempo em que passaram a reivindicar a igualdade de gênero, souberam resistir, existir e construir seus poderes (PERROT, 2005), conquistando acesso à educação formal, ao mercado de trabalho, ao voto, ao controle contraceptivo, etc. Mas, obviamente, também, subsiste uma perturbadora assimetria entre homens e mulheres, perpetuando os jogos de verdade que presidiram os processos de subjetivação de ambos os sexos desde tempos quase imemoriais. Retornar à história, permite-nos descrever/analisar, hoje, os discursos, tendo em conta os sujeitos historicamente enraizados no território de seus corpos e presos no interior de poderes muito apertados, impondo-lhes modos de ser e de estar no mundo tanto ontem quanto hoje.

Houve um tempo, na cultura ocidental, em que as mulheres eram vistas como uma propriedade. A mulher pertencia ao pai enquanto menina, ao marido depois de casada e, se ficasse viúva, passava a ser posse da família do pai do marido morto. Precisamente, com relação ao casamento, em muitos países, tratava-se de uma instituição pela qual os homens se confirmavam como os donos de suas esposas em termos religiosos e legais: “Um marido poderia dispor

das propriedades de sua esposa, suas roupas, suas joias [...] e ainda tinha o **direito de bater nela**, caso ela não cumprisse seus desejos. Na maioria dos países, os maridos podiam punir suas esposas da maneira que lhes conviesse, menos com assassinatos” (YALOM, 2002, p. 70, grifos nossos).

O espancamento e seus desmembramentos, antigamente tomado como uma prática aceita, sancionada pela lei e pelos costumes, nunca deixou de existir, até porque a prática não desaparece com o desaparecimento das leis. Todos os esforços atuais para coibir a violência doméstica, visando assistir as mulheres e apagar essa “punição” agora considerada crime – a exemplo da Lei brasileira nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) – é uma difícil e necessária corrida contra séculos de tradição e de dominação; uma difícil resistência face a um poder disciplinar e um biopoder que buscavam “docilizar os corpos” (FOUCAULT, 2005) das mulheres, silenciar suas vozes e inibir sua atuação em espaços públicos considerados viris.

Na atualidade das persistências históricas e patriarcais, sobretudo as que reduziram a mulher à casa e aos cuidados dos filhos, tornando-a economicamente dependente e psicologicamente submissas, deparamo-nos com a centralidade da desigualdade de gênero fomentando a Pandemia das Sombras. Dito de outro modo, na recursividade dos múltiplos efeitos de sentidos que entram em funcionamento na *#fiqueemcasa*, como passaremos a expor, ganham relevo o machismo e o sexismo, associados à discriminação e à intolerância, (re)produzindo os tradicionais desrespeitos à mulher, atingindo muitas vezes seus corpos mediante agressões verbais e/ou corporais.

A Pandemia nas Sombras acende um sinal de alerta para a necessidade de serem aprimoradas, fortalecidas e ampliadas as medidas protetivas e educacionais no combate a todo tipo de violência contra mulher. Isso implica considerar que esse tipo de violência, segundo o Instituto Maria da Penha (IMP, 2018), refere-se a toda e “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. As violências destacadas na Lei podem ser de ordem

física, psicológica, sexual, patrimonial e/ou moral, todas elas flagradas em ascensão a partir do funcionamento discursivo da *hashtag* *#fiqueemcasa* e dos demais dispositivos do biopoder.

Funcionamento discursivo da *hashtag* *#fiqueemcasa*

Tecnicamente, *hashtags* são palavras-chave antecedidas do símbolo # (“cerquilha”, popularmente conhecido, no Brasil, como “jogo da velha”), que funcionam como *hiperlinks*, no espaço digital, catalogados pelos mecanismos de busca como o *Google*. Por meio delas, é possível acessar tudo o que é ou foi dito/visto sobre um determinado assunto nas redes sociais.

Discursivamente, as *hashtags* funcionam como indexadoras de discursos que circularam na/em rede. Dizemos **na/em** rede para nos referirmos ao lugar em que esses enunciados circulam e também à repetição/viralização deles no espaço digital, resultado do funcionamento da memória da máquina.

Para Orlandi (2010), a memória metálica é produzida pelas novas tecnologias da linguagem e diz respeito à circulação horizontal de um enunciado, pois o que é dito aqui e ali retorna no eixo da formulação produzindo seus efeitos. Segundo a autora, esse tipo de memória funciona pela quantidade e pelo acúmulo, pois os sentidos não são historicizados. Trata-se, assim, da “produtividade na repetição, variedade sem ruptura”, baseada no mito do “quanto mais melhor” (ORLANDI, 2010, p. 9).

No entanto, há que se lembrar que, para a Análise de Discurso, todo dito/visto constituiu um já dito/já visto em outro lugar. Isso significa que o discurso não pode ser compreendido como uma liberdade em ato, apartado dos condicionantes linguísticos e das determinações históricas e, por esse viés, não há como não levar em consideração o funcionamento da memória discursiva.

Para Courtine (2009, p. 105-106), a memória discursiva “diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”, ou como diz Foucault (2001, p. 22), constitui “discursos que originam um certo número de

novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de suas formulações, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer”.

Durante a pandemia, dentre as diferentes estratégias biopolíticas, o distanciamento social se destaca no controle da vida da população, conforme vimos com Foucault (1988). É nesse funcionamento do poder que a *hashtag* #fiqueemcasa passou a circular à exaustão em/na rede, com o intuito fundamental de conter a disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) para “fazer viver e NÃO deixar morrer”, poupando vidas e apontando para sentidos de que a casa seria o lugar da proteção e, onde, supostamente, todos os sujeitos estariam seguros e salvaguardados dos perigos da doença.

Conforme DaMatta, para os brasileiros, as palavras *casa* e *rua*

[...] não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de atuação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas (DaMATTA, 1991, p. 16).

Desse modo, *casa* e *rua* constituem categorias sociológicas fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira e, nessa direção, o sentido de casa pode apontar tanto para o espaço íntimo e privativo de uma pessoa como para um espaço social máximo e absolutamente público (por exemplo: “O Brasil é a minha casa”). No entanto, ainda de acordo com o autor, a casa é uma categoria que se define e se deixa apanhar ideologicamente com precisão somente quando posta em oposição ou contraste a outros espaços e domínios. Assim, *casa* só adquire sentido em oposição ao mundo exterior: ao universo da *rua* (DaMATTA, 1991, p. 18).

A *hashtag* #fiqueemcasa entra em oposição à luta das mulheres que, a partir dos movimentos feministas, sobretudo na década de 1970, foram às “ruas”, justamente para reivindicar igualdade de gênero, mirando, dentre inúmeras outras questões, o direito de ser muito mais do que uma “rainha do lar”. Seus novos campos de conquista impunham uma participação mais efetiva no espaço público

(nas ruas), no político, desvinculando-se de séculos de confinamento no privado (em casa). Contudo, durante a pandemia, a rua – lugar de todo mundo e de ninguém – passou a constituir um perigo, um lugar onde não se deveria estar e o movimento rotineiro da casa para o trabalho (rua) e do trabalho (rua) para casa foi bruscamente interrompido e elas tiveram que retornar para o espaço privativo do lar. Mas, agora, em companhia daqueles que nunca experimentaram “ficar em casa”.

DaMatta (1986, p. 23) observa, ainda, que há uma divisão nítida entre os espaços sociais fundamentais que dividem a sociedade brasileira: o mundo da casa e o mundo da rua, esta compreendida como lugar do trabalho e do movimento, do anonimato e da insegurança e que contrasta com a tranquilidade e o aconchego da casa. Para o autor,

Casa e rua são mais que espaços físicos. São também espaços de onde se pode julgar, classificar, medir, avaliar e decidir sobre ações, pessoas, relações e moralidades. Compensando-se mutuamente e sendo ambas complementadas pelo espaço do ‘outro mundo’ onde residem deuses e espíritos, casa e rua formam espaços básicos através dos quais circulamos na nossa sociabilidade. Sobretudo porque o que falta na rua existe em abundância em casa. E ainda porque eles não podem ser confundidos sob pena de grandes confusões e desordens (DaMATTA, 1986, p. 33).

Entretanto, esses sentidos já fixados pela história sobre o par casa/rua foram desnaturalizados durante o isolamento social e a casa passou a constituir não mais o lugar do aconchego e da segurança e proteção, mas o espaço de convívio com o agressor, revelando que as mulheres correm perigo dentro da própria casa. Elas não estão a salvo em nenhum lugar; entretanto, a trajetória da violência se torna ainda mais grave no domínio do privado.

Conforme já adiantamos, durante a pandemia, o sentido de *casa* como lugar acolhedor e onde se vive com tranquilidade e segurança, conforme propõe DaMatta (1986), passa a constituir o lugar da opressão e da violência. Há, portanto, uma (re)significação dos sentidos e, ao viralizar na/em rede, a *hashtag* #fiqueemcasa apaga esse

sentido. Esse sentido outro, no entanto, se atravessa no fio do discurso sobre a violência de gênero, e de acordo com Indursky (2011, p. 85), mostra como “[...] o trabalho do sentido sobre o sentido se faz pelo viés do discurso transversal que ecoa nesse discurso como uma presença-ausente, sem a qual tais sentidos seriam não-sentidos”. Desse modo, para a autora, é o memorável que ressoa, no eixo da formulação, atualizando a memória.

Nessa mesma esteira, Silveira (2015) afirma que a *hashtag* pode ser entendida como um acontecimento discursivo, ou nos termos de Pêcheux (1997), como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, porque ao mesmo tempo em que faz circular/viralizar o mesmo dizer no ciberespaço, repete já-ditos em outro lugar, em outras condições de produção. Para ela, o ciberespaço “unifica, mistura e deslineariza os sentidos - num imbricamento discursivo e hipertextual que (entre-)laça a memória e o esquecimento” (SILVEIRA, 2015, p. 1).

Em entrevista concedida à Revista Veja, em 10 de maio de 2013, Adam Bain, executivo do *Twitter*, rede social onde a *hashtag* originalmente nasceu, disse que a *hashtag* virou a fogueira da era digital, tendo em vista que as pessoas se reúnem digitalmente a sua volta e, de uma maneira tão simples, conseguem se aproximar de pessoas que têm um mesmo interesse (SBARAI, 2013). Discursivamente, do nosso ponto de vista, a *hashtag* funciona como um princípio organizador de uma formação discursiva, na medida em que permite, ao sujeito, se identificar/desidentificar ou se contraidentificar com aquilo que lhe é dado a ver e a pensar.

Silveira (2015) destaca também que a *hashtag* ultrapassou as fronteiras do digital e, mais especificamente, da rede social em que foi criada, podendo ser encontrada em outros espaços de circulação de discursos como televisão, revistas, jornais, camisetas, canecas, livros, revistas e até mesmo enunciações orais. Desse modo, ao circular em outros espaços, a *hashtag* passa a ser da ordem do “não clicável”. Para a autora, as *hashtags* apresentam um potencial discursivo, pois,

[...] embora na superfície do arquivo digital as relações visíveis das *hashtags* remetam ao caráter hipertextual (sendo a *hashtag* entendida por muitos apenas como um *hiperlink*), elas indicam a existência de uma estrutura que relaciona de modo complexo o arquivo e memória discursiva, o que exige uma reflexão mais aprofundada de tais procedimentos no contexto de uma Análise do Discurso (SILVEIRA, 2015, p. 69).

Na esteira da autora, compreendemos que as *hashtags* estabelecem uma relação singular entre os sujeitos e o arquivo, já que, de um lado, permitem a dispersão de dados e documentos que circulam no ambiente digital e, de outro, possibilitam organizar e dar visibilidade a esse conjunto de dados. Trazendo para o nosso objeto de estudo, podemos dizer que *#fiqueemcasa* viralizou no espaço digital e, ao buscar por ela, é possível acessar não apenas tudo o que foi enunciado sobre a importância do isolamento social, já que o algoritmo da máquina organiza esses dizeres, mas também outros sentidos que ressoam, pelo funcionamento da memória discursiva. Como exemplo, ganham relevo, nesta análise, as teias do poder patriarcal, por meio de seus dispositivos (FOUCAULT, 2005), que ainda enredam as mulheres, confinando seus corpos em casa, expondo-os ao agressor, num encontro que se tornou tão ou mais letal que o SARS-CoV-2.

Estabelece-se, assim, uma relação contraditória entre a memória da máquina e a memória histórica, designada por Dias (2018, p. 104-105) como memória digital: “[...] onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva)”. Segundo a autora, nesse funcionamento, o já estabilizado no eixo do repetível se desloca, rompendo com o funcionamento algoritmizado, inscrevendo o dizer na história.

Para Paveau (2013 *apud* SILVEIRA, 2015), é assim que a *hashtag* possibilita o encontro da língua (palavra) com a técnica (*link* clicável), permitindo a investigabilidade dos discursos. Do ponto de vista linguístico, portanto, as *hashtags* são compreendidas como “tecnopalavras clicáveis [...] (precedidas do signo #) que permitem

a organização da informação pela reunião de várias mensagens [...]” (PAVEAU, 2013 *apud* SILVEIRA, 2015, p. 70).

Do ponto de vista técnico, *as hashtags* constituem uma forma de organizar os discursos *na* rede, de modo que fiquem armazenados e possam retornar ao fio do discurso, sempre que convocados, a partir de apenas um clique, atestando o funcionamento da memória metálica.

Discursivamente, *as hashtags* permitem compreender como o sujeito é interpelado pela ideologia, pois, ao navegar na rede e ao buscar por uma *hashtag*, ele se identifica com “[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras’ (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). É nesse momento que o sujeito escolhe o que dizer e o que calar e que os sentidos se constituem *em* rede.

Considerações finais

Em tempos de pandemia, em que a relação casa-rua se tornou uma estratégia de luta (guerra) contra um vírus de grande letalidade, muitos corpos de mulheres confinados, em atendimento à *#fiqueemcasa*, foram e estão sendo violentados e assassinados. São corpos que possuem uma história estética, moral, física, política, ideal e material passível de ser transformada no tempo e no espaço, conforme orienta a analítica foucaultiana. Corpos, ainda, que irrompem na atualidade dessa estratégia biopolítica de contenção da contaminação/propagação do vírus, trazendo consigo as marcas da subordinação, da inferioridade, da exclusão em que pesam os anos de lutas e as múltiplas conquistas já concretizadas.

A epígrafe com que iniciamos este texto dá visibilidade a Maria da Penha, a mulher vítima de violência doméstica que ficou paraplégica após seu marido tentar matá-la duas vezes e que buscou justiça durante 19 anos e 6 meses, transformando-se em um símbolo de luta de defesa dos direitos das mulheres no Brasil. A Lei que leva seu nome

foi sancionada em 7 de agosto de 2006 e prevê “mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro” (IMP, 2018).

Embora essa Lei seja reconhecida pela ONU como um modelo e seja uma importante ferramenta legislativa em direção a uma vida sem violência doméstica e familiar, ela por si mesma não freia as agressões e as mortes, como nos mostra a Pandemia das Sombras. É preciso associar à Lei novas práticas educacionais e políticas públicas, ou seja, a vigência jurídica da lei não basta: é preciso que seu funcionamento passe a vigorar no social, para que o Estado, todos nós e cada um de nós não mais aceite conviver com este tipo de violência. Nos termos de Michel Foucault (1995, p. 248), é preciso resistir, na medida em que “não há relações de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica [...] uma estratégia de luta”.

Maria da Penha é, sem dúvidas, um exemplo de que onde há poder, há resistência. E, sendo o poder um “campo de forças”, é possível desconstruir e desestabilizar as certezas (verdades universais) que durante séculos balizaram os sofrimentos do corpo da mulher no mundo, promoveram a cultura da violência e da discriminação, atingindo-nos hoje, de modo mais avivado a partir da *#fiquecasa*.

Um olhar linguístico/discursivo para essa materialidade, mais precisamente para a *hashtag*, revela que ela funciona como indexadora de discursos armazenados em qualquer ponto da rede mundial de computadores e permitem compreender como os dizeres se tornam virais (existência técnica do dizer), produzindo o efeito de sentido de evidência/transparência do sentido e do sujeito. Todavia, isso não significa que eles não são determinados pela memória discursiva (existência histórica do dizer), de acordo com Dias e Coelho (2014, p. 237).

Seu funcionamento no espaço digital, associada à biopolítica e a outras mídias, tiraram os corpos das ruas e os empurraram para dentro de seus lares, fazendo ressoar, de um lado, as estratégias de controle para “proteção da vida” e, de outro, as técnicas e as práticas

perenes que “naturalizaram” a violência contra as mulheres no espaço que deixa de ser o *locus* de proteção, o porto seguro, para se transformar em um *locus* de aflição, sofrimento e, não raro, de morte.

Em suma, a *#fiqueemcasa* na/em rede aponta para o sentido de necessidade de respeitar o isolamento social, mas não só, pois funciona, também, como alerta para outro tipo de pandemia que acontece nas teias e sombras das casas. Corpo e poder, memória e atualidade, estrutura e acontecimento funcionam juntos, portanto, no processo discursivo a partir do qual (re)produzem-se sujeitos e subjetividades.

Referências

ALVARUS, F. Femicídios durante a pandemia da COVID-19. [Infográfico]. **Ponte Jornalismo**, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

COURTINE, J. J. **Análise do Discurso Político**: O discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução: Christina de Campos Velho Birck *et al.* São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CSSE – CENTER FOR SYSTEMS SCIENCE AND ENGINEERING. **COVID-19 Dashboard**. Johns Hopkins University, 2020. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso em: 31 out. 2020.

DaMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DaMATTA, R. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A, 1991.

DIAS, C. **Análise do Discurso Digital**: Sujeito, Espaço, Memória e Arquivo. Campinas: Pontes, 2018.

DIAS, C.; COELHO, A. V de Vinagre: a produção de imagens humorísticas sobre as manifestações brasileiras de 2013 nas redes sociais. In: PATTI, A. R. *et al.* (org.). **Textecendo Discursos na Contemporaneidade**. São Carlos: Pedro&João Editores, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P.; GREYFUS, H. **Michel Foucault**: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2005.

INDURSKY, F. A Memória na Cena do Discurso. *In*: INDURSKY, F.; MITTMAN, S.; LEANDRO FERREIRA, M. C. **Memória e História Na/Da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

IMP - INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Instituto Maria da Penha**, 2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.

MLAMBO-NGCUKA, P. Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres. **ONU Mulheres Brasil**, 7 abr. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso em: 31 out. 2020.

ORLANDI, E. P. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. **RUA**, Campinas, v. 2, n. 16, p. 5-17, 2010. ISSN 1413-2109. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638816/6422>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: Estrutura ou Acontecimento. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Tradução: Bethania S. Mariani *et al.* Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

QUEM a gente é. **Ponte Jornalismo**, 2020. Disponível em: <https://ponte.org/sobre/>. Acesso em: 31 out. 2020.

SBARAI, Rafael. “Hashtag é a fogueira da era digital”, diz executivo do Twitter. **Revista Veja**, 10 maio 2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/hashtag-e-a-fogueira-da-era-digital-diz-executivo-do-twitter>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SILVEIRA, J. da. **Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

VICENTIN, C. Casa, um espaço para o feminicídio. **Universa UOL**, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/azmina/2020/01/15/casa-um-espaco-para-o-feminicidio.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 31 out. 2020.

UM VÍRUS e duas guerras: Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19. **Ponte Jornalismo**, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

YALOM, M. **A história da esposa**: da Virgem Maria a Madonna – o papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje. Tradução: Priscilla Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.



10

A disseminação do discurso de ódio nas redes sociais: reflexões sobre o golpe de 11 de novembro na Bolívia

Ana Carla Barros Sobreira¹

Este estudo surgiu no período em que, ao estar realizando o trabalho de campo de uma pesquisa etnográfica no altiplano boliviano baseada nos estudos do Letramento Crítico, presenciamos o golpe de Estado de 11 de novembro de 2019 na Bolívia, contra o Presidente Evo Morales. Observamos que as postagens disseminadas nas redes sociais exerciam forte influência na população boliviana e que levaram às agressões contra as minorias indígenas. O estudo foi mediado por conceitos do Letramento Crítico e outros pressupostos teóricos como a Análise do discurso Crítica de Fairclough (2001) e a Ciência Social Crítica, que possibilitaram detectar, no cotidiano das postagens, a intertextualidade expressa nos discursos de ódio postados no *Facebook*.

Dessa forma, o propósito deste artigo é tecer algumas reflexões acerca do golpe de Estado que ocorreu na Bolívia em 11 de novembro de 2019 e acerca disseminação do discurso de ódio contra os integrantes do *MAS*² que ocorreu nesse período. No contexto deste artigo, optamos por uma reflexão de possíveis causas que, através dos discursos de ódio disseminados na internet, reproduzem sistemas de exclusão baseados na classificação racial das pessoas, decorrentes

¹ Mestre em Estudos Linguísticos – PPGEL – Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: anacarlaborrossobreira@gmail.com.

² O *MAS* (Movimento Ao Socialismo) é um partido político da esquerda na Bolívia fundado em 2006 e liderado pelo presidente Evo Morales. Tem como principal pressuposto a soberania dos povos indígenas e a participação popular nas decisões do Estado.

da colonialidade de poder e que se articulam com os conceitos de *masista*³, indígena, delinquente, terrorista, narcotraficante, etc.

Nesse contexto, iniciamos uma pesquisa mais aprofundada sobre as mensagens postadas no *Facebook*, tendo como embasamento teórico os estudos do Letramento Crítico como prática social situada em um contexto conflituoso no qual as relações de poder, sexismo, discriminação, racismo etc. estavam evidentes, buscando tecer discussões que pudessem contribuir para a construção de novos sujeitos críticos e conscientes de seu papel social. Para isso, selecionamos um *corpus* de mensagens, comentários e memes de domínio público com o objetivo de observar como essas mensagens, no contexto do ciberespaço, disseminavam o ódio nas redes sociais e como as mensagens intertextuais contidas nesses textos abriam um leque de possibilidades para a detecção de perda de direitos adquiridos, racismo, ironia em relação aos indígenas do altiplano boliviano.

Para efeito de organização, o artigo está dividido em cinco subseções, além das considerações iniciais. São elas: (1) Concepção de Letramento Crítico, pressuposto teórico principal para a construção deste artigo, alinhado às teorias da Ciência Social Crítica, objetivando observar o contexto social em conflito em que ocorreu o golpe; (2) Apresentação de como as redes sociais e a construção do discurso de ódio podem influenciar os sujeitos envolvidos no processo; (3) Elucidação do contexto social, histórico e cultural em que ocorreu o golpe de 11 de novembro; (4) Apresentação de como o *MAS* se torna foco das principais postagens e as relações destas com o ódio ao indígena boliviano; e, por fim, (5) discussão de como a pesquisa foi realizada, a metodologia e alguns excertos que fizeram parte da análise para a construção deste artigo.

³ *Masista*: membro do partido do *MAS*.

O Letramento Crítico como ferramenta de análise para a Ciência Social Crítica

No momento que se pensa em Letramento Crítico (LC), pensa-se também em contexto social. A sociedade boliviana, por sua diversidade, apresenta atualmente um campo fecundo para a análise de “práticas sociais atravessadas por relações de poder e por ideologias” (STREET, 2012). Os estudos do LC objetivam formar sujeitos críticos para que se tornem agentes em um mundo mais justo e que saibam questionar as desigualdades, propondo soluções pautadas na justiça, na ética e na igualdade social. Esse sujeito crítico surge através da leitura e da reflexão das mensagens inseridas nos diversos textos aos quais o/a leitor/a estará exposto/a em determinado contexto político e social.

Os estudos do LC têm como precursoras as ideias de Paulo Freire, que em suas teorias sempre buscou incentivar práticas educativas que zelassem pela liberdade, igualdade e justiça social. Freire (1970) incentivava os professores a perceber seus estudantes como seres sociais, dotados de uma bagagem cultural. Por meio da problematização, Freire (1989) elaborava perguntas críticas sobre a realidade que os leitores viviam e comparava com o texto que estava sendo lido. Para o autor, “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescreve-lo’ [sic], quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente” (FREIRE, 1989, p. 13).

Segundo Cervetti; Pardales; Damico (2001, p. 6) os estudos do LC “promovem a reflexão, a transformação e a ação”, ou seja, ao ler um texto sob a perspectiva do LC o sujeito deve “analisar e criticar as relações entre perspectivas, língua, poder, grupos sociais e práticas sociais” (ANDREOTTI, 2008, p. 43). É importante observar, então que, ao analisar um texto, aspectos como, a intencionalidade, o contexto sócio-histórico e a perspectiva de quem escreveu o texto devem estar em evidência para que assim possamos dar visibilidade às vozes silenciadas ou esquecidas no discurso.

Segundo a perspectiva dos estudos do LC, os textos tanto falados como escritos não são neutros pois estão associados às ideologias de onde o autor pertence. Dessa forma, ao ler um texto, o sujeito deve estar consciente de que a realidade descrita nele está socialmente situada e imersa em relações de poder. Segundo Jordão e Fogaça,

sujeitos e significados estão imersos em relações de poder, travando constantes batalhas pela legitimidade. Tais conflitos e tais relações de poder que nos constituem são, portanto, os mesmos elementos que permitem que os significados sejam permanentemente construídos e modificados. O poder (e os resultantes conflitos), as formas como o poder opera, e as possibilidades de subvertê-lo, devem ser uma preocupação fundamental para todos que desejam compreender, ensinar e aprender línguas estrangeiras (JORDÃO; FOGAÇA, 2007, p. 88).

Portanto, uma vez que “a linguagem pode ser usada para manter e desafiar formas existentes de poder” (JANKS, 2012, p. 29), os estudos do LC podem ser importantes ao incentivar o questionamento dos discursos hegemônicos presentes nos textos, promovendo a justiça e a igualdade nas relações sociais a partir da contextualização em que o texto foi elaborado. Fairclough (2001) assevera que existe uma presença ideológica na concepção textual. Segundo o autor, nossa construção social contribui para a interpretação dos textos que lemos. O sujeito crítico, porém, age criativamente ao construir conexões interpretativas e reestruturar as práticas estruturais dos textos, ou seja,

A prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta de luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articuladas na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes (FAIRCLOUGH, 2001, p. 123-124).

Dessa maneira, ao empreender uma leitura crítica de um texto, o sujeito deve perceber os efeitos da leitura e da escrita tanto em problemas sociais como em formas particulares da vida social (CHOU-

LIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) e assim, observar como os textos refratam e refletem modelos culturais e ideológicos nas relações de ser e estar no mundo. Nesses termos, cabe

Avaliar a existência de ideologias nas diferentes formas de letramento, devemos pensar que o acesso unilateral promove visão restrita e que isso agencia a hegemonia da informação. Qualquer relação hegemônica é perigosa, podendo causar injustiças sociais e legitimar discursos com um único viés comunicacional/ideológico (ANDRADE, 2013, p. 60).

Nesse contexto, deve-se pensar a construção do sujeito crítico como uma forma de ação social na qual estão implícitas particularidades de reflexão para se chegar a entender e avaliar atos de leitura e de escrita que surgem vinculados a determinado contexto social. Segundo Andrade (2013, p. 52), mesmo com o avanço dos estudos sociológicos críticos, ainda pode-se identificar relações de poder que estão naturalizadas em meio aos discursos, “o que dificulta uma prática de letramento crítica e transformadora”. Assim, vale observar as práticas de leitura e de escrita como atos sociais tentando perceber problemas sociais intrínsecos a essas práticas.

A Ciência Social Crítica enfoca seu olhar para um arcabouço mais amplo para estudar o contexto social e os significados dos letramentos inseridos nesse contexto. Não há, porém, Ciência Social sem letramento, porque não há estudos sem que se possa perceber práticas de leituras e escritas. Dessa maneira, a Ciência Social Crítica objetiva desenvolver

Uma leitura crítica acerca das consequências e /ou reproduções de iniquidades, irracionalidades ou crueldades que assombram a organização social, econômica e política, permitindo-nos um olhar mais apurado acerca da estrutura social vigente, o que nos pode alçar lacunas para uma transformação social que eleve nossa sociedade a uma condição mais justa e igualitária (ANDRADE, 2013, p. 51).

As redes sociais e a construção do discurso de ódio

Neste artigo, buscamos entender como determinadas práticas de letramento surgem, são usadas e são disseminadas em determinados contextos sociais. No ciberespaço têm surgido diferentes práticas de letramento que têm moldado e organizado relações, como por exemplo, a relação sociedade-tecnologia, que segundo Buzato (2006) pode ser concebida como uma “ação social coletiva” (BUZATO, 2006). Para Andrade (2016, p. 59) o “contexto dos textos escritos mediados tecnologicamente pela internet é uma forma de ação social coletiva que pode formar *corpora* de pesquisas em ciência social crítica, revelando aspectos importantes dos usos digitais da escrita para diversos fins”.

Existem assim, relações dialógicas entre a vida social e os letramentos produzidos. Essas relações carregam em si uma escolha ideológica pois regulam a relação entre o visível (o texto escrito) e o invisível (as práticas sociais que estão envolvidas na produção, consumo e recepção do texto) (ZIZEK, 1996). Cabe ainda destacar a presença da ideologia nas diversas formas de letramento e a definição de ideologia na concepção de Zizek:

Ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse (ZIZEK, 1996, p. 7).

Assim, ao pensarmos em leitura crítica, devemos pensar também que os letramentos são moldados e modificados em relação aos gêneros discursivos, ou seja, “em uma dimensão crítica das práticas discursivas” (KLEIMAN; VIEIRA, 2006, p. 123). Para Andrade (2016, p. 62), “os letramentos refletem padrões de atividades sociais presentes nos discursos e nas identidades constituídas em textos” e, para Street, (2012, p. 17-20), “o letramento não é simplesmente um

conjunto de habilidades funcionais mas, também, um conjunto de habilidades que constituem e moldam as práticas sociais e culturais”.

Com o avanço da tecnologia, com a globalização, um enorme acervo cultural advindo de diferentes lugares, é disponibilizado em *blogs*, sites, YouTube, redes sociais, etc. Esse acervo nos conduz a novos olhares e novas perspectivas que influenciam o interesse dos sujeitos, suas formas de pensar e de agir. Porém, não podemos deixar de pensar que as produções linguísticas não são neutras e que durante o processo de colonização das Américas as grandes navegações promoveram a divisão racial e a classificação de negros e índios como inferiores e europeus como colonizadores. Diante disso,

O LC nos ajuda a examinar e combater visões estereotipadas e preconceituosas que por ventura surjam nas interações em sala de aula e fora dela. É uma perspectiva educacional que tem como propósito instigar o indivíduo a repensar sua realidade, auxiliando-o a tornar-se mais consciente e autônomo para transformá-lo se assim decidir. O LC interroga as relações de poder, os discursos, ideologias e identidades estabilizados, ou seja, tidos como seguros ou inatacáveis. Proporciona meios para que o indivíduo questione sua própria visão de mundo, seu lugar nas relações de poder estabelecidas e as identidades que assume. Alicerça-se no desafio incansável à desigualdade e à opressão em todos os níveis sociais e culturais. Nesse sentido o letramento crítico só pode ser uma prática descolonizadora que busque interromper a colonialidade do poder ainda em curso (CARBONIERI, 2016, p. 133).

Com isso, ao lermos os textos no contexto digital, não podemos deixar de observar que, como uma rede social é composta por sujeitos sociais e suas conexões, criou-se também novas crises que não são tão diferentes das crises do mundo real. Teixeira (2013) assevera que as redes sociais tornaram-se um veículo em que as pessoas, em qualquer lugar e de qualquer especialidade, podem se engajar, e acrescenta que as redes sociais “ajudam a disseminar a informação para além daquele grupo cativo de leitores de determinado jornal, por exemplo” (TEIXEIRA, 2013, p. 41).

Seguindo esse pressuposto, pode-se observar que as redes sociais representam “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”

(MARTELETO, 2001, p. 72). Segundo Teixeira (2013, p. 18), elas “são formadas por um agrupamento de pessoas ou organizações que se unem com o objetivo em comum de estabelecer relacionamento e debater assuntos de interesse”.

O comportamento dos usuários nas redes sociais aponta para a necessidade de novos estudos sobre o espaço virtual quanto à questão do anonimato e autoria presentes no ciberespaço. Mocellim aponta que a existência do espaço virtual proporciona novas relações mesmo que não fisicamente, assim o virtual, “em seu cotidiano, é definido com algo que existe, mas não materialmente” (MOCELLIM, 2009, p. 91).

É importante observar também que as interações sociais são estruturadas e interagem entre si, objetivando representar os padrões e os comportamentos de uma sociedade específica, ou seja, os símbolos são instrumentos de representação de uma interação social. Dessa forma, o ódio, como símbolo, apresentado por meio do discurso, pode ser considerado um instrumento de representação social. Segundo Lebrun (2008) o ódio tem suas raízes na opressão. Se dá no momento em que determinada sociedade “impõe sempre um gozo a menos, uma falta, uma restrição e a isso respondemos com ódio” (LEBRUN, 2008, p. 9).

Para Fiss (2005), o discurso de incitação ao ódio geralmente está atrelado às situações de conflito nas sociedades e “tende a diminuir a autoestima das vítimas, impedindo assim a sua integral participação em várias atividades da sociedade civil, incluindo o debate público” (FISS, 2005, p. 47). Segundo Amaral e Monteiro (2013) os disseminadores do ódio, os *haters*, são pessoas que buscam destruir a imagem de determinada pessoa, geralmente políticos, famosos, grupos de oposição, e buscam o espaço virtual para suas ações. Como eles têm acesso facilitado às redes sociais, os *haters* espalham o ódio nas redes sociais ou sites da Internet através de postagens, memes, vídeos, *fake news* etc, aumentando o discurso de ódio na população em geral. Segundo Goffman (2008), isso contribui para o surgimento de um novo problema social que busca intensificar a exposição de novos estigmas sociais, uma vez que os discursos de ódio, em sua maioria, estão repletos de termos racistas, preconceituosos e pejorativos.

Assim, Meyer-Pflug (2009, p. 97 *apud* SCHÄFER; LEIVAS; SANTOS, 2015, p. 145) conceitua o discurso de ódio como uma manifestação de “ideias que incitem a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos” e ressalta que esses discursos não são neutros mas sim, buscam desqualificar e inferiorizar um grupo de pessoas com a intenção de aviltar sua dignidade.

O contexto: o golpe de 11 de novembro na Bolívia

Ao longo de toda a sua história, pode-se observar que a Bolívia foi um país marcado por diversos saques, roubos e explorações por parte dos colonizadores. Se observarmos os 300 anos de colonização, pode-se ver, por exemplo, que a prata saqueada de Potosí embelezou a Europa. Alguns estudiosos⁴ bolivianos afirmam que se poderia construir uma ponte de prata desde a Bolívia até a Europa. Obviamente ao lado dessa ponte estaria, também, uma ponte de ossos humanos. Isso porque os indígenas bolivianos foram explorados até as profundezas do seu ser e eram eles que tinham que entrar nas minas para retirar a prata que seria enviada à Europa. Galeano (2018) enfatiza que os indígenas bolivianos morriam como moscas, tanto é que muitas etnias desapareceram da região de Potosí e do altiplano boliviano.

Fazendo um sucinto apanhado histórico, a independência da Bolívia aconteceu em 1825, quando se libertou da Espanha por Simon Bolívar. Surgiu, nesse período, uma classe oligárquica que se posicionou contra os interesses dos povos indígenas. No final do século XIX, de 1879 até 1883, aconteceu a Guerra do Pacífico entre Bolívia, Chile e Peru, quando a Bolívia perdeu a saída para o mar. Essa guerra, provocada pelo imperialismo inglês e que se arrasta até os dias atuais, se deu pelo interesse da Inglaterra no salitre do norte do Chile.

Logo em seguida, surgiu o Tratado de Petrópolis em 1903, quando o Brasil ganhou da Bolívia cerca de 480 mil quilômetros quadrados, que se caracterizam por ser a região do estado do Acre. Mais

⁴ Entre esses estudiosos Cusicanqui (2012), socióloga boliviana, se destaca nos estudos culturais.

tarde houve a Guerra do Chaco⁵ entre a Bolívia e o Paraguai, provocada por duas grandes multinacionais petrolíferas (*Standard Oil* e *Shell*), que fez a Bolívia perder seu território para o Paraguai.

Pode-se perceber, dessa forma, que a Bolívia sempre foi um país vítima de explorações e ataque durante todo o período colonial e até no período republicano, durante o qual teve seu território fatiado. Como consequência disso, pode-se observar que em 1937 a Bolívia nacionalizou seu petróleo⁶. O exército boliviano, conhecido na comunidade mundial como “perdedor de guerras”, perdeu forças e iniciou uma revolução nacionalista organizada pelos mineiros que exigia a reforma agrária. A revolução foi abafada e extinta após dez longos anos.

O governo de Evo Morales Ayma

O governo do Presidente Evo Morales, primeiro presidente indígena latino-americano, no período de 2016 a 2019, surgiu como um governo de ideias inovadoras e revolucionárias em diversas áreas da política boliviana. Foi um governo que recuperou a soberania e a expectativa do povo indígena e das nações originárias. Esse governo, segundo a *Comisión Económica para América Latina y Caribe (CEPAL)*⁷ realizou um grande progresso na Bolívia, conforme listado a seguir:

- Crescimento econômico de 4,9% nos últimos dez anos, um dos maiores crescimentos da América Latina;
- Redução da pobreza em torno de 2,5%;

⁵ Para um melhor entendimento da Guerra do *Chaco* pode-se assistir ao filme *Boquerón*, dirigido por Tonchy Antezara e disponível na Cinemateca Boliviana.

⁶ A respeito do petróleo boliviano, os jornalistas Freddy Calderón e Dennis Herrera realizaram uma minuciosa investigação entre os anos de 2006 a 2007 sobre a existência de uma grande reserva de petróleo no altiplano boliviano. A referida reportagem foi censurada pelo governo boliviano com a justificativa de ferir a segurança nacional. A título de denúncia, nesse momento político em que vive a Bolívia, disponibilizo a reportagem completa em meu canal pessoal no YouTube. A autorização de utilização dos vídeos e áudios foram disponibilizadas pelos jornalistas. Todas as informações contidas na reportagem são de inteira responsabilidade dos jornalistas citados. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCrpb8QEnCF8a3tZCESftOcg?view_as=subscriber. Acesso em: 2 nov. 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.cepal.org>. Acesso em: 31 out. 2020.

- Redução da pobreza extrema em torno de 23%;
- Redução do analfabetismo baseado nos modelos de educação cubana de 13,3% em 2006 para 2,4% em 2018.

Além dos dados estatísticos descritos acima, o governo de Evo Morales nacionalizou os hidrocarburos, principalmente o petróleo e o gás, o que refletiu em retorno de recursos para a Bolívia. Com isso, houve um aumento no valor das pensões, soberania alimentaria, redução do analfabetismo (a Bolívia, até a data de produção deste artigo, pode ser considerada um território livre do analfabetismo), mais participação das mulheres nas atividades políticas e econômicas do país, valorização e reconhecimento da cultura indígena. Pode-se observar aqui que a Nova Constituição Política do Estado de 2007 foi debatida, discutida e votada pelo povo e criou o Estado Plurinacional, Pluriétnico e Pluricultural, adotando na Bolívia dois modelos económicos: o capitalismo e o *Ayllu*⁸.

O golpe

Em 11 de novembro de 2019, aconteceu um golpe de estado na Bolívia que derrubou o governo de Evo Morales. Segundo Rampinelli (2019), o golpe foi articulado em Santa Cruz de la Sierra, que se caracteriza por ser o centro do fascismo boliviano. Nessa região estão concentrados a maioria dos croatas e seus descendentes, os latifundiários, fazendeiros, a liderança da “meia lua”⁹, aqueles que desejavam, inclusive, separar o território boliviano¹⁰ para que não tivessem relações com os indígenas do altiplano (os *collas*¹¹).

FIGURA 1 – O PRESIDENTE EVO MORALES AYMA NO MOMENTO DE SUA RENÚNCIA



FONTE: Captura de tela de televisão boliviana feita pela autora.

Segundo Rampinelli (2019), o golpe envolveu interesses da oligarquia como, por exemplo, a venda do lítio, gás e petróleo para os Estados Unidos. Segundo o autor, pode-se dividir o golpe em quatro tipos de interesses:

Golpe fundamentalista religioso: nele, o terrorismo miliciano pentecostal reacionário exerceu o papel principal. Observa-se aqui, por exemplo, os discursos de ódio contra as crenças indígenas e a inserção da Bíblia e de símbolos católicos, como o crucifixo, na posse da autoproclamada atual presidente da Bolívia. Nos excertos a seguir, pode-se observar postagens com discursos racistas religiosos, a imagem dos políticos no *Palacio Quemado* com a Bíblia sobre a bandeira, e no texto da postagem a insinuação que Deus agora entraria no Palácio e não estava com as crenças indígenas. Pode-se observar também a afirmação de que a *Pachamama*, a Mãe Terra segundo a crença indígena, nunca mais voltaria ao Palácio do Governo.

FIGURA 2 – MOMENTO PÓS-GOLPE. ORAÇÃO NO PALÁCIO SOBRE A BANDEIRA BOLIVIANA COM A BÍBLIA¹²

Dios volvió al palacio y 15 min después empezaron las renuncias de todo los delincuentes de este país! A quienes no creyeron en esta mucha, les digo que Dios existe y ahora va a gobernar Bolivia para todos los bolivianos!

Mañana iniciamos procesos a los senadores, diputados, ministros, viceministros y todos los que humillaron a nuestra pueblo... no es odio ni venganza, es justicia! ... Ver mais



FONTE: Captura de tela do Facebook feita pela autora.

¹² “D-us voltou ao palácio e 15 minutos depois começaram as renúncias de todos os delinquentes deste país. Aqueles que não acreditavam que D-us existe, lhes digo que D-us existe e agora vai governar a Bolívia para todos os bolivianos. Amanhã iniciamos os processos contra os senadores, deputados, ministros, viceministros e todos aqueles que humilharam nosso povo... não é ódio nem vingança, é justiça!” (Tradução própria).

FIGURA 3 – MOMENTO PÓS-GOLPE. INSINUAÇÕES DE QUE AS CRENÇAS INDÍGENAS NÃO MAIS VOLTARÃO AO PALÁCIO DO GOVERNO¹³

"Nunca mas volvera la Pachamama al palacio de gobierno" en Bolivia

la Redacción | lunes, 11 nov 2019 07:29

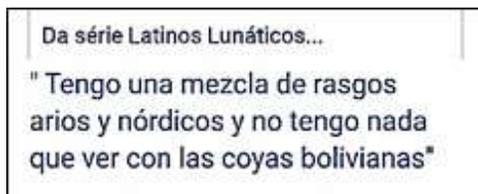


FONTE: Captura de tela do Facebook feita pela autora.

Golpe racista: dado pelos brancos contra os povos originários que hoje são aproximadamente 70% da população boliviana. Pode-se observar, aqui, os discursos proferidos contra as comunidades indígenas nas redes sociais e nos discursos oficiais do governo autopromovido. No excerto abaixo, um exemplo de racismo.

¹³ "Nunca mais a Mãe Terra voltará ao Palácio do Governo da Bolívia. / Fala de Fernando Camacho Vaca, conhecido por "O Macho", advogado na rica região de Santa Cruz, em foto, ontem, em La Paz." (Tradução própria).

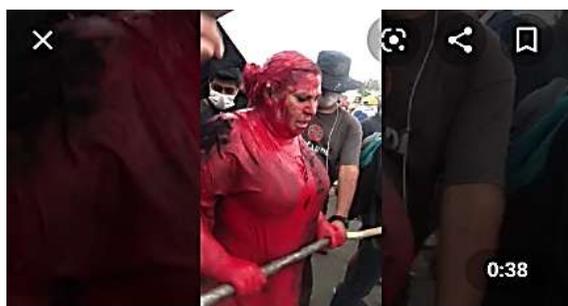
FIGURA 4 – MOMENTO PÓS-GOLPE. AFIRMAÇÃO DA AUTOPROCLAMADA PRESIDENTE DA BOLÍVIA SOBRE SEUS TRAÇOS ÉTNICOS¹⁴



FONTE: Captura de tela do Facebook feita pela autora.

Golpe machista: contra as senhoras de *pollera*¹⁵, contra mulheres, crianças e idosos. Observa-se aqui que houve agressões físicas nas ruas de Santa Cruz de la Sierra contra as senhoras que usavam as vestimentas típicas durante o processo do golpe.

FIGURA 5 – MOMENTO PÓS-GOLPE. AGRESSÃO FÍSICA ÀS MULHERES ORIGINÁRIAS¹⁶



YouTube

Le cortan el cabello y pintan la cara a la alcaldesa de Vinto



FONTE: Captura de tela de televisão boliviana feita pela autora.

¹⁴ "Tenho uma mistura de traços arianos e nórdicos e não tenha nada a ver com os indígenas do altiplano boliviano." (Tradução própria).

¹⁵ Senhoras indígenas que usam vestimentas típicas.

¹⁶ "Cortam o cabelo e pintam o rosto da prefeita de Vinto". (Tradução própria).

Golpe classista: se caracterizou por discriminar os pobres, que não faziam parte da classe dominante nem compartilham do conhecimento hegemônico.

FIGURA 6 – MOMENTO PÓS-GOLPE.
AFIRMAÇÃO QUANTO A TITULAÇÃO ACADÊMICA¹⁷



FONTE: Captura de tela do Facebook feita pela autora.

FIGURA 7 – MOMENTO PÓS-GOLPE.
AFIRMAÇÃO DA INFERIORIDADE INDÍGENA¹⁸

Indios ladinos que no entienden que ustedes están para servir a nosotros los blancos ustedes no merecen ni atención médica ni nada y felicito a mi presidenta por enviar a los militares para que los extermine abortos de la naturaleza como se atreven a ponerse al TU POR TU CON LA ACTUAL AUTODIDAD DE AÑES por eso luchamos 21 días para eliminar a las llamas NO MAS INDIOS AL PODER USTEDS ESTAN PARA SERVIRNOS ustedes no merecen ni el derecho a la vida y espero que los mate a todos INDIOS DE MERDA

👤 Aida Azero y 14 personas más 5 veces compartido

FONTE: Captura de tela do Facebook feita pela autora.

¹⁷ “Por fim, a Bolívia tem verdadeiros profissionais no ministério...” (Tradução própria).

¹⁸ “Índios latinos, não entendem que vocês foram feitos para servir aos brancos, vocês não merecem nem assistência médica e parabenizo a minha presidenta por mandar os militares exterminar a todos, abortos da natureza, como se atrevem a se opor À ATUAL AUTORIDADE DE AÑES, é por isso que lutamos 21 dias, para eliminar as lhamas, ÍNDIOS NUNCA MAIS NO PODER, VOCÊS EXISTEM PARA NOS SERVIR, vocês não merecem nem o direito à vida e espero que morram todos, ÍNDIOS DE MERDA”. (Tradução própria).

Disseminação dos discursos de ódio: o MAS em foco

Com a advento e a popularização da Internet no mundo e mais especificamente na Bolívia, as pessoas buscaram manter comunicações e interações sociais entre familiares, amigos, famosos, marcas, etc. É comum, na Bolívia, a criação de grupos familiares no *whatsapp* e a interação entre seus membros, muito mais que uma conversa no boteco ou um telefonema ou ainda uma conversa face a face. A nosso ver, por suas características introspectivas, o boliviano encontrou na internet e nas redes sociais um campo fecundo de comunicação e de exposição de suas ideias. Recuero (2009), nessa linha, destaca que as redes sociais impactaram a vida das pessoas e alteraram seu cotidiano, influenciando seus valores e a forma como constroem semioses.

Além disso, os sentimentos que estão *offline* são os mesmos sentimentos existentes na vida real e podem ser observados através de curtidas, comentários, compartilhamentos de mensagens, etc. Segundo Teixeira (2013), na internet as pessoas assumiram um caráter mais participativo, o que demonstra que o boliviano, por ter sido discriminado por tantos anos em sua história, vê no ciberespaço a oportunidade de expor suas opiniões. Assim, as pessoas no espaço virtual “presenciam um fato positivo ou negativo, registram e transmitem para os outros, que dão seu posicionamento sobre aquela situação e aos poucos vão envolvendo outras situações” (TEIXEIRA, 2013, p. 17).

Fenton (2012) assevera que a internet dá voz e poder a quem não possui os meios tradicionais de expressão, permitindo assim que as pessoas se unam em torno de alguma causa que pode gerar uma mudança social. A internet assim, pode reforçar o imediatismo da informação e “tomar lugar do mau jornalismo” (ECO, 2015), pois é um local que relega a mídia tradicional a segundo plano e ajuda a disseminar informações não verdadeiras, as famosas *fake news*.

A construção do ódio contra os *masistas*, porém, não teve seu início no espaço virtual. Ter um indígena como Presidente da República e uma forte representação indígena no espaço público des-

pertou, na sociedade elitista boliviana, o que Nogueira (2006) identifica como “preconceito de marca”, ou seja, a expressão da ideologia assimilacionista, com o abandono da herança cultural indígena, como vestimentas, penteados e mesmo religião, para se identificar mais diretamente com o colonizador. Isso surge, segundo o autor, pelo alto grau de exclusão, subalternização e opressão.

É interessante observar que, mesmo a Bolívia apresentando quase 70% de sua população indígena, a minoria branca ainda exerce um alto grau de dominação, o que reflete em vários setores da sociedade boliviana. Segundo dados da CEPAL, a estratificação social e a desigualdade etnorracial ainda são um problema nas sociedades latino-americanas e se apresentam como uma seqüela de anos de colonização e da persistente lógica colonial (MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2005).

Segundo Dussel (1993), desde a chegada dos colonizadores no continente americano, e enquanto formavam-se os Estados europeus, surgiu a concepção do *outro-não-europeu*. Essa concepção é manipulada objetivando controlar os povos originários e os povos escravizados para vencê-los e violentá-los (DUSSEL, 1993). A negação desse *outro* acompanha toda a colonização das Américas incorporando-o como instrumento a ser utilizado (DUSSEL, 1993). A problemática do colonizado, porém, não termina com a colonização. Segundo Quijano (2005) a colonialidade¹⁹ do poder persiste no mundo moderno e configura-se pela permanência de um padrão de hierarquizações que são baseadas principalmente na raça e na articulação em torno do capital, controle do trabalho, recursos e produtos.

¹⁹ O conceito de colonialidade é descrito por Ferreira (2018) baseado nas ideias de Wallerstein (1992). Para Ferreira (2018) a colonialidade seria “o estabelecimento de uma hierarquia racial e sociocultural, como parte do sistema do mundo moderno, e, por corolário, a diferença que se estabelece entre conquistadores (europeus) e conquistados (povos originários das Américas e do continente africano subsaariano). Esta forma de estruturação das sociedades, que se dá a partir das invasões do continente americano, subjuga e constrói a ideia do Outro selvagem, destituindo a linguagem e a história, daí sua possibilidade de escravização e opressão extrema. (p. 2)

O processo de descolonização²⁰ iniciado por Evo Morales e pelo MAS na Bolívia despertou, no indígena boliviano, uma luta emancipatória que em sua primeira fase, no nível político, buscou inserir nas decisões do Estado a participação ativa dos movimentos sociais, camponeses, indígenas e a maioria das classes minoritárias. Essa participação se prolongou para a educação, com a implementação do modelo sócio-comunitário-produtivo onde a participação da comunidade na escola se fez presente na saúde (com a inserção de médicos originários nos hospitais e suas medicinas tradicionais), na religião (com a valorização das crenças indígenas e suas respectivas manifestações), nas forças armadas (com a introdução de indígenas como representantes policiais), na imprensa (com jornalistas e apresentadores indígenas apresentando em seus idiomas de origem) e na maioria dos setores sociais.

Porém, uma fase muito importante de descolonização na Bolívia permaneceu ausente: a descolonização das relações sociais e do próprio ser, ou seja, a descolonização do poder. A relação colonizador e colonizado, ao se debruçar sobre a identidade racial do indígena e da pessoa branca, permaneceu intrínseca durante todo o governo de Evo Morales e ressurgiu com muito mais intensidade no momento do golpe de 11 de novembro, como pode ser observado nos discursos de ódio disseminados nas redes sociais deste período.

A supremacia branca ainda pode ser claramente observada nos discursos bolivianos. A exaltação da cor branca como sinônimo de belo pode ser observada empiricamente dentro dos discursos familiares, nas escolas, nas ruas e na maioria dos setores sociais. Em nossa

²⁰ Cabe aqui uma breve explicação sobre dois termos que são relevantes no texto deste artigo: descolonização e decolonização. O processo de descolonização iniciado pelo presidente Evo Morales em 2010, tratou-se de um projeto de governo que apresentava novas estratégias em favor dos setores historicamente desprotegidos, em particular os povos originários e os camponeses. Um dos primeiros passos nesse processo foi a nacionalização dos recursos naturais, e o uso das matérias primas que brotavam da *Pachamama* (A Mãe Terra), não para as transnacionais, mas, para o próprio povo boliviano. Quanto ao conceito de decolonização, ou estudos Decoloniais, surgem a partir de um grupo de estudiosos oriundos do Sul global, que busca o reconhecimento dos saberes vindos do Sul. Trata-se de um movimento epistemológico que envolve estudiosos como Quijano, Maldonado-Torres, Mignolo, e outros que se juntaram ao movimento como, por exemplo, Boaventura de Souza Santos.

permanência na Bolívia, muitas vezes presenciamos discursos como “eu sou branca como você”, “meus filhos são brancos”, “eu não sou indígena”, o que reforça a teoria da colonialidade que se estabelece no conceito de branquitude²¹. Na Bolívia, mesmo sendo minoria, ser branco é sinônimo de privilégio e não é nenhuma surpresa observar indígenas se passando por brancos, ou seja, exercendo o seu preconceito de massa²². Isso pode ser observado em alguns discursos postados no *Facebook* como o que disponho no excerto abaixo:

FIGURA 8 – O PRECONCEITO DE MASSA, O DESEJO DE SER BRANCO²³

La historia nos dice que no hay un modelo de indígena puro. Seamos coherentes con las aseveraciones, no todos los indigenas se parecen. Ni siendo hermanos de padre y madre muchas veces nos parecemos. Que no tengamos rasgos nordicos algunos, no quiere decir que no tengamos otros rasgo, tengo rasgos españoles, hasta mi apellido es español y no por eso soy superior o

FONTE: Captura de tela do Facebook feita pela autora.

Na Bolívia hoje, qualquer indígena é visto como *masista*, terrorista, narcotraficante, inferior, sem conhecimento²⁴. A ideologia dominante, que articulou o golpe de 11 de novembro de 2019, exerce na população boliviana a colonialidade do poder, expressan-

²¹ Neste artigo não discorremos sobre o conceito de branquitude desenvolvido por muitos estudiosos. A título de esclarecimento, porém, vale observar que o conceito de branquitude tem aparecido recentemente como “uma abordagem relativamente nova dos estudos das causas e efeitos da profunda divisão social nas diferentes tradições disciplinares” (WARE, 2004, p. 8) e que busca entender a relação entre colonizador e colonizado sob a perspectiva dos traços raciais da pessoa branca.

²² A propósito do conceito de preconceito de massa, Nogueira (2006) discorre sobre os vários preconceitos intrínsecos dentro do preconceito de origem e preconceito de massa.

²³ “A História nos diz que não existe um modelo de indígena puro. Sejam os coerentes com nossas afirmações, nem todos os indígenas são parecidos. Nem sendo irmãos de pai e mãe nos parecêsemos. Que não tenhamos traços nórdicos não quer dizer que não tenhamos outros traços espanhóis, até meu sobrenome é espanhol...” (Tradução própria).

²⁴ Burro é um dos termos usados com frequência, inclusive, o *masiburro* (*masista+burro*).

do o racismo e o preconceito em seu mais alto grau, inclusive com agressões físicas²⁵.

A colonialidade exercida pela oligarquia branca se faz perceber nos discursos políticos e religiosos, na destruição de símbolos indígenas e no reforço das ideias coloniais, sempre com o objetivo de subjugar a ideia do *outro* como selvagem, destituindo sua história – daí a possibilidade de escravização e opressão externa. Nos excertos a seguir, pode-se observar como a *Whipala*, símbolo dos povos originários andinos, é queimada publicamente e como policiais bolivianos retiram a bandeira de seu uniforme logo em seguida ao golpe. Vale observar aqui também que símbolos como o *Patufu* e a *Cantuta*, que faziam parte da faixa presidencial no governo de Evo Morales, já foram retirados da faixa presidencial da autoproclamada presente boliviana atual.

FIGURA 9 – MOMENTO PÓS-GOLPE. A QUEIMA DA WHIPALA.



FONTE: Captura de tela de Facebook feita pela autora.

²⁵ É comum presenciar, desde o golpe de 11 de novembro, agressões físicas a senhoras de *pollera* ou aos indígenas do campo, dentro das cidades bolivianas.

FIGURA 10 – MOMENTO PÓS-GOLPE.
POLICIAIS RETIRANDO A WHIPALA DO UNIFORME.



FONTE: Captura de Tela do Facebook feita pela autora.

A análise

Trabalhar com gêneros discursivos à luz dos estudos do LC é possibilitar questionamentos e ressignificações ideológicas naturalizadas. Segundo Bakhtin (2003, 2013), os gêneros do discurso são enunciados relativamente estáveis que circulam nas diversas esferas onde a linguagem é utilizada. Esses gêneros refletem suas necessidades temáticas, seus participantes e a intenção do interlocutor. Os gêneros discursivos são, portanto,

Manifestações sociais de linguagem, materializados em elementos verbais e/ou não verbais, e intencionalmente selecionados e organizados com um objetivo socio interacional, dentro de um esfera social, de modo a permitir aos seus interlocutores a construção de significados e a sua ação nessa esfera, em decorrência da ativação de perguntar-se como, onde, conhecimentos prévios de práticas socioculturais em uso (TILIO, 2012, p. 213).

Dessa forma, os gêneros discursivos são uma ferramenta para se desenvolver a criticidade e a autorreflexividade no sujeito, na medida em que se considera não apenas a produção linguística, mas as condições em que esses gêneros foram processados, sua circulação e sua distribuição. Segundo Fairclough (2001), é preciso perguntar-se como, onde, por que, para quem esses textos foram produzidos.

Na era digital, onde os gêneros discursivos no ciberespaço marcam o que Santaella (2003) denominou como “cultura digital”, o universo do *Facebook* é um importante espaço de escrita *online*. Neste trabalho, buscamos entender as relações de poder, racismo, discriminação na construção dos discursos que circularam no período de 20 de outubro a 22 de novembro de 2019 nas redes sociais, especialmente aqueles discursos que incitaram ao ódio e/ou violência. Para isso foram realizadas, nesse período, gravações de vídeos, fotos, e observações dos referidos discursos. Além de conhecer o funcionamento da construção do discurso de ódio nas postagens do *Facebook*, buscamos também contribuir para desenvolver no sujeito sua criticidade e autorreflexividade para que esses mesmos sujeitos possam ser, num futuro próximo, mais conscientes em suas escolhas.

Os memes, os comentários, as postagens no Facebook são importantes replicadores do pensamento social em determinado período sócio-político-cultural de uma sociedade e assim, com a exposição deste artigo quero promover discussões futuras sobre racismo, sexismo, identidade nacional na Bolívia, dentre outros temas que ficaram evidentes nas postagens dos bolivianos, no período do golpe de 11 de novembro.

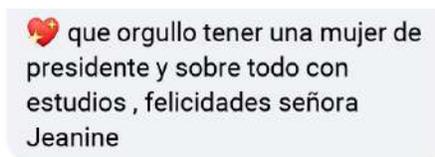
Vale observar aqui que, diariamente, o Facebook recebe cerca de 1 milhão de denúncias de postagens com conteúdo que incitam ao ódio ou são ilegais. Atenta a isso, a União Europeia assinou um documento em 31 de maio de 2016 que apresenta regras sobre conteúdos racistas, ilegais ou violentos nas redes sociais. Antes disso, o Facebook já havia se pronunciado sobre o *bullying* e lançou uma plataforma que serve como apoio para as vítimas dos agressores.

Com o atual momento político boliviano é propenso à disseminação dos discursos de ódio, buscamos analisar quais são os temas mais recorrentes e que, em geral, geraram polêmicas. Foram analisadas cem postagens no período de 10 de outubro (data das eleições presidenciais na Bolívia) a 22 de novembro (período pós-golpe de estado), tendo como embasamento teórico a Análise de Conteúdo de Bardin (2006).

Os resultados indicaram que, das 100 (cem) postagens, 70 (setenta) referem-se às características indígenas; 20 (vinte) mostram textos que de alguma forma continham temas religiosos e 10 (dez) referem-se à escolaridade dos envolvidos no golpe.

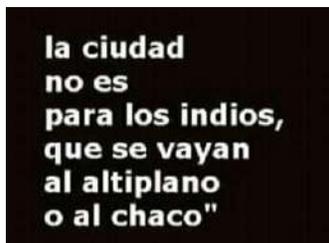
Todas as postagens analisadas apresentaram nuances de discriminação, sexismo, racismo contra *masistas* e apresentaram também relativos interdiscursos de ódio. Vejamos alguns exemplos de postagens que fizeram parte da análise. A Figura 11 apresenta intertextos, onde sinaliza a falta de conhecimento do indígena e valoriza os conhecimentos hegemônicos. A Figura 12 apresenta o preconceito classista, em que separa a cidade para os brancos e as aldeias para os indígenas. A Figura 13 apresenta a palavra índio como termo pejorativo. As Figuras 14, 15 e 16 apresentam a valorização do conhecimento hegemônico e o preconceito contra o dialeto indígena.

FIGURA 11 – SOBRE O GRAU DE ESCOLARIDADE DO INDÍGENA²⁶



FONTE: Captura de tela do Facebook feita pela autora.

FIGURA 12 – DISCURSO RACISTA QUE SUPÕE A CIDADE PARA OS BRANCOS E AS ALDEIAS PARA OS INDÍGENAS²⁷



FONTE: Captura de tela do Facebook feita pela autora.

²⁶ "Que orgulho ter uma mulher como presidenta e sobretudo com estudos, parabéns senhora Jeanine". (Tradução própria).

²⁷ "A cidade não é para os índios, que vão ao altiplano e ao chaco". (Tradução própria).

FIGURA 13 – CRÍTICA AO PRESIDENTE EVO MORALES

**“Agarrado ao poder, o
‘pobre índio’”**

FONTE: Captura de tela do Facebook feita pela autora.

FIGURA 14 – A VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO HEGEMÔNICO²⁸

Q vergüenza.... Poniendo wipahalas por
miedo y peor esos horcos monstruosos
pensando q esa bandera los representa...
Esos taras solo estan pagados y como
solo saben gritar y lanzar piedras ni leer ni
escribir y pues sería hermoso q México
mande más aviones y se lleve este intento
de humanidad.....policias y militares
arremetan todo contra estos mulas

FONTE: Captura de tela do Facebook feita pela autora.

FIGURA 15 – CRÍTICA AO DIALETO INDÍGENA. PRECONCEITO LINGUÍSTICO²⁹

**Ella tan "Nadie se
wrinde" y yo tan "por
qué cuerren".**

FONTE: Captura de tela do Facebook feita pela autora.

FIGURA 16 – A VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO HEGEMÔNICO³⁰

**Despues de casi 14 años, me
siento orgulloso de tener .una
presidenta con mucha categoria.**

FONTE: Captura de tela do Facebook feita pela autora.

²⁸ “Que vergonha...Usar a Wiphala por medo e pior esses machos monstruosos pensam que essa bandeira lhes representa... esses mal-educados estão sendo pagos e como só sabem gritar e jogar pedras, nem ler nem escrever sabem, seria bom que o México mandasse mais aviões para levar esses projetos de humanos...” (Tradução própria).

²⁹ “Ela diz ‘ninguém se rende’, eu repondo ‘por que correm?’” (Tradução própria).

³⁰ “Depois de quase 14 anos me sinto orgulhoso por ter uma presidenta com muita categoria.” (Tradução própria).

Considerações Finais

No intuito de observar , a partir de postagens no *Facebook* no período de 20 de outubro a 22 de novembro de 2019, como os bolivianos se posicionaram com relação ao preconceito contra indígenas, questões de religião e etnia, sexismo, identidade nacional e outros temas que surgiram nesse período, objetivamos investigar como os gêneros textuais no contexto digital podem ser utilizados para a construção do discurso de ódio contra determinada esfera de uma sociedade. O estudo foi mediado por conceitos dos estudos do Letramento Crítico e outros pressupostos teóricos como a Análise do Discurso Crítica de Fairclough (2001) e a Ciência Social Crítica, como também, para a análise dos dados, a Análise de Conteúdo de Bardin (2006), que possibilitaram, em uma análise conjunta, detectar a intertextualidade expressa nos diversos discursos de ódio postados no *Facebook* no cotidiano das postagens.

Com base nesta experiência evidenciamos que com a utilização de postagens repletas de discurso de ódio em produções textuais e visuais, discussões entre participantes do *Facebook* e a disseminação dos discursos de ódio nas redes sociais, os estudos do Letramento Crítico nos levam a refletir sobre as desigualdades ainda existentes na população boliviana, dentre elas as desigualdades de linguagem, etnia, gênero e classe.

Ao buscar a igualdade e a justiça social por meio da conscientização do sujeito, os estudos do Letramento Crítico como uma prática social situada nos levam a refletir como podemos exercer nosso papel ético em situações de conflito social para incentivar os sujeitos envolvidos no processo a rearticularem seu pensamento e suas concepções quanto ao *outro*. Pensar a alteridade eticamente ainda é e sempre será um desafio constante. Ver e rever nossos conceitos e preconceitos nos levará, sem dúvida, a ser sujeitos mais consciente e reflexivos, contribuindo para a paz e para a justiça social.

Referências

AMARAL, A; MONTEIRO, C. “Esses Roquero não curte”: performance de gosto no Unidos contra o Rock no Facebook. **FAMECOS**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 446-471, maio/ago. 2013.

ANDRADE, S. B. **Discursos e Letramentos na inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino público**. Brasília: Editora UNB, 2013.

ANDREOTTI, V. Innovative methodologies in global citizenship education: the OSDE initiative. *In: GLOBAL citizenship in the English language classroom*. United Kingdom: British Council, 2008. p. 40-47. Disponível em: https://www.teachingenglish.org.uk/sites/teacheng/files/pub_GlobalCitizen v2.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Problemas da Poética de Dostoievski**. 5. ed. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.

BUZATO, M. **Letramento e Inclusão na Era da Linguagem digital**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

CARBONIERI, D. Descolonizando o ensino de Literaturas de Língua Inglesa. *In: JESUS, D. M. de; CARBONIERI, D. (org.). Práticas de Multiletramentos e Letramento Crítico: outros sentidos para a sala de aula de línguas*. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 121-142. (Coleção Novas Perspectivas em Linguística Aplicada).

CERVETTI, G.; PARDALES, M. J.; DAMICO, J. S. A tale of differences: comparing the traditions, perspectives and educational goals of critical reading and critical literacy. **Reading Online**, online, v. 4, n. 9, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334372467_A_Tale_of_Differences_Comparing_the_Traditions_Perspectives_and_Educational_Goals_of_Critical_Reading_and_Critical_Literacy. Acesso em: 2 nov. 2020.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 1999.

CUSICANQUI, S. R. **Violencias (re)encubiertas en Bolívia**. Santander: Otramérica, 2012.

DUSSEL, E. **Método para una filosofía de la liberación**: separación analéctica de la dialéctica hegeliana. Salamanca: Sigueme, 1973.

ECO, H. **Número Zero**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução: Izabel Magalhaes. Brasília: Editora UNB, 2001.

FENTON, N. The Internet and Radical Politics. *In*: CURRAN, J.; FENTON, N.; FREEDMAN, D. **Misunderstanding the internet**. New York: Routledge, 2012.

FERREIRA, G. L. Entender a branquitude para buscar superá-la. *In*. PINTO, S. R.; IGREJA, R. L. (org.). **Pensando a América Latina desde o Caribe**. Curitiba: CRV, 2018. p. 41-64.

FISS, O. M. **A ironia da liberdade de expressão**: estado, regulação e diversidade na esfera pública. Tradução: Gustavo Binenbojm e Caio Mário da Silva Pereira Neto. Rio de Janeiro. Renovar, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia del Oprimido**. 2. ed. Montevideo: Editorial Tierra Nueva, 1970.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 2 nov. 2020.

GALEANO, E. Contra o Golpe na Bolívia e ao lado dos povos latino-americanos. **Movimento Revista**, 11 abr. 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/04/eduardo-galeano-palestina-israel/>. Acesso em: 30 out. 2020.

GOFFMANN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Tradução: Mathias Lambert. Rio de Janeiro. LTC, 2008.

JANKS, H. The Importance of Critical Literacy. **English Teaching: Practice and Critique**, v. 11, n. 1, p. 150-163, May 2012. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ970245.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

JORDÃO, C. M.; FOGAÇA, F. C. Ensino de Inglês, Letramento Crítico e Cidadania: um triângulo amoroso bem-sucedido. **Línguas&Letras**, Cascavel, v. 8, n. 14, p. 79-105, 2007.

KLEIMAN, A. B.; VIEIRA, J. A. O impacto identitário das novas tecnologias da informação e comunicação (Internet). *In*: MAGALHÃES, I.; GRIGOLETTO, M.; CORACINI, M. J. **Práticas identitárias**: língua e discurso. São Carlos: Clara Luz. 2006. p. 119-132.

LEBRUN, J. P. **O Futuro do Ódio**. Tradução: C. F. J. Corrêa. Porto Alegre: CMC, 2008.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciências da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1. p. 71-81, jan./abr. 2001.

SCHÄFER, G.; LEIVAS, P. G. C.; SANTOS, R. H. dos. Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 52, n. 207, p. 153-178, jul./set. 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ri/edicoes/52/207/ri/v52_n207_p143.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 33-49.

MOCELLIM, A. Lugares, não-lugares, lugares virtuais. **Revista do PPGSP da UFSC**, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 77-101, jan./jul. 2009.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RAMPINELLI, W. **O golpe na Bolívia**. [entrevista para a UFSC]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R7RhqvGP_yY. Acesso em: 13 nov. 2019.

RECUERO, R. **Redes Sociais e Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTAELLA, L. Da cultura das Mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **FAMECOS**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 23-32, dez. 2003.

STREET, B. V. **Literacy in Theory and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press. 2012.

TEIXEIRA, P. B. **Caiu na rede. E agora?** Gestão e gerenciamento de crises nas redes sociais. São Paulo: Évora, 2013.

TILIO, R. Atividades de leitura em livros didáticos de inglês: PCN, letramento crítico e o panorama atual. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 997-1024, 2012.

WALLERSTEIN, N. Powerlessness, Empowerment, and Health: Implications for Health Promotion Programs. **American Journal of Health Promotion (AJHP)**, online, v. 6, n. 3, p. 197-205, jan. 1992.

WARE, V. O poder duradouro da branquitude: “um problema a solucionar”. *In*: WARE, V. **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Tradução: M. L. Vasconcelos. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 7-40.

ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da Ideologia**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

11



Análise de discurso crítica, interdisciplinaridade e políticas socioambientais

Antonio Nilson Alves Cavalcante¹

Atualmente, é bastante recorrente as discussões em torno das condições dos ecossistemas que foram fortemente comprometidas pelas práticas gerais humanas. Nesse sentido, propomos estabelecer esse entendimento teórico, a partir de um diálogo interdisciplinar entre os estudos críticos da linguagem, na área da Linguística Aplicada, articulando diferentes autores, como Celani (2007), Moita Lopes (2007, 2011), Pennycook (2006), Rojo (2013), Resende (2006, p. 108), Fairclough (2005, 2008) e outros. Tal feito pretende compreender como conceitos tão característicos a esse campo de estudo podem contribuir com o panorama presente diante da sustentabilidade, principalmente no que toca a formulação de políticas socioambientais que coloquem a população menos favorecida como base das reflexões ecológicas, comprometidas tanto com a justiça ecológica quanto socioambiental.

Assim, pretendemos considerar como o conceito de interdisciplinaridade pode proporcionar uma fundamentação teórica para articularmos um questionamento das práticas que comprometem a manutenção da natureza, em perspectiva de uma análise do discurso oficial de abertura da Conferência das Nações Unidas, sobre Desenvolvimento Natural (Rio+20)², no intuito de verificarmos como

¹ Mestre em Linguística Aplicada (PosLA-UECE), professor na educação básica pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC-CE). E-mail: nilsonalvesk8@hotmail.com.

² O discurso oficial de abertura da conferência Rio+20 foi realizado pela então presidenta da República Dilma Rousseff e teve duração de 21 minutos e 19 segundos. Apesar de não poder ser mais acessado pelo antigo link do site do Palácio do Planalto (<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-protocolar-da-conferencia-das>

essa manifestação discursiva pode contribuir na mobilização de autoridades governamentais ou instituições privadas para o engajamento na constituição de políticas socioambientais que consigam questionar a ideologia do crescimento econômico infinito, mas sem desconsiderar a importância de um desenvolvimento qualitativo (FURTADO, 2002) e a necessidade de inclusão das nações subdesenvolvidas em um nível considerável de progresso, para, só então, poderem conceber a possibilitar de vincular-se por uma economia de estado estável (DALY, 1984).

Nesse entendimento, nosso capítulo se apresenta sob a perspectiva da Linguística Aplicada (LA), a qual engloba a formulação teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica (ADC), enquanto seu domínio, o qual pode ser utilizado em prol da compreensão da contribuição do campo dos estudos sobre a linguagem e as práticas sociais, para as discussões sobre sustentabilidade e de políticas socioambientais que enfatizem a população em geral como foco de um desenvolvimento econômico genuíno que não esteja voltado apenas para a obtenção do lucro individual ambicioso, concentrando as riquezas e os benefícios do progresso tecnológico nas mãos de grupos hegemônicos elitistas. Para tanto, temos como objetivo lançar uma discussão sobre a interdisciplinaridade no campo da LA, no qual se insere a ADC, enquanto seu domínio, e, tomando como objeto de análise de nosso capítulo, pretendemos ainda analisar como o discurso de abertura da Rio+20, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 13 a 22 de junho de 2012, pode contribuir com uma perspectiva de sustentabilidade na qual os mais pobres sejam levados em consideração.

Além disso, em vista da definição de sustentabilidade que assumimos, esta é entendida como conjunto de ações e processos destinados a manutenção e preservação da vida como um todo e dos ecossistemas, no atendimento das necessidades atuais e futuras da humanidade (BOFF, 2015), ressaltando, a partir da análise do dis-

-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio-20), o discurso ainda se encontra disponível em outras plataformas, como no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=b-QibvHJ5VA>.

curso de abertura da Rio+20, como um de seus desafios passa a ser o estabelecimento de uma aliança global de sustentabilidade, entre setores do governo, empresas privadas e população em geral, de modo a engajarem-se na mudança de paradigma em prol do cuidado com a natureza e com aqueles que foram sempre relegados diante das políticas e dos empreendimentos políticos, culturais e econômicos, no contexto do neoliberalismo. Assim, pensamos como seria possível vincular os setores público (governo), privado (empresas) e individual (população em geral ou sociedade civil) na criação de medidas efetivas em prol da sustentabilidade, tal qual a tão necessária aliança global ambiental.

Por este viés, entendemos que a aplicabilidade da interdisciplinaridade como contribuição ao provimento da investigação da sustentabilidade em práticas culturais e linguísticas, tal fazemos na averiguação de como o discurso oficial de abertura do Rio+20, pode gerar, através de sua análise de discurso, efeitos de sentidos em prol da unidade entre a sociedade civil, as empresas e os órgãos governamentais, na construção de políticas socioambientais que favoreçam a transformação social, com foco na justiça ecológica e socioambientais.

Nesse caso, colocar a sociedade civil na tríade articulada com os governos e empresas têm a intenção, por nosso foco argumentativo e analítico, tanto de não precisamos depender da bel vontade de uma organização supranacional entre os grupos nacionais do governo que garanta a sustentabilidade, como se ela não estivesse muitas vezes sujeita aos interesses econômicos do empresariado que influenciam negativamente a tomada de medidas efetivas³, quanto de avaliar como pode haver uma contribuição da parte dos movimentos sociais e das pessoas comuns na prática da sustentabilidade, ao pressionarem o governo e as empresas a reconhecerem a premência da questão socioambiental, o que pode acontecer quando tais grupos percebem os elementos manipuláveis do discurso

³ Um caso concreto desse problema foi apresentado por Guimaraes e Fontoura (2012), a respeito do *lobby* feito por um grupo contratado por uma empresa específica que comprometeu a participação dos EUA na conferência Rio+10, realizada em Johannesburg em 2002.

mercadológico em prol do consumismo e da produção predatória, encontrando motivos mais táticos e estratégicos de engajamento a práticas relacionais conservatórias com o outro e com a natureza, a ponto de que a realização da sustentabilidade possa ser tomada como uma proposta de agência coletiva, articulando a responsabilidade empresarial, governamental e social em assumir posturas que desempenhem a tão esperada governança global para a sustentabilidade geral do planeta.

LA e a interdisciplinaridade

No que toca à interdisciplinaridade⁴ na área da LA, temos que vários linguistas, como Celani (2007), Moita Lopes (2007, 2011), Pennycook (2006), Rojo (2013) e outros, apontam para o fato de ser necessário um diálogo interdisciplinar na abordagem da linguagem como prática social, uma vez que diversas grandezas e/ou fatores se articulam em seu uso, tais como o próprio social, o cultural, o econômico, o político e afins. Como bem coloca Pennycook (2006, p. 72), “Uma das limitações de compreensões comuns de interdisciplinaridade é o modo por meio do qual as disciplinas continuam a ser vistas como entidades bastante estáticas”. Esse risco da interdisciplinaridade não impede que a tomemos enquanto paradigma epistemológico que oferece condições necessárias para abordar amplamente os usos de linguagem tal qual está implicado nas práticas sociais, tal feito nosso *corpus*. Parafraseio, pois, Pennycook (2006), para dizer que a interdisciplinaridade também diz respeito a movimentos, fluidez e mudanças, característica dos fenômenos sociais e

⁴ É importante ressaltar que não ignoramos as discussões distintivas, no campo da Linguística Aplicada (ou em seu domínio da Análise de Discurso Crítica), entre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade ou outros correlatos, como multidisciplinaridade, indisciplinaridade, pluridisciplinaridade, etc. Contudo, como o atual capítulo não é reservado para esse debate, para o qual precisaríamos destinar outro trabalho com esse objetivo, nosso uso generalista do conceito de interdisciplinaridade é feito a partir da intenção de ressaltar as convergências de similitude entre todas essas relações disciplinares, no intuito de mencionar a impossibilidade dos estudos de linguagem abordar seus objetos, relevantemente, a partir de um único segmento estanque de conhecimento que ignore a premência da interseção de diversos domínios no trato da linguagem.

da linguagem usada no processo contemporâneo das práticas sociais em torno de vários temas, inclusive da sustentabilidade, por via do que podemos entender nossas pesquisas linguísticas e discursivas como parte da luta social.

Para Moita Lopes (2011), a Linguística Aplicada é acolhida pelas pesquisas sociais, de modo que podemos encontrar aí uma primeira conexão com a ADC, enquanto domínio interdisciplinar da LA, porquanto a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica se inscreve igualmente como modelo propício às pesquisas sociais, no enalço de avanços pela relação interdisciplinar entre linguística e ciências sociais. De acordo com Resende (2006, p. 108), “a ADC realiza o objetivo de transcender a divisão entre a pesquisa inspirada pela Ciência Social, que tende a não analisar textos, e a pesquisa inspirada pela Linguística, que tende a não se engajar com questões teóricas das Ciências Sociais”. Moita Lopes (2011), considerando a Linguística Aplicada como campo de estudo referente às Ciências Sociais, perfila o sujeito social dentro do que chama de LA Indisciplinar, sendo possível que tomemos de empréstimo sua lógica, para discernir em favor da interdisciplinaridade, na busca de responder aos problemas sociais da atualidade em todo o seu nível de complexidade.

O caráter indisciplinar, elencado por Moita Lopes (2011), teria a ver com a insatisfação de que os estudos da linguagem sejam uma mera disciplina em isolamento, quando se trataria de fato de uma área mestiça que responde a desafios sem recorrer a paradigmas pré-estabelecidos. Vale aqui esclarecer que Moita Lopes (2007) tece também suas diferenciações entre transdisciplinaridade e interdisciplinaridade, referindo-se a Gibbons e sua equipe, a fim de enfatizar que na transdisciplinaridade, “A integração das disciplinas não é gerada por estruturas disciplinares – neste sentido o processo de conhecimento não é disciplinar, [pois] corta várias disciplinas – mas é pensada e criada desde o início no contexto de uso ou aplicação” (GIBBONS et al. apud MOITA LOPES, 2007, p. 106). Contudo, tal distinção não parece comprometer a premissa da interdisciplinaridade por um uso generalista do conceito pelo qual pretendemos sugerir a impossibili-

dade dos estudos de linguagem virem a abordar seus objetos, de modo relevante socialmente, quando restritos a um único segmento de conhecimento, o qual ignora a importância da convergência ou interseção dos muitos domínios no tratamento da linguagem.

De toda maneira, o mesmo autor apresenta semelhanças entre a transdisciplinaridade e expressões características da Linguística Aplicada, apresentadas em vários tópicos, tais como: contexto de aplicação, conhecimento teórico e prático, tipo de conhecimento participativo e colaborativo, conhecimento contextualizado, realidade complexa e outros que, também, parece-nos aplicáveis ao nível da intertextualidade. Diante desses aspectos, Moita Lopes (2007) expõe pontos de semelhança da produção de conhecimento na área da Linguística Aplicada e do processo investigativo transdisciplinar considerado por Gibbons et al., permitindo desfazer a aparente incompatibilidade entre a pesquisa do linguista aplicado e a transdisciplinaridade, sobretudo pela importância do contexto de aplicação como meio de interação para além dos limites disciplinares, a qual não é totalmente alheio às investigações interdisciplinares.

Devido ao próprio fluxo epistemológico constante no campo da LA, alguns autores, como Rojo (2013), especificam aspectos decorrentes da aplicabilidade nesse campo, ora voltados ao interesse pela interdisciplinaridade, ora reforçados pelo viés da privação sofrida, que apontam a necessidade interdisciplinar na abordagem das situações de uso da linguagem. Nas palavras da autora, a aproximação do “mundo como ele é” tem uma série de outras implicações em nosso fazer científico ou em nossa produção de conhecimento. A começar pelo fato de que, ao fazê-lo, não é mais possível fazer uma “ciência pura” (seja lá o que isso queira dizer). Para aproximarmos-nos das línguas (ou, mais, recentemente, das linguagens) e de seu funcionamento no “mundo como ele é”, não é mais possível fazermos uma ciência disciplinar (ROJO, 2013, p. 64). Nesse sentido, investigar aspectos do discurso no contexto temático referente à sustentabilidade é também considerar, interdisciplinarmente, as condições humanas de sobrevivência que, dependendo de como são favorecidas, podem levar ao colapso de

grande parte da vida da atual população, privada dos benefícios e bens que ela mesma produz.

Essa interdisciplinaridade, na abordagem da sustentabilidade, possibilita uma visão mais despojada das insuficiências disciplinares diante da amplidão de fatores que concorrem no uso da linguagem implicado nesse tema. Em seu turno, ao ressaltar as privações sofridas, Rojo (2013, p. 67) reforça que “a transdisciplinaridade ou Indisciplinaridade é enfocada como ‘leveza de pensamento’ necessária para compreender, interpretar e interferir nas realidades complexas representadas pelas práticas sociais situadas”. Assim, não podendo negar que essas vantagens da perspectiva transdisciplinar e indisciplinar decorrem facilmente da perspectiva interdisciplinar, apreendemos que as implicações de tais argumentos que a autora aponta, quando sugere o modo de como é feita a articulação teórico-metodológica pela transdisciplinaridade, assim como os que relacionamos com a interdisciplinaridade, dependem apenas do quanto um pesquisador ou pesquisadora estão empenhados em ir além das suspeitas rasas de limites intransponíveis ou impermeáveis, de modo a atingir níveis singulares de investigação, já que, para nós, tanto a transdisciplinaridade e a indisciplinaridade, quanto a multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e a interdisciplinaridade, ocorrem “a partir de um ponto de vista e de uma apreciação valorativa únicos sobre o objeto de investigação” (ROJO, 2013, p. 67).

Assim, pelas peculiaridades das pesquisas interdisciplinares, ainda é possível observar o quanto essa perspectiva pode representar uma inovação considerável para as diversas áreas, passando a não serem mais vistas pela perspectiva do isolamento teórico-metodológico. Celani (2007) chega a apontá-la por um ângulo novo de produção de conhecimento, desenvolvida pelos linguistas aplicados. Adquirindo as características a partir de Moita Lopes (2007), a feição interdisciplinar de teorização ou de modelação tática de metodologias oferece um ganho considerável aos campos de estudo e, como Celani (2007) apresenta, a Linguística Aplicada chegou a esse nível teórico-metodológico, ao passar primeiro pelo viés aplicacionista, no qual a LA se privava de uma teorização própria e, poste-

riormente, pelas vertentes “multi/pluri/interdisciplinares”, sendo que, de frente desse desenvolvimento teórico da LA em direção à interdisciplinaridade, podemos ver em que medida, após o surgimento do caráter multi/pluri/interdisciplinar da área, essa área avançou consideravelmente enquanto ciência da linguagem e das práticas discursivas. Por sua vez, Celani (2007) oferece um esboço do panorama transdisciplinar na LA, pelo qual é importante notar a superação realizada para além dessa vertente aplicacionista inicial, por meio da atitude de ressaltar uma nova relação entre teoria e aplicabilidade que se volta às respostas das necessidades sociais, sob influência de compreensões de campos diversos, o que é algo que não pode ser considerado pelo viés interdisciplinar.

Resende (2006) postula sobre a necessidade da transdisciplinaridade na investigação do uso da linguagem nas práticas discursivas e sociais, que, ao considerar as contribuições da ADC, sendo que, desde a formulação teórico-metodológica no campo da Linguística Aplicada, podemos perceber como outros domínios se beneficiaram desse contexto geral. Celani (2007, p. 117), em seu turno, afirma que uma nova postura diante da pesquisa e da delimitação da área de atuação da LA se delinear. Essa postura vem da área da filosofia da ciência e pode ser assumida em relação ao estudo/pesquisa em qualquer campo do saber. Salvo suas distinções, poderíamos atribuir esses destaques aos diversos empreendimentos de diálogos entre as disciplinas ou áreas do conhecimento, pelos mais variados vieses, como o transdisciplinar, o multidisciplinar, o indisciplinar, o pluridisciplinar e o interdisciplinar. Nessa perspectiva, justifica-se a proposta de investigação crítica dos aspectos discursivos favoráveis a uma política socioambiental inclusiva no discurso de abertura da Rio+20, tendo em vista questões que favoreçam uma sociedade solidária e sustentável, o que nos leva a assumir a interação possível de áreas como a Linguística Aplicada, a Economia e a Ecologia, através de um dos domínios da LA, o qual oferece uma relação dialética entre discurso e elementos sociais (FAIRCLOUGH, 1989, 2005, 2008, 2012; RESENDE, 2006; RESENDE; RAMALHO, 2008; GOMES, 2018).

Dessa maneira, o estudo da linguagem no processo de produção discursivo em torno da sustentabilidade assume o caráter interdisciplinar e deixa de lado as pretensões de autonomia entre as disciplinas, por se compreender relacionada ao quadro de problematizações no qual os fenômenos discursivos existem enquanto práticas sociais. Concordamos com Celani (2007), ao enfatizar a inovação da transdisciplinaridade na Linguística Aplicada e destacar a colaboração entre disciplinas no estudo de seu objeto, campo, objetivo etc., o que se vincula igualmente à interdisciplinaridade que nos possibilita falar da existência de um fio condutor pela qual está implicada uma interação dinâmica dos saberes, conceitos e metodologias. Para nós, isso emerge como indicação de que a Linguística Aplicada é vocacionada tanto para transdisciplinaridade, pós-disciplinaridade e indisciplinariedade, quanto para a interdisciplinariedade, multidisciplinariedade e pluridisciplinaridade, ressaltando a extrapolação da própria LA por seu próprio objeto de investigação (discurso ou linguagem), encaminha-se em direção à interação de diferentes áreas de produção do conhecimento.

A “interdisciplinaridade” na ADC

Antes de mais nada, mesmo que comentadores da ADC e, às vezes, o próprio Fairclough (2005, 2008) vinculem seus projetos teórico-metodológicos à transdisciplinaridade, nossa articulação da Análise de Discurso Crítica, enquanto domínio da Linguística Aplicada, destaca a possibilidade da interdisciplinaridade fazer vulto nos estudos críticos da linguagem, igual propomos, ao modo de analistas do discurso. Nesse sentido, caso haja alguma dúvida de que a ADC se vincula enquanto domínio da LA, não precisamos de maiores argumentações para demonstrá-lo do que dizer que, apesar do fato de que “a distinção entre as duas áreas fica cada vez mais tênue” (ME-NEZES; SILVA; GOMES, 2009, p. 28), não podemos desconsiderar a autonomia entre a Linguística Tradicional (LT) e a Linguística Aplicada, de modo a ser viável observar como a Análise de Discurso Crítica está muito melhor situada no lugar epistemológico da LA,

uma vez que essa última têm como foco a observação das práticas discursivas e/ou linguísticas nos contextos de uso social pelo qual a linguagem é um elemento da realidade cotidiana ou institucional, seja através de suas formas faladas, escritas ou em outras formas de registros, como as semioses e as diversas modalidades textuais, sendo que boa parte desse espoco pode ser contemplado pela ADC.

Além disso, a Análise de Discurso Crítica pode ser ressaltada como campo da Linguística Aplicada por seguir os mesmos critérios de observação dos usos da linguagem que são usados na LA, de modo que suas coletas de dados e processos de interpretação pautados nos contextos de uso social da linguagem, enquanto discurso, estão muito mais próximas do escopo da Linguística Aplicada do que do da Linguística Tradicional. Enquanto a LA volta-se ao estudo das interações possíveis por meio da linguagem, ela transversaliza fatores socioeconômicos, culturais, históricos, políticos e outros, com seu foco nos processos humanos, enquanto sujeitos culturais, econômicos e políticos, acolhendo amplamente a ADC e outras vertentes como seu domínio, o que demonstra como esse domínio de conhecimento pode ser considerado parte do campo Linguística Aplicada, de modo que a simples convergência de escopo entre ADC e LA aponta para a predominância e abrangência maior da primeira sobre a última. Nesse caso, entendemos, por ora, que a inserção da pesquisa no contexto da ADC no campo da Linguística Aplicada deve ser feita por meio da consonância dos aspectos desse campo a partir das considerações de autores como Moita Lopes (2007, 2011), Rajagopalan (2003), Pennycook (2006) e outros” (CAVALCANTE; FREITAS, 2020, p. 46532), o que ressalta o trabalho da interdisciplinaridade como elemento mobilizador das diversas disciplinas ou áreas do conhecimento para a compreensão da linguagem, enquanto prática social contextualizada socio-historicamente, tal faremos na análise do discurso de abertura da Rio+20.

Desse modo, assinalamos e vemos o desenvolvimento da ADC através do diálogo interdisciplinar (FAIRCLOUGH, 2005) e, mesmo superando a distinção das diversas abordagens que estabelecem diálogos entre “disciplinas” ou domínios de conhecimento, entendemos que, quando Resende (2006) especifica a ADC como aborda-

gem transdisciplinar, isso é feito diante de características de interação com outras áreas que aquela desenvolve, pelo reconhecimento da existência de modificação mútuas entre elas, tal pode acontecer com a interdisciplinaridade. Nessa atitude, é ilustrativo entender outra dimensão da perspectiva interdisciplinar de Fairclough (2005, p. 60), na qual se está “usando categorias e conceitos de outras teorias no próprio processo de desenvolvimento e elaboração teórica”, de modo que o alcance da interdisciplinaridade se estende a teorias, metodologias e objetos de pesquisa, o que não faz distinção entre as diversas perspectivas de diálogo epistemológico. Talvez, por isso, o autor considere que certos tipos de pesquisa, como os que se voltam para estudos sobre governança, característicos das Ciências Sociais, ressaltem o caráter transdisciplinar da ADC, ao dialogarem entre si, devido a não haver uma ruptura entre elementos discursivos e elementos sociais.

Portanto, mesmo que Fairclough (2005, 2008) pareça estar alinhado com a tendência que, na contemporaneidade, pode ser chamada de transdisciplinaridade, certamente o que interesse ao nosso capítulo é a similitude que essa estabelece com outras abordagens metódicas, inclusive com a interdisciplinaridade, através da ideia de que todas elas estabelecem diálogos entre disciplinas e campos do conhecimento. Nesse caso, em publicação organizada com Wodak e Meyer, ao referir-se a seu método como viável à pesquisa social, Fairclough (2012) considera que sua perspectiva em questão tem uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, de modo a, com eles, comprometer-se não apenas de maneira não simplesmente interdisciplinar, mas transdisciplinar, como se refere-se aos engajamentos mútuos e particulares sobre determinados aspectos do processo social que devem suscitar avanços teóricos e metodológicos que perpassem as fronteiras das várias teorias e métodos. De todo modo, mesmo que concordemos com o autor, inclusive quando dedica outro artigo, em publicação editada por Wodak e Chilton (FAIRCLOUGH, 2005), no qual aborda a contribuição da ADC para a pesquisa transdisciplinar, entendemos que esse viés não escapa à interdisciplinaridade, a qual também pode fazer com que

certos aspectos do processo social, tomados enquanto tema das diferentes perspectivas de estudo, também se engajem reciprocamente, de modo a avançar, teórico-metodologicamente, as várias abordagens, teorias e métodos, perpassando suas fronteiras e traçando fios condutores que articulam os conhecimentos das diferentes áreas, campos, disciplinas ou domínios.

Em seu entendimento, Resende (2006) aponta para essa direção, pois não seria incoerente indicar que a ADC se caracteriza por uma atitude interdisciplinar, encetada enquanto domínio da Linguística Aplicada, o que impede que consideremos Análise de Discurso Crítica como um centro axiomático dos estudos críticos da linguagem, mas sim um domínio de convergência para a argumentação da linguagem enquanto prática social historicamente situada, tal entendida pela LA. Segundo teóricos contemporâneos da Linguística Aplicada, é viável verificar a urgência de um percurso de caráter interdisciplinar, no intuito de que os estudos da linguagem deem conta da realidade complexa de seu “objeto” de estudo (MOITA LOPES, 2011). Não raro, alguns autores incluem em seus enredamentos teóricos o conceito de mobilidade diante de considerações epistemológicas atuais (FABRÍCIO, 2006) e, nesse caso, é fornecidas indicações para a avaliação de como a ideia de trânsito ou a noção de fluxo podem estar afetando as teorizações contemporâneas, que no caso de nossa pesquisa auxilia a investigação do processo de produção discursiva sobre a sustentabilidade, no discurso de abertura da Rio+20. Por sua vez, Pennycook (2006), ao definir sua orientação de Linguística Aplicada Crítica (LAC), recusa caracterizá-la como uma forma epistemológica inovadora devido a seu caráter interdisciplinar, mas como um tipo peculiar de conhecimento, feito antidisciplinar, o qual pode ser resgatado, ao nosso ver, pela interdisciplinaridade, caso entendemos que as disciplinas não são domínios estanques, autônomos ou, totalmente, independentes, principalmente no que considera a linguagem e as práticas discursivas.

Na perspectiva de Pennycook (2006), passa-se a falar em uma forma de antidisciplina ou conhecimento transgressivo, enquanto modo de pensar e fazer sempre problematizador. Isso quer dizer

não somente que a LAC implica em modelo híbrido de pesquisa e práxis, mas também que gera algo que é muito mais dinâmico (PENNYCOOK, 2006, p. 67), postulando-se ainda que a interdisciplinaridade alerta contra disciplinas que se arvoram enquanto domínios estáveis de conhecimento, perdendo de vista a virada linguística e cultural, nas Ciências Sociais. Por tudo isso, no que tange às características da ADC faircloughiana, como uma das abordagens que traça um dos domínios da Linguística Aplicada, aquela também propõe uma relação interativa que vai além da interdisciplinaridade (FAIRCLOUGH, 2012), no seu entendimento equivocado de que as disciplinas são domínios estáveis, impermeáveis e, completamente, autônomos ou independentes. Dessarte, mesmo nos termos de Fairclough (2005, p. 53), quanto a diferença entre transdisciplinaridade e interdisciplinaridade, podemos ver como essas abordagens apresentam mais convergências que divergências, inclusive quando se diz que uma abordagem transdisciplinar se distingue, por um lado, das formas de pesquisa interdisciplinar, porque essa última reúne diversos recursos disciplinares (teorias, métodos) para projetos específicos de estudo sem esperar ou buscar mudanças substantivas nesses recursos ou na relação entre eles como resultado, o que, de todo modo, não parece ser uma premissa definitiva, mas apenas circunstancial.

Também, no que toca à contestação da interdisciplinaridade pela abordagem transdisciplinar faircloughiana (FAIRCLOUGH, 2005, p. 53), o autor ainda se opõe ao que é conhecido por pós-disciplinaridade, diferenciando a interdisciplinaridade das “aspirações em direção [à] ‘pós-disciplinaridade’ que não enfrentam os espinhosos problemas teóricos e metodológicos envolvidos na transcendência das fronteiras disciplinares”, o que, por outro lado, parece ser um problema, por mais espinhosos que seja, que os teóricos precisarão enfrentar, uma vez que, seja pela transdisciplinaridade, seja pela interdisciplinaridade, o processo de produção do conhecimento está sempre situado historicamente, o que pressupõe que toda abordagem tome como ponto de partida algum domínio do saber. Dessa forma, vale acentuar o papel da visão dialética do discurso diante

dos elementos da vida social (práticas sociais) no rebento da abordagem transdisciplinar (FAIRCLOUGH, 2005), interdisciplinar ou outras formas de vínculos ou superação disciplinares. A vinculação entre discurso e os elementos sociais tem consequências consideráveis para a interdisciplinaridade, ao se orientar pela relação dialética entre sociedade e linguagem, “uma vez que os elementos da vida social não são discretos, uma vez que se internalizam, uma vez que não são ‘puros’ com respeito uns aos outros, os limites disciplinares também podem limitar e impedir o conhecimento e a compreensão” (FAIRCLOUGH, 2005, p. 67). A relação dialética entre linguagem e elementos sociais é bastante propagada por seus formuladores e, inclusive, reconhecida por diversos pesquisadores, como Resende (2006), Resende e Ramalho (2008) ou Gomes (2018).

Uma política socioambiental inclusiva

Para reverberarmos em uma postura crítica sobre certo modo representativo de uma política socioambiental inclusiva, como a identificado em nosso corpus, o qual seja o discurso oficial de abertura da conferência Rio+20, compreendemos como essa prática discursiva específica estabelece diferentes maneiras de se conceber uma perspectiva de sustentabilidade que constrói diferentes pontos de referência para inserção da população mais pobre, nas preocupações com os problemas ecológicos, lançando diversos investimentos ideológicos quanto a uma possibilidade de desenvolvimento econômico qualitativo. É assim que é possível analisar a configuração de uma política socioambiental inclusive, através da perspectiva do discurso de abertura da Rio-20, pela sua ênfase na inclusão dos menos favorecidos socioeconomicamente no desenvolvimento sustentável, de modo que podemos inclusive antevê, através dele, que muitos países ainda não chegaram a um nível de crescimento econômico ideal, para que, através de sua autodeterminação geopolítica, possam vier a, pelo menos, considerar a perversidade da ideologia de crescimento infinito (CAVALCANTE, 2018).

Para tanto, podemos apresentar certos elementos ideológicos levantados no discurso oficial de abertura da Rio+20 que ressaltam,

como suas principais características, a importante sugestão de submissão do crescimento econômico à premissa de uma distribuição social que articule a sustentabilidade às dimensões sociais, ambientais e econômicas:

Desenvolvimento sustentável implica crescimento da economia, para que se possa distribuir riqueza. Significa criação de empregos formais e expansão da renda dos trabalhadores. Significa distribuição de renda para pôr fim à miséria e reduzir a pobreza. Significa garantir acesso à educação, à saúde, segurança pública e todos os serviços necessários ao bem-estar da cidadania plena da população. Significa tornar nossas cidades cada vez mais sustentáveis. Significa reduzir o desmatamento. Significa usar, de forma sustentável, nossa biodiversidade e proteger nossos rios e florestas. Significa gerar energia limpa (BRASIL, 2012).

Para entendemos as diretrizes de uma política socioambiental sobre as diferentes articulações estratégicas entre setor público, privado e civil, vale observar como a sustentabilidade é reconfigurada, diante dos problemas da insustentabilidade do atual modelo de produção destrutiva e do consumo compulsivo, de modo a funcionar como por uma nova compreensão a partir do discurso oficial de abertura da conferência Rio+20, pelo qual podemos avaliar como sua manifestação discursiva estabelece um modo de apropriação da realidade na construção de pontos de vista sobre os problemas ecológicos, que os coloquem na ordem de convergência entre questões ambientais, sociais e econômicas, assumidas pela perspectiva de inclusão da população mais privada dos benefícios do progresso tecnológico e do desenvolvimento socioeconômico.

Diante disso, será um desafio do discurso oficial a proposta de atribuir importância à distribuição entre a sociedade das riquezas produzidas pelos países, mesmo que sejam ressaltadas situações concretas da realidade nos últimos tempos no Brasil. Veiga (2013) também identifica uma menor desigualdade no Brasil nos anos de 2003 a 2013, mesmo em contraste com a tendência no aumento das desigualdades nas últimas décadas, quando vários fatores, ressaltados pelo autor, concorrem ao aumento da desigualdade. Quanto a isso, podemos ver um uso indevido da Terra pelos consumistas per-

dulários quando há a centralização do consumo de recursos que leva a má distribuição das riquezas denunciada por diversos estudiosos.

Assim, o discurso de abertura da Rio+20 oferece uma reflexão importante sobre a proposição desse movimento maior no qual a sustentabilidade passa a contribuir com um desenvolvimento econômico genuíno, qualitativo e, socioambientalmente, justo:

A tarefa que nos impõe a Rio+20 é desencadear o movimento de renovação de ideias e de processos, absolutamente necessários para enfrentarmos os dias difíceis em que hoje vive ampla parte da humanidade. Sabemos que o custo da inação será maior que o das medidas necessárias, por mais que essas provoquem resistências e se revelem politicamente trabalhosas (BRASIL, 2012).

Veiga (2013) toma a sustentabilidade como novo valor, pelo qual diríamos que a inclusão da população mais pobre na perspectiva de um desenvolvimento duradouro e qualitativo é o que pode fazer com que esse tipo de desenvolvimento seja, inclusivamente, sustentável. O discurso de abertura da conferência Rio+20 parece contribuir no intuito de viabilizar uma tentativa de mobilização social, política e econômica, focada em uma linguagem das autoridades governamentais que ressignifica a importância dos menos favorecidos na agenda das políticas nacionais, regionais e globais.

Na perspectiva do contexto mais amplo do discurso de abertura da Rio+20, em relação ao princípio de distribuição de renda, a inclusão dos menos favorecidos na agenda de um desenvolvimento dito sustentável pode ser ampliada, em seu potencial, como elemento catalizador de mudanças relacionais dos indivíduos, setores do governo e empresas diante do meio-ambiente, facilitando abordar os atributos performativos que poderia propiciar uma política socioambiental mais orgânica, na qual o povo faça parte dos benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico e pelo progresso tecnológico. Em decorrência disso, pode-se avaliar as indicações do discurso analisado entorno de sua repercussão discursiva, inclusive de outros eventos, que, por meio de uma compreensão articulada com diversos textos, sugere seu possível acordo com a mobilização

da sociedade como um todo em prol do comprometimento ecológico e socioambiental.

Assim, quanto ao princípio de distribuição das riquezas produzidas por um país, é viável observar sua larga relação com o conceito de sustentabilidade e essa articulação possibilita compreendermos uma implícita consequência positiva da concretização de uma maior igualdade entre os grupos sociais, no que toca vários aspectos, inclusive a preservação da natureza ou o consumismo. Nossa análise do discurso de abertura da Rio+20 tem uma compreensão semelhante a percepção dos autores, como Veiga (2013), que vêem no caso da distribuição uma saída para minimizar vários problemas sociais. Coerentemente, vemos, nesse discurso, a sugestão da necessidade de submeter o crescimento econômico ao ímpeto da distribuição:

Desenvolvimento sustentável implica crescimento da economia, para que se possa distribuir riqueza. Significa criação de empregos formais e expansão da renda dos trabalhadores. Significa distribuição de renda para pôr fim à miséria e reduzir a pobreza. Significa garantir acesso à educação, à saúde, segurança pública e todos os serviços necessários ao bem-estar da cidadania plena da população (BRASIL, 2012).

Por sua vez, Veiga (2013) é um dos que sugerem haver pouco benefício do afamado crescimento econômico enquanto permanecerem as desigualdades. Inclusive, chegamos ao ponto mesmo de considerar que, diante da elevação do bem-estar, esse pode ser estabelecido, com alguma facilidade, a partir de certa renda média, mesmo que a visão econômica tradicional esteja constantemente sobrepondo o crescimento econômico à distribuição (VEIGA, 2013), ocasionando uma crescente do consumo conspícuo e compulsivo (consumismo), já que os produtos supérfluos podem funcionar como elementos de atribuição social de poder, mesmo que seja apenas no plano ideológico e/ou do imaginário social⁵. Isso certamente

⁵ Não temos interesse, nesse texto ora apresentado, de desenvolver a temática sobre ideologia e imaginário; mas, para efeito de elucidação, acrescentamos que, aos fins desse nosso estudo, a ideologia se encontra em consonância com A. Nilson A. Cavalcante (2018), no que se relaciona às formas discursivas e aos sentidos que não precisam estar associados a mobilização das formas simbólicas em prol da manutenção das relações de dominação e sim

dificulta ainda mais a tomada de consciência em torno dos problemas ecológicos, impedindo que a agência sustentável possa sobrepor-se aos ditames do consumismo, sendo que o próprio discurso analisado indica “a necessidade de eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo” (BRASIL, 2012).

Mesmo com a crítica que vários estudiosos desenvolvem entorno do ideal de crescimento econômico, nota-se nesse fragmento o devido corretivo para a necessidade econômica de certos países em desenvolvimento em aumentar sua renda *per capita*, a fim de melhorar o conforto de vida daquele que ainda não participam das benesses da produtividade e da acumulação. Daly (1984) compreende que, diante dessa realidade, não haverá razões éticas para a produção que não sejam a de proporcionar um alargamento na qualidade de vida da população. O crescimento infinito, em um sistema finito, não se justifica em hipótese alguma, principalmente quando aquele é retido pela concentração das riquezas, fazendo da população mera mão-de-obra.

O discurso de abertura é tão enfático nesse ponto que reverberar, ao incluir também o cuidado com a espécie humana, e na necessidade de uma melhoria econômica com vista no nível de conforto da população, que a própria sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável devem se submeter a uma distribuição mais equilibrada, e não se pautar na projeção futura de crescimento progressivamente sem limites, principalmente quando é o próprio discurso de abertura da Rio+20 que “Reconhece(...) a insuficiência do Produto Interno Bruto como critério para medir o desenvolvimento” (BRASIL, 2012), principalmente no que sugere ao bem-estar social como um todo.

Em outro fragmento, a oradora conclui a necessidade de estabelecer metas para se alcançar resultados que possam ser avaliados, em vista de reformulações de estratégias ou prosseguimento de medidas que estejam sendo benéficas, na perspectiva de uma po-

enquanto sistema de pensamento ou conjunto de percepções que, enquanto parte do imaginário social, tal o entende Baczko (1985), articulam a imaginação social que tanto pode regular e estabilizar visões de mundo e estilos e condutas de vida, quanto permitir que haja flexibilidade nos modos de sociabilidade que nunca seriam definitivos, ao poderem ser concebidos adversamente dos que existem em dado momento.

lítica socioambiental: “Adotamos um programa de dez anos para a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo que até então nunca tinham sido adotados” (BRASIL, 2012).

De todo modo, diante da situação de propalção do consumismo, a proposta de distribuição do discurso Rio+20, no intuito de atribuir importância à inserção da sociedade civil menos privilegiada socialmente nas riquezas produzidas pelos países, mesmo que sejam ressaltadas situações concretas dessa realidade nos últimos tempos no Brasil, se torna um desafio.

Ao dimensionar sua definição de sustentabilidade para o âmbito estritamente ambiental, o discurso aponta que o desenvolvimento sustentável “Significa tornar nossas cidades cada vez mais sustentáveis. Significa reduzir o desmatamento. Significa usar, de forma sustentável, nossa biodiversidade e proteger nossos rios e florestas. Significa gerar energia limpa” (BRASIL, 2012).

Nesse excerto, fala-se dos elementos naturais que compõe a fauna e a flora e que precisam, a bem da preservação, serem incluídos dentro das discussões amplas da sociedade no que se refere à sustentabilidade. Certamente, apontar a necessidade de tornarmos nossas cidades sustentáveis, assim como feito no discurso, sugere que a preocupação com o meio-ambiente não incorre em um amparo simples de animais ou espécies de plantas indefesas. Fica claro, através dessa indicação prioritária, que ressalta indiretamente a relação intrínseca entre o meio-ambiente e a cultura humana, que as práticas sustentáveis, além de contribuir com a manutenção da biodiversidade não-humana e de seu *habitat*, implicam em uma maior qualidade de vida para os próprios seres-humanos, dado que parecemos também sofrer com os efeitos negativos da poluição e depredação ambientais que nós mesmo causamos, enquanto sociedades industriais. Além disso, alguns autores, como Boff (2009, 2015), apontam que o agravamento e intensificação de nossa atual crise ecológica poderá trazer consequências bem mais drásticas para a sobrevivência humana.

Isso se torna mais compreensível, principalmente quando se considera constantemente as variações climáticas (GIDDENS,

2010) que podem gerar mudanças socioambientais que, ao vislumbrar uma macro transição (LASZLO, 2001), cuja não observância colocariam o ser humano e o planeta diante de profundas transformações de impactos irreversíveis à sociedade e, em casos mais extremos, de consequências funestas, como, em casos mais extremos, na propiciação de guerras climáticas (WELZER, 2008), sendo, pois, inevitável se falar na necessidade de desvios positivos (PASCALE; STERNIN; STERNIN, 2010), como aquilo que estamos chamando aqui de política ambiental inclusiva ou agência sustentável, empreendidas pelos setores do governo, pela iniciativa privada e pela sociedade civil que, principalmente, a partir da inteligência ecológica (GOLEMAN, 2009), elaborem medidas socioambientais que busquem o bem-estar social residente na concretização da sustentabilidade como base do compromisso de justiça global, tanto no plano ecológico quanto no socioambiental.

Nessa caracterização geral dos problemas ecológicos e socioambientais, podemos dizer que o discurso de abertura da Rio+20 parece reconhecer a natureza complexa do desafio que se impõe quando abordamos as projeções do futuro da humanidade diante do panorama atual do aquecimento global e dos demais problemas ecológicos. Como parece ser perceptível, há uma tendência do discurso de compreender a natureza necessariamente inclusiva do engajamento necessário diante da crise que vivemos atualmente. A ênfase dada recai sobre a construção de novas ideias e efetivação de processos gerais diferenciados que estejam coadunados com uma ética de respeito com a vida do planeta como um todo, incluindo vidas humanas e não humanas. Nesse sentido, percebe-se uma ampliação dessa tarefa que, certamente, depende do envolvimento da sociedade civil, das instituições governamentais e dos setores da iniciativa privada, uma vez que, de acordo com o discurso de abertura, o evento precisaria de fato propiciar uma avalanche de renovação dos interesses sociais, tanto no sentido teórico quanto no sentido praxiológico, o que pode, dependendo da adesão conjunta da humanidade, principalmente no que se refere, como vimos, a aversão ao consumismo e ao produtivismo predatórios, proporcionada pelo agenciamento

sustentável das práticas individuais e coletivas que forcem as instituições governamentais e financeiras a reverem suas prioridades quanto ao conceito de sustentabilidade, significando uma tentativa de manutenção do planeta e seus ecossistemas, dentro dos quais os sistemas socioeconômicos se incluem, ou apenas uma sustentação do ilusório crescimento infinito de seus margens monetárias.

Em relação ao aspecto direcionado a criação de novas ideias apresentado pelo discurso de abertura, vemos como possibilidade de contribuição para uma política socioambiental inclusiva, na proposta de avaliar e questionar a inercia que boa parte das pessoas, desde os órgãos governamentais, das instituições financeiras privadas e da população da sociedade civil. Certamente, toda contribuição é válida diante da situação em que vivemos, mesmo que o senso-comum nos acomode em uma posição de indiferença, como se os problemas socioambientais não nos dissessem respeito, enquanto sociedade em geral, na ilusão de pudermos estar além das consequências que poderão advir, caso não façamos as mudanças necessárias. Diante disso, mesmo o discurso de abertura da Rio+20 revela a urgência da tomada de ação diante desse panorama: (1) “Sabemos que o custo da inação será maior que o das medidas necessárias, por mais que essas provoquem resistências e se revelem politicamente trabalhosas (BRASIL, 2012); ou, (2) “O desafio da sustentabilidade se apresenta em razão de uma perspectiva de futuro, mas as tarefas que ele impõe são do presente. Não tenhamos dúvida: tempo é o recurso de maior escassez (BRASIL, 2012)”.

Porém, mesmo diante dessa conclamação pela urgência da ação para políticas socioambientais efetivas, o discurso oficial reconhece a necessidade de atribuição devida das responsabilidades aos que mais poluem, visto que há uma discrepância imensa entre a participação dos países na emissão dos gases poluentes e na produção de resíduos sólidos, como em um possível cotejo entre as nações centrais do esquema de divisão internacional do trabalho e as nações periféricas. Nesse caso, o discurso de abertura da Rio+20 estabelece uma cadeia intertextual que produz uma remissão referencial a Conferência do Rio 1992, pela qual “Consagrou-se o princípio de

que na construção do desenvolvimento sustentável, os Estados têm responsabilidades comuns, porém, diferenciadas. E reconheceu-se a necessidade de eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo” (BRASIL, 2012).

Para retomarmos o tema da urgência de atitudes socioambientalmente consoantes, concordamos com Leonardo Boff (2015) que, sempre engajado nas discussões diante das condições socioambientais atuais, expressa sua compreensão de que a inércia é, de fato, a pior coisa que poderíamos fazer diante da atualidade. Não é mais possível imaginar que a vida humana esteja em uma posição de autonomia em relação à natureza, até porque, mesmo nossa atitude mais arrogante de tratá-la como mero estoque de recursos, demonstra desde já nossa dependência para com ela, uma vez que a sociedade humana pode mesmo entrar em colapso caso a natureza não nos forneça mais seus benefícios indispensáveis para nossa sobrevivência. Em um universo de interconexões, Boff (2015) propõe a percepção da sustentabilidade que antevê a relação entre individual e global e, assim, em contrapartida à inércia, invocáremos uma agência sustentável de renovação tripartida e complementar, pela qual governos, empresas e sociedade civil se comprometam com as medidas necessárias no enfrentamento dos problemas socioambiental e ecológicos atuais.

Finalmente, o destaque do discurso oficial de abertura da Rio+20, no tocante a uma política socioambiental que entenda a sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável pelo viés da inclusão é ressaltado pela aderência que esse discurso faz para com as decisões estabelecidas 20 anos antes, na conferência que ficou conhecida como Rio-92:

A Conferência do Rio 1992 estabeleceu um consenso mundial em torno do desenvolvimento sustentável e nos deu os princípios sobre os quais temos de atuar. A afirmação de que os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável colocou a erradicação da pobreza como requisito indispensável da ação política. Esse princípio ligou, de forma indissolúvel, a agenda ambiental à necessidade de realizar reformas estruturais,

capazes de incluir as multidões de homens e mulheres e crianças que viviam e ainda vivem na pobreza e exclusão (BRASIL, 2012).

Podemos ler nessa passagem um interesse evidente em realizar mudanças inclusivas diante das vantagens materiais proporcionadas pela modernização das sociedades, onde, atualmente, encontram-se, de um lado, circunscrito a um círculo de privilégios sociais, alguns poucos com tanto e, do outro lado, ao relento da economia, tantos com tão pouco. Nesta revisitação pela qual o novo (2012) adere ao antigo (1992), destacamos a ênfase na agência sustentável, seja ela individual, coletiva, pública ou privada, uma vez que a ação política poder englobar as práticas cotidianas no bojo da coletividade e as práticas culturais e econômicas podem vincular-se ao contexto social mais amplo pela capilaridade do poder. Ou seja, pode-se considerar que a agência, a qual circunscribe o agenciamento, é imprescindível em todos esses âmbitos, como uma atuação que pretende pela erradicação da pobreza, enquanto uma das ações políticas prioritárias da sustentabilidade, até que se possa, progressivamente, realizar reformas estruturas que façam da revolução uma prática coletiva e democrática. Essa aderência chama a atenção para o processo de participação dos indivíduos no desenvolvimento sustentável, como é feito através de um dos documentos produzidos pela conferência Rio-92, conhecido como Carta da Terra, e citados no discurso de abertura da Rio+20.

Com tudo isso, parece que esse discurso, tomado enquanto objeto de nosso estudo, destaca a importância de mudança geral dos hábitos, quando se tem em perspectiva uma sustentabilidade, pela qual pretendamos que uma agência sustentável possa efetuar-se, conjuntamente, por parte dos governos, das empresas e da sociedade civil, proporcionando mudanças de costume que gerem a transformação mútua na forma da produção predatória e do consumo conspícuo e/ou compulsivo, não sendo por acaso que a sustentabilidade “evoca a necessidade de profundas transformações” (VEIGA, 2013, p. 10). Tal percepção também se encontra explícita no próprio discurso de abertura da Rio+20, como pode ser lido: “Estamos reunidos no Rio

de Janeiro para dar passos audaciosos, para mostra coragem, para assumir responsabilidades. Estamos aqui porque o mundo demanda mudança” (BRASIL, 2012).

Considerações finais

Ao guisa de conclusão, consideramos (talvez, não sem um pouco de esperança) que a agência sustentável, tal parece emergir do discurso de abertura da Rio+20, articulada conjuntamente pela sociedade civil, as instituições governamentais e a iniciativas privadas, poderia fazer as ações de desenvolvimento na produção se adequar as iniciativas, coletivas, individuais e privadas de cunho socioambiental. Para Boff (2015), esse valor que é a sustentabilidade deve se globalizar, uma vez que o próprio autor faz consideração da participação das pessoas na criação de um modo verdadeiramente sustentável de vida. A partir de Veiga (2013), podemos observar os compromissos feito na Rio+20, incluindo a promoção da participação da sociedade civil, especificamente em seu 8º compromisso. Nessa linha, percebemos, pela tomada de uma postura de apreciação e destaque diante do discurso político, no contexto da dimensão socioambiental, com ênfase na ideologia da distribuição de riquezas e inclusão dos menos favorecidos na ordem do dia da economia, que essa atitude de estima das manifestações discursivas, no nível social, também pode ser empreendido por análises de discurso, através de uma abordagem crítica.

Sob o ponto de vista teórico-analítico, nos diversos excertos de análise, confirmamos a necessidade da agência no processo da sustentabilidade, não só de uma agência exterior as elaborações teóricas, mas também destas, quando aliam o conceito de agência dentro da Linguística Aplicada, “como um modo de reinventar a vida social e fazer pesquisa [que] envolve a reinvenção da emancipação” (MOITA LOPES, 2006, p. 95). Ao propormos a tomada de uma postura de apreciação do discurso oficial de abertura da Rio+20, a partir de sua ênfase na ideologia da inclusão socioeconômica, procuramos não esquecer as reflexões críticas sobre as consequências e efeitos das

práticas humanas sobre o meio-ambiente, de modo a compreender como a linguagem é mobilizada diante dessa problemática.

Sobre a percepção de um ponto de vista de uma agência sustentável, em articulação das iniciativas privadas, organizações governamentais e sociedade civil, a qual parece contribuir para uma política socioambiental inclusiva que abrace o social, o econômico e o político, tanto em nível institucional (governo e empresas) e quanto individual (sociedade civil), em prol da naturalização dos cuidados com o planeta e suas formas de vida, o que, diante da indispensabilidade de uma governança global para a sustentabilidade geral (BOFF, 2015), sugere que nossos objetivos de estudo nesse capítulo foram sendo respondidos devidamente, de modo a delinear a possibilidade de transformação seja do consumo conspícuo, compulsivo ou perdulário, seja da produção infinita, destrutiva e insensível, a sua realidade interna aos ecossistemas.

Nesse sentido, fazendo um balanço do Rio+20, concordamos que “muitos pesquisadores apontam o fracasso do evento em termos de avanço para uma aliança global ambiental. E mesmo diante dos resultados alcançados, ressaltamos a importância da força política do evento e da sociedade diante da realidade ecológica” (CAVALCANTE, MARTINS FERREIRA, 2018, p. 182).

O evento, em termos de avanço para uma aliança global ambiental, parece ter elaborado um recurso teórico para inclusão dos menos favorecidos na perspectiva da sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, de maneira que, pela possibilidade de uma ampla participação social, governamental e empresarial, seja dada ênfase, no desenvolvimento de políticas socioambientais, cuja maior responsabilidade recai sobre as pessoas do governo, seja do Brasil ou de outras nações do mundo.

Referências

BACZKO, B. A imaginação social. *In*: LEACH, Edmund *et al.* **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BOFF, L. **A opção Terra**: a solução para a Terra não cai do céu. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é, o que não é. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CAVALCANTE, A. N. A. **Sustentabilidade**: Análise de Discurso Crítica de relatórios socioambientais. 201 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

CAVALCANTE, A. N. A; FREITAS, R. M. B. Ambivalências, heterogeneidades e contradições do discurso de uma companhia da indústria alimentar. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 46531-46538, jul. 2020.

CAVALCANTE, A. N. A; MARTINS FERREIRA, M. D. Da agência à sustentabilidade: Linguagem e prática social em 'Rio+20'. **Ação midiática**, Curitiba, n. 15, p. 167-185, jan./jun. 2008.

CELANI, M. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. *In*: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (org.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

DALY, H. **A economia do século XXI**. Tradução: Renato Souza. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de 'desapredizagem' – redescrições em curso. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 45-65.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London/New York: Longman Inc., 1989.

FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis in transdisciplinary research. *In*: WODAK, R.; CHILTON, P. **A New Agenda in (Critical) Discourse Analysis**: Theory, Methodology and Interdisciplinarity. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 53-70.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução e organização: Izabel Magalhães. Brasília: Ed. UNB, 2008.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Tradução: Iran Ferreira de Mel. **Linha d'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GOLEMAN, D. **Inteligência ecológica**: o impacto do que consumimos e as mudanças que podem melhorar o planeta. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GOMES, E. P. M. **Problemas do consórcio Análise do Discurso Crítica/Realismo Crítico**: descrevendo os circuitos e os cursos de ação para uma análise sócio-crítica do discurso. 2018. 239 f. Tese (Doutorado em Linguagem e Interação) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

GUIMARÃES, R. P.; FOUNTOURA, Y. S. dos R. Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XV, n. 3, p. 19-39, set./dez. 2012.

LASZLO, E. **Macrotransição**: o desafio para o terceiro milênio. Tradução: Merle Scoss. São Paulo: Axis Mundi, 2001.

MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I. F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. *In*: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (org.). **Linguística Aplicada**: Um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2011. p. 25-50.

MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada INDisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 85-107.

MOITA LOPES, L. P. A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada? *In*: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (org.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

MOITA LOPES, L. P. Da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. *In*: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. **Linguística Aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-24.

PASCALE, R.; STERNIN, J.; STERNIN, M. **The power of positive deviance**: how unlikely innovators solve the world's toughest problems. Boston: Harvard University Press, 2010.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. *In*: LOPES, L. P. da M. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

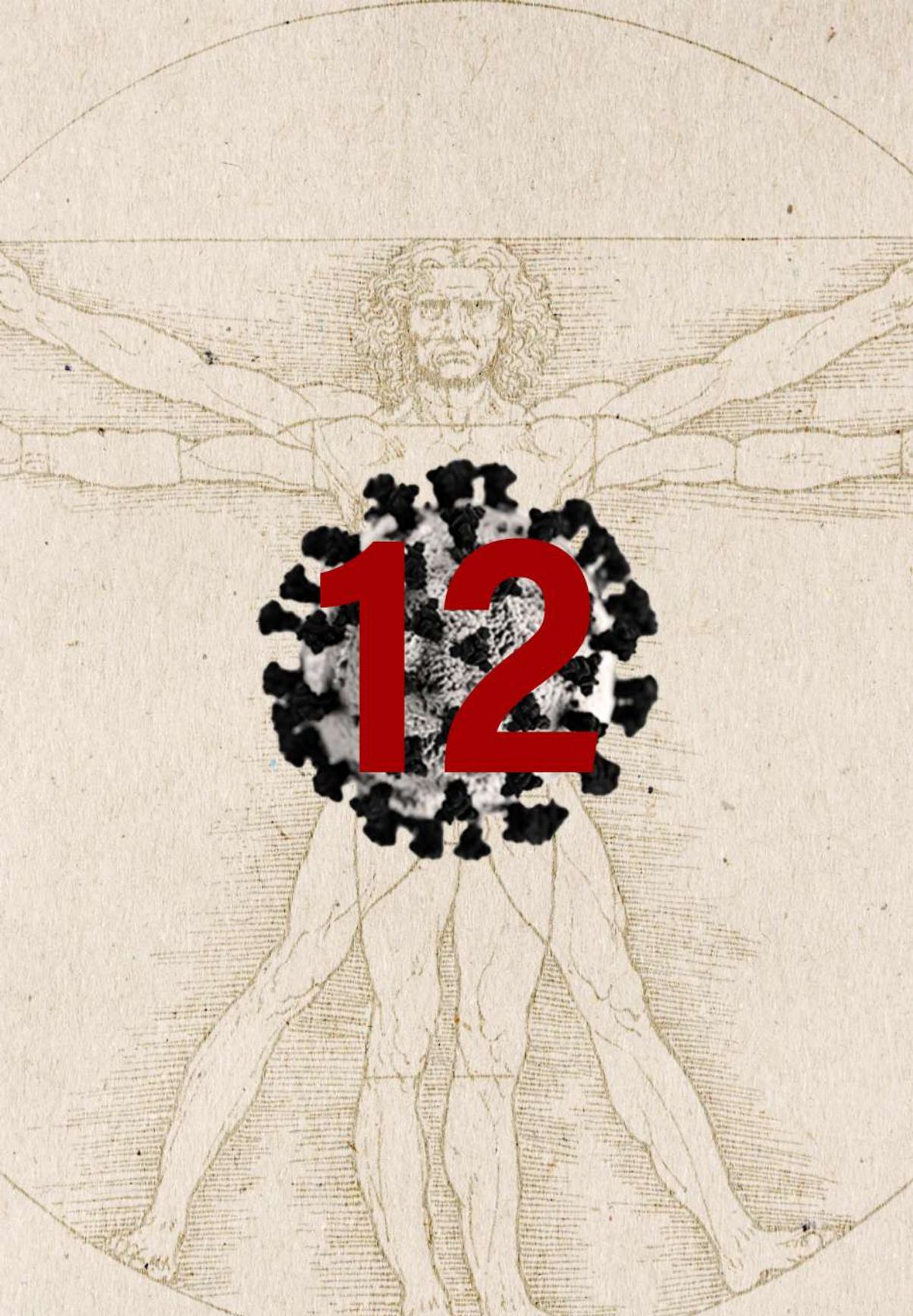
RESENDE, V. M. Análise de Discurso Crítica: Uma perspectiva transdisciplinar entre a Linguística Sistêmica Funcional e a Ciência Social Crítica. *In: INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS*, 33, 2006, São Paulo. **Proceedings...** São Paulo: PUC-SP, 2006. p. 1069-1081.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2008.

ROJO, R. Caminhos para a LA: Política linguística, política e globalização. *In: NICOLAIDES, C. et al. (org.). Política e políticas linguísticas*. São Paulo: Pontes, 2013.

VEIGA, J. E. da. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

WELZER, H. **Guerras climáticas**: Por que mataremos e seremos mortos no século 21. Tradução: William Lagos. São Paulo: Geração Editorial, 2008.



A imagem bolsonarista diante da pandemia: uma análise discursiva de charges

Suzanne Silva Rodrigues de Moraes¹

Renata Pinheiro Loyola²

A pandemia da COVID-19, que se expandiu mundialmente, afetou o Brasil no início do ano de 2020 e trouxe consequências sérias para diversas áreas da sociedade. Ao reconhecer o surto da doença como uma Emergência de Saúde Pública de Nível Internacional, a Organização Mundial de Saúde – OMS valeu-se do mais alto nível de alerta da instituição a fim de despertar os diversos países para a seriedade da doença. Nesse contexto, algumas orientações recomendadas pela OMS passaram a vigorar em diversos países, inclusive no Brasil, dentre elas o isolamento social, o uso de máscaras e o fechamento de diversos setores como os estabelecimentos comerciais, escolas, clubes ou qualquer evento, na tentativa de evitar aglomerações e, assim, conter a disseminação da doença.

As recomendações feitas pela OMS afetaram consideravelmente a economia mundial, dividindo opiniões quanto à eficácia de tais alertas e a necessidade de cumpri-los ou não. Cada nação ficou responsável por coordenar as ações em seu território a fim de conter a doença, cabendo a cada uma reconhecer e efetuar as diretrizes definidas pela OMS. Porém, nem todos os líderes atentaram para tais instruções, dentre eles o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. Desde o princípio da pandemia, o presidente do país ironizou as medidas tomadas pelos órgãos de saúde mundial. Inúmeras vezes,

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagem pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG. Graduação em Letras - Licenciatura Plena pela Fundação Educacional de Divinópolis - FUNEDI. E-mail: suzannesrmorais@gmail.com.

² Mestre em Estudos de Linguagem pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG. Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda – PUC-MG. E-mail: renataloyolasim@gmail.com.

Bolsonaro criticou o uso de máscaras, a necessidade de isolamento social ou mesmo a seriedade da doença. Diversas frases ditas pelo presidente a jornalistas marcaram a mídia brasileira por apontarem o desprezo do presidente pela doença, criando assim uma imagem dele frente ao país e ao mundo.

Nessa perspectiva, este capítulo tem como objetivo investigar a imagem bolsonarista em tempos de pandemia da COVID-19, em que as falas e a postura do presidente Bolsonaro provocaram repercussão no cenário midiático brasileiro e mundial. Para tanto, optamos pela análise de três charges do cartunista Renato Aroeira, por compreendermos a charge como uma “crítica humorística de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política” (RABAÇA, BARBOSA, 1978, p. 89) ou mesmo, por corroborar com Fonseca (1999, p. 26) que define charge como uma “representação pictórica de caráter burlesco e caricatural [...] que satiriza um fato específico, em geral de caráter político, que seja de conhecimento público” e, portanto, desvela sentidos implícitos no discurso.

Utilizamos os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa, sob a égide da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, como respaldo para considerar a existência de uma intencionalidade na linguagem. Charaudeau (2013, p. 383), ao tratar da relação entre imagem, mídia e política, afirma que “na comunicação icônica [...] os processos de construção do sentido, de transmissão do sentido e de interpretação do sentido não são tão assinaláveis”. Nessa perspectiva, este estudo visa entender os efeitos produzidos pelas charges, compreendidas como gêneros discursivos, a partir do uso dos imaginários sociodiscursivos.

Para tanto, primeiramente apresentaremos a definição de charge e o conceito de discurso segundo Charaudeau (2001), Bakhtin (2003) e Orlandi (2009). Em seguida, passaremos aos pressupostos de Charaudeau (2006a) para análise do discurso e por fim, analisaremos as charges selecionadas, a fim de identificar a imagem bolsonarista construída por meio das charges de Aroeira.

Charge e discurso

Ao propormos uma análise discursiva das charges do jornalista Aroeira, entendemos, conforme afirma Orlandi (2009), que o papel principal da análise do discurso é “olhar” para o discurso, considerando as relações presentes entre o homem, sujeito do discurso, e a realidade que o cerca. Segundo a autora, “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2009, p. 15).

Bakhtin (1997, p. 181) define discurso como “a língua em sua integridade concreta e viva”, logo, o discurso efetiva-se nas práticas de linguagem e entender tais práticas como geradoras do discurso significa não desassociá-lo dos sujeitos desse discurso e de seus atos, das esferas sociais às quais estes fazem parte, bem como dos valores ideológicos que os orientam. Na perspectiva bakhtiniana, a característica essencial da linguagem é o dialogismo, sendo que ela determina a relação entre os indivíduos e permite a interação entre os seres humanos.

Corroborando com Bakhtin (1997), Charaudeau (2001, p. 29), afirma que “todo ato de linguagem é o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem”. Logo, para compreender o discurso em si, é necessário também conceber os sujeitos que o proferem, bem como as ações que os moldam e as esferas das quais participam. Esse discurso materializa-se por meio da linguagem, seja verbal ou não verbal, através dos gêneros do discurso. Segundo Bakhtin (2003), os diversos campos da atividade humana estão ligados diretamente ao uso da linguagem por meio dos gêneros do discurso, “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 262), que são estruturados de acordo com as imposições comunicativas exigidas pelo contexto social.

Nessa perspectiva, entende-se a charge como um gênero discursivo que tem como objetivo versar sobre fatos e acontecimentos específicos, empregando elementos caricaturais para representar os

sujeitos associados a estes fatos. Para a compreensão da charge, é essencial que o leitor associe as personagens aos fatos referidos, visto que elas não representam diretamente os acontecimentos sociais e políticos; assim sendo, faz-se necessário discernir os discursos que a charge está retomando, visto que esta apoia-se em notícias, fatos ou falas veiculadas na mídia. Tal relação é necessária uma vez que a charge é constituída, principalmente, da linguagem não verbal, o que pode dificultar sua compreensão. Um dos elementos principais da charge enquanto gênero discursivo é o humor, usado como ferramenta de crítica política, a fim de posicionar-se enquanto resistência ao poder político.

Ao compreendermos o discurso na concepção bakhtiniana e nos debruçarmos sobre as charges selecionadas, optamos, portanto, por adotar os sentidos de discurso apresentados por Charaudeau (2001). No primeiro sentido, “o discurso está relacionado ao fenômeno da encenação do ato de linguagem” (CHARAUDEAU, 2001, p. 26), que engloba “o fazer psicossocial” e a “organização do dizer”, por compreender que o gênero charge reorganiza os dizeres apresentados na mídia e reinventa seus sentidos por meio da utilização da linguagem não verbal, determinada por um contexto político. Já no segundo sentido apresentado pelo autor, “o discurso pode ser relacionado a um conjunto de saberes partilhados, construído, na maior parte das vezes, de modo inconsciente, pelos indivíduos pertencentes a um dado grupo social” (CHARAUDEAU, 2001, p. 26). Nesse sentido, a charge apresenta discursos atravessados pela historicidade e pelas ideologias do autor que a compõe. No caso das charges analisadas, o autor anuncia sua formação discursiva em relação à postura do presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia da COVID-19.

Caminhos teóricos

Para este estudo, nos referenciamos na Teoria Semiociológica (TS) de Patrick Charaudeau por entendermos que ela tem o objetivo de compreender a linguagem como prática social, percebida nos discursos. Por meio de uma problemática comunicacional e prag-

mática, é possível enfatizar, a partir da TS, os sujeitos da linguagem e suas intencionalidades. No que se refere à abordagem, representacional e interpretativa, a teoria supracitada pretende examinar quais são as representações sociodiscursivas mobilizadas nos discursos produzidos pelos sujeitos e grupos sociais.

A fim de compreender as representações sociodiscursivas, é importante destacar que a noção de imaginário, defendida pelo autor para a Análise do Discurso, se apresenta como uma forma de apreensão do mundo, construindo, a partir das representações sociais, significados sobre os objetos do mundo, os fenômenos, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. Os imaginários resultam de um processo de simbolização do mundo, relacionando elementos afetivos e racionais. De acordo com Charaudeau (2006b, p. 117) “o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como imaginários sociodiscursivos”.

O autor qualifica o imaginário como sociodiscursivo porque o sintoma de um imaginário é expresso pela linguagem em suas diversas formas – verbal, icônica, por exemplo – resultando da atividade de representação que constrói os universos de pensamento, lugares de instituição de valores. Essa construção se faz por meio dos discursos narrativos e argumentativos, propondo uma descrição e uma explicação dos fenômenos do mundo e dos comportamentos humanos. Segundo Charaudeau:

Logo, os imaginários são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, se organizando em sistemas de pensamento coerentes, criadores de valores, desempenhando o papel de justificação da ação social e se depositando na memória coletiva. Mas a isso deve-se acrescentar que esses discursos criadores de imaginários se produzem, como já dito, de um domínio de determinada prática social que desempenha um papel de filtro axiológico. Isso permite compreender que um mesmo imaginário possa receber um valor positivo ou negativo, dependendo do domínio de prática no qual se insere (CHARAUDEAU, 2007, p. 10).

Segundo o autor, os imaginários sociodiscursivos estão estruturados em dois tipos de saberes: (i) saberes de conhecimento e (ii) saberes de crença. Os saberes de conhecimento tendem a estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo, uma verdade que existe fora da subjetividade do sujeito, e, portanto, o discurso produzido não é ponto discutível, uma vez que se impõe como uma verdade objetiva. Nesse sentido, é possível verificar essa verdade a partir do *saber científico*, quando provada, e do *saber de experiência*, quando experienciada.

O saber científico constrói explicações sobre o mundo que se aplicam ao conhecimento do mundo tal como ele é e funciona, como uma razão científica, da ordem do provado de maneira indiscutível. Assim, qualquer pessoa que utilizar os mesmos procedimentos terá os mesmos resultados. O saber de experiência constrói igualmente explicações sobre o mundo que se aplicam ao conhecimento do todo, mas sem garantia de serem provadas; há um domínio do experienciado e da experiência universalmente partilhada.

No que se refere aos saberes de crença, pode-se entender como aqueles que resultam da atividade humana quando se aplica a comentar o mundo, isto é, a fazer com que o mundo não mais exista por si mesmo, mas através do olhar subjetivo que o sujeito lança sobre ele. Segundo o autor, é um saber que se encontra no sujeito, procede dele e é portador de julgamento. Por se tratar de um domínio do valor subjetivo do homem, não é possível verificar estes julgamentos. Esse processo de construção dos saberes de crença se dá a partir dos *saberes de revelação*, em uma adesão total do sujeito, e pelos *saberes de opinião*, a partir de uma apropriação de um saber dentre vários circulantes nos grupos.

Os saberes de revelação supõem uma verdade exterior ao sujeito, mas que não pode ser provada e nem verificada. Há um caráter sagrado, uma verdade transcendental que o sujeito aceita como uma referência absoluta. Os saberes de opinião surgem de um processo de avaliação e julgamento do sujeito a respeito dos fatos do mundo segundo diversas lógicas: do necessário, do provável, do possível, do verossímil e do confronto entre razão e emoção. Esses saberes são ao mesmo tempo pessoal e partilhado e por isso não podem ser discutidos.

Os saberes de opinião podem ser divididos em: (i) opinião comum, (ii) opinião relativa e (iii) opinião coletiva. A opinião comum se refere a um julgamento partilhado socialmente em que o sujeito não reivindica uma posição particular, pois se apropria do julgamento da crença popular. A opinião relativa se refere a um julgamento de um sujeito de forma individual ou em um grupo determinado, em que é necessário um posicionamento frente a uma discussão. E a opinião coletiva se refere a um julgamento de um determinado grupo em relação a outro, com um forte valor identitário buscando essencializar o grupo.

Segundo Charaudeau (2017), é desses tipos de saberes que os imaginários são construídos e, fundamentam, em um certo sentido, os discursos que são produzidos em uma dada sociedade. É importante ressaltar, também, a possibilidade da construção dos efeitos interpretativos nos discursos a partir do uso de palavras que acabam por se tornar portadoras de determinados valores.

Após os conceitos aqui expostos, apresentaremos a análise discursiva de três charges do cartunista Aroeira, veiculadas no *Jornal Brasil 247*, que retratam a imagem bolsonarista durante o período contextualizado.

Análise das charges

Segundo o chargista Cláudio de Oliveira, do *Jornal Agora* de São Paulo, o papel do chargista vai muito além do humor como divertimento. De acordo com o autor, “um dos aspectos essenciais do trabalho do chargista é o criticismo [...]. Suas cobranças devem ser dirigidas aos governantes da ocasião, afinal são eles que possuem os instrumentos para melhorar a vida dos cidadãos” (OLIVEIRA, 2008, p. 1)³. Nessa perspectiva, optamos pela escolha de três charges do cartunista Renato Aroeira, por entender que o chargista, em seus textos, cumpre esse papel crítico, apresentando charges humorísti-

³ Recentemente, o link de acesso a essa declaração de Cláudio Oliveira foi removido. Transcrevemos este trecho aqui porque o link ainda se encontrava disponível no momento em que estávamos escrevendo o artigo.

cas que levam o leitor a refletir sobre os discursos do presidente Jair Messias Bolsonaro apresentados na mídia.

A escolha do autor Aroeira deu-se devido à polêmica sofrida pelo mesmo em meados de junho do corrente ano. Ele foi acusado pelo Ministério da Justiça de “difamar o presidente” em charge que relaciona Bolsonaro à suástica nazista⁴. O Ministro da Justiça André Mendonça pediu à Polícia Federal a abertura de inquérito para investigar a charge que mostra o presidente com um pincel e uma lata de tinta preta nas mãos depois de transformar a cruz vermelha em uma suástica. Esse pedido gerou o movimento #somostodosaroeira⁵, que contou com diversos profissionais da área jornalística em combate à censura, além de cartunistas brasileiros e de outros países.

As charges selecionadas para essa análise versam sobre a temática Bolsonaro e a pandemia do novo coronavírus. O objetivo principal deste estudo é analisar a imagem bolsonarista diante da pandemia observando, por meio do discurso do cartunista, qual a imagem que se depreende das charges da figura do presidente do país e de seus seguidores, denominados “bolsonaristas”.

Em relação à escolha das charges, optamos por selecionar imagens de momentos distintos da pandemia, com o objetivo de observar de forma pontual como a imagem foi construída nos meses de maio, junho e julho. Nesse sentido, foi selecionada uma charge para cada mês.

Por uma questão de organização, cada charge será exposta separadamente, seguindo a ordem cronológica das criações e, na sequência, serão apresentadas as análises desenvolvidas. No que se refere às imagens, vale ressaltar que este estudo tem como proposta

⁴ O cartunista criou a charge intitulada “Crime Continuado”, em que o presidente Jair Bolsonaro aparece transformando a cruz vermelha de um hospital em uma suástica nazista, ao mesmo tempo que diz “Bora invadir outro?”. A charge faz referência a uma fala do presidente em um vídeo que estimula seus apoiadores a entrar nos hospitais e filmar os leitos reservados para pacientes com COVID-19. A charge pode ser encontrada em: <https://www.brasil247.com/charges/crime-continuado>. Acesso em: 30 out. 2020.

⁵ As charges que foram recriadas estão reunidas no perfil do Instagram “Somos mais Aroeira”, que pode ser encontrado em: <https://www.instagram.com/somostodosaroeira/?hl=pt-br>. Acesso em: 30 out. 2020.

descrever verbalmente o imagético, sem a pretensão de uma análise visual em profundidade.

A primeira charge (Figura 1) intitulada “E a gente vai levando” foi publicada no dia 17 de maio de 2020 no site de notícias Brasil 247 e na rede social *Instagram* do cartunista (@arocartum). Como a rede social oferece, de forma simples, a possibilidade de interação, é importante ressaltar que essa primeira charge conseguiu atingir visibilidade e interação bem relevantes, tendo, até o momento em que foi consultada, 1.003 curtidas e 15 comentários.

FIGURA 1 – “E A GENTE VAI LEVANDO”



FONTE: Aroeira (2020a)

A charge, representada pela Figura 1, é composta pelo desenho do presidente, no centro da página, por um título e por duas frases que complementam a mensagem. Em relação à imagem, o presidente aparece de máscara e vestindo uma luva, semelhante às utilizadas por profissionais da saúde. A máscara que ele está usando é de cor branca, mas está com um borrão ao centro, sugerindo um aspecto de sujeira na altura da boca. Outro aspecto que merece destaque é o rosto do presidente, que possui cores diferentes do restante dos braços, em tons que se aproximam do verde, dando um aspecto de doente.

No que se refere à dimensão visual, pode-se inferir a intencionalidade do cartunista em apresentar uma proposta que revele as várias escolhas do presidente Bolsonaro e, assim, para a presente pesquisa, o início da construção da imagem bolsonarista frente à pandemia. Ao retratar o presidente vestindo uma luva cirúrgica, é possível observar a posição tomada por ele desde o início da pandemia no Brasil, desrespeitando as indicações da OMS e indicando o uso de medicamentos sem resultados comprovados em diversos estudos científicos. O ato de vestir a luva, ação utilizada apenas por profissionais da saúde e não pela população, busca apresentar o presidente em uma posição de detentor do conhecimento médico, sugerindo um saber científico sobre a doença que ele insiste ter.

Outro ponto que merece observação é a imagem da máscara, que, como já citado anteriormente, apresenta uma cor turva na altura da boca. Em relação ao uso da máscara, o presidente Bolsonaro travou uma batalha com grande parte da comunidade científica, afirmando a não necessidade do uso. Em muitos encontros públicos, ele deixou de usar a máscara, contrariando as indicações médicas, que a recomendavam como um dos cuidados básicos para a não contaminação da população. Ao se referir à doença, o presidente chegou a dizer em comunicado nacional, em rede televisiva, que a COVID-19 poderia ser comparada a uma “gripezinha”. Nesse sentido, é possível inferir que a turbidez da máscara na altura da boca sugere que a fala do presidente está suja, contaminada, e nesse aspecto, uma fala contaminada de inverdades.

Em relação à dimensão verbal, ao usar o nome de “Dr. Bolsoray”, Aroeira faz uma alusão ao médico cirurgião plástico Dr. Rey⁶, que se tornou mais conhecido a partir de um programa de TV como apresentador. Desde a saída do ministro da saúde Mandetta⁷, em março

⁶ Roberto Miguel Rey Júnior, mais conhecido como Dr. Rey ou Doutor Hollywood é um cirurgião plástico e apresentador brasileiro, um dos protagonistas do *reality show* Dr. 90210. Em 2014, ele foi candidato a deputado federal pelo PSC, em São Paulo, mas não foi eleito. Em 2018, Dr. Rey se apresentou com pré-candidato a disputar a presidência do Brasil.

⁷ Luiz Henrique Mandetta é médico ortopedista e político. Foi deputado federal entre 2011 e 2019 e Ministro da saúde do governo de Jair Bolsonaro de 1º de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020, quando foi demitido após divergências com o presidente quanto à política de isolamento social no período da pandemia da COVID-19.

de 2020, Dr. Rey tem tentado se aproximar do presidente Bolsonaro, para que ele o considere para assumir o cargo. Em declarações à imprensa, Dr. Rey colocou-se como apoiador e defensor das medidas indicadas pelo presidente em combate à pandemia e afirmou ainda que seria capaz de derrotar o coronavírus em um mês e três semanas. Ao usar essa proximidade no nome “Dr. Bolsoray”, pode-se observar uma proposta de nivelar os dois envolvidos, Bolsonaro e Dr. Rey, no que se refere ao total desconhecimento da doença ou, ainda, à negação, por parte deles, da gravidade dela.

Na primeira frase apresentada na charge, “No meu protocolo, a cloroquina é obrigatória, talquei?”, é possível observar a proposta de reforçar o contexto em que o presidente se coloca como médico, entendedor dos protocolos de saúde, receitando o uso do medicamento cloroquina como obrigatório para cura. No que se refere ao uso da cloroquina no tratamento da doença, é importante salientar que tal prescrição não foi indicada pelos demais países e tampouco há comprovações científicas sobre seu resultado. Nesse sentido, a indicação do presidente Bolsonaro ao uso da cloroquina demonstra um desrespeito não só com toda a comunidade científica, mas também com a população.

A segunda frase, “...para garantir que todo mundo tome, vou enfiar os comprimidos pessoalmente”, é um complemento da primeira, em que o presidente reforça o uso da cloroquina como medicamento para o combate ao coronavírus. Entretanto, por encontrar resistência dos médicos especialistas brasileiros e por grande parte da população, tal indicação demonstra uma decisão no mínimo contraditória, sugerindo uma ação autoritária. Ao usar a expressão “enfiar os comprimidos”, podemos inferir uma proposta de força contrária, impositiva à população, e como medicamento, insinuar que este possa ser aplicado por ele de forma oral ou retal, caso seja necessário.

É possível perceber, a partir da charge “A gente vai levando”, que o discurso do presidente Bolsonaro está calcado em um saber de crença, em que ele apresenta um olhar subjetivo do mundo, mas sem a comprovação científica do saber. Ao fazer um julgamento a respeito dos fatos do mundo, o presidente apresenta um saber de opinião,

pois ele não pretende buscar uma real solução frente ao problema, mas apenas apresentar um posicionamento frente à discussão.

A segunda charge (Figura 2), intitulada “O que foi agora?”, foi publicada no dia 8 de junho de 2020 no site de notícias Brasil 247 e na rede social *Instagram* do cartunista (@arocartum). Nessa publicação, o cartunista conseguiu maior visibilidade e interação do que na anterior, alcançando, até o momento em que a consultamos, o número de 3.093 curtidas e 29 comentários.

FIGURA 2 – “O QUE FOI AGORA?”



FONTE: Aroeira (2020b)

A charge, representada pela Figura 2, é composta pelo desenho do presidente no centro da página, um título e uma frase em forma de pergunta. Todos esses elementos organizam a mensagem. A imagem apresenta o presidente ao centro, com uma estaca na mão, abrindo uma cova em um cemitério. No desenho, não aparece uma parte do tronco de Bolsonaro e nem suas pernas, demonstrando que a cova já está bem funda.

No que se refere à dimensão visual, podemos observar que ao mesmo tempo em que Bolsonaro é o responsável por abrir a cova no cemitério para os futuros mortos, ele também está dentro da cova, sugerindo a leitura de que a cova também pode ser para ele. Nesse contexto, após aproximadamente 3 meses do coronavírus no Brasil e com quase mil mortes⁸ diárias no país, o presidente, ao menosprezar as recomendações da OMS e dos especialistas brasileiros, parece estar verdadeiramente “cavando a sua própria cova”, aqui entendida como morte política e também ideológica, uma vez que não foi possível constatar a eficácia das recomendações defendidas por ele e todo o seu grupo de apoio.

Na dimensão verbal, a charge utiliza como título a frase “O que foi agora?” como uma pergunta feita pelo presidente Bolsonaro, direcionada ao leitor e a todos que procuram nele esclarecimentos sobre a saúde no Brasil durante a pandemia. É importante observar que tal pergunta não busca verdadeiramente uma resposta, mas procura sugerir uma provocação em um tom de desaforo, como se o presidente não tivesse participação nas mortes ocasionadas pelo coronavírus. Como em outros momentos registrados durante a pandemia, Bolsonaro preferiu se utilizar de uma linguagem que busca o insulto ou o enfrentamento pela violência, ao ser questionado sobre suas atitudes ou decisões.

A segunda frase utilizada na charge, “Um presidente não pode mais enterrar uns números, a verdade e o país?”, também é direcionada ao leitor como uma pergunta. No mesmo sentido da pergunta anterior, é apresentada uma provocação, como uma declaração irônica que indica o que verdadeiramente o presidente está fazendo durante a pandemia. O “enterrar os números” faz referência à decisão do presidente em não fornecer com transparência os dados

⁸ Dado extraído pelo Consórcio dos Veículos de Imprensa. Após decisão imposta pelo governo Jair Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia da COVID-19, os veículos G1, O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e UOL formaram uma parceria criando o Consórcio dos Veículos de Imprensa, para trabalhar de forma colaborativa para buscar as informações necessárias nos 26 estados e no Distrito Federal. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/08/brasil-registra-mortes-em-24h-revela-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.htm>. Acesso em: 29 out. 2020.

obtidos pelo Ministério da Saúde para os órgãos de imprensa. “Enterrar a verdade” se refere a todos os dados científicos do enfrentamento da doença, envolvendo medicamentos, isolamento social e demais práticas, que desde o início têm sido negados por Bolsonaro e seus apoiadores no governo. Já “enterrar o país” pode assumir aqui dois lados: enterrar no sentido denotativo, em relação ao número de mortes em todos os estados brasileiros, e também no sentido conotativo pois, ao se colocar contra os critérios mundiais de saúde, o Brasil começa a ser visto como um país ultraconservador e desumano, e para além da imagem, pode oferecer risco real de contaminação a seus parceiros de negócios comerciais, principalmente com outros países, a partir do turismo ou agronegócio.

A terceira charge (Figura 3), intitulada “Baile de máscaras”, foi publicada no dia 08 de julho de 2020 no site de notícias Brasil 247 e também na rede social *Instagram* do cartunista (@arocartum). De todas as charges escolhidas, esta conseguiu atingir os maiores números de visibilidade e interação, sendo 3.968 curtidas e 42 comentários.

FIGURA 3 – BAILE DE MÁSCARAS

BAILE DE MÁSCARAS



FONTE: Aroeira (2020c)

A charge, representada pela Figura 3, é composta pelo título e pela repetição de seis desenhos do presidente. Em todos, ele está vestido com a máscara recomendada pela OMS e em cada uma há uma referência com imagens ou textos, que organizam a mensagem principal do cartunista.

Na dimensão verbal, a charge utiliza o título “Baile de máscaras” em uma alusão à tradição carnavalesca⁹ no Brasil, que se iniciou com a elite e décadas depois se tornou popular nos carnavais do Rio de Janeiro. Ao escolher uma máscara como fantasia para o carnaval, o folião pode brincar sem ser facilmente reconhecido ou, ainda, fazer uma homenagem a um personagem da ficção ou personalidades públicas. Ao escolher esse título, Aroeira sugere uma carnavalização da pandemia, não no sentido da alegria ou da espontaneidade, sentimentos presentes na festa do carnaval, mas nas várias fantasias que o presidente Bolsonaro insiste em utilizar, aqui representadas pelas máscaras.

Por uma questão de organização, as análises de cada imagem do presidente representada pelo cartunista serão apresentadas seguindo uma ordem de leitura ocidental (da esquerda para a direita, de cima para baixo). Vale ressaltar que, em todas as imagens, a representação visual do presidente é a mesma, o que muda são as máscaras que ele veste.

Na primeira imagem, Bolsonaro usa a máscara com os dizeres “É verdade esse bilhete”, em uma atribuição ao meme¹⁰ com o próprio nome. O meme surgiu em 2018, quando um aluno de 5 anos tentou enganar a mãe tentando se passar pela sua professora através de um bilhete. Além de informar que não haveria aula, o final trazia a afirmação “é verdade esse bilhete”. A simplicidade, a caligrafia e os erros na escrita deixaram clara a mentira do bilhete. O uso dessa frase como meme consiste em mostrar uma mensagem que claramente é mentirosa. Ao buscar essa frase para ilustrar a primeira

⁹ Para saber mais sobre a tradição carnavalesca, acesse: <https://www.riocarnaval.org/pt/bailes-de-carnaval-do-rio/historia-dos-bailes-de-mascaras>. Acesso em: 29 out. 2020.

¹⁰ O meme citado pode ser encontrado em <https://www.dicionariopopular.com/e-verdade-esse-bilhete/>. Acesso em: 29 out. 2020.

máscara, o cartunista tem a proposta de apresentar que Bolsonaro é evidentemente uma mentira, uma farsa. Ao se pensar no aspecto da pandemia, pode-se inferir que ao usar a máscara o presidente está apoiando as regras sanitárias de prevenção ao coronavírus, entretanto, vale lembrar, que essa charge foi publicada em julho, momento em que o presidente já tinha expressado de diversas formas que era contra qualquer medida de prevenção que divergisse do uso do medicamento cloroquina.

Na segunda imagem, Bolsonaro usa a máscara com a bandeira dos Estados Unidos. Pode-se observar, que ao usar essa imagem, Aroeira tem a proposta de vincular os interesses estadunidenses aos do presidente. Em vários momentos durante a pandemia o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, diminuiu a gravidade do vírus e teve atitudes bem contraditórias em relação às práticas recomendadas pela OMS. Nesse sentido, pode-se perceber um alinhamento de ideias entre os dois presidentes. Outro aspecto relevante sobre a relação entre os dois países é a compra de cloroquina feita por Bolsonaro no estado americano, que reforça a ideia de que este repete as decisões de Trump ao defender o uso de cloroquina. A máscara com a bandeira dos EUA remete à ideia de que o presidente brasileiro copia as falas e ações do governante estadunidense. Em diversos momentos deste ano, o presidente Trump acenou com a ideia de aliança com o Brasil, mas nunca efetivou tal aliança. Mesmo assim, Bolsonaro apoia as decisões do outro presidente, repetindo-as e replicando algumas de suas medidas.

Na terceira imagem, Jair Bolsonaro aparece usando uma máscara com a imagem de um preservativo. Segundo a colunista Mônica Bergamo, da Folha de S. Paulo, fontes ligadas ao presidente afirmaram que este se recusa a usar a máscara e que “chegou a brincar com funcionários, perguntando quem usava máscara e dizendo que aquilo era coisa de v.” (BERGAMO, 2020). Ao apresentar um discurso com tom pejorativo, o presidente reforça o discurso homofóbico que apresentou desde o início da sua campanha política. O chargista, ao usar a representação do preservativo na máscara, remete a uma prática sexual que o próprio Bolsonaro condena.

Na quarta imagem, o presidente aparece usando a máscara de forma errada. Ao invés de proteger a boca e o nariz, a máscara está na altura dos olhos de Bolsonaro. É possível observar duas propostas de interpretação. Em uma, o presidente pode, de forma constrangedora, não ter conseguido colocar de forma correta a máscara, como já ocorreu em um evento público. A imagem retrata a ignorância do presidente. Em outra leitura, ao colocar a máscara nos olhos, Bolsonaro se exime de enxergar verdadeiramente o que está acontecendo no Brasil, como se estivesse ignorando o crescimento do número de mortes, as orientações da OMS, até a gravidade da doença.

Na quinta imagem, a máscara possui um desenho de um asterisco, sinal gráfico muito utilizado em textos para indicar um complemento da informação, que pode estar em uma nota de rodapé, em uma página do livro ou documento. Ao usar essa imagem, pode-se inferir que a fala do presidente possui uma lacuna, que precisa ser preenchida, ou mesmo que ele não sabe o que está falando. Outra possível leitura é o uso do sinal para censurar as falas do presidente. Em diversos encontros com jornalistas, a mídia noticiou impropérios e palavrões dirigidos aos repórteres pelo presidente, ao ser questionado em relação à pandemia. Pode-se depreender da leitura da charge que se deve cercear e censurar o que o presidente tem a dizer, pois ele não sabe o que diz.

A última imagem traz a figura do presidente com uma máscara preta com os dizeres “quer cloroquina? Fale comigo”, representando que ele está disposto a vender cloroquina para os interessados. A expressão verbal traz uma conotação comercial por apresentar um discurso que nos remete à comercialização da cloroquina. Desde o início da pandemia, observamos a confecção de diferentes tipos de máscara e, aproveitando o momento, diversas empresas utilizaram as máscaras como elemento publicitário, a fim de divulgar seus produtos e marcas. Semelhantemente, o discurso “Fale comigo” retoma esse elemento comercial e apresenta uma imagem de um presidente que se coloca superior a tudo, inclusive às orientações da OMS. É como se o cidadão que quiser usar a cloroquina mas não conseguir por meios legais, pode procurar o presidente, pois este está acima da burocracia.

Ao apresentar o presidente Bolsonaro com diversas máscaras diferentes, pode-se depreender a imagem de um presidente falso e hipócrita, uma vez que no português brasileiro a palavra “máscara” tem a conotação também de fingimento, disfarce, dissimulação. Em cada desdobramento da pandemia no Brasil, o presidente escolhe uma fachada ou um disfarce, para negar ou minimizar a existência da doença, para refutar as orientações dos órgãos de saúde ou para se livrar das possíveis consequências dos seus atos e palavras.

Considerações finais

Como gênero do discurso, a charge traz, em sua composição, marcas que proporcionam novas conexões discursivas entre história, linguagem e ideologia, permitindo que haja múltiplas perspectivas de leitura e significação. Os sentidos produzidos pela charge dependem da interpretação dos significados criados pelo autor, bem como da interrelação entre o gênero charge e o discurso ao qual esse gênero remete, proporcionando uma releitura e uma compreensão da notícia principal. Ao partir da notícia para a criação da charge, o chargista constrói um novo discurso, fazendo com que a notícia representada adquira uma conotação diferente e, com isso, novas possibilidades de significação.

Nas charges analisadas, podemos perceber que o chargista Aroeira, utilizando-se de humor e ironia, representa o presidente Jair Bolsonaro de forma caricatural através de seu retrato com a cabeça grande ou com os olhos caídos, com uma expressão mórbida ou doente. Isso indica que os discursos apresentados pelo presidente, ao contradizer as orientações da OMS, não serão eficientes para conter a pandemia no país. Sendo assim, as charges desabonam a postura do presidente.

As charges analisadas trazem também a imagem de menosprezo por parte do presidente Bolsonaro, primeiramente, à OMS, que recomendou o uso de máscaras e desaconselhou o uso da cloroquina, o que foi amplamente ironizado por ele em seus discursos. Em segundo lugar, apresenta um desprezo pela população brasileira, por

não se importar com a saúde e por não expor de forma clara aos cidadãos os dados do avanço da doença no país.

Por fim, ao entender que os enunciados apresentados nas charges dialogam entre si para construir uma imagem bolsonarista de negligência e desprezo para com a população brasileira, e constroem diferentes efeitos de sentido, retomamos as colocações de Charaudeau (2001, p. 25), que afirma que “o discurso ultrapassa os códigos de manifestação linguageira na medida em que é o lugar da encenação da significação, sendo que pode utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos”.

Referências

AROEIRA, Renato. E a gente vai levando. **Brasil 247**, 17 maio 2020a. Disponível em: <https://www.brasil247.com/charges/e-a-gente-vai-levando>. Acesso em: 29 out. 2020.

AROEIRA, Renato. O que foi agora? **Brasil 247**, 8 jun. 2020b. Disponível em: <https://www.brasil247.com/charges/o-que-foi-agora>. Acesso em: 29 out. 2020.

AROEIRA, Renato. Baile de máscaras. **Brasil 247**, 8 jul. 2020c. Disponível em: <https://www.brasil247.com/charges/baile-de-mascaras>. Acesso em: 29 out. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. rev. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BERGAMO, Mônica. Máscara é coisa de v. dizia Bolsonaro da frente de visitas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/mascara-e-coisa-de-v-dizia-bolsonaro-na-frente-de-visitas.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. *In*: MARI, Hugo *et al.* (org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 23-38.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006a.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006b.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, Henri (dir.). **Stéréotypage, stéréotypes**: fonctionnements ordinaires et mises en scene. Paris: L'Harmattan, 2007. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Les-stereotypes-c-est-bien-Les.html>. Acesso em: 30 out. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. Tradução: Emília Mendes e Ivan Vasconcelos Figueiredo. In.: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia; LIMA, Helcira (coord.). **Imagem e Discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2013. p. 383-405.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Tradução: André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 571-591, set. 2017. ISSN 2237-6321. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/857>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura**: a imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

OLIVEIRA, Cláudio. O trabalho do chargista. **Fábrica Rica**, 2008. Disponível em: http://fabricarica.2it.com.br/?sec_cod=5&news_=3. Acesso em: 12 jan. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

**B
LIVES
ATER**



ORGS.

Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi

Possui graduação em Letras (UEG) e em pedagogia (IESGO). É especialista em terapia familiar (UCAM), mestre em Letras (UFU), doutoranda em Estudos Linguísticos (UFU), com bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Brasil – Capes – Código do financiamento 001. É professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, desde 1999. Possui experiência com ensino superior, médio e ensino fundamental, aceleração da aprendizagem e educação integral. Atuou como professora de leitura e produção de texto e comunicação empresarial para cursos de graduação em Pedagogia e Administração e como professora do curso de Pós-graduação (Especialização) em Educação Infantil e Psicopedagogia Institucional. Realizou estágio de docência em turmas de graduação em Letras e Jornalismo (UFU). Participou como delegada em GT para reformulação do Currículo da Educação Básica do Distrito Federal. Participou como mentora da elaboração de planos de aulas pautados na Base Nacional Comum Curricular. Recebeu o reconhecimento de “professor destaque”, no ano de 2013, pelo Governo do Distrito Federal. Tem experiência em coordenação e supervisão pedagógica. Seu trabalho é voltado para a área de Linguística Sistêmico-Funcional, Análise de Discurso Crítica (ou Estudos Críticos do Discurso), letramentos, Multiletramentos, Multimodalidade, Gêneros Discursivos. É membro do Grupo de Pesquisas e estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional, da UFU, cadas-



trado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Participou da equipe executora do projeto liderado pela professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni, O Portal do Professor: contribuições e implicações para o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica no Triângulo mineiro. Integrante do Projeto Gêneros, Discursos e Identidades na Sociedade Brasileira, coordenado pela professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni. Realiza a pesquisa de doutorado, centrando na relação linguagem e sociedade. A pesquisa atual versa sobre a prática social de ingresso no ensino superior por meio de cotas sociais e raciais, orientada por Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU) e pelo Dr. Teun Adrianus van Dijk (Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha).

Lucas Araujo Chagas

Possui Graduação e Licenciatura em Letras: Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com Mobilidade Internacional na L'Université de Lorraine (França); Licenciatura em Letras: Português/Espanhol pela Universidade de Franca (UNIFRAN); Especialização em Português Língua Estrangeira e Cultura Brasileira pela UFU; Mestrado em Estudos Linguísticos pela UFU; e Doutorado em Estudos Linguísticos (em curso) também pela UFU. Enquanto docente, possui experiência como professor de línguas em institutos de idioma, escolas regulares de educação (Ensino Fundamental e Médio), ensino técnico, tecnológico e superior e já atuou tanto no Brasil quanto no exterior. Como pesquisador,



tem desenvolvido trabalhos nas áreas de 1) Políticas Linguísticas, 2) Internacionalização Universitária, 3) Currículo e Formação de professores Línguas, 4) Psicolinguística e Neurolinguística aplicados à Aquisição de Linguagem, 5) Estudos Discursivos afetados pela Psicanálise, 6) Português para Estrangeiros, 7) Interdisciplinaridade e Inovação Social. Atualmente é bolsista pesquisador da Capes.

Anísio Batista Pereira

Possui Graduação em Letras Vernáculas (2013) e Mestrado em Estudos da Linguagem (2016) pela Universidade Federal de Goiás (Regional Catalão), este com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), cujo trabalho integra a linha de pesquisa Texto e Discurso, com foco na AD de linha francesa. Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), projeto que integra a linha de pesquisa Linguagem, Sujeito e Discurso. É membro do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq) do Instituto de Letras e Linguística da UFU (ILEEL). É também graduado em Licenciatura em Informática pela Universidade Estadual de Goiás (2007). Possui experiência como professor de Informática e Letras na Educação Básica e em cursos técnicos. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Análise do Discurso e Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso político; letra de música e juventude; poesia no Brasil; Arnaldo Antunes e Manoel de Barros; práticas de subjetivação e constituição do sujeito; identidade.



AUTORES



Ana Carla Barros Sobreira

Possui graduação em Letras/Inglês – UFPB/PB (2000), especialização em Estudos de Línguas Mediados por Computador – UFMG/MG (2017), mestrado em Estudos Linguísticos – UFU/MG (2020). Além de professora de PLA, inglês e espanhol e pesquisadora, possui ainda experiência como docente em Cursos de Graduação na área de Ensino de Línguas, e atualmente trabalha como professora de português para estrangeiros na Bolívia em cursos presenciais e *online* e na produção de livros didáticos.

Anísio Batista Pereira

Possui Graduação em Letras Vernáculas (2013) e Mestrado em Estudos da Linguagem (2016) pela Universidade Federal de Goiás (Regional Catalão), este com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), cujo trabalho integra a linha de pesquisa Texto e Discurso, com foco na AD de linha francesa. Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), projeto que integra a linha de pesquisa Linguagem, Sujeito e Discurso. É membro do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq) do Instituto de Letras e Linguística da UFU (ILEEL). É também graduado em Licenciatura em Informática pela Universidade Estadual de Goiás (2007). Possui experiência como professor de Informática e Letras na Educação Básica e em cursos técnicos. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Análise do Discurso e Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso político; letra de música e juventude; poesia no Brasil; Arnaldo Antunes e Manoel de Barros; práticas de subjetivação e constituição do sujeito; identidade.

Antonio Nilson Alves Cavalcante

Possui graduação em Letras Português/Inglês/Literatura, pela Universidade Federal do Ceará, na qual desenvolveu atividades

como bolsista de iniciação científica (CNPq), e título de mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Atualmente, exerce na educação básica a profissão de magistério pela Secretária de Educação do Ceará (SEDUC-CE).

Caroline Schwarzbold

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel) (2009), especialização em Linguística Aplicada pela mesma instituição (2011), é mestra em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (2015). Atualmente é professora na rede particular de Cachoeira do Sul/RS, mas tem longa experiência nos diferentes níveis de ensino da Educação Básica Pública, onde atuou em diferentes estados e realidades, desde a alfabetização até o Ensino Médio. No momento, é integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos em ADC e LSF da Universidade Federal de Uberlândia/UFU.

Célia Bassuma Fernandes

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com estágio pós-doutoral no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP). É professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-Guarapuava/Pr). Inscrita na linha de Pesquisa Texto, Memória e Cultura, desenvolve/orienta pesquisas cujo objeto de estudo é a família, bem como os discursos que lhe são inerentes, sob o viés da Análise de Discurso, tal como proposta por Michel Pêcheux e por Eni Orlandi, no Brasil, bem como os demais pesquisadores que com eles estabelecem redes. Atualmente, vem se dedicando, também, a compreender o processo de produção de sentidos no espaço digital, em especial, o funcionamento da memória discursiva e metálica.

Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi

Possui graduação em Letras (UEG) e em pedagogia (IESGO). É especialista em terapia familiar (UCAM), mestre em Letras (UFU), doutoranda em Estudos Linguísticos (UFU), com bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Brasil – Capes – Código do financiamento 001. É professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, desde 1999. Possui experiência com ensino superior, médio e ensino fundamental, aceleração da aprendizagem e educação integral. Atuou como professora de leitura e produção de texto e comunicação empresarial para cursos de graduação em Pedagogia e Administração e como professora do curso de Pós-graduação (Especialização) em Educação Infantil e Psicopedagogia Institucional. Realizou estágio de docência em turmas de graduação em Letras e Jornalismo (UFU). Participou como delegada em GT para reformulação do Currículo da Educação Básica do Distrito Federal. Participou como mentora da elaboração de planos de aulas pautados na Base Nacional Comum Curricular. Recebeu o reconhecimento de “professor destaque”, no ano de 2013, pelo Governo do Distrito Federal. Tem experiência em coordenação e supervisão pedagógica. Seu trabalho é voltado para a área de Linguística Sistêmico-Funcional, Análise de Discurso Crítica (ou Estudos Críticos do Discurso), letramentos, Multiletramentos, Multimodalidade, Gêneros Discursivos. É membro do Grupo de Pesquisas e estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional, da UFU, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Participou da equipe executora do projeto liderado pela professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni, O Portal do Professor: contribuições e implicações para o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica no Triângulo mineiro. Integrante do Projeto Gêneros, Discursos e Identidades na Sociedade Brasileira, coordenado pela professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni. Realiza a pesquisa de doutorado, centrando na relação linguagem e sociedade. A pesquisa atual versa sobre a prática social de ingresso no ensino superior por meio

de cotas sociais e raciais, orientada por Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU) e pelo Dr. Teun Adrianus van Dijk (Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha).

Denise Gabriel Witzel

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista - FCL/UNESP-Araraquara-SP, com estágio doutoral na Universidade Louis Lumière de Lyon II, França. É professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-Guarapuava/Pr). É inscrita na linha de pesquisa Texto, Memória e Cultura do PPGL/G e membro do GT de Estudos Discursivos Foucaultianos da ANPOLL. Suas pesquisas em Análise do Discurso voltam-se para os seguintes temas: ensino da língua portuguesa, discurso, corpo e história das mulheres.

Hertz Wendell de Camargo

Doutor em Estudos da Linguagem (Universidade Estadual de Londrina – UEL). Mestre em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp). Professor do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM-UFPR). Coordenador do SINAPSE – Laboratório de Mídia, Consumo e Cultura, do curso de Publicidade e Propaganda. Líder do grupo de pesquisa ECCOS – Estudos em Comunicação, Consumo e Sociedade. São temas recorrentes de sua pesquisa: Mitologia, Imagem, Consumo, Antropologia do Consumo, Neurociência do Consumo, Imaginário, Imaginário Religioso.

Icléia Caires Moreira

Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (2007) e mestrado em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

(2016). Também é especialista em Regulação em Saúde no SUS pelo Instituto de Ensino e Pesquisa Sírio Libanês – IEP (2014) e especialista em Docência no Ensino Técnico e Tecnológico pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS (2016). Atualmente, é bolsista da Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do MS, professora efetiva da Escola Estadual Fernando Corrêa, na cidade de Três Lagoas – MS. Foi professora voluntária do curso de graduação em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (semestres 2019/2 e 2020/1). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Análise do Discurso Discursivo-desconstrutiva em diálogo com os estudos Pós-coloniais. Problematisa, principalmente, os seguintes temas: Discurso didático, processo de subjetivação/objetivação dos sujeitos indígenas, identidade/representação, ciberespaço, discurso oficial internacional, discurso oficial educacional brasileiro, discurso legal, colonialidade do poder e transculturação e in-exclusão.

Lucas Araujo Chagas

Possui Graduação e Licenciatura em Letras: Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com Mobilidade Internacional na L'Université de Lorraine (França); Licenciatura em Letras: Português/Espanhol pela Universidade de Franca (UNIFRAN); Especialização em Português Língua Estrangeira e Cultura Brasileira pela UFU; Mestrado em Estudos Linguísticos pela UFU; e Doutorado em Estudos Linguísticos (em curso) também pela UFU. Enquanto docente, possui experiência como professor de línguas em institutos de idioma, escolas regulares de educação (Ensino Fundamental e Médio), ensino técnico, tecnológico e superior e já atuou tanto no Brasil quanto no exterior. Como pesquisador, tem desenvolvido trabalhos nas áreas de 1) Políticas Linguísticas, 2) Internacionalização Universitária, 3) Currículo e Formação de professores Línguas, 4) Psicolinguística e Neurolinguística aplicados à Aquisição de Linguagem, 5) Estudos Discursivos afetados pela Psicanálise, 6) Português para Estrangei-

ros, 7) Interdisciplinaridade e Inovação Social. Atualmente é bolsista pesquisador da Capes.

Maria Aparecida Resende Ottoni

É doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), onde também fez seu estágio de pós-doutoramento. É professora associada do Instituto de Letras e Linguística da UFU, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UFU), orientando na linha de pesquisa Linguagem, sujeito e discurso, e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS/UFU), orientando na linha de pesquisa Estudos da Linguagem e Práticas sociais. É líder do Grupo de Pesquisas e Estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional (GPE ADC&LSF), membro do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/Ceam/UnB) e do Centro de Pesquisa em Ensino de Língua Portuguesa. Suas pesquisas são baseadas na Análise de Discurso Crítica, na Linguística Sistêmico-Funcional, na Gramática do Design Visual e nos estudos sobre letramento. Elas são voltadas para o ensino de Língua Portuguesa e para a análise do discurso na sua relação com elementos sociais constitutivos de diferentes práticas sociais.

Maria José da Silva Fernandes

Graduada em Letras, licenciatura Plena, pelo Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba (1989), Especialista em Metodologia do Ensino (360h), Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Professora da rede pública estadual de MG há mais de 25 anos. Participa do grupo de pesquisa PETEDI (Grupo de Pesquisa sobre Texto e Discurso) e do Grupo de Pesquisa e Estudo em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional (GPE ADC&LSF), ambos da UFU. cursando Doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É integrante do Projeto Gêneros, Discursos, Identidades e Letramento: um olhar para diferentes práticas sociais, coordenado pela professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni.

Está desenvolvendo pesquisa de Doutorado com a temática Educação Inclusiva e Análise de Discurso Crítica.

Michelle Sousa Mussato

Graduada em Letras com habilitação Português e Espanhol pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana (2009). Mestre e Doutoranda em Letras – Estudos Linguísticos – pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, na linha de pesquisa Discurso, subjetividade e ensino de línguas. Integra o grupo de pesquisa Povos do Pantanal: aspectos linguísticos, discursivos, fronteiriços, culturais e identitários sob a coordenação da Profa. Dra. Claudete Cameschi de Sousa. Atualmente atua como tradutora-intérprete de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais (desde 2006 em escolas estaduais e municipais) na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (desde 2014). Tem experiência em Linguística Aplicada, Análise do Discurso de origem francesa, com pesquisas desenvolvidas na perspectiva discursiva transdisciplinarizada aos estudos culturalistas, centrada em temáticas que problematizam discurso, identidade, subjetividade e processos de in(ex)clusão de surdos da etnia Terena.

Renata Pinheiro Loyola

Mestre em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG (2018), especialista em Comunicação: Novas Tecnologias e Hiperídia pelo Centro Universitário de Belo Horizonte, UNI-BH (2002) e graduada em Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda pela PUC-MG (1999). Trabalha como consultora de comunicação há mais de 10 anos em Divinópolis e região centro-oeste de Minas Gerais. Desde 2017 integra o quadro de consultores de design e comunicação do Instituto Vitaltec/SEBRAE-MG, atendendo nas especialidades de Identidade Visual, Branding e Design de Rótulos. Atualmente é professora do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade do Estado de Minas Gerais, na Unidade Acadêmica de Divinópolis e coordenadora da Agência 3001 – Laboratório

Experimental do mesmo curso. É pesquisadora com interesses nos estudos sobre política e entretenimento, discurso, imaginário e representação social.

Suzanne Silva Rodrigues de Moraes

Doutoranda em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG e Mestre em Estudos de Linguagens pelo CEFET/MG. Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Fundação Educacional de Divinópolis (2008). Possui Especialização pela Fundação Educacional de Divinópolis em Educação, Juventude e Cidadania (2010). Atualmente sou professora de Língua Portuguesa e Produção de Textos na Rede de Ensino Apogeu em Divinópolis-MG. Tenho experiência na área de Literatura, Língua Portuguesa e Produção de Textos no Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Faço parte do projeto de pesquisa sobre “Memória e história da educação: a construção coletiva de projetos educacionais alternativos à escola tradicional em Divinópolis – MG e do Grupo de Pesquisa em Materiais e Recursos Didáticos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG. Realizo pesquisa na área de ensino de língua materna, letramentos e multiletramentos e interesse na área de análise do discurso.

Vanina Belén Canavire

Pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET), Argentina. Doutora em Estudos Sociais da América Latina pelo Centro de Estudos Avançados da Universidade Nacional de Córdoba e Especialista em Investigação da Comunicação (UNC). Graduada em Comunicação Social pela Universidade Nacional de Jujuy e professora nessa mesma universidade. Tem publicado muitos artigos em revistas nacionais e internacionais, com temáticas vinculadas a história e sociologia da leitura; gêneros massivos; consumo cultural; comunicação pública da ciência; e comunicação e saúde.

Yohanna Tamal Hernández Consoro

Possui graduação em Educação Menção Inglês pela Universidade do Caribe (UNICARIBE) (2014), mestrado em Educação e Novas Tecnologias pela Universidade A Distância de Madrid (UDIMA) e pelo Centro de Estudos Financeiros (CEF) no 2016, e é atualmente doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UFU/CAPES). Bolsista pela Organização de Estados Americanos (OEA) e do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (CGUB) pelo Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC-2018). É membro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Inclusão Educacional (GEPEPES) e participa do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional ADC&LSF do PPGEL/UFU. Possui experiência como docente no Curso de Graduação em Educação Menção Inglês na República Dominicana na Universidade Domínico-Americana, docente no Nível Médio e facilitadora da Formação Técnico-Profissional no país.



SYNTAGMA

